



Estado do Rio Grande do Sul

ALCEU COLLARES

**MENSAGEM**

**À**

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

PORTO ALEGRE  
1992

# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

GOVERNADOR DO ESTADO

Alceu Collares

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO

João Gilberto Lucas Coelho

CHEFE DA CASA CIVIL

Mathias Nagelstein

CHEFE DA CASA MILITAR

João Vanderlan Rodrigues Vieira

SECRETÁRIO ESPECIAL PARA ASSUNTOS INTERNACIONAIS

Luiz Carlos Tomazeli

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

Gabriel Pauli Fadel

SECRETÁRIO ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Carlos Henrique Bastos

BRIGADA MILITAR

Cel.PM Antonio Carlos Maciel Rodrigues

POLÍCIA CIVIL

Newton Muller Rodrigues

SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO

Neuza Celina Canabarro Elizeire

SECRETÁRIA DA CULTURA

Zulmira Guimarães Cauduro

SECRETÁRIO DA SAÚDE E DO MEIO AMBIENTE

Júlio Roberto Hocsman

SECRETÁRIO DA JUSTIÇA, DO TRABALHO E DA CIDADANIA

Geraldo Nogueira da Gama

SECRETÁRIO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Cláudio Parreira Ryff Moreira

SECRETÁRIO DOS TRANSPORTES

Matheus José Schmidt Filho

SECRETÁRIO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Aldo Pinto da Silva

SECRETÁRIO DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES

Nilo Valentim Quaresma Junior

SECRETÁRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

João Gilberto Lucas Coelho

SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL E OBRAS

Jorge Decken Debiagi

SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO

Walter Meucci Nique

SECRETÁRIO DA FAZENDA

Orion Herter Cabral

## SUMÁRIO

### PRIMEIRA PARTE

#### O CONTEXTO ECONÔMICO E FINANCEIRO

I - O CENÁRIO NACIONAL E AS ESTIMATIVAS DO DESEMPENHO DA ECONOMIA GAÚCHA .....	007
II - O DESEMPENHO DAS FINANÇAS PÚBLICAS DO ESTADO EM 1991 .....	013

### SEGUNDA PARTE

#### A ATUAÇÃO DO SETOR PÚBLICO DO ESTADO

I - GABINETE DO GOVERNADOR .....	023
1 - Gabinete do Vice-Governador .....	025
2 - Casa Civil .....	025
3 - Casa Militar .....	029
4 - Secretaria Especial para Assuntos Internacionais ..	030
5 - Procuradoria-Geral do Estado .....	039
6 - Secretaria Especial de Comunicação Social .....	044
7 - Conselho de Apoio às Ações Comunitárias .....	049
II - BRIGADA MILITAR .....	051
III - POLÍCIA CIVIL .....	057
IV - SECRETARIAS DE ESTADO E SUAS ENTIDADES VINCULADAS .....	061
1 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO (SE) .....	063
1.1 - Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha (FETLSVC) .....	083
1.2 - Fundação de Atendimento ao Deficiente e ao Superdotado no Rio Grande do Sul (FADERS) ..	084
2 - SECRETARIA DA CULTURA (SEDAC) .....	087
2.1 - Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (IGTF) .....	093

2.2	- Fundação Tiratini-Rádio e Televisão Educativa (FP-RTE) .....	095
2.3	- Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (FOSPA) .....	097
2.4	- Fundação Theatro São Pedro (FTSP) .....	098
<b>3</b>	<b>- SECRETARIA DA SAÚDE E DO MEIO AMBIENTE (SSMA)....</b>	<b>101</b>
3.1	- Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) .....	111
<b>4</b>	<b>- SECRETARIA DA JUSTIÇA, DO TRABALHO E DA CIDADANIA (SJTC) .....</b>	<b>117</b>
4.1	- Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM) .....	130
4.2	- Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS) .....	137
<b>5</b>	<b>- SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (SDES) .....</b>	<b>147</b>
5.1	- Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (BADESUL) .....	158
5.2	- Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul (CEDIC) ....	168
5.3	- Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG) .....	173
5.4	- Companhia Rio-Grandense de Turismo (CRTUR).	175
5.5	- Central Vitivinícola do Sul S.A. (VINGSUL)	184
5.6	- Festa Nacional da Uva, Turismo e Empreendimentos S.A. (FENUVA) .....	184
5.7	- Açúcar Gaúcho S.A. (AGASA) .....	185
5.8	- Junta Comercial do Rio Grande do Sul (JC) ..	185
<b>6</b>	<b>- SECRETARIA DOS TRANSPORTES (ST) .....</b>	<b>187</b>
6.1	- Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER) .....	190
6.2	- Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras (CINTEA) .....	192

6.3	- Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (DEPRC) .....	192
6.4	- Departamento Aeroviário do Estado (DAE) ...	194
<b>7</b>	<b>- SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO (SAA)</b>	<b>197</b>
7.1	- Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS) .....	204
7.2	- Companhia Estadual de Silos e Armazéns (CESA) .....	208
7.3	- Fundação Zoológica do Rio Grande do Sul (FZB) .....	211
7.4	- Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos (CORLAC) .....	214
7.5	- Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A. (CEASA) .....	217
7.6	- Instituto Riograndense do Arroz (IRGA) ....	218
7.7	- Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes (INSTUCARNES) .....	222
<b>8</b>	<b>- SECRETARIA DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES (SEMC)</b>	<b>225</b>
8.1	- Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE)	230
8.2	- Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT) .....	234
8.3	- Companhia Riograndense de Mineração (CRM) ..	237
<b>9</b>	<b>- SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (SCT).....</b>	<b>241</b>
9.1	- Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENYEC) .	250
9.2	- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) .....	256
<b>10</b>	<b>- SECRETARIA DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL E OBRAS (SPO) .....</b>	<b>261</b>
10.1	- Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN)	269
10.2	- Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (COHAB/RS) .....	272
10.3	- Fundação Metropolitana e Regional de Planejamento (METROPLAN) .....	277

<b>11 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO(SPA)</b>	<b>281</b>
11.1 - Fundação de Economia e Estatística "Siegfried Emanuel Heuser" (FEE) .....	294
11.2 - Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS) .....	304
11.3 - Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH) .....	309
<b>12 - SECRETARIA DA FAZENDA (SF) .....</b>	<b>315</b>
12.1 - Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL) .....	323
12.2 - Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul (CEE-RS) .....	326
12.3 - Companhia de Processamento de Dados do Es- tado do Rio Grande do Sul (PROCERGS) .....	329

**TERCEIRA PARTE**

<b>V - ANEXO ESTATÍSTICO .....</b>	<b>335</b>
------------------------------------	------------

**O CONTEXTO**

**ECONÔMICO E FINANCEIRO**

**I - O CENÁRIO NACIONAL E AS  
ESTIMATIVAS DO DESEMPENHO  
DA ECONOMIA GAÚCHA**



## I - O CENÁRIO NACIONAL E AS ESTIMATIVAS DO DESEMPENHO DA ECONOMIA GAÚCHA

As transformações que ocorreram no cenário internacional, no alvorecer dos anos 90, estiveram marcadas pelo avanço da terceira revolução industrial, pelo início da guerra no Golfo Pérsico, pela reformulação dos blocos regionais, face a ruptura política do Leste Europeu, e pela desaceleração da atividade econômica nos países industrializados, como decorrência da recessão nos Estados Unidos e na Inglaterra. Esses acontecimentos trouxeram consequências diretas sobre a economia brasileira, à medida que o fluxo de capitais se direcionou para as regiões afetadas e que as transações com os Estados Unidos caíram substancialmente nos três primeiros trimestres de 1991.

No âmbito interno, a instabilidade dos preços manteve-se como principal foco de atenção das autoridades econômicas do País. O risco da hiperinflação dominou o cenário econômico durante a gestão do Presidente José Sarney. O primeiro programa de estabilização lançado pelo Presidente Collor esgotou-se em janeiro de 1991. Os resultados materializaram-se na redução do nível da atividade econômica e na elevação do desemprego. A retomada do processo inflacionário levou o Governo a promover o segundo choque econômico. Naquela oportunidade, o Índice Geral de Preços (IGP) registrou uma variação mensal equivalente a 21,11%. A edição do Plano Collor II estabeleceu como objetivo principal a desindexação da economia brasileira, procurando desarticular as ações vindouras dos agentes econômicos do comportamento dos indicadores da inflação pretérita.

Durante o ano de 1991, a política econômica esteve centralizada no congelamento dos preços, na elevação da taxa de juros e nas tentativas de controlar o déficit público e de promover superávits comerciais. Embora a diversidade das iniciativas da esfera pública na busca da regulação do crescimento econômico e dos controles diretos, houve, de fato, uma ausência de sincronia entre os diversos instrumentos de política econômica. O saldo resultou no aprofundamento da recessão em níveis até então não vivenciados pelos trabalhadores e empresários.

A posse do Ministro Marcílio Marques Moreira e o seu estilo de gerência estiveram entre os fatos importantes do ano. Após uma década em que ocorreram cerca de uma dezena de programas de estabilização e cinco congelamentos, a nova autoridade comprometeu-se a distanciar-se dos choques econômicos. A opção pelo caminho recessivo simplificou a sua tarefa. Todavia a promoção de medidas de cunho estrutural esteve muito aquém das necessidades reais da população brasileira.

Além da reforma no sistema financeiro e da abertura da economia para o exterior, a gestão Collor ensaiou algumas iniciativas no seu programa de privatização e encaminhou ao Poder Legislativo um projeto de reforma tributária. Porém a sociedade ressentiu-se da inexistência de um grande acordo político que visibilizasse enfrentar a crise e trazer a esperança à parcela considerável da população que se encontra à margem do processo

produtivo. Assim, o Projeto de Reconstrução Nacional e o Programa de Saneamento Financeiro e Ajuste Fiscal, anunciados pelo Presidente da República, tendem a tramitar ilimitadamente pelo Congresso sem que haja uma perspectiva concreta de solução. Tratam de temas complexos e controvertidos.

Por outro lado, o comportamento da inflação voltou a merecer a prioridade das atenções das autoridades no mês de outubro. Houve a mididesvalorização cambial e o retorno à discussão em torno do processo hiperinflacionário. O índice de Preços ao Consumidor, o IPC-FIPE, cresceu, aproximadamente, nove pontos percentuais de setembro para outubro. Desde então, houve uma alteração na tendência dos indexadores. A própria recessão, ao conter a demanda, incumbiu-se, em parte, de manter o índice de preços em um novo patamar. Entretanto, o desafio de estabilizar preços permanece como a questão central para o Governo Federal em 1992. Ao formalizar o acordo com o FMI, o Brasil está se comprometendo a um crescimento nulo do PIB para o próximo ano. Essa meta pressupõe mais recessão. Certamente será um período delicado para as economias regionais, que iniciam um novo ano com uma dívida social imensa a saldar.

Dentro desse contexto, como seria de se esperar, o desempenho da economia gaúcha em 1991 situou-se bastante aquém do que seria desejável. No caso do Rio Grande do Sul, deve-se salientar que, além das dificuldades que afetaram indistintamente os segmentos industriais e comerciais em todos os Estados, a agricultura registrou uma das piores safras dos últimos anos. Com relação ao ano anterior, o PIB do Rio Grande do Sul sofreu um decréscimo global, estimado em 2,8%. Esse fato é tão mais grave quando se tem presente que, em 1990, o PIB gaúcho já havia experimentado uma redução da ordem de 3,0%, o que significa uma redução na renda "per capita" estadual de, respectivamente, 4,3% e 4,0%.

Em nível setorial, ressalta-se o agravamento do quadro de dificuldades que envolve a agropecuária do Rio Grande do Sul. Após um desempenho negativo de 2% em 1990, esse setor apresenta uma violenta contração de 21% no seu desempenho em 1991. Com exceção do arroz, que teve um crescimento de 19,3% em sua produção, as outras quatro principais culturas estaduais, soja, milho, trigo e fumo, registram "performances" negativas de, respectivamente, -64,8%, -48,1%, -33,8% e -8,8%. Dentro desse quadro, salvou-se a pecuária, com um crescimento de 9,3% com destaque para a produção de aves (10,7%) e de suínos (20,2%).

No que se refere ao setor industrial, verifica-se que, mesmo acusando uma certa recuperação em relação ao péssimo resultado de 1990 (-8,8%), a indústria gaúcha ainda permaneceu fortemente afetada pela recessão que se verifica em nível nacional, tendo apresentado uma taxa de -3,0% em 1991. Dentre os subsetores que a compõem, observa-se a recuperação da construção civil, que, de uma taxa negativa de 3,4% em 1990, alcança a marca de 3,3 pontos percentuais em 1991, e o bom desempenho dos serviços industriais de utilidade pública, com uma taxa de 4,4%, mantendo a sua trajetória de desempenho positivo dos últimos anos. Considerando-se a sua forte participação no PIB industrial, vale a pena examinar mais detidamente o comportamento da

indústria de transformação no Rio Grande do Sul. A partir de um crescimento bastante modesto de 1,7% em 1989, esse segmento industrial passa por uma redução bastante drástica de, aproximadamente, 11% em 1990, atingindo o patamar de 4,7% em 1991. Tendo em vista a sua forte articulação com a economia nacional, a indústria gaúcha tem, historicamente, acompanhado, com ligeiras oscilações, o desempenho de sua congênera brasileira. Nos últimos três anos, entretanto, observa-se que o parque fabril Rio-grandense tem se mostrado mais sensível aos efeitos da crise que atravessa a economia brasileira. Os últimos dados disponíveis para 1991 não só confirmam essa tendência, como apontam no sentido de seu agravamento. Com efeito, a taxa acumulada dos oito primeiros meses desse ano indica que a indústria de transformação do Rio Grande do Sul apresentava, até agosto, uma taxa de -5,3% contra uma de -0,5% a nível de Brasil. Esse fenômeno explica-se, fundamentalmente, pelas restrições que têm ocorrido no processo de crescimento de três dos principais gêneros que compõem a indústria de transformação sulina: mecânica, material de transporte e química. Verificam-se, na comparação desses gêneros com seus congêneres em nível nacional, "performance" altamente desfavoráveis à indústria local, quais sejam; mecânica, -26,7% (RS) contra -13,7% (BR); material de transporte, -19,4% (RS) "versus" 1,5% (BR); e química, -12,4% (RS) ante 5,8% (BR). A simples comparação desses dados revela que segmentos importantes do parque manufatureiro regional têm enfrentado maiores dificuldades frente ao processo recessivo e aos ajustes que vêm ocorrendo na economia brasileira. Esse é o caso, por exemplo, do setor de máquinas e implementos agrícolas, no qual o Rio Grande do Sul detém a liderança nacional, que, até agosto de 1991, havia sofrido uma retração no seu faturamento, de 35% em relação a igual período do ano anterior.

No setor serviços, como seria de se esperar, o comércio foi o segmento mais duramente afetado pela crise, apresentando uma taxa estimada de -5,1%. Entretanto, dado o desempenho bastante favorável do segmento de comunicações (10,6%) e do Governo (5,4%), em seu conjunto o setor serviços logrou alcançar uma taxa global de 2,2%.

Finalmente, é oportuno referir que, mesmo sem se dispor, até o momento, das estimativas preliminares para o PIB do Brasil, é certo que o desempenho da economia do Rio Grande do Sul se situará bastante aquém do nacional, tendo em vista, principalmente, a já referida taxa negativa de 21,2% para a agropecuária gaúcha frente à previsão de um crescimento entre 2 a 3% para o País.

**II - O DESEMPENHO DAS FINANÇAS  
PÚBLICAS DO ESTADO EM 1991**

- 1 - A Busca do Equilíbrio  
Orçamentário**
- 2 - A Renegociação da Dívida  
Pública**
- 3 - A Retomada dos Investimentos**

## II - O DESEMPENHO DAS FINANÇAS PÚBLICAS DO ESTADO EM 1991

### 1 . A BUSCA DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO

A gestão das finanças públicas pelo Governo, ao longo do exercício de 1991, realizou-se no contexto de constrangimentos e adversidades. O Estado encerrou o ano de 1990 apresentando execução orçamentária marcada por acentuados desequilíbrios, que evidentemente se projetaram para o período seguinte. O déficit operacional atingiu 20,2% da Receita Própria Líquida e o déficit orçamentário situou-se em 3,3% da Receita Total em 1990. Este último só não foi maior devido à realização de expressivo volume de operações de crédito, que permitiram financiar cerca de 70% do déficit operacional do período.

Já não foi assim no primeiro trimestre de 1991. Ao assumir o atual, em março de 1991, o déficit operacional atingira 15,7% da Receita Própria Líquida e o déficit orçamentário elevou-se para nada menos do que 20,6% da Receita Total.

Diante dessa realidade orçamentária, a atual administração não mediu esforços para buscar o equilíbrio das receitas e despesas correntes, de modo a evitar pressões adicionais originadas do déficit, além daquelas, já isoladamente expressivas, resultantes do serviço da dívida pública e dos débitos de funcionamento pendentes de regularização.

Inúmeras medidas foram tomadas pela nova administração no sentido de aumentar receitas e conter gastos:

- Desencadeou-se combate implacável contra a sonegação fiscal, tendo inclusive sido decretada a prisão de responsáveis por atos de evasão fraudulenta;
- A ação fiscal no combate à sonegação gerou recursos da ordem de Cr\$ 214,5 bilhões em 1991, a preços de dezembro, que representam 91,3% de crescimento real com relação ao ano anterior;
- Intensificou-se a cobrança da dívida ativa e dos contribuintes inadimplentes: a Operações Devedores promoveu aumento real de 232,0% com relação ao ano anterior no ingresso médio mensal de recursos no Tesouro do Estado através da cobrança administrativa;
- Implementou-se política restritiva na concessão de parcelamento de créditos tributários;
- Implantou-se o Sistema Integrado de Administração de Caixa (Caixa Único) envolvendo a administração direta e a indireta, inclusive as empresas estatais;
- Os gastos de manutenção foram racionalizados;

- As transferências às entidades da administração indireta (autarquias, fundações e sociedades de economia mista) foram extremamente contidas: as transferências de capital deverão situar-se em 5% da Receita Própria Líquida no encerramento do exercício de 1991, contra 18% no exercício anterior.

No mesmo sentido da racionalização e contenção de despesas, o Governo desencadeou uma profunda reforma administrativa do Estado, com extinção e fusão de órgãos e entidades, eliminação de distorções, criação de fundo de incentivo à demissão voluntária de servidores, iniciativas essas que visam adequar a estrutura e o funcionamento do Executivo com vistas à melhoria de qualidade dos serviços públicos.

Os resultados alcançados foram extremamente significativos. Segundo as previsões disponíveis, a execução orçamentária do exercício de 1991 deverá ser concluída apresentando equilíbrio operacional, tendo sido zerado, portanto, o déficit público corrente. Por sua vez, o déficit orçamentário deverá situar-se em torno de 7,0% da Receita Total, déficit esse resultante exclusivamente da pressão das amortizações e encargos da dívida mobiliária, como se verá adiante.

Ao longo do ano de 1991, a administração teve que dedicar esforço adicional voltado para a regularização dos débitos em atraso:

- Procedeu-se à regularização do pagamento da folha de pessoal;
- O atraso no pagamento de fornecedores foi reduzido de até 180 dias para 30 dias em média;
- O pagamento das consignações foi colocado em dia;
- Regularizou-se o repasse do ICMS e do IPI exportação destinados aos Municípios;
- Regularizou-se também as transferências das cotas constitucionais devidas ao Instituto de Previdência do Estado, estando em negociação os débitos anteriores em atraso;
- Promoveu-se o acerto individualizado no passivo trabalhista e previdenciário de entidades da administração indireta;
- Foi regularizado o pagamento dos precatórios da administração direta e indireta do Estado.

É preciso levar em conta que esses ajustes foram promovidos apesar das adversidades do ambiente macroeconômico no qual se insere o comportamento das finanças públicas estaduais. No período de março a dezembro de 1991, a taxa de inflação apresentou sistemático crescimento, passando de 8% para cerca de 25% ao mês. No mesmo período, os índices de expansão do produto e das vendas, tanto no âmbito nacional como regional, apresentaram significativa desaceleração, indicada pelas taxas de desemprego e pelo decréscimo dos salários reais. Nessas condições, o comportamento da receita pública do Estado, semelhante ao verificado nas demais unidades da Federação, não poderia ter sido

outro que não o de redução real, estimada em torno de 7,0% em relação ao ano anterior, representando, em valores de dezembro/91, perda de Cr\$ 157,0 bilhões. Se for levada em conta a redução de 2,8% estimada para o PIB do Estado, resultante de forte retração da atividade agrícola (-21,2%), em decorrência da quebra de safra ocorrida nas principais culturas, industrial (-3,0%) e comercial (-5,1%), pode considerar-se tal queda como moderada, só não sendo maior devido ao intenso, persistente e eficaz esforço de fiscalização e arrecadação levadas a cabo pelas autoridades fazendárias do Governo do Estado.

A forte restrição imposta pelo lado da receita, a qual o Governo Estadual foi forçado a submeter-se, uma vez que decorre essencialmente de fatores externos e alheios ao seu controle, vinculados à política econômica restritiva adotada pelo Governo Federal, permite que seja devidamente valorizado o profícuo resultado alcançado pela atual administração em termos de racionalização e contenção de gasto público. Foi a sua capacidade de reduzir despesas que possibilitou ao Governo, em condições econômicas globais extremamente adversas, sem ter ainda concluído seu primeiro ano de gestão, atingir o planejado equilíbrio orçamentário de receitas e despesas correntes. Permanecem como desafios, para 1992, por um lado a sustentação do equilíbrio conquistado, através da intensificação da política de combate à queda na arrecadação de impostos e de austeridade no gasto, e, por outro lado, a redução do ônus causado pelos custos financeiros da dívida pública, que se espera venha a se concretizar através da consolidação e renegociação das dívidas estaduais aprovadas no final do ano pelo Congresso Nacional.

## 2 . A RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

No dia 20 de dezembro de 1991 o Senado aprovou o Projeto de Refinanciamento das Dívidas de Estados e Municípios - cerca de US\$ 70 bilhões, dos quais US\$ 3,6 bilhões relativos ao Estado do Rio Grande do Sul. Essa conquista dos Estados deveu-se, em grande parte, ao decisivo papel do Poder Executivo Rio-grandense exercido ao longo do difícil ano de 1991, sendo o Governo do Estado pioneiro na formulação de proposta de globalização e federalização das dívidas estaduais, vital para a retomada dos investimentos prioritários do setor público estadual.

O estoque da dívida, sob as condições do mercado financeiro que prevaleceram até a metade do segundo semestre de 1990, não pressionou concretamente o Governo Estadual. Tanto é assim que em 1990, apesar do Serviço da Dívida representar 18,2% da Receita Própria Líquida, o Serviço da Dívida Líquida apresentou, ao invés de saída de recursos do Tesouro, um ingresso equivalente a 14,9% da Receita Própria Líquida mediante novos financiamentos.

As dificuldades impostas pela política monetária do Governo Federal, já no segundo semestre de 1990, resultaram em previsão bem menos otimista para o orçamento de 1991. Neste previa-se que o Serviço da Dívida/Receita Própria Líquida seria igual a 19,3% e o Serviço da Dívida Líquida/Receita Própria

Líquida igual a -1,3%. Fim do ano de 1991, as dificuldades mostraram-se maiores que aquelas estimadas anteriormente, com o Serviço da Dívida/Receita Própria Líquida elevando-se para 25% e o Serviço da Dívida Líquida/Receita Própria Líquida em torno de 10,6%, de acordo com as previsões disponíveis. Tal índice representou pesado ônus que a gestão financeira federal impôs aos Estados com elevados e antigos débitos e aí se encontra o RS junto com SP, RJ e MG, justificando-se assim o esforço realizado pelo Governo ao longo do exercício de 1991, visando a que o Estado se tornasse administrável frente à nova realidade do mercado.

Quando assumiu o novo Governo, em 15 de março, o Tesouro do Estado já havia pago, relativamente ao ano de 1991, apenas em custo adicional de rolagem para os bancos privados, valor equivalente a US\$ 34,7 milhões. Através do "Memorando de Entendimentos" assinado com o Governo Federal em abril de 1991, o Governo do Estado conseguiu, temporariamente, a conversão de parcela de sua dívida mobiliária para títulos federais de melhor aceitação no mercado, além da diminuição das restrições do Banco Central às aplicações em títulos estaduais no Fundo de Aplicações Financeiras (FAF). Propiciou-se, assim, certa folga para o Tesouro do Estado, materializada na queda dos custos de rolagem do valor de Cr\$ 250 milhões/dia (17 de abril) para Cr\$ 20 milhões/dia (18 de abril - data de assinatura do "Memorando").

No entanto, as alterações na equipe econômica, a vigência temporária do "Memorando", a conversão apenas parcial de títulos estaduais em federais e a perspectiva de agravamento da situação a partir de setembro, quando começariam a voltar ao mercado os títulos estaduais bloqueados, levaram o Governo do Estado a elaborar e defender uma proposta de âmbito nacional: a globalização e federalização das dívidas estaduais. Através de documentos enviados a partir de junho/91 ao Governo Federal e coordenado encontros com outros Governos Estaduais, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul esteve sempre em posição de vanguarda na busca de solução definitiva para o endividamento dos Estados. Pleiteava-se a substituição das LFTes por Letras do Banco Central (LBC) ou a substituição das LFTes por novos contratos, envolvendo financiamento de médio e longo prazo. Quanto à dívida por contratos, sugeria-se a organização de um "pool" dos bancos federais para melhor administrá-la. Na verdade, o grande objetivo da "Proposta" era zerar o custo adicional de rolagem da dívida mobiliária e melhorar as condições de pagamento das dívidas por contrato.

O segundo semestre de 1991 foi marcado pelo agravamento da crise de financiamento dos títulos estaduais, em decorrência da rígida política monetária executada pelo Banco Central, que deixava as finanças estaduais à mercê dos bancos privados. Chegou-se ao fim do mês de novembro de 1991, no caso do RS, com um gasto acumulado no ano, apenas como custo adicional, de aproximadamente US\$ 100 milhões, equivalente a cerca de duas terças partes da arrecadação mensal do ICMS. Eram recursos vultosos que o Governo do Estado via-se obrigado a deslocar de importantes investimentos para o setor financeiro privado como adicional de risco pela falta de maior credibilidade do Estado junto ao mercado. Nesse período, o Governo gaúcho, ao mesmo tempo



em que tentava administrar o financiamento da dívida com os menores custos possíveis, oferecia novas alternativas no sentido do saneamento financeiro estadual, sem qualquer ônus para o Governo Federal ou para os credores, chamando assim a atenção dos demais Estados da Federação para a urgência de rápida solução. Dessa forma, conseguiu-se formar o consenso entre Estados, permitindo a negociação conjunta com o Governo Federal, do que resultou a aprovação, pelo Congresso Nacional, do projeto de refinanciamento.

Pelo projeto, a União assumirá a dívida dos Estados e Municípios, com refinanciamento do débito em 20 anos, Juros de 6% ao ano e atualização pelo IGP-M, no caso da dívida por contratos. Para a dívida em títulos, o projeto aprovado prevê que os Estados pagarão ao Tesouro Nacional a remuneração média dos títulos do Governo Federal (LFT). Dessa forma, graças à incisiva ação do novo Governo e desde que sejam implantados pela União os termos contidos no Projeto de Refinanciamento, o Estado poderá libertar-se dos enormes custos de carregamento, abrindo-se o caminho para a sua política de investimentos.

### 3 . A RETOMADA DOS INVESTIMENTOS

O reequilíbrio orçamentário e a renegociação global da dívida pública constituíram iniciativas fundamentais do Governo do Estado no ano de 1991, visando à recuperação de sua capacidade de investir.

No ano de 1990, a taxa de investimentos com recursos próprios foi de apenas 6,3% da Receita Própria Líquida. Os restantes 20,2% foram financiados mediante operações de crédito. Era inadiável reverter tal situação. Primeiramente, porque o Tesouro do Estado não podia mais suportar o ônus representado pelo serviço da dívida, particularmente diante das condições vigentes no mercado financeiro nacional, como já foi dito. Em segundo lugar, porque era absolutamente imprescindível que o Estado elevasse sua taxa de investimentos, não só para fazer frente ao agravamento da recessão econômica nacional, como também pelo imperativo de melhorar a qualidade da prestação dos serviços públicos, muito especialmente naquelas áreas consideradas de atendimento prioritário: educação, agricultura, saúde e segurança pública.

Os resultados colhidos no exercício de 1991, embora ainda limitados, foram positivos. serão realizados investimentos da ordem de 12,5% da Receita Própria Líquida, financiados integralmente com recursos próprios. O quadro de dificuldades enfrentado, tanto pelo lado do comportamento da receita, como pelo das despesas financeiras, especialmente as decorrentes da rolagem da dívida mobiliária, não permitiram, no entanto, que a taxa de investimentos alcançasse os níveis desejados.

Para o ano de 1992, espera-se um comportamento mais favorável da taxa de investimentos. No orçamento em execução, o Governo trabalha para elevar a 19,4% da Receita Própria Líquida a

contrapartida de recursos próprios para financiar o investimento público do Estado.

Essa meta de investimentos programados, naquele que é o primeiro orçamento elaborado pela atual administração, não deixa de ser ambiciosa, se considerando o contexto recessivo que certamente continuará a vigorar na economia do país. Entende o Governo do Estado, todavia, que todo o empenho necessário deverá ser feito para concretizá-la, uma vez que expressa dupla exigência da sociedade Rio-grandense. Por um lado, a integração cada vez maior do Estado com a comunidade, constituindo-se em efetivo agente indutor do desenvolvimento econômico e social, regionalmente equilibrado. Por outro, a melhoria da qualidade dos serviços públicos, especialmente nas áreas da educação, saúde, segurança pública e apoio ao pequeno produtor rural. Nesse sentido, é digno de destaque o fato de que 63,4% do investimento total previsto para 1992 será canalizado para tais áreas prioritárias, enquanto, na média dos anos anteriores (1988 a 1991), o percentual situou-se em 25,4%. Nada mais revelador da efetiva determinação do novo Governo em tornar realidade sua política de prioridades sociais, em sintonia com as expectativas do povo do Rio Grande do Sul.

Quanto ao Orçamento Geral da União para o exercício de 1992, na parcela de recursos regionalizados, isto é, aquelas dotações já especificadas para os Estados, ao Rio Grande do Sul foram destinados, a preços de abril/91, Cr\$ 97,8 bilhões, equivalentes a US\$ 375,5 milhões, enquanto no Projeto de Lei encaminhado pelo Executivo Federal constavam Cr\$ 48,8 bilhões (US\$ 187,2 milhões) para investimentos no Estado. Esse acréscimo de 100,6% deve-se ao esforço conjunto do Governo do Estado e da bancada federal gaúcha, que conseguiram reverter, em parte, a má distribuição dos recursos inicialmente prevista no Projeto de Lei do Orçamento Federal. Os investimentos regionalizados do Orçamento Geral da União (US\$ 375,5 milhões, adicionados aos investimentos previstos no Orçamento Geral do Estado para 1992, equivalentes a US\$ 469,1 milhões, representam, em conjunto, 34,9% da Receita Própria Líquida do Estado, ou a cerca de 2,6% do PIB-RS.

Acrescidos os investimentos previstos pelas empresas públicas do Estado para 1992, com recursos assegurados (US\$ 765 milhões), alcançam a soma de US\$ 1.609,6 milhões, equivalente a 5,0% do PIB-RS.

Este patamar de investimentos públicos recoloca o desempenho do Estado em nível dos melhores anos da década de 70. Para atingi-lo, no entanto, será necessário um esforço conjunto de toda a sociedade, e não apenas do Executivo Estadual.

O Governo do Estado conclama, pois, à colaboração dos Poderes Legislativos e Judiciário, da iniciativa privada, dos servidores públicos e de todo o povo Rio-grandense no sentido de somar forças para que tais metas de investimentos públicos sejam alcançadas, uma vez que se revestem de elevada prioridade social e tornam-se absolutamente necessárias para minorar os efeitos da conjuntura recessiva com que se defronta o País.

**ATUAÇÃO**  
**DO**  
**SETOR PÚBLICO DO ESTADO**

## **I - GABINETE DO GOVERNADOR**

- 1 - Gabinete do Vice-Governador**
- 2 - Casa Civil**
- 3 - Casa Militar**
- 4 - Secretaria Especial para Assuntos Internacionais**
- 5 - Procuradoria-Geral do Estado**
- 6 - Secretaria Especial de Comunicação Social**
- 7 - Conselho de Apoio às Ações Comunitárias**

**GABINETE DO VICE-GOVERNADOR**

O Gabinete do Vice-Governador do Estado, criado através do Decreto nº 21.082, de 22 de março de 1971, tem a finalidade de assessorar o Vice-Governador no desempenho das atribuições constitucionais, nos aspectos administrativos e técnicos, dentro do posicionamento da política governamental. Configura-se como uma atividade-meio, não desenvolvendo ações fins na execução dos Projetos do Governo.

Através da Atividade 2088 - Formulação e Coordenação da Política Governamental, foram alocados recursos, em 1991, na ordem de Cr\$ 50.999.624,15 (cinquenta milhões, novecentos e noventa e nove mil, seiscentos e vinte e quatro cruzeiros e quinze centavos).

A Assessoria ao Vice-Governador expediu 209 ofícios, recebeu 169; concedeu 184 audiências; acompanhou pleitos dirigidos aos diversos órgãos da administração pública, provenientes de Prefeituras Municipais, sindicatos, servidores públicos, cidadãos; assessorou 74 palestras; protocolizou 218 processos; expediu 74 telex, recebeu 108; expediu 1.654 correspondências e recebeu 1.026.

A Assistência Militar do Gabinete executa suas tarefas no sentido de assistir diretamente ao Vice-Governador em assuntos de natureza militar e responder pela sua segurança. A chefia da Assistência Militar é responsável pelo desenvolvimento das atividades do órgão e pela coordenação da segurança; a Ajudância-de-Ordens, acompanha e assiste ao Vice-Governador nas atividades oficiais e particulares quando necessário; a Unidade de Segurança organiza e responde pela segurança do Vice-Governador, familiares, planos de viagens, destacamentos precursores e transporte.

A Chefia da Assistência Militar teve que alocar recursos especiais junto à Secretaria da Fazenda para que o órgão tivesse condições de funcionamento, haja vista que durante o exercício anterior o Gabinete havia sido desativado e suas rubricas zeradas.

Foram visitados 93 (noventa e três) Municípios, alguns dos quais por diversas ocasiões, sendo destacadas como mais significativas as instalações dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento e do Governo no interior.

**CASA CIVIL**

A Casa Civil, órgão integrante do Gabinete do Governador, tem como atribuição precípua prestar assessoramento imediato ao Governador do Estado nos assuntos pertinentes à administração civil, além de coordenar e promover a divulgação das atividades governamentais.

No que se refere à assessoria jurídica e legislativa foram elaborados e encaminhados ao Poder Legislativo 533 Projetos de Lei e 135 vetos entre totais e parciais, redigidos 329 Decretos e editadas 21 Ordens de Serviços, realizados 245 convênios; elaboradas 13 Emendas Constitucionais; atendidos 147 pedidos de informações e examinados 1.493 processos e foram encaminhadas 18 mensagens retificativas. No transcorrer do ano de 1991, foram desarquivados 32 Projetos de Lei dos anos anteriores.

Com referência ao assessoramento administrativo destacam-se a revisão de processos e o exame de atos oriundos dos diversos órgãos da administração estadual, totalizando, entre processos, atos e despachos do Governador do Estado 3.812 e do Chefe da Casa Civil 4.591.

No plano das subvenções e auxílios foram distribuídos recursos financeiros a entidades de natureza assistencial, desportiva, cultural e classista, a Municípios, e, ainda, a estudantes e pessoas carentes, perfazendo um total de Cr\$ 15.857.225,00 (quinze milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil, duzentos e vinte e cinco cruzeiros).

No que tange à Unidade de Administração e Finanças, a Subchefia Administrativa, que tem por escopo final a racionalização operacional em sua atividade-fim, se propôs e obteve resultados altamente satisfatórios, que vieram ao encontro do bom uso dos recursos públicos.

A normalização de tais atividades se fez presente desde as mais singulares providências, tais como: bloqueio de telefones, supressão do uso indiscriminado de linhas em aberto, com seu conseqüente desligamento, previsão e controle nos gastos com água e luz, culminando com a denúncia de contratos de prestação de serviços, alguns deles contendo cláusulas leoninas.

Cabe referir ainda:

- Medidas saneadoras, que buscaram prevenir e evitar a proliferação de pedidos inconsistentes e contrários à legislação que regula a matéria, evitando vícios na concessão de auxílios financeiros a entidades e pessoas;
- Deficiente controle na utilização de material e dos estoques do almoxarifado, graças à modernização nos métodos de aferição aplicados, sendo que o processamento e informatização foram responsáveis pela agilização e eficiência obtidas;
- A inexistência de qualquer despesa a ser relacionada como de exercício anterior, fato, se não inédito, de estrito cumprimento do dever funcional;
- O Projeto Guerra à Miséria, pela sua grandiosidade, inscreve-se como um imenso canteiro de obras sociais a serem construídas ao longo do exercício.

Quanto à Assessoria de Informática da Subchefia de Assuntos Administrativos (AI-SAA), instituída em maio de 1991 com o objetivo de coordenar o processo de informatização do Gabinete

do Governador, desenvolveu, a par das atividades destinadas à manutenção da base de dados e sistemas até então disponíveis, particularmente as relacionadas a seguir.

#### **A - INFORMATIZAÇÃO DO GABINETE E DA CASA CIVIL**

Constituição, implantação e funcionamento do Comitê de Informática do Gabinete do Governador, órgão técnico consultivo e integrado por representantes dos diversos órgãos que o compõem.

Como suporte executivo às decisões do colegiado, a Assessoria de Informática desenvolve atividades constantes e permanentes, visando à integração interna e coordenando o processo global de informatização do Gabinete. No plano externo, a AI-SAA tem participado de reuniões técnicas com diversas entidades da administração pública direta e indireta, no sentido de obter as informações necessárias à manutenção do SIG-RS.

#### **B - PROJETO SIG-RS (Sistema de Informações Governamentais)**

Está concluída a concepção, desenvolvimento, implantação e manutenção, em conjunto com a PROCERGS, do Sistema de Informações Governamentais/RS (SIG-RS), cujo objetivo é subsidiar o Governador do Estado com informações de caráter gerencial, a partir dos diversos bancos de dados e sistemas mantidos pela Administração Estadual.

O SIG-RS marcou o início de um trabalho integrado entre os diversos órgãos do Executivo, seja através dos aspectos técnicos de criação e desenvolvimento, seja na participação como fornecedores de dados e informações, tudo respaldado pela busca das soluções mais adequadas, modernas e eficientes. Já estão disponíveis, tanto nos equipamentos do Gabinete, da Casa Civil e no "note book" fornecido ao Governador do Estado, um conjunto de sistemas e banco de dados sobre finanças, educação, obras, economia regional e outras informações municipais, através do Sistema SIM. As principais empresas estatais - CEEE, CORSAN e CRT, estão participando do SIG-RS através da preparação de dados a serem informados ao Sistema e definidos em reuniões conjuntas.

#### **C - SISTEMA INTEGRADO DE PLEITOS (SIP) - RS/SC/PR/MS**

A Assessoria de Informática da Subchefia de Assuntos Administrativos (AI-SAA), representando o Gabinete do Governador e Casa Civil, está participando de uma iniciativa patrocinada pelos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, componentes do CODESUL - Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul, busca juntar os esforços e a representatividade dos mesmos, arregimentando força política para pleitear, junto aos diversos órgãos da administração federal, os recursos necessários para a implantação de projetos de interesse comum ou individualizado. A concepção do SIP, cujo desenvolvimento está sendo coordenado pela

AI-SAA, está embasada na premissa de que é essencial para o êxito na obtenção de recursos federais, num primeiro momento, a elaboração coordenada dos planos e projetos dos Governos de cada Estado, sem perder de vista os interesses regionais comuns e o poder político que se materializa num plano de desenvolvimento realmente integrado, nos moldes do que está sendo proposto para o CODESUL.

Quando de sua implantação, o SIP terá condições de subsidiar os contatos dos diversos representantes dos Estados (tanto do Executivo e do Legislativo como de outras lideranças, em diversos níveis) junto ao Governo Federal na constante atividade de busca de recursos ou inclusão de projetos nos orçamentos dos diferentes órgãos financiadores. Além deste suporte no acompanhamento dos pleitos estaduais, será objetivo permanente do SIP, através da atuação integrada dos Escritórios de Representação em Brasília, a pesquisa de alternativas para enquadramento de pleitos encaminhados ou mesmo para a apresentação de novos projetos, de acordo com a existência de recursos nos diferentes Ministérios.

#### D - DIAGNÓSTICO E PROPOSTA PARA O SISTEMA DE PROTOCOLO INTEGRADO

Atendendo determinação do Governador, a AI-SAA teve oportunidade de realizar estudos e elaborar diagnósticos da situação do Sistema de Protocolo Integrado (SPI) mantido pela PROCERGS e que tem como usuários dezenas de órgãos do Executivo, além do Legislativo e Judiciário. Foi apresentada proposta de trabalho para corrigir as dificuldades operacionais motivadas pela insuficiência de relatórios de cunho gerencial; pela deficiente operação do sistema; pelo entendimento do mesmo como um mero encargo burocrático-administrativo e pelo desconhecimento por parte da maioria dos usuários dos integrantes do Sistema.

A representação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, em Brasília-DF, tem acompanhado os pleitos solicitados pelo Executivo e seus órgãos, mantendo contatos com organismos internacionais e Embaixadas de países com os quais o Brasil mantém relações diplomáticas.

O Fundo Especial de Reparcelamento dos Serviços de Segurança Pública - FUNDESP/RS, cuja administração foi delegada ao Chefe da Casa Civil pelo Decreto nº 34.119, de 13/12/91, custeou obras de reformas para a Brigada Militar (BM) e Polícia Civil (PC).

Com relação às obras em andamento, o número é de 24 para a BM e de 39 para a PC, tendo sido concluídas 13 obras conveniadas para a BM e 10 para a PC, totalizando 7.291,98 m<sup>2</sup>. Atualmente, existem 35 pedidos de novas obras em condições de firmar convênios.

Em destaque especial, encontra-se o Projeto POLÍCIA EQUIPADA - COMUNIDADE PROTEGIDA, que prevê aquisição de viaturas em convênio (50% do custo para o Estado e 50% para o Município).



Finalmente, com a dotação orçamentária para 1992, acrescida do saldo financeiro disponível em 31 de dezembro de 1991, será possível manter os investimentos previstos em obras, viaturas, material permanente e equipamentos, bem como incluir-se novas obras a serem convenientes.

### 3 - CASA MILITAR

A Casa Militar, conforme os Decretos n.ºs 31.139, de 20/4/83 e 33.506, de 30/3/90, compõe-se de uma Chefia e de quatro Subchefias, a saber: Operações, Administrativa, Defesa Civil e Telecomunicações. Dentre as atribuições de competência da Casa Militar, destacam-se:

- Realizar a segurança pessoal do Governador do Estado, familiares, Palácio Piratini e Palácio das Hortências;
- Organizar e dirigir os serviços de transporte dos Palácios;
- Locar veículos e aeronaves;
- Coordenar o Sistema Estadual de Defesa Civil e os serviços de Telecomunicações;
- Atuar junto à Secretaria da Justiça, do Trabalho e da Cidadania e ao Cerimonial na recepção a autoridades em visita ao Estado, provendo, quando couber, as honras militares e o serviço de assistência militar;
- Planejar e dirigir a execução das viagens governamentais, de acordo com orientações recebidas, e realizar os serviços de destacamento precursor às viagens governamentais.

A Subchefia de Operações acompanhou, nas atividades de informações, os mais diversos tipos de manifestações de classes, tais como: greves do magistério, da CEEE, do BANRISUL, do Hospital Lazzarotto e do INSS; prisão dos fugitivos do Presídio de Bagé, invasões de terras no Estado e de conjuntos habitacionais.

Foram planejadas viagens e visitas governamentais no Estado e em outras unidades da Federação, bem como recepção a autoridades nacionais e estrangeiras.

A Seção de Segurança atuou junto à ala de autoridades do Aeroporto Salgado Filho e na precursoria com o reconhecimento dos locais de eventos.

A Subchefia de Telecomunicações desenvolveu atividades relativas à visualização de imagens do radar meteorológico da Universidade Federal de Pelotas; ao cadastro e controle de fluxo de telefones, e ao disque denúncia para a Secretaria de Comunicação Social. Também atuou junto às Subchefias de Defesa Civil e Administrativa.

Os recursos humanos da Subchefia de Telecomunicações freqüentaram cursos com vistas a treinamento específico na área.

A Coordenadoria Estadual de Defesa Civil iniciou o período enfrentando a situação de emergência ocasionada pela estiagem que afetou 218 municípios, e também os problemas decorrentes de enchentes na Região Sudoeste.

Entre os projetos da Coordenadoria, há a destacar o dos Poços Artesianos, cujo recurso foi definido em convênio assinado com o Ministério da Ação Social, que prevê a perfuração de mais de mil poços até 1994.

Outra atividade do órgão diz respeito ao transporte de cargas perigosas em rodovias federais e estaduais, além de integração com órgãos de outras esferas administrativas, participando em seminários e palestras.

#### 4 - SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS INTERNACIONAIS (SEAI)

A necessidade de maximizar potencialidades econômicas, objetivando atingir níveis mais elevados de competitividade regional, face a tendência mundial de globalização de mercados, exige dos setores público e privado compatibilização e modernização de suas estruturas e funcionamento.

Diante deste cenário, a Secretaria Especial para Assuntos Internacionais, como responsável pela política de relacionamento internacional do Estado, vem buscando permanentemente a inserção do Rio Grande do Sul neste processo.

Para tanto, tem desenvolvido seus trabalhos através de três grandes áreas: Departamento de Assuntos de Integração, Departamento de Cooperação Internacional e Departamento de Negócios Internacionais.

A assinatura do Tratado de Assunção, em março de 1991, ampliou as atividades, na medida em que estendeu o processo de integração Brasil-Argentina ao Paraguai e Uruguai para formação do MERCOSUL - Mercado Comum do Sul.

Este fato provocou mudanças amplas e profundas na dinâmica de trabalho da Secretaria Especial para Assuntos Internacionais. Entre as principais atividades destacam-se o acompanhamento da evolução dos Subgrupos, criados pelo Tratado de Assunção, cujos objetivos são harmonizar os diversos setores até o Mercado Comum; a criação dos Comitês Setoriais; a criação do Grupo CODESUL-MERCOSUL e o reconhecimento da Comissão Estadual para o Desenvolvimento Integrado da Fronteira - CEDIF, como o organismo canalizador das demandas estaduais junto ao Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Integração.

Ressalta-se, também, o lançamento do Disque MERCOSUL que se caracteriza pela prestação de serviços à comunidade, acessando informações e esclarecimentos.

A integração não se restringe aos aspectos econômicos, alcançando, também, o campo acadêmico e cultural.

Considerando que num Mercado Comum estão envolvidos todos os setores e segmentos da sociedade, a SEAI promoveu e participou de diversos eventos para esclarecimento, discussão e intercâmbio de informações e experiências.

O Departamento de Cooperação Internacional vem intensificando o relacionamento entre os órgãos e instituições estaduais e os países e instituições internacionais ofertantes, demandantes e agenciadores de cooperação em suas várias vertentes, pois, cada vez mais, a cooperação internacional tem se afirmado como um agente determinante do aprimoramento técnico, tanto do setor público quanto do privado.

Dentre as várias atividades em termos de cooperação, o relacionamento com os "Estados-Irmãos", estabelecido por Convênios de Fraternidade que uniram o Rio Grande do Sul a alguns Estados pertencentes a outros países, que guardam entre si determinadas similaridades, desenvolveu-se de forma destacada, visto ter possibilitado intercâmbios técnicos mais céleres, diretos e freqüentes entre órgãos do Estado e os congêneres naqueles países.

Além desta modalidade, também desenvolveu-se a Bolsa de Ofertas de Treinamento Técnico no Exterior e a Cooperação entre Países em Desenvolvimento.

Na área de Negócios Internacionais, a SEAI criou uma rede inteligente de negócios internacionais, que tem por objetivo promover e ampliar o relacionamento comercial do Rio Grande do Sul. Sua linha de atuação contempla três vetores básicos que são: a parceria com agentes privados para ações no Brasil e exterior; o desenvolvimento de sistema de informações e a articulação com as demais instituições do Governo.

O setor desenvolve quatro grandes programas, com projetos específicos: comércio exterior, planejamento estratégico, feiras e promoções, captação de recursos e investimentos.

Cumprir registrar que a demanda crescente de ações decorrentes de todo este processo multiplica o trabalho da SEAI na medida em que, por ser articuladora, necessita permear outros organismos estaduais para garantir resultados promissores, ao Estado.

#### A - DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS DE INTEGRAÇÃO

Durante o ano de 1991 foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- a - Lançamento do Programa Disque-MERCOSUL, através do qual se atende a qualquer consulta sobre o processo

de integração do Cone Sul, por telefone ou pessoalmente. Para tanto, foi criado um banco de dados, que contém vários tipos de informações, sendo que as mais importantes são as da "Bolsa de Negócios", onde são cadastradas empresas dos quatro países do MERCOSUL que desejam comprar, vender, oferecer serviços ou associar-se; as do cadastro de projetos sobre integração; do calendário de eventos, das listas de exceções, devendo agregar-se a este programa proximamente o "quem é quem no MERCOSUL". Foram registradas 1.200 consultas por telefone nestes seis meses de funcionamento. Em atendimentos pessoais, a média fica em torno de dez por dia.

- b - **Criação dos Comitês Setoriais, que constituem grupos articulados pela SEAI em conjunto com a FIERGS, e compostos por representantes das demais Secretarias de Estado, das Universidades, dos Sindicatos Empresariais, entre outros. Sua finalidade é estudar e propor diretrizes para os diversos complexos industriais da economia gaúcha face ao MERCOSUL, inclusive com os projetos de reconversão para as cadeias produtivas em que isto se mostrar necessário. Para a criação dos Comitês Setoriais foi assinado um Protocolo de Cooperação entre a FIERGS e o Governo do Estado através da SEAI. Foram implantados os Comitês Setoriais de Conservas de Frutas e Legumes, com sede em Pelotas, de Pescado em Rio Grande, do Vinho em Bento Gonçalves e da Lã em Bagé. Há outros Comitês Setoriais em processo de implantação.**
- c - **Seminário sobre Potencialidades Econômicas do Estado do Rio Grande do Sul, Frente ao Processo de Integração da América Latina, realizado no período de 28 de agosto a 02 de setembro de 1991. Este Encontro reuniu as representações diplomáticas de 22 países latinoamericanos com o objetivo de demonstrar o potencial econômico do Estado, focalizando os setores: coureiro-calçadista, metal-mecânico, moveleiro, agropecuário e turismo. O Seminário, promovido pela SEAI com o apoio da classe empresarial, teve sua programação desenvolvida em módulos entre as cidades de Novo Hamburgo, Caxias do Sul, Gramado e Canela.**
- d - **Participação na criação do grupo CODESUL-MERCOSUL, com o objetivo de trabalhar integradamente, na região sul do Brasil, as questões referentes ao Mercado Comum. A SEAI coordena a participação do RS neste grupo, e em 1991 tratou da política regional de integração, através da identificação de simetrias e assimetrias e da soma de esforços para a obtenção de melhores resultados para a região.**
- e - **Acompanhamento dos trabalhos realizados pelos sub-grupos técnicos do MERCOSUL e gestões para a criação**

de novos sub-grupos em áreas ainda não abrangidas pelos já existentes.

- f - **Coordenação da Comissão Estadual para o Desenvolvimento Integrado da Fronteira - CEDIF**, que tem como membros permanentes representantes indicados pela FAMURS, pela Assembléia Legislativa e setor privado e como membros consultivos todos os demais Secretários de Estado e presidentes das Federações empresariais. O objetivo principal desta comissão é definir as diretrizes da política para a região da fronteira internacional do Estado. A SEAI compete regular o seu funcionamento. Considerados a constituição e os objetivos da CEDIF, em 1991 esta Comissão foi reconhecida como o organismo canalizador das demandas estaduais junto ao Departamento das Américas do MRE. Para um tratamento mais adequado destas questões, a SEAI vem promovendo reuniões da CEDIF junto aos Comitês de Fronteira Uruguaiana-Paso de los Libres, Chuí-Chuy e Jaguarão-Rio Branco, sendo que desta última houve um desdobramento com reunião de técnicos do Governo do RS e do Uruguai para tratamento de temas específicos para esta fronteira referentes a energia, saneamento e telefonia.
- g - **Gestões de habilitação para importação e exportação e licença para transporte internacional dos Portos de Bagé-Aceguá, Jaguarão, Porto Xavier, Itaqui, Porto Biguá-Alecrim e Santa Rosa.**
- h - **Acompanhamento do trabalho realizado pela Agência Brasileira de Cooperação - ABC - Ministério das Relações Exteriores** que, em conjunto com o Governo uruguaio, objetiva a implantação de projetos binacionais em setores produtivos na região de fronteira Brasil-Uruguai.
- i - **Participação no III Festival de Turismo de Gramado** através da realização do Encontro com as Províncias do Nordeste Argentino, para discussão do setor turismo no âmbito da integração, e assessoramento para realização dos Encontros Técnicos sobre turismo no MERCOSUL que acontecerão paralelamente a FERVER/92 - Edição Internacional.
- j - **Acompanhamento dos trabalhos dos Comitês de Fronteira**, presididos pelos Cônsules com jurisdição nas áreas de fronteira, que objetivam equacionar os problemas operativos do trânsito de pessoas, mercadorias e veículos, bem como promover o desenvolvimento equilibrado da região. Compete, também, à SEAI gestionar as questões cuja alçada estejam em nível estadual.
- l - **Acompanhamento do projeto INTAL/BID** que objetiva realizar um diagnóstico sócio-econômico da Região Sul do Brasil e Nordeste da Argentina. Atualmente,

encontram-se em andamento seis projetos nas seguintes áreas: cooperação em comércio e em tecnologia na avicultura, cooperação em comércio e em tecnologia em produtos florestais, cooperação arroz, cooperação bovinos, cooperação tecnológica - para intercambiar pessoal e experiências veterinárias, zootécnicas e de agroindústrias, utilizando centros de aperfeiçoamento regionais, públicos e privados e cooperação de banco de dados.

- m - Projeto e execução conjunta com a Secretaria da Cultura e a Câmara Riograndense do Livro, através de Comissão, da Integração Latino-americana do Livro (nomeada pelo Governo do Estado), que constou de Seminário sobre temas ligados ao livro em sua forma mais ampla, exposição de exemplares raros e da própria Feira do Livro na Praça da Alfândega em Porto Alegre, com a participação dos Países do MERCOSUL.
- n - Assessoramento e apoio direto no planejamento de seminários técnicos sobre os impactos do Tratado de Assunção em diversas instituições de ensino superior.
- o - Consultoria e assessoramento nos projetos e atividades culturais internacionais das seguintes Instituições: Grupo dança; Coompor; Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore no projeto "Cavalcada pela Paz"; Secretaria de Cultura de Gramado - FEARTE; Prefeitura de Gramado - Festival de Cinema; Secretaria da Justiça, do Trabalho e da Cidadania - acompanhamento da Missão Técnica Sueca sobre Bem-Estar do Menor no RS e Câmara Riograndense do Livro.
- p - Apoio aos expositores estrangeiros e esclarecimento ao público sobre MERCOSUL durante Expointer/91.
- q - Participação como membro efetivo das seguintes comissões:
  - Comissão Missões;
  - Grupo Executivo do Plano Diretor Regional do Pólo Energético de Candiota;
  - Comissão Comunicação Anos 90;
  - Grupo de estudo sobre Turismo Cultural - aumento do tráfego turístico no Estado.
- r - Assessoramento e encaminhamento no que se refere ao lançamento do livro "MERCOSUL y Integración" do Senador uruguaio Sérgio Abreu Bonilla, por solicitação do Embaixador do Brasil no Uruguai.
- s - Acompanhamento dos programas e projetos da Associação de Integração Regional Universitária - ADIRU.
- t - Realização de palestras nos seguintes seminários/eventos:

- MERCOSUL: o Desafio, promovido pela ACIL de Sant'Ana do Livramento;
- I Simpósio de Integração Hortifrutícola do Cone Sul, promovido pelo Governo do Paraná;
- Encontro Latino-Americano preparatório aos 500 Anos de conquista da América, promovido pela Universidade de Passo Fundo;
- I Congresso da Associação Brasileira de Centrais de Abastecimento - ABRACEN, em Porto Alegre;
- XIV Seminário das Indústrias de Curtume do Rio Grande do Sul;
- A Indústria de Couros e Peles frente a Nova Ordem Mundial, ameaças e oportunidades, em Gramado;
- Encontro de Integração Latino-Americana, promovido pelo CREA/RS, em Porto Alegre;
- MERCOSUL e a Integração Latino-Americana, promovido pela Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria;
- MERCOSUL: o Desafio, promovido pela Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, em Novo Hamburgo;
- 7º Seminário Nacional sobre Containerização e Navegação, 1º Seminário Latino-Americano sobre Containerização e Transporte Multimodal, promovido pelo Instituto Brasileiro de Treinamento e Desenvolvimento, em Porto Alegre;
- Festival Mundial de Publicidade de Gramado/91, na presidência do painel "O Mercado Comum e os Admiráveis Exemplos da Publicidade Européia";
- Painel sobre o MERCOSUL e o setor de couros e calçados, promovido pela FIMEQ, em Novo Hamburgo;
- Workshop técnico sobre o Pré-projeto MERCOSUL, promovido pelo Instituto de Estudos Avançados da USP, em São Paulo;
- Palestras sobre o MERCOSUL em promoção da RBS - Pró-Memória;
- Integração Cultural Latino-Americana - Seminário Ibero-Americano da Unisinos;
- Integração Latino-Americana do livro - IEL/CCMQ;
- Política Cultural do Rio Grande do Sul e a Integração com o Cone Sul - Prefeitura Municipal de Santa Maria;
- MERCOSUL e o Rio Grande do Sul - Universidade de Ijuí.

## B - DEPARTAMENTO DE NEGÓCIOS INTERNACIONAIS (DENIN)

Durante o ano de 1991 foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Lançamento do Sistema de Promoção de Investimentos e Transferência de Tecnologia para Empresas - SIPRI - em que a Secretaria é Ponto Focal do Ministério das Relações Exteriores, agindo como seu representante para a divulgação de oportunidades de negócios internacionais;

- Recebimento, por parte do Itamarati, como Ponto Focal no Estado, de 301 oportunidades comerciais, divulgadas para 72 Associações e Câmaras Industriais e Comerciais do Estado;
- Assinatura de Protocolo de Cooperação com a Associação de Dirigentes de Vendas do Rio Grande do Sul - ADVB/RS - com o objetivo de colaboração no sentido de possibilitar a criação e a manutenção do Centro de Estudos de Negócios Internacionais ADVB/SEAI, que terá por finalidade contribuir para o desenvolvimento da área de negócios internacionais do Estado;
- Assinatura de Protocolo de Cooperação com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul - SEBRAE/RS - objetivando buscar a modernização da gestão empresarial, o desenvolvimento tecnológico, o incremento de competitividade empresarial e a pesquisa e difusão de informações empresariais;
- Assinatura de Protocolo de Cooperação com a Associação Comercial e Industrial de Bagé - ACIBA - com o objetivo de inclusão do Município no âmbito do Programa de Cooperação Técnica em Desenvolvimento Fronteiriço da Agência Brasileira de Cooperação - ABC, a partir de projetos que sejam de interesse binacional, que envolvam o setor produtivo, que sejam de caráter integrado e que tenham contraparte institucional efetiva;
- Assinatura de Protocolo de Cooperação com a Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS - para a formação de mão-de-obra especializada em comércio exterior;
- Assinatura de Protocolo de Cooperação com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - BANRISUL - com o objetivo de mútua colaboração no sentido de possibilitar o incremento da área de negócios internacionais do Estado, com ênfase para ações na área do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, atuando como agentes de aproximação dos diversos setores produtivos;
- Acompanhamento de Missões Estrangeiras (Embaixadores, Encarregados de Negócios, Adidos Comerciais e Empresários) do Senegal, Nigéria, Canadá, África do Sul, Itália, Japão, Rússia e Argentina;
- Orientação e acompanhamento a empresários do Cone Sul que negociam a instalação de Unidades Industriais no Rio Grande do Sul;
- Preparação logística das missões do Rio Grande do Sul que participaram da Feira de Hannover/Alemanha e da Feira de Turim/Itália;
- Formação de cadastro de empresários de países do MERCOSUL que buscam parceiros para associações e negócios;
- Negociação e organização da Exposição Industrial do Rio Grande do Sul na Província de Shiga/Japão, acompanhada de missão empresarial, a realizar-se em 1992;
- Missão a Shiga/Japão para negociação do intercâmbio para 1992;



Participação em seminários e workshops a seguir relacionados:

- \* FECOLÁ - Comercialização da Lã no Brasil;
- \* ADVB/RS - Estratégias de Marketing no MERCOSUL;
- \* FENAC - Design Industrial;
- \* FIERGS - Rodada de Negócios com Empresários Uruguaios;
- \* IETEC - Incubadoras Empresariais;
- \* FIERGS - Encontro de Negócios com o Embaixador da Tunísia;
- \* FEDERASUL - Rodada de Negócios com Empresários de Missiones/Argentina;

Participação nas Rodadas de Negócios do Seminário sobre Potencialidades Econômicas do Estado do Rio Grande do Sul Frente ao Processo de Integração da América Latina, com 22 países representados;

Apoio a expositores estrangeiros durante a Expointer/91.

## C - DEPARTAMENTO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL (DECOI)

### a - Programa Estadual de Cooperação Internacional

Para que o Estado possa, efetivamente, absorver tecnologias de ponta, bem como novos conhecimentos científico-tecnológicos, um dos caminhos absolutamente indispensáveis é o da Cooperação Técnica com países do 1º Mundo.

Neste sentido, a SEAI está articulada com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do MRE para receber cooperação das principais Agências Internacionais, notadamente JICA, GTZ e ODA, agências de cooperação Japonesa, alemã e inglesa, respectivamente, para cooperação nas áreas da Agricultura, Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano, Florestal, Saúde, Educação, Produtividade e Competividade nas Pequena e Média Empresas.

### b - Bolsas de Estudos

Com o objetivo de qualificar e aperfeiçoar técnicos da Administração Direta e Indireta do Estado, a SEAI no corrente ano ofertou 108 bolsas de aperfeiçoamento técnico, nas mais diversas áreas, oferecidas por agências internacionais de fomento à cooperação, tais como JICA, OEA, PNUD, ou pelos governos de países como Suécia, Itália, Israel e Bélgica. Foram entregues 50 formulários preenchidos ao Ministério de Relações Exteriores, dos quais 12 foram contemplados.

### c - Estados-Irmãos

#### c.1 - Província de JAMTLAND - Suécia

- Assinatura do Convênio de Fraternidade entre o Rio Grande do Sul e a Província de Jamtland-Suécia;

- Recepção de missão sueca de Jamtland na área do reflorestamento;
- Recepção de dois peritos na área da saúde/AIDS;
- Recepção de dois peritos na área da delinqüência juvenil e direitos do menor.

#### **c.2 - Província de SHIGA - Japão**

- Envio de pesquisador da UFRGS à Universidade de Ryokoku para aperfeiçoamento na área de Ciência dos Materiais - filmes finos;
- Envio de dois técnicos do SENAI para estágio no Centro de Pesquisa Industrial de Shiga, na área de Mecânica de Precisão;
- Envio de técnico da SEAI para discussão da Programação do Convênio para o ano de 1992;
- Envio de especialista do SENAI em missão prospectiva para apurar possibilidades de cooperação técnico-científica no campo da Microengenharia, Novos Materiais, Biotecnologia, Automação Industrial, Computer-Aided Engineering, Física, Design Industrial, Química, Técnica de Alimentos, Análises e Testes de Materiais, Planning e Gerenciamento para avaliação e planejamento de políticas voltadas para a promoção e desenvolvimento tecnológico da comunidade industrial;
- Preparação de missão na área da qualidade, envolvendo técnicos da Secretaria de Ciência e Tecnologia, Fundação de Ciência e Tecnologia, Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Social e SENAI;
- Recepção de dois peritos na área da agricultura - nutrição animal, ruminantes e fruticultura;
- Recepção de três especialistas de renome internacional para participação no workshop promovido pela UFRGS, nas áreas de Biotecnologia, Ecologia e Ciência dos Materiais;
- Recepção de 17 agricultores para conhecerem a agropecuária gaúcha e para troca de experiências;
- Recepção de missão chefiada pelo Chefe da Casa Civil de Shiga para estabelecer a preparação do Convênio de Fraternidade Shiga/Rio Grande do Sul para o ano de 1992.

#### **d - Projetos Fronteiriços Binacionais - Uruguai/Rio Grande do Sul**

Com o objetivo de promover o desenvolvimento regional fronteiriço, tendo em vista a constituição do MERCOSUL, foram elencados projetos de mútuo interesse para os Municípios limítrofes. Esses projetos fazem parte de um programa conjunto das Chancelarias do Uruguai e do Brasil, Prefeituras e Intendências vizinhas, e da SEAI.

No presente ano foram desenvolvidas as seguintes propostas de projetos:

- Beneficiamento do Leite: projeto consorciado com a Cooperativa Nacional dos Produtores de Leite do Uruguai (CONAPROLE) atingindo os Municípios de: Santana do Livramento-Rivera, Santa Vitória do Palmar-Rochas;
- Reciclagem do Lixo Urbano: Santa Vitória do Palmar-Rochas, Jaguarão-Rio Branco, Quaraí-Artigas, Santana do Livramento-Rivera;
- Casas de Artesanato: promoção conjunta do artesanato de Santana do Livramento-Rivera;
- Geração de Energia a partir da Casca do Arroz: Jaguarão-Rio Branco.

### 5 - PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO (PGE)

A Procuradoria-Geral do Estado é o órgão Central da Advocacia do Estado, integrante do Gabinete do Governador, competindo-lhe constitucionalmente a representação judicial e a Consultoria Jurídica do Estado, além de outras atribuições cometidas por lei, especialmente: propor orientação jurídico-normativa para a administração pública, direta e indireta; pronunciar-se sobre a legalidade dos atos da administração estadual; promover a unificação da jurisprudência administrativa do Estado; realizar processos administrativo-disciplinares, emitindo pareceres nos que forem encaminhados à decisão final do Governador; prestar assistência jurídica e administrativa aos Municípios, e representar os interesses da administração pública estadual perante os Tribunais de Contas do Estado e da União.

Compõe-se dos seguintes órgãos: de Direção Superior (Conselho Superior e Corregedoria); de Integração (Coordenação Geral); de Assessoramento (Gabinete e Assessoria); de Execução (Procuradorias de Pessoal, Fiscal, Domínio Público Estadual, Processo Disciplinar, de Assistência Jurídica aos Municípios e Procuradoria do Interior); de Assistência Jurídico Social, constituído do Departamento de Assistência Judiciária e por órgãos de Apoio Técnico-Administrativo, dentre eles destacando o Instituto de Informática Jurídica.

No ano de 1991, a Procuradoria-Geral do Estado prestou assessoramento e respaldo jurídico, nas áreas de Procuradoria e Consultoria, aos diversos órgãos estaduais, firmando, ainda, orientações sobre as disposições constitucionais em fase de consolidação administrativa.

Destacam-se em sua atuação, no período, as seguintes matérias:

- Ajuizamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade referente à eleição de Diretores de escolas públicas, permitindo ao Executivo sua indicação (liminar);
- Ação Direta de Inconstitucionalidade do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei nº 9.177/90, que prevê o direito à

- permanência na Secretaria da Cultura de servidores estaduais a ela cedidos, com obtenção de liminar;
- Ação Direta de Inconstitucionalidade do dispositivo da Lei que impedia o desconto de dias parados de servidores grevistas da Secretaria de Educação, obtendo liminar;
  - Atuação junto ao Poder Judiciário com vistas à viabilização de sindicância instaurada na Escola Técnica Parobé;
  - Obtenção, junto ao Tribunal Regional do Trabalho, da declaração de incompetência da Justiça laboral para julgamento de dissídio dos professores ajuizado pelo CPERS-Sindicato;
  - Incremento da cobrança da Dívida Ativa, com adoção de medidas enérgicas, tais como penhora de renda, remoção imediata dos bens penhorados, redução dos prazos para parcelamento, com proposta para não ajuizamento das cobranças de pequeno valor, que veio a tornar-se Lei sob nº 9.298, de 09/09/91. Como resultante, foi arrecadado, via cobrança judicial, o montante de Cr\$ 3.468.843.625,52 (três bilhões, quatrocentos e sessenta e oito milhões, oitocentos e quarenta e três mil, seiscentos e vinte e cinco cruzeiros e cinquenta e dois centavos);
  - Reintegração de posse do Conjunto Coronel Ildefonso, do IPERGS;
  - Reintegração de posse do Parque Estadual de Itapuã;
  - Análise, a pedido da Casa Civil, de projetos de lei de iniciativa parlamentar, sob o aspecto de sua constitucionalidade, objetivando apreciação pela Assembléia Legislativa;
  - Elaboração de Informações em Mandados de Segurança impetrados contra atos do Governador do Estado e de Agentes da Administração Pública, com destaque para aqueles referentes a servidores estaduais cedidos cujo retorno, às origens, foi determinado pelas Ordens de Serviço nºs 11 e 15/91-95;
  - Constituição de Comissão integrada por Procuradores do Estado para examinar a legislação, instrumentos contratuais e outros documentos referentes à participação do Estado do Rio Grande do Sul nos programas do MERCOSUL;
  - Promoção de Encontros Regionais de Direito Municipal em seis cidades-pólo do interior do Estado, para orientação de Prefeitos, Vereadores, Procuradores Municipais e Advogados, com relação às matérias pertinentes aos Municípios e, também, em suas relações com o Estado;
  - Em processamento, no órgão, por determinação do Chefe do Executivo Estadual, três sindicâncias para averiguação da ilicitude de procedimentos administrativos envolvendo a Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH), o Departamento Central de Administração de Material (DECAM) e a Secretaria do Planejamento Territorial e Obras.

de Cr\$ 2.830.516.436,82 (dois bilhões, oitocentos e trinta milhões, quinhentos e dezesseis mil, quatrocentos e trinta e seis cruzeiros e oitenta e dois centavos).

#### **E - PROCURADORIA DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA AOS MUNICÍPIOS**

Compete-lhe prestar assistência jurídica aos Municípios, tendo atendido 187 processos de consultoria, 118 de procuradoria e 277 consultas. Desenvolveu intensa atividade no que diz respeito às Ações Diretas de Inconstitucionalidade de Leis Orgânicas Municipais, atendendo, desde abril de 1990, cerca de 300 destas ações.

#### **F - PROCURADORIA DE PROCESSO DISCIPLINAR**

Incumbe-lhe realizar processos administrativos disciplinares para apurar a responsabilidade de servidores da Administração Estadual, proceder à revisão processual de instância administrativa e matérias correlatas.

Atua nas Equipes de Processamento, com três Comissões Permanentes e uma Especial, e Equipe de Revisão, com atividades de consultoria, com incremento de 100% do movimento na primeira e 45% na segunda no ano de 1991, perfazendo uma movimentação global de 248 casos.

#### **G - INSTITUTO DE INFORMÁTICA JURÍDICA**

Compete-lhe a informatização aplicada ao Direito, tendo elaborado e digitado 600 fichas-parecer, 200 pesquisas jurídicas, emitido 450 informações de jurisprudência administrativa da Procuradoria-Geral do Estado e atendido a consultas referentes aos Poderes Executivo e Judiciário. Publicou os Boletins Informativos da Procuradoria-Geral de n.ºs 93 a 105 e Ementários dos Pareceres do Órgão, tendo o setor de Biblioteca atendido a 35.210 consultas.

#### **H - UNIDADE DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**

Órgão de assistência jurídico-social da Procuradoria-Geral do Estado, encarregada de prestar assistência jurídica e judiciária aos necessitados na Capital e na área metropolitana, tendo efetuado 286.032 atendimentos, emitido 27.300 petições, comparecido a 40.716 audiências, efetuado 252 júris e tendo em andamento 469.956 processos na Capital e interior.

## I - CONSELHO SUPERIOR DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Órgão de Direção Superior, tem por atribuição elaborar ou reexaminar pareceres para a uniformização da Jurisprudência Administrativa do Estado, atender matéria disciplinar e assuntos da carreira de Procurador do Estado e matérias correlatas, tendo relatado 31 processos e efetuado promoções e alterações na carreira.

## J - CORREGEDORIA DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Compete-lhe realizar inspeções e correções nos órgãos da Procuradoria-Geral do Estado, expedir provimentos visando a simplificação e aprimoramento dos serviços e atividades.

Durante o ano de 1991, a Corregedoria concluiu o concurso para provimento de cargo de Procurador do Estado, sendo nomeados 34 novos Procuradores.

Foi efetivada, também, sua reestruturação, mediante edição da Lei nº 9.810, de 30/10/91.

Entre as ações realizadas para o desenvolvimento da PGE, podem ser destacadas:

- Informatização da Procuradoria-Geral do Estado com a colaboração da PROCERGS, sendo instalados microcomputadores nas Procuradorias: de Pessoal, destinado especialmente à Equipe Trabalhista com grande volume de reclamatórias propostas contra o Estado, Autarquias e Fundações; do Domínio Público, acessando-as ao expressivo número de ações que nela tramitam; Fiscal, viabilizando o acesso direto ao Banco de Dados da SF, visando à obtenção dos valores atualizados dos créditos em execução judicial; Junto ao Instituto de Informática Jurídica, proporcionando acesso ao Banco de Dados do Supremo Tribunal Federal; na Unidade de Administração, objetivando um melhor controle da folha de pagamento e do sistema de execução orçamentária; Junto ao Gabinete do Procurador-Geral, para acompanhamento dos processos administrativos e acesso aos demais dados existentes;
- Acesso eletrônico pelas repartições estaduais ao Banco de Dados PPGE (Pareceres da PGE);
- Instalação de um FAX para agilização das comunicações, especialmente com o escritório de Representação em Brasília (Tribunais Superiores);
- Bloqueio da maioria dos telefones, para ligações DDD e DDI;
- Implantação da "Folha-Ponto" e "Folha-Saída", objetivando cumprimento da carga horária, bem como o controle de saídas eventuais durante o expediente;
- Instalação de Assessoria especializada na Procuradoria do Interior objetivando efetivo acompanhamento dos recursos

provenientes das diversas Procuradorias Regionais do Interior do Estado, em feitos de execuções fiscais, com permanente avaliação do andamento destes;

- Modificação das estruturas das Comissões Permanentes de Inquérito as quais, ao invés de contar com servidores cedidos exclusivamente para integrá-las, passam a ser compostas por servidores indicados pelos diversos órgãos da Administração Direta Estadual, mantido o vínculo de origem.

## 6 - SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICACÃO SOCIAL (SECS)

Frente a uma nova conceituação da teoria organizacional, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul vem introduzindo modificações estruturais que almejam um modelo administrativo mais moderno e participativo, incluindo todos os segmentos da sociedade neste processo.

Durante quase três décadas, a sociedade civil esteve alijada de seu poder de influir e participar das decisões sócio-políticas que têm modificado a vida dos cidadãos. Hoje, adotando uma linha de transparência e inserida no contexto atual da estrutura dos sistemas abertos, a administração pública ruma para a modernização, imprimindo a aproximação do trinômio Poder Executivo - Administração Pública - Comunidade.

Considerando que a ativação deste processo é de difícil execução, mas de real importância, a SECS surge como um órgão capaz de respaldar as iniciativas do Governo do Estado, atuando tanto como atividade-meio (integração, coleta e repasse de informações e dados), quanto como atividade-fim (documentar e veicular as informações) sobre as principais iniciativas e realizações do Poder Executivo, de forma clara e objetiva, enfatizando os aspectos que merecem destaque.

A necessidade de administrar o fluxo de informações que passam pela interface Governo-Sociedade, preconizando os conceitos de eficiência e eficácia, colocam a Secretaria Especial de Comunicação Social frente a uma dinâmica representada pelo novo modelo de Estado proposto pelo Poder Executivo.

A partir deste quadro, esta Pasta, responsável pela política de Comunicação Social do Governo do Estado, vem colocando, de forma permanente, à opinião pública gaúcha, suas principais inovações, propostas e realizações.

A divulgação das Medidas de Impacto (14.04.91), a instalação do Conselho Estadual de Desenvolvimento (17.06.91) e dos Conselhos Regionais, as Interiorizações do Governo, a Comemoração dos 30 Anos da Legalidade (27.08.91) e a Divulgação do Projeto da Reforma Administrativa foram algumas das ações que exigiram muito da SECS, considerando que a amplitude destes atos exigiu o incremento substancial no número de informações, matérias, releases, fotos e edições para os veículos de comunicação e a sociedade.

Com o lançamento da Reforma Administrativa, projeto único e revolucionário tanto no Estado como no País, foi necessária a produção de informações não apenas às empresas integrantes da mídia em geral, como também aos órgãos de outros poderes (Legislativo, Judiciário, Assessorias de Imprensa). A SECS também desenvolveu trabalho conjunto com a FDRH, que se valeu da estrutura e apoio da Secretaria Especial de Comunicação Social, para veiculação de informações.

Outro fato que marcou a participação da SECS foi a divulgação do Projeto de Aumento da Alíquota do ICMS, onde toda a Secretaria foi mobilizada na promoção de contatos com os principais veículos de comunicação social, expondo a importância e a grande repercussão da iniciativa no desenvolvimento econômico e social do Estado.

Tendo em vista o exposto, reforçado pelo atendimento ininterrupto às solicitações dos diversos veículos e órgãos de comunicação em geral, que buscam informações relativas ao Governo, a SECS tem suas atividades divididas em quatro áreas específicas: Coordenadoria de Imprensa, Coordenadoria de Publicidade, Coordenadoria de Relações Públicas e Coordenadoria Administrativa.

#### A - COORDENADORIA DE IMPRENSA

Através de 4 Editorias - do Interior, de Rádio, de Cine/TV e de Fotografia, realiza suas atividades. Entre as de caráter geral, destacam-se:

- Divulgação das atividades do Governador, tais como: resoluções, inaugurações, visitas, pronunciamentos, solenidades e comunicados, junto aos principais veículos de comunicação, além de atender simultaneamente às promoções e iniciativas do CAAC, Casa Civil e Casa Militar;
- Elaboração de material especial de divulgação como matérias - Balanço das Atividades da Administração Collares (ex.: 100 dias/200 dias), através da síntese dos dados e realizações do Governo para as prestações de contas;
- Intermediação: promove a intermediação facilitando o acesso da imprensa ao Governador e/ou Secretário de Estado e vice-versa;
- Acompanhamento: realiza a cobertura das viagens e deslocamento do Governador ao interior e mesmo para fora do Estado (ex.: CODESUL);
- Produção: prepara Boletim Informativo do Governo do Estado, onde constam as principais iniciativas e realizações do Governo Estadual;
- Atua como Agente Implementador da unificação das informações das demais Secretarias de Estado, através da orientação à padronização dos boletins informativos internos, afetos às diversas Pastas e principais empresas estaduais do Governo;



Distribuição: Operacionaliza a mídia diária com cinco a dez pré-releases, fotos e fitas de vídeo e rádio para:

- \* 6 sucursais dos principais jornais do país;
- \* 7 emissoras de rádio;
- \* 4 emissoras de TV;
- \* Jornais estaduais de circulação diária;
- \* todos os jornais do interior do Estado;
- \* alguns jornalistas/columnistas
- \* Jornais periódicos de circulação semanal ou mensal.

#### a - Editoria do Interior

É responsável pelo recebimento e expedição de matérias para os jornais do interior do Estado, via telex, fax, telefone ou correio, universo este que atinge um expressivo número de 251 periódicos.

Dentre as atividades realizadas por esta Editoria, destacam-se:

- Atualização dos dados de todos os jornais do interior do Estado;
- Recebimento, para taxação, de 177 jornais oriundos do interior;
- Envio diário ao Governador das principais matérias do interior;
- Classificação das matérias taxadas por Secretarias ou Órgãos/Empresas Públicas destinadas aos Secretários de Estado e Dirigentes;
- Abastecimento dos veículos do interior com fotos e clichês do Governador e Secretários de Estado;
- Realização do controle de aproveitamento das matérias encaminhadas aos veículos por esta Editoria.

#### b - Editoria de Rádio

Esta Editoria é responsável por atividades tradicionais como: rádio-escuta, redação de sinopses, produção-edição-gravação-transmissão de boletins, gravação-transmissão de programas e arquivamento de discursos do Governador. Também cabe destacar a ampliação dos programas semanais de rádio (Os Gaúchos e o Governador; O Governador e a Comunidade e Flávio Alcaraz Gomes Repórter) e a criação das redes de emissoras que transmitem estes programas. Dentro destas tarefas, podem ser citadas e quantificadas:

- Escuta: Acompanhamento das rádios Gaúcha, RBS Tv e Guaíba em horário integral obtendo um total superior a 4.700 sinopses de programas noticiosos;
- Boletins de Rádio: 36.498 boletins informativos foram transmitidos para 154 rádios AM no interior do Estado, 319 boletins de notícias para emissoras populares (Farrroupilha - Mil Cento e Vinte e Pampa), 220 boletins transmitidos para rádios FM (Nova Itapema FM) com previsão de ampliação para outras emissoras;
- Gravação: Em nosso estúdio foram gravados 39 programas "Os Gaúchos e o Governador" e 15

programas "O Governador e a Comunidade", sendo também transmitidos em rede;

- Arquivo: No arquivo sonoro, elaborado por esta Editoria, foram contabilizadas cerca de 1.406 horas de discursos e entrevistas em solenidades pelo Governador.

**c - Editoria de Cine/TV**

A Editoria prioriza entre suas obrigações os registros das principais imagens e gravações das atividades públicas do Governador, editando e realizando a distribuição deste material às principais emissoras de televisão que mantêm telejornais diários no ar, como: RBS TV, TV BANDEIRANTES, TVE e TV GUAÍBA.

Quando solicitada pelos chefes de reportagem das principais emissoras do Estado e País, grava matérias especiais relativas a ações do Poder Executivo.

Acompanha o Governador na maioria de suas viagens, registrando os principais fatos e suprindo as principais emissoras de televisão no Estado e mesmo emissoras de menor porte. Além de realizar a cobertura do Gabinete, esta Editoria atende ao CAAC, Casa Civil, Casa Militar e também às Secretarias de Estado, quando solicitada.

Mantém um arquivo de imagens em fitas de videotape de 60 min, destinadas a consulta, cópia ou qualquer outro uso necessário.

**d - Editoria de Fotografia**

A este setor são afetas as coberturas fotográficas dos principais acontecimentos públicos do Palácio Piratini, deslocamentos do Governador e as atividades inerentes aos serviços da Casa Civil, Casa Militar, CAAC e PGE. Ao longo do ano de 1991 este setor foi responsável por 1.288 atendimentos, sendo que destes, 54 foram relativos a viagens oficiais.

**B - COORDENADORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS**

A cargo desta Coordenadoria estão afetas as atividades relativas a área de Relações Públicas da SECS, Gabinete do Governador, CAAC, Casa Civil e Casa Militar. Estes serviços operacionalizaram tarefas como:

- Planejamento de eventos de iniciativa do Governo Estadual, em conjunto com as assessorias das respectivas secretarias estaduais participantes;
- Participação à sociedade de atividades institucionais organizadas pelo Estado, através da expedição de convites, bem como das visitas do Governador e do Secretário de Comunicação Social às autoridades em geral;

- Avaliação da imagem e credibilidade do Governo junto à opinião pública, em notícias, críticas, apoios ou posições neutras em jornais da Capital;
- Clipagem dos jornais de Porto Alegre, do interior do Estado e do centro do País, onde são destacados assuntos de interesse geral do Estado e do Governador. No caso dos jornais do centro do País, este serviço é efetuado junto a 7 (sete) periódicos (Folha de SP, Estado de SP, Jornal da Tarde, Jornal do Brasil, O Globo, Correio Brasiliense e Gazeta Mercantil);
- Distribuição das cópias da clipagem no Gabinete do Governador, Secretário de Comunicação Social, Casa Civil, Casa Militar e Gabinete do Vice-Governador;
- Elaboração e distribuição de resenha diária dos fatos mais importantes registrados pelos jornais do Estado e País, que interessem ao Estado e ao Governador;
- Manutenção de arquivos relativos a matérias veiculadas nos principais jornais, classificadas por assuntos, e de arquivos de jornais completos da Capital e centro do País, de até 3 meses passados.

#### C - COORDENADORIA DE PUBLICIDADE

A Coordenadoria de Publicidade compete a responsabilidade de controlar e coordenar todas as despesas com publicidade oficial, veiculadas por qualquer Órgão Público pertencente à administração estadual.

Segundo determinação expressa do Governador e do Secretário de Comunicação Social, foi realizado um minucioso acompanhamento mensal dos gastos com divulgação, aliado a um também rigoroso controle de execução das mídias autorizadas nos respectivos veículos de comunicação, sempre obedecendo às dotações orçamentárias pré-estabelecidas.

Cabe salientar ainda o gerenciamento transparente de recursos destinados à prestação destes serviços por terceiros, que alcançaram a importância de Cr\$ 98,7 milhões, e, na SECS, estão rigorosamente relacionados na forma do item II, letra b, do art. 24 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul.

#### D - ASSESSORIA ESPECIAL

A Assessoria Especial do Gabinete do Secretário de Comunicação Social, além de auxiliar nas atividades de linha das Coordenadorias, suprimindo as necessidades destas quando solicitada, realiza trabalhos específicos para o Secretário e Gabinete do Governador (como no caso da Coordenadoria do Disque Moralização), além de promover a ação facilitadora entre os diferentes setores do Estado com a SECS.

Dentre os serviços realizados por esta Assessoria, podem ser destacadas a operacionalização do Setor de Informática (Núcleo Setorial de Informática), que atua multidisciplinarmente, atendendo as Coordenadorias de Publicidade, de Imprensa, de Relações Públicas, agenda do Secretário (Gabinete) e o Programa Disque Moralização, através da implantação e elaboração de relatório de acompanhamento financeiro, etiquetas, banco de dados, listagens e agenda, acompanhamento e atualização de denúncias.

## 7 - CONSELHO DE APOIO AS AÇÕES COMUNITÁRIAS (CAAC)

O Conselho de Apoio às Ações Comunitárias (CAAC) foi criado pelo Decreto n. 32.540, de 07/04/87 e alterado pelo Decreto n. 32.619, de 16/09/87. Diretamente vinculado ao Gabinete do Governador do Estado, tem como objetivo complementar atividades governamentais no setor social de atuação do Poder Público, visando obter um desenvolvimento harmônico dessa área, através de medidas supletivas de apoio a programas e projetos de caráter público e/ou privado voltados ao menor, ao adolescente, ao idoso e à comunidade carente em geral.

Destacam-se, no ano de 1991, as atividades desenvolvidas no Programa Guerra à Miséria, divulgado em abril às esposas dos Secretários de Estado e dos Deputados Estaduais visando motivar o voluntariado através da apresentação da proposta de trabalho do Conselho. Teve prosseguimento, no mês de maio, com um jantar coordenado pela FIERGS, buscando sensibilizar os empresários para o seu efetivo engajamento no Programa; e um encontro de Prefeitos Municipais, Primeiras-Damas Municipais e Secretários Municipais de Educação, no qual foi lançado o Programa Guerra à Miséria, com a entrega de 03 fardos de cobertores aos Municípios, dando início às atividades do plano de ação emergencial do Programa.

No mês de junho o Conselho realizou a Gincana do Agasalho cujo objetivo foi angariar roupas e agasalhos, com a participação de 35 equipes das Secretarias de Estado e vinculadas, clubes sociais, escolas e a comunidade em geral. A gincana arrecadou 37 mil peças que foram repassadas à população carente do Estado.

Também no mês de junho o Conselho realizou um galetto beneficente visando obter fundos para os auxílios emergenciais prestados pelo setor de Assistência Social. Compareceram 900 pessoas e foi arrecadado Cr\$ 1.838.000,00 (Um milhão, oitocentos e trinta e oito mil cruzeiros).

De 27 a 30 de junho o CAAC participou da Festa dos Estados em Brasília cujo resultado não foi compensador, por requerer um grande investimento e baixo retorno.

De 22 a 25 de agosto o Conselho participou da ARCA/91. A mercadoria vendida foi doada pela Receita Federal tendo sido arrecadado Cr\$ 3.773.300,00 (Três milhões, setecentos e setenta e três mil e trezentos cruzeiros). Da renda obtida no restaurante.

sob a responsabilidade do Movimento Assistencial da Brigada Militar, metade coube ao CAAC, em torno de Cr\$ 3.100.000,00 (Três milhões e cem mil cruzeiros).

No mês de outubro o Conselho ofereceu um coquetel para as Primeiras-Damas e Secretários Municipais de Educação para divulgar e planejar a Festa das Regiões para o ano de 1992. Promoveu a Festa do Idoso com um baile para 700 idosos pertencentes a entidades cadastradas no CAAC, onde foram distribuídos brindes e realizadas brincadeiras, contando com a colaboração de recreacionistas da Subsecretaria de Desportos e da Brigada Militar. A Festa da Criança que, também, contou com a colaboração da Brigada Militar e da Subsecretaria de Desportos, teve a participação de 1.500 crianças pertencentes a creches cadastradas no CAAC.

Em dezembro de 1991 o Conselho ofereceu um Coquetel de Natal para Autoridades e promoveu o Natal com Amor, assistido por um público de aproximadamente 6 mil pessoas. Participaram do Natal com Amor a Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (OSPA), diversos corais de Porto Alegre, crianças da FEBEM e da Subsecretaria de Desportos, recreacionistas e estagiários da Subsecretaria de Desportos, atores, iluminadores, sonoplastas, Secretaria de Energia, Minas e Comunicações, BANRISUL e Companhia União de Seguros Gerais.

II - BRIGADA MILITAR

## II - BRIGADA MILITAR

A Brigada Militar tem suas atribuições definidas nas Constituições Federal (art. 144, parágrafo 5º) e Estadual (arts. 129 e 130). Assim, competem à Corporação: a polícia ostensiva; a preservação da ordem pública, a guarda externa dos presídios e a polícia judiciária militar, bem como a prevenção e combate de incêndios, as buscas e salvamentos e a execução de atividades de defesa civil. Entre as ações empreendidas para alcance das metas prioritárias, estabelecidas após a definição dos projetos de governo, destacam-se:

- Diminuição dos claros no efetivo - mediante recrutamento, seleção e formação de soldados PM em todo o Estado do Rio Grande do Sul;
- Combate à sonegação do ICMS - num primeiro momento aumentando o efetivo na Secretaria da Fazenda e motivando o pessoal empenhado na atividade - fim para a importância da arrecadação de impostos estaduais. Num segundo estágio, a Diretoria de Ensino efetua inclusão, na matéria Técnica PM, de uma Unidade Didática denominada "Legislação e Documentos Fiscais Relativos ao Trânsito de Mercadorias", em todos os Cursos de Formação, visando reforçar conteúdos e programando a realização de estágios para instrutores e monitores do assunto;
- Reparelhamento Operacional - objetivando um aumento da capacidade de atuação nas atividades de Policiamento Ostensivo e Bombeiros, foram usados recursos orçamentários e não orçamentários bem como incentivadas as comunidades e entidades particulares a efetuarem doações de viaturas, material de comunicações e outros de cunho operacional;
- Descentralização Operacional - vem sendo realizada em todo o Estado, aproximando as Frações das comunidades a que servem. Muito embora o planejamento inicial contemplasse, durante o ano de 1991, a implementação dos módulos somente na Capital para, a partir de 1992, o programa passar ao interior do Estado, as aspirações de várias cidades levou a antecipar o projeto, de modo que ao final do ano estão em implantação módulos operacionais em todo o Rio Grande do Sul, alguns já inaugurados e vários sendo construídos;
- Bombeiros Mirins - criaram-se grupos dentro dos Grupamentos de Incêndio, que são instruídos em ações práticas, desenvolvendo-se uma consciência preventivista, bem como uma fraterna convivência social;
- Bombeiros Voluntários - utilizando recursos das próprias comunidades, a Brigada Militar tem conseguido a adesão de vários Municípios, o que permite uma maior presteza no acionamento da Defesa Civil;
- Proteção Ambiental - a Corporação está efetivamente ligada à proteção de ecossistemas através do Grupamento Florestal e de Patrulhas Ecológicas existentes nas Unidades Operacionais. O Policiamento Militar, pela realização de simpósios, encontros e

instrução específica, está apto a identificar crimes contra a natureza e suas fontes, adotando as medidas que o caso exigir;

- Ações de Defesa Civil - a Brigada Militar participou do planejamento e implantação do Plano de Comunicações do Palácio Piratini, criado para agilizar os recursos existentes em todo o Estado, em atendimento à situação de emergência.

Além das ações enumeradas, existem outras que, apesar de estarem sendo desenvolvidas, ainda não foram incrementadas na sua plenitude, tais como: aproveitamento do pessoal da reserva em tarefas administrativas, reestudo de cargos e funções, flexibilização dos efetivos, popularização das ações de Defesa Civil e criação do Código de Proteção Contra Incêndios. A preocupação com a atividade-fim da Brigada Militar, isto é, o policiamento ostensivo e os Serviços de Bombeiros, implicou a realização de ações objetivando completar o efetivo, formá-lo e aperfeiçoá-lo devidamente, colocando-o à disposição da população.

Paralelamente a isto, a Corporação realizou atividades objetivando proporcionar moradias aos Policiais Militares, creche para seus filhos, profissionalização de adolescentes e auxílio financeiro aos Hospitais de Porto Alegre e Santa Maria.

Na área de Comunicação Social, para atender os públicos interno e externo, a Brigada Militar realizou, entre outras, as seguintes promoções, que beneficiaram em torno de 30.000 pessoas:

#### **A - SEMANA TIRADENTES**

Desenvolvida para homenagear e promover a imagem do Policial Militar, divulgando suas atividades como profissional e como pessoa, em busca de credibilidade e respeito. Dentre os eventos comemorativos houve a entrega dos Prêmios "Destaque da Operação Golfinho" e o "Prêmio BADESUL - Destaques Policiais Militares", além de competições esportivas, lançamento de livros e Seminário de Familiarização das Entidades Cíveis vinculadas à Brigada Militar.

#### **B - ENCONTRO DOS COMANDANTES GERAIS**

Realizou-se em Porto Alegre o "1 Encontro de Comandantes Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros do Brasil"

#### **C - SEMANA DO BOMBEIRO**

Promovida com a finalidade de buscar a atenção da comunidade para a prevenção de incêndios, divulgar as atividades desenvolvidas pelo Corpo de Bombeiros e proporcionar uma maior integração entre a comunidade e os bombeiros. A "Semana de Prevenção de Incêndios 91" teve como principais atividades a



realização de palestras aos públicos interno e externo; competições esportivas; demonstrações de adestramento e de prevenção de incêndios; distribuição de folhetos, culminando com o lançamento do Selo Comemorativo.

#### D - SEMANA DO MOTORISTA

Com o objetivo de conjugar o esforço da comunicação com as atividades operacionais, visando a diminuição do número de acidentes de trânsito e maior integração entre a comunidade e a Corporação, foi realizada a "Semana do Motorista", com destaque para a "Clínica de Trânsito", pela qual passaram, aproximadamente, 12.600 pessoas (estudantes, professores, motoristas e comunidades em geral).

#### E - ESCOLINHA DE TRANSITO

Além da Clínica de Trânsito, foram realizadas em Porto Alegre 4 palestras e 1 em Ijuí junto a "Escolinha de Trânsito", atendendo 3.347 crianças.

#### F - IX CONGRESSO DE SAUDE E II DA ACADEMIA NACIONAL DE SAUDE DAS POLÍCIAS MILITARES DO BRASIL

Realizado em Porto Alegre, na Academia de Polícia Militar, tendo como objetivo a reflexão sobre o relacionamento das organizações de saúde com as demais Unidades da Corporação, bem como os seus quadros.

#### G - SEMANA FARROUPILHA

Atividade promocional desenvolvida em conjunto com o Movimento Tradicionalista Gaúcho, visando participar e comemorar os feitos dos Farroupilhas, proporcionando condições para integração da Brigada Militar com a comunidade gaúcha, cabendo à PM5 o planejamento e coordenação dos eventos cívicos tradicionalistas, envolvendo a Corporação e divulgação aos órgãos de imprensa.

#### H - PRÊMIO JORNALISMO

Foi expedida Ordem de Serviço regulando as medidas administrativas para organização e divulgação do Prêmio de Jornalismo Brigada Militar, edição 1991. Os objetivos do Prêmio são a integração da Brigada Militar com os meios de Comunicação Social do Estado, e incentivos à participação dos veículos de comunicação na divulgação das ações da Corporação.

## I - PROJETO "CRIANÇA NA SEGURANÇA"

Atividade desenvolvida em todo o Estado, em conjunto com a Secretaria Estadual de Educação, com o objetivo de despertar a consciência participativa da comunidade escolar do 1º grau estadual e municipal e particular. Constatou-se visitas, palestras, demonstrações e exposições de material institucional, tanto nos quartéis como nas escolas. Posteriormente houve a confecção de cartazes, redações, expressões artísticas e cênicas pelas crianças que participaram do projeto, as quais concorreram a duas viagens à Disneylândia. Participaram do Projeto, de forma direta, 32.100 crianças.

**III - POLÍCIA CIVIL**

### III - POLICIA CIVIL

Na execução dos serviços de Segurança Pública de sua competência, a Polícia Civil tem sua estrutura e regulamento geral estabelecidos pelo Decreto nº 28.656, de 22/03/79, bem como seu estatuto regulado pela Lei nº 7.366, de 29/03/80.

O Órgão tem atribuições de assegurar os direitos e garantias individuais, a ordem e a tranquilidade públicas, nos termos constitucionais; prestar a mais ampla colaboração à Justiça; exercer as atribuições de Polícia Judiciária, previstas pela legislação penal vigente, prevenindo e reprimindo infrações penais; exercer as atribuições e serviços de trânsito de sua competência, nos termos da legislação própria; exercer as atribuições de sua competência referentes à ordem política e social, armas, munições e explosivos e informações de interesse da segurança; exercer as atribuições referentes ao registro, licenciamento e fiscalização de diversões públicas, de acordo com a legislação específica; prestar cooperação às autoridades administrativas na execução e cumprimento das leis e regulamentos sobre sua direta fiscalização e exercer outros encargos pertinentes ao melhor desempenho da ação policial.

Destacam-se como ações na execução dos Projetos do Governo: aumento do efetivo e criação de novos cargos; Projeto Barreiras (em fase de operacionalização); criação de Centros de Operações em Alvorada e Canoas; sistema de registro de ocorrências e auto de prisão em flagrante diretamente em terminal do computador (em fase de implantação); informatização do Distrito Policial de Sapucaia do Sul; implantação do protocolo informatizado no Departamento de Polícia Metropolitana, com extensão para as suas Divisões; ampliação da rede de rádio-comunicação VHF (capital e interior) com instalação de repetidoras; informatização das Delegacias de Polícia e Circunscrições Regionais de Trânsito (CIRETRANs) de Gravataí, Viamão, Guaíba e Esteio (em fase de implantação); autorização para instalação da Delegacia de Polícia de Glorinha.

A participação inicial da Polícia Civil no Orçamento do Estado, em 1991, foi de 2,27%, superior ao exercício anterior (1,8%), mas ainda insuficiente para que a Organização mantivesse o mínimo exigível de operacionalidade. No âmbito da Secretaria da Segurança Pública, houve decréscimo da participação da Polícia Civil, com relação ao exercício anterior, de 28,55% para 20,87%. A realização orçamentária no ano de 1991 em despesa de capital, foi de 0,82% do previsto, e destinou-se ao Projeto de Reparelhamento Operacional da Área Metropolitana. As despesas correntes foram de aproximadamente 89,65% do previsto no Orçamento. Dos créditos adicionais solicitados para o exercício, 63,86% sobre a dotação inicial, a título de suplementação orçamentária, foi concedido 65,16% do solicitado para as atividades de Manutenção de Serviços de Polícia em Geral e Manutenção dos Serviços de Policiamento do Interior do Estado.

**IV - SECRETARIAS DE ESTADO E SUAS  
ENTIDADES VINCULADAS**

**1 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO (SE)**

**1.1 - Fundação Escola Técnica Liberato  
Salzano Vieira da Cunha (FETLSVC)**

**1.2 - Fundação de Atendimento ao Deficiente  
e ao Superdotado no Rio Grande do Sul  
(FADERS)**

A Secretaria de Estado da Educação é o órgão do Poder Executivo incumbido de administrar a educação, executando a política educacional traçada nos programas de ensino fundamental e médio, educação pré-escolar e atendimento em creches, educação especial, assistência ao educando, esporte, lazer e recreação dentro do sistema estadual de ensino, bem como promover a integração com as instituições de ensino superior e entidades estudantis, incentivar e publicar obras e pesquisas no campo da educação, valorizar e promover o desenvolvimento dos profissionais da educação. O órgão está imprimindo uma política educacional verdadeiramente democrática, voltada para o aperfeiçoamento das relações sociais, proporcionando assistência integral e integrada a todas as crianças e jovens de forma abrangente e dirigida a todas as classes sociais.

São pré-requisitos, nas quais está fundamentada a política educacional, as prioridades na dotação de recursos financeiros; o redimensionamento adequado das unidades escolares; a adoção do sistema de aproveitamento integral do espaço escolar; a favorecimento de condições alimentares básicas; a capacitação e atualização permanente, e remuneração condigna dos profissionais da educação a incrementação das atividades culturais e esportivas.

Dentro da idéia da melhoria da qualidade do ensino e resgate da escola pública, a Secretaria de Estado da Educação estabelece prioridades relativas à proposta pedagógica, aos recursos humanos, a manutenção e expansão da rede física e a reforma e modernização administrativa. Com relação à proposta pedagógica as prioridades são: implantação de Centros Integrados de Educação Pública - CIEPs, CIEPs Profissionalizantes, CIEPs Rurais e CIEPs Especiais; desencadeamento de programas da qualidade de ensino; melhorias e ampliação do atendimento pré-escolar, através do Projeto Casas da Criança, que privilegia o atendimento à população da periferia e implemento da nutrição escolar; realização de convênios com instituições de ensino superior, visando ao enriquecimento curricular dos professores, valorização e aperfeiçoamento das Escolas de Magistério e remuneração dos estágios; valorização dos cursos diurnos e noturnos, com direcionamento ao mercado de trabalho (cursos supletivos, projetos de alfabetização de adultos). No que se refere aos recursos humanos são prioridades o resgate da condição salarial do magistério e a racionalização no suprimento das necessidades. São prioridades na manutenção e expansão da rede física, a elevação do número de vagas em 30% em janeiro de 1992, através do aproveitamento integral do espaço escolar, da construção de novas salas, a recuperação e reequipamento de toda a Rede Escolar Pública. Além das prioridades referidas, o órgão propõe-se enxugar a máquina administrativa e interligar todas as 29 (vinte e nove) Delegacias de Educação (DEs) com a Administração Central, através da informatização.

No exercício de 1991 foram realizadas alterações na estrutura organizacional. Além das Diretorias já existentes Geral, Pedagógica, de Recursos Humanos, Administrativo-

Financeira, foi criada a Diretoria de Divisão Escolar - DDE, órgão que passou a administrar e supervisionar a rede escolar de Porto Alegre, após a extinção da 1ª Delegacia de Educação. Com a criação do Grupo de Assessoramento Superior em Educação - GASE - pertencente à Diretoria Geral, buscou-se dinamizar, atendendo imperativo constitucional, e incentivar a publicação de obras e pesquisas no campo da educação. Através dessas cinco Diretorias, a Secretaria da Educação exerce suas ações na execução da política do Governo na área da educação.

#### A - DIRETORIA GERAL

É um órgão central de direção superior incumbido de articular e integrar as atividades da Pasta em consonância com as políticas públicas e coordenando os órgãos de abrangência geral nos enfoques técnico e administrativo.

As principais ações desenvolvidas em 1991 foram:

- Impressão de 300.000 (trezentos mil) livros para o aluno e 300.000 (trezentos mil) manuais para o monitor, em atendimento ao Programa Gaúcho de Alfabetização - Povo Grande do Sul Alfabetizado - Projeto Nenhum Adulto Analfabeto, com desembolso financeiro de Cr\$ 147.340.580,00 (cento e quarenta e sete milhões, trezentos e quarenta mil, quinhentos e oitenta cruzeiros);
- Apoio a 298 Municípios através de:
  - \* repasse de recursos para construção, ampliação e recuperação de escolas municipais;
  - \* auxílio na aquisição de veículos para transporte de alunos, compra de passagens e locação de veículos;
  - \* provimento de material didático-pedagógico;
  - \* repasse de recursos para aquisição de mobiliário e material necessário à prática pedagógica nas escolas municipais, com desembolso financeiro de Cr\$ 461.320.000,00 (quatrocentos e sessenta e um milhões, trezentos e vinte mil cruzeiros);
- Custeio do transporte escolar, beneficiando 110 Municípios, no atendimento ao transporte de alunos de 1º Grau das escolas municipais, com desembolso financeiro de Cr\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de cruzeiros);
- Auxílio financeiro a 114 Municípios, visando a melhoria da qualidade do ensino de 1º Grau, custeando obras nas unidades escolares, aquisição de material básico, aperfeiçoamento de professores, dotação de equipamentos às escolas municipais, com desembolso financeiro de Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros);
- Auxílio financeiro a 246 Municípios, dentro da proposta de qualificação de ensino municipal de 1º grau, com desembolso financeiro de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros);
- Custeio do transporte escolar de alunos do ensino fundamental, atendendo 18 Municípios, com desembolso financeiro de Cr\$



35.452.800,00 (trinta e cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil e oitocentos cruzeiros);

- Provimento de material básico aos órgãos Municipais de Educação e respectivas escolas municipais, através do Acordo PRADÉM (Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Municipal), beneficiando 332 Municípios, com desembolso financeiro de Cr\$ 64.721.000,00 (sessenta e quatro milhões, setecentos e vinte e um mil cruzeiros);
- Cedência de 1270 professores estaduais a 300 órgãos Municipais de Educação, na integração entre a rede de ensino estadual e municipal;
- Ressarcimento a 218 Prefeituras Municipais pela cedência de 2403 professores e 734 servidores municipais às escolas estaduais nas situações de dificuldade de provimento de recursos humanos, com desembolso financeiro de Cr\$... 1.703.770.195,00 (um bilhão, setecentos e três milhões, setecentos e setenta mil, cento e noventa e cinco cruzeiros);
- Repasse mensal a 105 Prefeituras Municipais, dentro do Acordo de Cooperação Estado/Município, equivalente aos vencimentos do piso salarial de 1783 professores e 280 funcionários cedidos para o suprimento de escolas estaduais municipalizadas, com desembolso financeiro de Cr\$ 1.156.686.476,20 (um bilhão, cento e cinquenta e seis milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e setenta e seis cruzeiros e vinte centavos);
- Repasse de recursos, via Projeto de Apoio às Atividades dos Círculos de Pais e Mestres das Escolas Estaduais de 1º Grau, em duas programações, atendendo 2704 CPMS, com desembolso financeiro de Cr\$ 178.200.000,00 (cento e setenta e oito milhões e duzentos mil cruzeiros);
- Assentamento e atendimento aos CPMS nos aspectos de legalização;
- Processamento técnico do acervo geral e do acervo de publicações elaboradas pela SE (seleção, registro, catalogação, classificação e ordenação);
- Recuperação e disseminação de informações bibliográficas no órgão Central;
- Seleção e aquisição de livros técnicos da área da Educação e Ciências correlatas, com desembolso financeiro de Cr\$... 17.877.800,00 (dezessete milhões e seiscentos e setenta e sete mil e oitocentos cruzeiros);
- Orientação quanto às técnicas ligadas a Documentação, Biblioteconomia e Arquivística;
- Coordenação das ações dos Centros de Documentação das Delegacias de Educação;
- Assessoramento aos órgãos da SE e comunidade através de documentação legal;

- Medidas de racionalização extinguindo núcleos de DEs junto a Municípios;
- Medidas de reforma administrativa extinguindo 12 DEs (Decreto nº 33.979, de 25/06/91);
- Acompanhamento do processo de transição e extinção de DEs, com manual de orientações, comissões e viagens;
- Redistribuição e redimensionamento da jurisdição das DEs (Decreto nº 34.062, de 03/10/91);
- Assessoramento às DEs, promovendo a integração entre SE/DEs;
- Análise dos processos de designação de Diretores e Vice-Diretores das escolas estaduais;
- Gerenciamento do Projeto LER (Levantamento do Ensino Regular), com geração de dados e informações relativas a matrículas, inicial e final, do ensino regular, prédios, educação especial, ensino supletivo, com desembolso de Cr\$ 170.589.695,00 (cento e setenta milhões, quinhentos e sessenta e nove mil e seiscentos e noventa e cinco cruzeiros);
- Recuperação e disseminação das informações obtidas no LER, com desembolso de Cr\$ 174.531.737,00 (cento e setenta e quatro milhões, quinhentos e trinta e um mil, setecentos e trinta e sete cruzeiros);
- Levantamento do ensino Supletivo/RS, com recursos do MEC;
- Gerenciamento do SPI (Sistema de Protocolo Integrado), com desembolso de Cr\$ 56.768.090,00 (cinquenta e seis milhões, setecentos e sessenta e oito mil e noventa e nove cruzeiros);
- Levantamento sobre alunos excepcionais em instituições de ensino/RS;
- Implantação e gerenciamento do SIER - Sistema de Informações Educacionais do Estado, dando andamento à operacionalização de interligação, via teleprocessamento, das 29 DEs com a administração central da SE, com desembolso de Cr\$ 157.805.322,00 (cento e cinquenta e sete milhões, oitocentos e cinco mil, trezentos e vinte e dois cruzeiros);
- Elaboração e Aplicação do "Instrumento de Avaliação Global da Escola", numa ação conjunta SE/DE, em situações específicas, conforme necessidade, através do Departamento de Inspeção Escolar DIE/DG;
- Elaboração de instrumento e coleta de dados referentes ao patrimônio adquirido com verba do Projeto MEC/BIRD;
- Participação de inspetores do DIE/DG, em ação conjunta com órgãos da SE, em comissões de sindicância, visitas, verificações "in loco" da realidade escolar;

- Preparação de subsídio sobre a legislação vigente referente ao funcionamento da escola, através do DIE/DG;
- Aplicação do instrumento de avaliação dos CRE(s), através do DIE/DG, em ação conjunta com outros setores;
- Avaliação da estrutura e funcionamento de escolas específicas, quanto a recursos humanos e físicos, em casos especiais, através do DIE/DG;
- Publicação de 02 editais de concurso público:
  - \* Dia 21/11/91 para os cargos de secretário de escola, auxiliar administrativo de escola, auxiliar de serviços escolares (merendeira e servente).
  - \* Dia 19/11/91 concurso público do Magistério Estadual Área 1, Área 2 e Área 3, para provimento em cargo de professor do quadro de carreira do magistério público do Estado do Rio Grande do Sul, Classe A.

## B - DIRETORIA PEDAGÓGICA

É um órgão central de direção superior da SE incumbido de coordenar a proposta pedagógica dentro do Sistema Estadual de Ensino, orientando, dirigindo e supervisionando as atividades de administração de creches, educação pré-escolar, ensino fundamental e médio, assistência ao educando na rede pública estadual, assistindo e supervisionando o ensino mantido pelos Municípios e entidades privadas.

As ações desenvolvidas em 1991 pela Diretoria Pedagógica foram:

- Produção e/ou publicação de subsídios para o planejamento das atividades do Sistema Educacional do Estado, tais como:
  - \* Estatísticas Básicas do Ensino Superior/RS - 1990;
  - \* Estatísticas Básicas do Ensino Superior/RS 1991;
  - \* Caracterização Sócio-Econômica Educacional do Estado do RS;
  - \* Caracterização Sócio-Econômica Educacional das Delegacias de Educação:
    - 1ª, 2ª, 4ª, 19ª e 39ª (publicação);
    - 18ª, 9ª, 5ª, 8ª, 10ª, 13ª, 32ª e 36ª (no prelo);
    - 24ª, 15ª e 29ª (na revisão);
    - 3ª, 8ª, 7ª, 11ª, 12ª, 14ª, 16ª, 17ª, 20ª, 21ª, 23ª, 26ª, 28ª, 30ª, 31ª, 34ª, 35ª e 38ª (na digitação);
    - 22ª, 33ª, 25ª e 27ª DEs (em descrição);
- Aspectos da realidade escolar das DEs - Problemas e Propostas Alternativas (caderno nº 1); Educação e Trabalho (caderno nº 2);
- Orientações legais e técnico-administrativas para a estrutura e funcionamento de escolas (4500 exemplares);
- Documentos diversos, tais como:
  - \* Propostas/90-91 das DEs;

- \* Diagnóstico comparativo da realidade educacional;
  - \* As regiões educacionais/RS;
  - \* Acesso e permanência do aluno na escola;
  - \* Escola - em busca de alternativa de melhoria;
  - \* Escola, Currículo e Constituição do Conhecimento;
  - \* Referencial Básico da Política Pedagógica das Escolas da Rede Estadual (preliminar);
  - \* Educação e Profissionalização dos Professores da Área de Ciências;
  - \* Disciplinas Relacionadas à Epistemologia e História das Ciências;
  - \* Idéia sobre a Natureza do Conhecimento Científico;
  - \* Mudanças na Atuação Docente num Processo de Reconstrução Curricular em Ciências;
  - \* Subsídios técnicos para atuar na pré-escola;
- Produção de material instrucional e textos feitos pelos técnicos do Centro de Ciências do Rio Grande do Sul (CECIRS), sobre temas voltados para Ciências, Matemática e Educação Ambiental;
- Elaboração de um plano de ação para equipar as escolas estaduais com laboratórios de matemática;
- Constituição, análise e encaminhamento de processos de 1º Grau (2.537) e de 2º Grau (584);
- Atendimento a professores, alunos, escolas e entidades credenciadas em assuntos de recursos audiovisuais, tais como filmes, vídeos, discos, fitas, dispositivos, equipamentos, seleção musical, gravações de textos, sonorização, edição de programas através do Centro de Recursos Audiovisuais da Central de Apoio Tecnológico à Educação (CRA/CATE/DP);
- Realização de 17 cursos, atendendo 247 professores que atuam na área de informática aplicada à educação;
- Ativação de sub-centros de apoio tecnológico e realização de 23 laboratórios de informática;
- Desenvolvimento de experiências com informática na habilitação Magistério, de julho a dezembro;
- Atendimento aos alunos em informática em projetos voltados para meninos de rua, educação especial, dificuldades de aprendizagem;
- Apoio, com recursos didáticos básicos, à prática pedagógica das escolas estaduais;
- Realização de 18 Oficinas Pedagógicas, promovidas pelo Centro de Recursos Alternativos (CRAL) para atualização de 450 professores da rede estadual, oportunizando recursos alternativos;
- Aquisição de 61 Praças de Brinquedos para distribuição em escolas estaduais;

Aquisição de 400 livros técnicos para uso do Professor nas escolas estaduais;

Assessoramento ao projeto de Bolsas de Trabalho para alunos dos Centros de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAMs);

Impressão e distribuição de subsídios:

- \* Informativo "Contatos de 1º, 2º e 3º Grau" (1.000 exemplares);
- \* Relatos de Experiências Pedagógicas (7000 exemplares);
- \* 29 módulos de material pedagógico para Centros de Ensino Supletivo;

Implementação do Projeto de Ensino Precoce da Língua Francesa: "O francês no mundo da criança";

Definição de política, orientação e preparação de professores para atuação em acampamentos e assentamentos;

Participação em eventos educacionais através de docência e palestras em diferentes cidades/RS;

Organização e listagem dos órgãos governamentais e não governamentais que atuam na área de educação ambiental;

Renovação (07) e concessão (123) de bolsas de estudo para professores estaduais, economicamente carentes;

Ativação das 36 Comissões Mistas dentro do PRAI Programa Regional de Ação Integrada nas 30 regiões escolares, através de visitas;

Articulação com Instituições do Ensino Superior com vistas à operacionalização do "Programa para Melhoria da Qualidade de Ensino";

Acompanhamento e controle da situação funcional dos professores estaduais cedidos às Instituições de Ensino Superior (IES);

Elaboração de Instrumento de Avaliação dos CRES - Centros Rurais de Ensino Supletivo e provimento de 05 CRES;

Elaboração de Instrumental de Coleta de Dados da população não escolarizada/RS;

Elaboração de referenciais teóricos para o processo de avaliação do aluno do ensino supletivo;

Encaminhamento de subsídios orientadores ao funcionamento dos NOES - Núcleos de Orientação do Ensino Supletivo;

Encaminhamento de 11.505 fascículos modulares para clientela do ensino supletivo;

Instrumentalização de coordenadores de Núcleos de Alfabetização nas DEs;

- Aquisição e distribuição de módulos de materiais de apoio para 480 oficinas de alfabetização;
- Elaboração de documentos técnicos sobre piscicultura, suinocultura, apicultura, caprinocultura e cunicultura, beneficiando 1.370 alunos;
- Apoio ao desenvolvimento de prática pedagógica das 10 escolas agrícolas, beneficiando 2.354 alunos;
- Em andamento, a aquisição de material de consumo para os laboratórios de Ciências e Matemática de 1.000 escolas estaduais de 1º Grau;
- Aquisição de material didático para uso na prática pedagógica, tais como livros técnicos (5.540), papel, gravadores, fitas de vídeo, cartolinas, pincéis, jogos pedagógicos, massa de modelar, cadernos, lápis, borrachas, tesouras;
- Estudo de viabilidade de CIEPs, palestras, registros de solicitações (216), processos em andamento (151), licitações, em fase de construção 09 CIEPs;
- Aquisição de material de consumo para conservação dos livros doados pela Fundação de Assistência ao Educando (FAE);
- Implementação do projeto Rio Grande na Trilha da Leitura, em ação conjunta com Olvebra S.A. - Indústria e Comércio de Óleos vegetais e entidades de classes;
- Implementação do projeto Caixas-Bibliotecas em cada escola;
- Apoio à prática pedagógica de reconstrução curricular do ensino médio com ênfase nas necessidades do aluno trabalhador;
- Reorientação do ensino técnico nos 03 setores, com ênfase na vocação regional;
- Implantação de Centros de Capacitação e Formação Profissional e de Escolas-Centro, no setor primário e terciário;
- Realização de 05 cursos de Esquema I e II, em Santa Maria (UFSM) e Porto Alegre (PUC);
- Realização de 04 cursos de cooperativismo em ação conjunta com OCERS (Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul) e Universidades;
- Assessoramento e participação nas questões relacionadas com educação técnica, beneficiando 2.500 alunos;
- Assessoramento à implantação de programas de iniciação profissional, beneficiando 1.500 alunos;
- Intercâmbio com órgãos locais, regionais, estaduais, nacionais e internacionais na área de Língua Estrangeira Moderna;

- Acompanhamento do projeto "Criança na Segurança", numa ação conjunta SE/BM;
- Planejamento, programação e execução dos eventos oficiais da Semana da Pátria e Semana Farrroupilha/91;
- Distribuição de Bandeira Nacional para 200 escolas de Porto Alegre;
- Elaboração de documentos: Sugestão sobre Grades Curriculares e Avaliações;
- Elaboração do Projeto de Educação Ambiental PRÓ-GUAÍBA e reuniões com BID;
- Seleção de textos e elaboração de material didático em Língua Espanhola;
- Assessoramento no trabalho sobre componentes curriculares: O Negro e a Educação;
- Elaboração da coletânea de experiências realizadas em sala de aula em Educação Ambiental;
- Suprimento, provimento, reparos e obras necessárias nos Centros de Estudos Supletivos, em ação conjunta com o Departamento de Material Escolar (DME/DAF);
- Aquisição de 10 Kits por DE de 11 títulos de livros de apoio pedagógico para professor alfabetizador de adultos que atuam nas oficinas;
- Aquisição de papel de embrulho para oficinas de alfabetização, beneficiando 8.400 alunos;
- Gerenciamento dos Exames Supletivos de Educação Geral e de Qualificação Profissional, atendendo 43.164 candidatos inscritos e 199.072 exames requeridos;
- Aquisição de vagas de 1º e 2º Graus, em estabelecimentos particulares, para alunos carentes e excedentes da rede estadual do ensino, 6.045 vagas no 1º Grau, 1.475 no 2º Grau e 25 em educação especial;
- Concessão de gratuidade a 7.016 alunos de 1º Grau e 1.823 de 2º Grau, pela contrapartida de cedência de 699 professores pelo Programa de Ensino Particular (PROENPA);
- Concessão de 569 gratuidades em escolas assistenciais e 1.473 em educação especial, em contrapartida de cedência de 85 e 229 professores, respectivamente;
- Impressão e distribuição de Manual da Merendeira do Programa Estadual de Nutrição Escolar (3.500 exemplares) e Manual Técnico para 38 Centros de Assistência ao Educando e Núcleos de Merenda e 3.374 guias de alimentos;

Aquisição e distribuição de 6.309.276,00 Kg de gêneros alimentícios para atendimento de 1.329.672 alunos das redes públicas estadual e municipal, entidades filantrópicas e do Projeto Nenhum Adulto Analfabeto;

Realização de 25 treinamentos de serventes merendeiras, 02 para nutricionistas e 04 para responsáveis de Núcleo de Merenda Escolar;

Assistência alimentar a 4.372 alunos de 19 escolas agrícolas e 05 Centros Regionais de Ensino Supletivo (CREs) que mantêm regime de internato e semi-internato;

Implantação de 10 Centros de Assistência ao Educando (CAEs) em Porto Alegre e reestruturação de 10;

Aquisição de material de consumo para suprir 67 gabinetes odontológicos, 71 consultórios médicos, 68 consultórios de psicologia, 52 setores de enfermagem e 61 setores de reeducação;

Aquisição e distribuição de 1.890 aparelhos corretivos a escolares da rede de ensino;

Conserto em 82 gabinetes odontológicos instalados em escolas e dois audiômetros para o Centro Especializado de Assistência ao Educando (CEAE);

Pagamento a 52 profissionais, sem vínculo com o Estado, para 336 atendimentos na área de ortopedia, neurologia, oftalmologia e otorrino;

Atendimento preventivo e emergencial em saúde escolar;

Levantamento de necessidades para implantação dos projetos: LBA/SE, Novas Conquistas; Suprindo Necessidades; Crianças Bem Cuidadas, Mães Felizes; Ecologia e Cidadania do Assentamento Padre Jósimo; Alimento para o Povo; Meninos de Rua e Creche para Mães que trabalham;

Implantação de programas especiais em escolas públicas estaduais, tais como escotismo, reciclagem de lixo, grêmios estudantis, terceira idade e casas de estudante;

Desembolso financeiro em despesas de custeio e despesas de capital na implementação das ações programadas das atividades pedagógicas previstas pela Diretoria Pedagógica - DP/SE - no valor de Cr\$ 2.800.106.149,00 (dois bilhões, oitocentos milhões, cento e seis mil, cento e quarenta e nove cruzeiros) até 16/12/91.



## C - SUBSECRETARIA DE DESPORTO

A Subsecretaria de Desporto (SUDESP), órgão central de direção superior da SE, tem como incumbência, integrando com a proposta pedagógica desta Pasta, o fomento ao desporto amador, realização dos jogos escolares e apoio às Federações e Associações Esportivas.

As ações desenvolvidas pelo órgão em 1991 foram:

- Medidas de garantia de participação popular no planejamento, na organização e na execução da política estadual de desporto, lazer e educação física, através de (02) fóruns, (01) seminário, (04) encontros e reuniões agendadas;
- Participação do RS, em nível nacional, no planejamento dos Jogos Escolares Brasileiros (Presidente Prudente/SP), Campeonato Escolar Brasileiro (João Pessoa/PB) e Encontro Nacional do Esporte (Santa Catarina);
- Ação conjunta com 1.340 escolas no desencadeamento do JERGS - Jogos Escolares do RS, com desembolso de Cr\$ 45.900.000,00 (quarenta e cinco milhões e novecentos mil cruzeiros), atendendo 130.000 escolares durante 6 meses;
- Ação conjunta com federações amadoras e Municípios no desencadeamento do JIRGS - Jogos Intermunicipais do RS, em 15 modalidades diversificadas com desembolso de Cr\$ 31.000.000,00 (trinta e um MILHÕES e seiscentos mil cruzeiros), atendendo 4.000 atletas;
- Ação conjunta com Municípios e DEs através das 05 Colônias de Férias, atendendo 2.500 crianças, na faixa de 8 a 11 anos, em 3 turnos, com desembolso de Cr\$ 31.903.968,94 (trinta e um milhões, novecentos e três mil, novecentos e sessenta e oito cruzeiros e noventa e quatro centavos);
- Ação conjunta com os Municípios através do Projeto Itinerante de Recreação e Lazer, com atendimento a crianças em várias localidades, com frequência média de 2.000 pessoas por evento;
- Ação conjunta com as Secretarias da Saúde e do Meio Ambiente e da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, através do Projeto Criança Sadia, atendendo 400 crianças carentes através de atividades desportivas, recreativas, alimentação e técnicas de higiene;
- Representação do RS nos JEBS - Jogos Escolares Brasileiros - através de 28 integrantes (atletas e dirigentes);
- Representação do RS nos CEBS - Campeonato Escolar Brasileiro - através de 31 integrantes (atletas e dirigentes);
- início da obra referente ao projeto de reconstrução do Ginásio do Centro Estadual de Treinamento Esportivo - CETE/SUDESP - com desembolso financeiro de Cr\$ 211.000.000,00 (duzentos e onze milhões de cruzeiros);

- Promoção de atividades recreativas através do Projeto de Recreação 3ª Idade, atendendo asilos, associações e casas geriátricas;
- Promoção do Projeto "Se eu fosse um peixinho", atendendo uma clientela de 200 alunos, em 4 etapas, de escolas estaduais, proporcionando o aprendizado de natação, sendo escolhido para relato de experiência em simpósio de Brasília;
- Promoção do Projeto Escola, Centro Estadual de Treinamento Esportivo - CETE - e a Comunidade, atendendo 200 crianças, alunos e comunidade carente, com atividades recreativas e gêneros alimentícios;
- Atendimento a professores de Educação Física aposentados, 3ª idade, através do Projeto Veteranos da Educação Física, numa média de 20 professores por encontro semanal;
- Atendimento a 1.500 alunos, em atividades de recreação e lazer, através do Projeto "Pinte o 7 no CETE";
- Treinamento de 500 pessoas para desempenhar atividades nas Colônias de Férias, através de cursos;
- Atendimento de 04 turmas diárias, em dois turnos, no CETE, em iniciação esportiva de handebol;
- Atendimento a 190 alunos ao mês, em diferentes níveis, na iniciação esportiva de voleibol e equipes de competição, no CETE;
- Atendimento a turmas com 20 alunos em atividades desportivas de basquete, judô, atletismo, ginástica para executivo e musculação;
- Atendimento a crianças em iniciação desportiva e equipes de competição de Ginástica Rítmica Desportiva;
- Atendimento a 138 crianças em atividades físicas motoras de base, faixa etária de 4 a 5 anos, através do projeto CETE "Baby"Class";
- Atendimento a 220 alunos e 100 atletas na iniciação e formação de equipes de basquete, no CETE;
- Atendimento a 350 alunos, em turnos diversos, em ginástica estética para pais e mães de alunos do CETE;
- Distribuição de 1000 Kits esportivos, para as escolas participantes dos Jogos Escolares do Rio Grande do Sul - JERGS;
- Atendimento mensal a 300 alunos em iniciação esportiva e equipes de competição em ginástica olímpica e, idem, em futebol de campo;
- Atendimento a atletas em iniciação esportiva e equipes competitivas de judô;

Atendimento a 51 deficientes físicos, com exames médicos, avaliação de classe funcional, participação em competições de nível regional, nacional e internacional.

#### D - DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

A Diretoria de Recursos Humanos (DRH/SE), como órgão diretivo de apoio administrativo da SE e agente setorial dos sistemas de administração e desenvolvimento de recursos humanos, está incumbido de orientar, dirigir e executar as ações referentes aos recursos humanos da Pasta.

As ações desenvolvidas pela Diretoria, no exercício de 1991, foram as seguintes:

- Capacitação de servidores, nas áreas técnicas e administrativas, com desembolso de Cr\$ 149.985,00 (cento e quarenta e nove mil e novecentos e oitenta e cinco cruzeiros);
- Capacitação de 29 servidores em atividades de redação e revisão, em curso de Português Administrativo de 60 horas;
- Levantamento institucional, com vistas à racionalização da máquina administrativa, dentro do projeto "Organizar para Crescer", através de entrevistas individuais e grupais, consultoria interna, com desembolso de Cr\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil cruzeiros);
- Instrumentalização de técnicos para capacitação em administração de recursos humanos, com desembolso de Cr\$ 140.400,00 (cento e quarenta mil e quatrocentos cruzeiros);
- Preparação para aposentadoria, atendendo 30 participantes, através de curso, com desembolso de Cr\$ 90.000,00 (noventa mil cruzeiros);
- Capacitação de 06 recepcionistas lotados na SE;
- Recepção e integração de professores cedidos, em retorno ao sistema, com desembolso de Cr\$ 413.552,00 (quatrocentos e treze mil e quinhentos e cinquenta e dois cruzeiros);
- Capacitação de representantes de Núcleos de Desenvolvimento de Recursos Humanos, junto às DEs, com desembolso de Cr\$... 117.000,00 (cento e dezessete mil cruzeiros);
- Desencadeamento do projeto de "Valorização da Vida" junto a escolares de 1º e 2º Graus, prevenindo o consumo de álcool, tabaco e outras substâncias psicoativas;
- Acompanhamento das licenças-saúde, dentro do projeto "Integração em saúde", na sua adequação ao servidor público;
- Atendimento público a 17.282 pessoas em assuntos relativos a recursos humanos e vida funcional;

- Elaboração do Quadro de Recursos Humanos por Escola;
- Autorização de 2.400 novas nomeações de professores;
- Controle e acompanhamento de banco de concursados, habilitados, habilitações de posse e publicações;
- Contratos emergenciais de professores, em locais de difícil suprimento, através de lei específica;
- Solicitação para realização de concurso público para funcionário de escola e de professores, com desembolso de Cr\$ 191.778.594,00 (cento e noventa e um milhões, setecentos e setenta e oito mil e quinhentos e noventa e quatro cruzeiros);
- Análise de 2.163 expedientes e 838 processos relativos a vantagens do servidor, validação de dados funcionais e fornecimento de certidões de tempo de serviço;
- Fornecimento de 72.644 Boletins de Dados de Pessoal;
- Ação conjunta com o Departamento de Estrutura e Funcionamento Escolar (DEFE) na análise das propostas de criação de novas escolas;
- Análise de processos relativos a vida funcional dos servidores públicos, quanto a promoções (9.514), implantações no Quadro de Carreira do Magistério Público Estadual (6.921) e retificações (43);
- Controle de cadastro e correspondência, através de fichas funcionais, expedientes e processos (9.942), com chamamento para regularização de vida funcional, com desembolso de Cr\$ 1.628.923,00 (um milhão, seiscentos e vinte e oito mil, novecentos e vinte e três cruzeiros);
- Informatização dos dados funcionais do Magistério Público Estadual, através de projeto, com desembolso de Cr\$ 395.000,00 (trezentos e noventa e cinco mil cruzeiros);
- Aquisição de subsídios jurídicos, visando a agilização administrativa, com desembolso de Cr\$ 207.923,00 (duzentos e sete mil, novecentos e vinte e três cruzeiros);
- Adiantamento de numerários para agilização administrativa, com desembolso de Cr\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil cruzeiros);
- Atendimento de casos de aposentadoria, através de expedientes (242), atendimentos (1.670), licenças aguardando aposentadoria (161), processos (230) e análise de carteiras (1.283);
- Publicações de atos funcionais (6.305);
- Análise de 1.499 processos de incorporação de vantagens e 3.678 processos de solicitação de FGs, CCs e GAs.

## E - DIRETORIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA

A Diretoria Administrativo-Financeira é o Órgão incumbido de orientar, dirigir e executar, como agente setorial dos respectivos sistemas, as atividades de administração financeira, de material e patrimônio, transporte oficial e serviços gerais, bem como de coordenar e dirigir as atividades de administração da rede física afeta à educação pública.

Ações desenvolvidas pela Diretoria em 1991:

- Aquisição de 39 veículos para o suprimento das DEs e do Órgão central, com o desembolso de Cr\$ 353.105.315,00 (trezentos e cinquenta e três milhões, cento e cinco mil e trezentos e quinze cruzeiros);
- Aquisição de aparelho fac-símile, com o desembolso de Cr\$... 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros);
- Manutenção de serviços essenciais, celebração de contratos de prestação de serviços e locação de prédios, para o funcionamento de escolas, Órgãos regionais e setores de administração central, com o desembolso de Cr\$... 15.694.873.441,00 (quinze bilhões, seiscentos e noventa e quatro milhões, oitocentos e setenta e três mil, quatrocentos e quarenta e um cruzeiros) com recursos do Tesouro do Estado;
- Concessão de auxílio financeiro à UGES (União Gaúcha dos Estudantes Secundários) e UMESPA (União Metropolitana dos Estudantes de Porto Alegre) com o desembolso de Cr\$ 3.939.200,00 (três milhões, novecentos e trinta e nove mil e duzentos cruzeiros);
- Aquisição de cadeiras escolares (31.115), carteiras escolares (30.285), mesa para professor (961), quadros-verdes (726), caixas de lápis de cor (843.915), canetas esferográfica (154.350), caixas de giz branco e colorido (81.000), cadernos de frequência e registro (271.500), caixas de matrizes a álcool e papel carbono (3.800), papel ofício (22.400 milheiros), cadernos escolares (800.000), armários para sala de aula (1.000), arquivos de aço (500), máquinas de escrever (500), calculadoras (150), mimeógrafos (200), conjuntos de grampeadores, perfuradores e tesouras (3.448), bebedouros (2.200), refrigeradores (210), mesas de refeitórios (300), fogões sem-industriais (150), fogões domésticos (200), conjunto de talheres (56.200), bules (3.900), leiteiras (2.100), cremeiras, canecas e pratos plásticos (63.000 conjuntos), materiais de higiene e limpeza (43.000 unidades). O desembolso foi de Cr\$... 2.388.113.324,00 (dois bilhões, trezentos e oitenta e oito MILHÕES, cento e treze mil, trezentos e vinte e quatro cruzeiros) com recursos do Salário-Educação/Quota Estadual;
- Recuperação de cadeiras escolares (24.355) e mesas escolares (8.494), com desembolso de Cr\$ 13.097.084,00 (treze milhões, noventa e sete mil e sessenta e quatro cruzeiros);

- Licitação e processo de construção de um (01) CIEP ESPECIAL, e de dez (10) CIEPs, com obras em andamento, nas cidades de Camaquã, Cerro Largo, Dom Pedrito, Palmeira das Missões, Porto Alegre, Quaraí, Santa Maria, Três de Maio, Uruguaiana e Cruz Alta, com 3.700 m<sup>2</sup> de área, atendendo 1.000 alunos cada um, nos CIEPs convencionais; 1.450 m<sup>2</sup> para 100 alunos no CIEP ESPECIAL de Cruz Alta, com desembolso, até dezembro, de Cr\$. 2.605.007.155,00 (dois milhões, seiscentos e cinco milhões, sete mil, cento e cinquenta e cinco cruzeiros) do Salário-Educação/Quota Estadual e Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros) provenientes do FNDEC/MEC;
- Suprimentos dos dez (10) CIEPs em construção com desembolso, até dezembro, de Cr\$ 1.273.996.760,00 (um bilhão, duzentos e setenta e três milhões, novecentos e noventa e seis mil, setecentos e sessenta cruzeiros) com recurso do Salário-Educação/Quota Estadual;
- Execução de 772 obras de recuperação de prédios escolares através do Projeto MUTIRÃO, numa ação conjunta SE, Secretaria do Planejamento Territorial e Obras e Comunidade Escolar, a partir de Agosto/91 no atendimento de necessidades emergenciais, com desembolso de Cr\$ 3.901.027.149,00 (três bilhões, novecentos e um milhões, vinte e sete mil, cento e quarenta e nove cruzeiros), com recursos do Salário-Educação/Quota Estadual;
- Execução de 36 construções, 66 ampliações, 02 reconstruções, 422 recuperações de prédios escolares de 1º e 2º Graus de ensino regular e supletivo, com desembolso de Cr\$ 7.915.289.374,00 (sete bilhões, novecentos e quinze milhões, duzentos e oitenta e nove mil, trezentos e setenta e quatro cruzeiros) com recursos do Salário-Educação/Quota Estadual;
- Aquisição de 02 terrenos para instalação de escolas (Porto Alegre e Guarani das Missões), desapropriação de 01 terreno (Porto Alegre) com desembolso de Cr\$ 308.076.738,00 (trezentos e oito milhões, setenta e seis mil, setecentos e trinta e oito cruzeiros) com recursos do Salário-Educação/Quota Estadual;
- Aquisição de 15 microcomputadores, 03 impressoras, 08 mesas, para equipar escolas de 2º Grau, com desembolso de Cr\$ 37.617.022,00 (trinta e sete milhões, seiscentos e dezessete mil e vinte e dois cruzeiros) com recursos do Tesouro do Estado;
- Aquisição de equipamentos e suprimentos para escolas agrícolas: 57 aparelhos eletrodomésticos, 571 equipamentos de refeitório, 39 mesas de refeitório, 155 beliches, 20 módulos de guarda-roupa, 212 colchões, 14 armários, 364 equipamentos agrícolas, 05 tratores, 02 microtratores, 04 furgões, 14 veículos utilitários e 02 kombis, com desembolso de Cr\$ 295.153.292,00 (duzentos e noventa e cinco milhões, cento e cinquenta e três mil, duzentos e noventa e dois cruzeiros) com recursos do Tesouro do Estado;
- Suprimento das escolas técnicas com 218 armários de aço, 52 mesas de aço, 03 arquivos, 16 estantes de aço, 50 ventiladores

de teto, 10 bebedouros, 27 conjuntos de ferramentas para oficinas, 02 teodolitos, 07 microscópios, 13 equipamentos de som, 03 amplificadores, 07 microfones, 07 projetores, 04 retroprojetores, 02 telas, 10 gravadores, 05 vídeos, 01 filmadora, 10 televisores, 220 máquinas de escrever, 81 calculadoras, 09 mimeógrafos, 20 kits didáticos, 20 microcomputadores, 05 impressoras, 05 mesas, 03 programas de software, 94 aparelhos de contabilidade, 19 equipamentos pesados para oficinas, com o desembolso de Cr\$ 292.846.708,00 (duzentos e noventa e dois milhões, oitocentos e quarenta e seis mil, setecentos e oito cruzeiros) do Tesouro do Estado;

Retomada de obras paralisadas - das 106 obras iniciadas no Governo anterior que se encontravam paralisadas, 45 foram concluídas, 22 estão em andamento, 16 sendo retomadas e 7 tiveram seus contratos rescindidos para um novo encaminhamento em 1992. As demais serão retomadas no próximo exercício. Para essas obras foram aplicados Cr\$ 3.276.728.884,00 (três bilhões, duzentos e setenta e seis milhões, setecentos e vinte e oito mil, oitocentos e oitenta e quatro cruzeiros) do Tesouro do Estado;

Foram executadas 05 obras de ampliação e 02 de recuperação de prédios escolares, com o desembolso de Cr\$ 293.548.051,00 (duzentos e noventa e três milhões, quinhentos e quarenta e oito mil e cinquenta e um cruzeiros) do Tesouro do Estado;

Projeto MUTIRÃO - foram executados serviços de recuperação em 05 unidades escolares de 2º Grau com desembolso de Cr\$... 99.242.995,00 (noventa e nove milhões, duzentos e quarenta e dois mil, novecentos e noventa e cinco cruzeiros) do Tesouro do Estado;

Manutenção e conservação das escolas da rede pública estadual. Em atendimento ao artigo 202, parágrafo 2º da Constituição do Estado, a SE está desenvolvendo o Repasse Trimestral de Verbas de forma descentralizada, para que as escolas administrem diretamente as necessidades materiais das ações administrativas, pedagógicas, reparos em mobiliários, equipamentos e no prédio da escola. O repasse inaugural somou a quantia de Cr\$ 2.400.000.000,00 (dois bilhões e quatrocentos milhões) no 3º trimestre de 1991 e Cr\$ 3.378.000.000,00 (três bilhões e trezentos e setenta e oito milhões de cruzeiros) no 4º trimestre perfazendo um desembolso de Cr\$ 5.778.000.000,00 (cinco bilhões e setecentos e setenta e oito milhões de cruzeiros), com recursos do Tesouro do Estado;

Suprimento de material didático, equipamento, material permanente e mobiliário, para equipar os 10 CIEPs em construção: 1.000 unidades de utensílios de cozinha, materiais de cantina e refeitório; 5.000 conjuntos de talheres. Para 50 escolas estaduais, foram adquiridos 30.000 unidades de utensílios, tais como cremeiras, pratos, canecas, conjuntos de talheres e, ainda, 40 pneus para tratores e caminhonetes das escolas agrícolas, com desembolso de Cr\$ 9.305.852,00 (nove milhões, trezentos e cinco mil, oitocentos e cinquenta e dois cruzeiros) com recursos do Tesouro do Estado;

- Recuperação de mobiliário e equipamento de 30% das escolas estaduais de 1º e 2º Graus, em todo o Estado, com desembolso de Cr\$ 23.364.552,00 (vinte e três milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e dois cruzeiros) do Tesouro do Estado.

#### F - DIRETORIA DE DIVISÃO ESCOLAR

A Diretoria de Divisão Escolar (DDE/SE) é um órgão diretivo da SE incumbido de orientar, dirigir, executar e controlar, como agente setorial dos respectivos sistemas, as atividades administrativas e pedagógicas da rede escolar de Porto Alegre, criada com a extinção da 1ª Delegacia de Educação.

##### Ações desenvolvidas em 1991:

- Reestruturação dos setores e enxugamento do quadro de recursos humanos lotados na extinta 1ª DE, com a implantação da DDE/SE;
- Racionalização e remanejamento de recursos humanos excedentes, após estudo de cada escola;
- Validação das equipes de Avaliação e Ativação Curricular, a partir das orientações do Conselho Estadual de Educação (CEE);
- Supervisão às escolas de 1º e 2º Graus, Supletivo, Pré-Escola e Classes Especiais, orientando quanto à legislação e Plano de Governo e bases curriculares;
- Atendimento às solicitações das escolas quanto a autorizações, cessações e ampliação de jornada;
- Agrupamento das escolas por zoneamento para estudo de excedentes e escolas desativadas;
- Levantamento de alunos por zoneamento a partir de dados de informática e matrícula real em outubro de 1991;
- Estudo para desativação de escolas pequenas, com prédios em más condições, locados, com poucos alunos;
- Elaboração de regimento para matrícula por disciplina de 5ª a 8ª séries e no 2º Grau da Rede de Porto Alegre;
- Assessoramento às direções quanto ao Sistema de Aproveitamento Integral do Espaço Escolar, planejando com base no mapeamento e nas condições das escolas, os três inícios do ano letivo;
- Avaliação dos currículos e das indicações comunitárias para direção de escolas;
- Planejamento do encontro de diretores de escola, de forma objetiva, apresentando a estrutura da DDE e a estrutura das escolas como um todo.



## **G - DELEGACIAS DE EDUCAÇÃO e GABINETE**

As Delegacias de Educação (DEs) são órgãos de extensão e representação da SE, nas respectivas áreas de jurisdição, para os assuntos educacionais, no gerenciamento do Sistema Estadual de Ensino junto aos Municípios e Estabelecimentos de Ensino das redes públicas estadual, municipal e particular.

As ações são articuladas através de 29 DEs, após o Decreto nº 33.978, de 25 de junho de 1991, com sedes nas cidades de São Leopoldo, Estrela, Caxias do Sul, Pelotas, Santa Cruz do Sul, Passo Fundo, Santa Maria, Cruz Alta, Uruguaiana, Osório, Guaíba, Bagé, Santo Ângelo, Erechim, Bento Gonçalves, Santa Rosa, Rio Grande, Sant'Ana do Livramento, Palmeira das Missões, Três Passos, Vacaria, Cachoeira do Sul, Soledade, Canoas, Gravataí, São Luís Gonzaga, São Borja, Ijuí e Carazinho.

Como informações gerais da Secretaria da Educação, cabe salientar as atividades do Gabinete (GAB/SE) e Assessorias, em 1991, através dos seguintes assessoramentos:

- Assessoramento no planejamento institucional/91, análise e pareceres sobre projetos especiais, através da Assessoria de Planejamento e Projetos Especiais - APPE/GAB;
- Assessoramento no atendimento público interno e externo, informações ao público, agenda e preparação de audiências públicas, divulgação da atuação da SE, através da Assessoria de Comunicação Social - ACS/GAB;
- Assessoramento jurídico, nos casos de pareceres, processos, contratos, sindicâncias, orientações, elaborações de minutas, através da Assessoria Jurídica - AJU/GAB;
- Treinamento em Serviço para Diretores das Escolas/RS, numa ação conjunta, em Porto Alegre, de 40h, atendendo 2.000 participantes.

### **1.1 - FUNDAÇÃO ESCOLA TÉCNICA LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA - (FETLSVC)**

A Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha foi constituída através de um convênio firmado em 08 de março de 1957, entre o Município de Novo Hamburgo, com a cedência da área; a União, através do Ministério da Educação, com a construção e a aquisição dos equipamentos; e o Estado, com a manutenção dos recursos humanos e patrimônio. A instituição foi oficialmente criada pelo Decreto Estadual Nº 18.418, de 28 de janeiro de 1957, órgão de direito privado, subvencionado pelo Estado, com sede em Novo Hamburgo, atuando na área de formação de técnicos de nível médio para o setor industrial nas habilitações de Química, Mecânica, Eletrotécnico e Eletrônica.

Em 1991 o Órgão deu atendimento a 1.283 alunos no período diurno e 805 alunos no noturno, e gerenciou o Projeto Piloto, integrando e articulando 05 Escolas Técnicas.

A Direção Executiva do Órgão desenvolveu as seguintes ações:

- Implantação do Curso Técnico de Segurança do Trabalho na Fundação Liberato e na Escola Estadual Caxias do Sul;
- Conclusão das obras das futuras instalações da administração, Curso Técnico de Eletrônica, Biblioteca e Laboratório de Polímeros;
- Instalação de laboratório de Química Geral e laboratório de Serigrafia;
- Distribuição da receita educacional com retorno direto para cursos;
- Recuperação de equipamentos de mecânica na área de ensino, de pesquisa e produção industrial;
- Promoção de eventos extra-curriculares: Gincana de Aniversário, Mostra de Ciência e Tecnologia - MOSTRATEC, Festival da canção, Campanha do agasalho, Concurso de Contos, Crônicas e Poesias, Mostra de Criatividade, Feira do Livro, Festival de Teatro, e Jogos da Liberato;
- Construção de pavilhão para abrigar material estocado;
- Reforma geral de central elétrica e da sala do Grêmio Estudantil, do Grupo Ecológico e dos Escoteiros;
- Instalação do Serviço de Prefeitura para planejamento e controle da área e das instalações físicas da Fundação e criação do Centro Pedagógico;
- Contatos com empresas e embaixadas visando convênios, bolsas de estudo, doações e estágios.

## 1.2 - FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO AO DEFICIENTE E AO SUPERDOTADO NO RIO GRANDE DO SUL (FADERS)

A Fundação de Atendimento ao Deficiente e ao Superdotado no Rio Grande do Sul é um órgão de administração indireta, vinculado à SE, incumbido de dar atendimento, no campo de educação, às pessoas com deficiência física, visual, auditiva, mental, múltipla e outras previstas na legislação federal vigente e às pessoas superdotadas e/ou talentosas (Lei nº 9.049/90).

As ações desenvolvidas em 1991 foram:

- Continuação da obra do Centro Abrigado da Zona Norte, para deficientes mentais, com desembolso de Cr\$ 15.727.348,00

## **2 - SECRETARIA DA CULTURA (SEDAC)**

**2.1 - Fundação Instituto de Tradição e Folclore (FIGTF)**

**2.2 - Fundação Piratini-Rádio e Televisão Educativa (FP-RTE)**

**2.3 - Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (FOSPA)**

**2.4 - Fundação Theatro São Pedro (FTSP)**

Dentro da política cultural traçada no Projeto Povo Grande do Sul, são apresentadas as atividades levadas a efeito no período de janeiro a dezembro do corrente ano na área da Cultura.

Desejando dotar o Estado de uma duradoura infraestrutura cultural foi preciso, inicialmente, remover obstáculos burocráticos, aglutinar atividades correlatas, agilizar e expandir a atuação prevista para os diversos setores.

Foi buscado apoio junto à iniciativa privada e à comunidade, transferindo-lhes sem qualquer tipo de segregação os benefícios culturais propostos.

A adoção de um entrosamento participativo com os que fazem e os que demandam cultura, buscou a soma de espaços para engrandecer o patrimônio de cada um e da comunidade.

Milhares de pessoas estiveram diretamente envolvidas nas promoções da Secretaria da Cultura. A este contingente deve-se acrescentar a estimativa de um milhão de ouvintes, em duzentas emissoras de rádio e além-fronteiras, do programa comemorativo dos "30 Anos da Legalidade". Se forem registrados ainda os ouvintes da Rádio Cultura-FM, TVE-Piratini e publicações gráficas como os jornais "30 Dias de Cultura" e o "O Continente" foi ultrapassada, com folga, a população estimada do Rio Grande do Sul.

Dentre as múltiplas atividades desenvolvidas pela Secretaria, estão: bibliotecas, museus, oficinas culturais, teatros, orquestras, espetáculos que variam, da poesia e da dança, até o entrelaçamento da música nativista com a sinfônica; publicação de livros, estímulo às artes plásticas e visuais, conferências e intercâmbio cultural com outros Estados e Países, totalizando 5.984 realizações para um público de 4.359.985 pessoas.

Esta sendo dado impulso à sedimentação do MERCOSUL, através de promoções culturais conjuntas traduzindo livros, debatendo aspirações e preocupações comuns nessa área específica.

Todo e qualquer projeto cultural absorvido pela Secretaria da Cultura não foi feito aleatoriamente. Buscou-se adaptá-lo ou absorvê-lo dentro do Projeto Povo Grande do Sul.

As atividades realizadas no âmbito da Secretaria da Cultura envolveram os seguintes setores de atuação:

#### A - BIBLIOTECA

Perfazendo um total de 433 realizações, sendo 195 didático-culturais e 238 artístico-culturais, as Bibliotecas da SEDAC beneficiaram 194.914 pessoas. Entre as atividades destacam-se apresentações artísticas (jazz, recitais, concertos);

recreação e lazer (hora do conto, teatro infantil, de fantoches e de bonecos); participação em conferências nacionais e internacionais, seminários, feiras do livro, ciclos de palestras na Capital e interior para o público em geral e em escolas.

As instituições promoveram também exposições comemorativas homenageando escritores e datas significativas, além de cursos e torneios abertos ao público.

## **B - MUSEUS**

Do total de 88 realizações, 34 tiveram caráter didático e 54 artístico, destinando-se a um público de 1.054.682 pessoas.

As atividades compreenderam mostras fotográficas e históricas, exposições, palestras, visitas guiadas nos Museus, cursos e concertos, destacando-se o "Projeto Museu Vai à Escola" e o programa radiofônico "Os Gaúchos e a Legalidade".

## **C - CENTROS DE DESENVOLVIMENTO DA EXPRESSÃO**

Os três Centros de Desenvolvimento da Expressão, localizados em Porto Alegre, Passo Fundo e Bagé, beneficiaram 9.691 pessoas com 92 realizações didático-culturais e 25 artísticas.

As atividades realizadas englobaram cursos, oficinas culturais de teatro, música, artes plásticas e de expressão verbal para crianças, adolescentes e adultos; apresentação de teatro infantil; palestras; exposições de trabalhos produzidos nos ateliês e oficinas e recitais musicais.

## **D - LITERATURA**

O Instituto Estadual do Livro (IEL) editou e lançou as obras "Nós e a Legalidade", "Edição Poética" (Paulo Correa Lopes), "Júlio de Castilhos", "Para Sempre Uruguaí" e "Oswaldo Aranha".

Além de jornadas, seminários e palestras na Capital e no Interior, o IEL esteve presente em Encontros de Escritores Gaúchos com estudantes de 1º e 2º Graus, em Porto Alegre, Cachoeira do Sul, Candelária, Torres e Montenegro.

Em suas 70 realizações, o Instituto atingiu a um público de 14.731 pessoas.

## E - CINEMA E ARTES CÊNICAS

Através do Instituto Estadual do Cinema a SEDAC produziu 9 filmes de animação em curta metragem; participou de mostras cinematográficas em Porto Alegre, Florianópolis e Salvador; deu apoio ao Festival de Cinema Brasileiro de Gramado; assessorou e cedeu equipamento para produção de 11 filmes e realização de um Curso de Direção de Fotografia em Cinema.

O Instituto Estadual de Artes Cênicas participou de festivais de dança e de teatro na Argentina, em Porto Alegre e interior do Estado. Através de suas oficinas promoveu atividades de teatro e dança para diversas faixas etárias; participou de seminários, comemorações, encontros e mostras.

Os eventos da Entidade totalizaram 163 realizações que alcançaram 177.428 pessoas.

## F - ARTES VISUAIS

Sob a coordenação do Instituto Estadual de Artes Visuais foram promovidas 44 realizações, atendendo um público de 82.045 pessoas.

Entre as atividades desenvolvidas no período destacam-se: coletivas de fotógrafos e artistas plásticos em Porto Alegre, Pelotas, Santa Maria e Caxias do Sul; exposição de desenhos de crianças da China Popular e Coletiva Arte Contemporânea do Uruguai; exposições individuais e coletivas de pinturas, serigrafias, gravuras e desenhos, além da promoção de oficinas nos diversos meios de expressão das artes visuais.

## G - MÚSICA

O Instituto Estadual da Música desenvolveu 524 realizações em 1991, beneficiando um público de 39.083 pessoas, com apresentação de recitais, corais, shows, concertos, através dos Projetos: Independente, realizado no Salão Mourisco, no Centro Administrativo do Estado, Museu de Arte e Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Incentivo, envolvendo estudantes de piano, flauta, violino e violoncelo que executam obras de compositores clássicos; Intercâmbio, consistindo na apresentação de novos valores junto com artistas já consagrados; Revivendo Mozart, em comemoração aos 200 anos de sua morte; Integração à Vida, com cursos de reforço e extensão para amadores e profissionais, e Encontros de Etnias.

## H - HISTÓRIA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO

O Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul atendeu 629 pessoas entre pesquisadores e consulentes. Realizou inventário em 8 Municípios que foram cenário da Revolução Farroupilha.

A realização de Rodeio Campeiro, palestras e encontros com a Juventude rural, torneio de jogos folclóricos infantis, programação da Semana Farroupilha, Semana da Criança, encontros de museus e excursões programadas esteve a cargo do Parque Histórico e Turístico General Bento Gonçalves da Silva, em Cristal, que recebeu 4.213 visitantes.

Na área de patrimônio histórico foram realizados tombamentos de imóveis de inventário do patrimônio cultural em 10 Municípios, bem como assessoramento técnico a 6 e reuniões em 10 municipalidades.

## I - CASA DE CULTURA MÁRIO QUINTANA

A Cinemateca Estadual realizou sessões de cinema, ciclos de filmes e atendimento ao público específico com realização de 648 sessões para um público de 34.772 pessoas.

Foram promovidas palestras e lançamentos de livros, perfazendo 80 realizações com um público de 17.050 pessoas nas salas de convenções e espaços alternativos, enquanto a videoteca realizou sessões de vídeo-cinema, vídeo-arte e Projeto Arte na Escola, perfazendo um total de 226 realizações com um público de 6.735 pessoas.

O Núcleo de Literatura foi responsável por palestras, oficinas literárias de leitura, criação e poesia, totalizando 81 realizações com um público participante de 1.247 pessoas.

O Núcleo de Acervo e Memorial apresentou sessões de vídeo ao público em geral e em 90 escolas da rede estadual, municipal e particular, mostras de indumentária Farroupilha; vídeos sobre a vida e obra do poeta Mário Quintana, patrono da Casa de Cultura; lançamento de livros; exposições sobre "Quintana Traço e Verso", e apresentação de corais, com um total de 65 realizações para 4.250 pessoas.

As oficinas de serigrafias, fotografia, artes plásticas, pintura, desenho e cerâmica, exposições de artes plásticas e fotográficas perfizeram um total de 17 realizações, com um público de 20.725 pessoas, sob a supervisão do Núcleo de Artes Visuais.

A realização de oficinas de exercícios teatrais, interpretação teatral, teatro para adolescentes, "workshop" de dança moderna, alongamento, expressão pelo movimento para 3ª idade, dança contemporânea e leitura e interpretação de textos teatrais, perfazendo 490 horas-aula, teve a participação de 211 pessoas no Núcleo de Artes Cênicas.

Os teatros Carlos Carvalho e Bruno Kiefer fizeram apresentações artístico-culturais de teatro infantil, adulto e de bonecos; espetáculos musicais; dança; rock; jazz e leituras dramáticas, com o total de 301 apresentações que atingiram a um público de 25.726 pessoas.

## 2.1 - FUNDAÇÃO INSTITUTO GAÚCHO DE TRADIÇÃO E FOLCLORE (IGTF)

O Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore foi criado pela Lei nº 6.736, de 19/09/74, sancionada na data simbólica de 20 de setembro. O Decreto Lei nº 26.813, de 27/12/74 aprovou seus estatutos.

O IGTF foi criado para institucionalizar e colocar em bases científicas um trabalho de alta repercussão e de profunda expressão social no campo da cultura popular, o que vem realizando ao longo de seus 17 anos de existência.

Além do apoio incontestável a todas as atividades do Movimento Tradicionalista Gaúcho (entidade privada que congrega centenas de Centros de Tradições Gaúchas e com mais de 2 milhões de associados), participa e colabora nos Congressos, Convenções, Festivais ou Rodeios Tradicionalistas. O IGTF mantém um trabalho de pesquisa e realização de festividades populares com mostra do folclore de grupos sociais de origem africana, alemã, italiana, eslava, judia, árabe, asiática e de todas as correntes étnicas que enriquecem a nossa atual demografia.

Tem em sua estrutura duas áreas de atuação: produção e divulgação. A primeira conta com os setores de pesquisa, documentação e editoração. A segunda com a biblioteca/hemeroteca, museu, promoções e comercialização.

A pesquisa elabora estudos e projetos sobre a cultura popular sul-riograndense, coletando fatos folclóricos carentes de bibliografia técnica, posteriormente analisados e catalogados. Esse processamento é feito de maneira funcional, observando os métodos científicos de classificação. Toda esta documentação conta com um acervo de aproximadamente 5.000 slides, 8.000 fotografias e 500 fitas e filmes.

A editoração busca formas de divulgar nossa cultura espontânea, transferindo para o grande público pesquisas concluídas pelo IGTF ou editando autores com obras de relevante valor. O IGTF tem 6 coleções distintas: Etnias, Folclore na Escola, Cadernos Gaúchos, Estante Continentina, Esparsos e Folhetos com 21 títulos publicados, além de várias obras prontas aguardando recursos financeiros para entrarem em trabalho gráfico.

A Biblioteca/Hemeroteca do IGTF presta um atendimento permanente, oferecendo acervo especializado - mais de 3.000 livros de Folclore, Tradicionalismo, História e Cultura do Rio Grande do Sul. Efetua também o tombamento e classificação de artigos de jornais e revistas que são arquivados na Hemeroteca, havendo mais de 200 pastas sobre diferentes assuntos da cultura popular.

O Museu do Instituto itinerante e montado em diversos Municípios e Estados, a partir de solicitações, tem como destaque em seu acervo, a Mostra de Indumentária do Ciclo Farroupilha, a Mostra de Folclore Infante-Juvenil e o material sobre Ergologia e Tecelagem.



O setor de promoções estabelece contatos com órgãos da iniciativa privada e estatais, com a finalidade de captar recursos e apoio, através de projetos especiais. Além da elaboração, executa projetos promocionais adequados aos meios de comunicação, realizando anualmente diversas festividades com grande afluência de público e matérias informativas nos veículos de comunicação.

A sede do IGTf é visitada permanentemente por estudantes, professores, pesquisadores e público em geral, que buscam informações em qualquer um de seus departamentos.

Ao final de cada ano o IGTf contabiliza centenas de visitantes pesquisando sobre os mais variados temas e assuntos. Além disto, mantém um serviço de informações via telefone, auxiliando pessoas que residem no interior do Estado e em outros locais do país; ou mesmo por correspondência, prestando um grande número de consultas sobre as atividades de sua área.

Com a mesma finalidade, através de seus técnicos especializados, ministra cursos e palestras, participa de comissões julgadoras e presta constante assessoramento à instituições e professores da Rede Estadual de Ensino.

Dentre as ações mais importantes em 1991 no desenvolvimento das prioridades do órgão, destacam-se:

- Promoções e co-promoções: I Rodeio dos Campeões, X Festa Junina de Porto Alegre, Semana Estadual do Folclore, Semana Farroupilha, VI Festival Gaúcho de Arte e Tradição, II Cavalgada Internacional da Paz Livramento/La Plata, IV Festival Estadual de Ternos de Reis;
- Pesquisas: Cultura Popular em zonas urbanas e rurais nos Municípios de Segredo, Mostardas e Santo Antonio da Patrulha, através de contrato com as Prefeituras locais e Delegacias de Educação das regiões; Folclore Teuto-Riograndense na região do Vale do Rio do Sinos, abrangendo os Municípios de Campo Bom, Dois Irmãos, Estância Velha, Igrejinha, Ivoti, Nova Petrópolis, Novo Hamburgo, Parobé, São Leopoldo e Sapiranga, em convênio com as Secretarias Municipais de Educação;
- Cursos e Palestras: Curso de Introdução ao Folclore do RS, em Dois Irmãos; palestras nas cidades de Porto Alegre, Cachoeirinha, Caxias do Sul, Farroupilha, Novo Hamburgo, Osório, Passo Fundo, Santo Antonio da Patrulha, São Luiz Gonzaga, Blumenau/SC e Curitiba/PR, em diversos encontros, tais como de Peões e Prendas, de alunos de 1º e 2º Graus, de jovens, de professores municipais ou da comunidade cristã, dentre outros;
- Participações e Assessorias: Congresso Tradicionalista Gaúcho; Convenção Tradicionalista, Cavalgada do Litoral; Feira do Livro de Porto Alegre; Rodeios das cidades de Osório, Bagé, Caxias do Sul, Esteio e Novo Hamburgo; Semana Estadual do Folclore dos Municípios de Canoas e Passo Fundo; Encontro Internacional de Estudos Missionários em São Luiz Gonzaga; Festa da Leitura de Porto Alegre; II Semicultur de Farroupilha; Semana Santa de

Canela; Encontro de Municípios Originários de Santo Antonio da Patrulha e São Francisco de Paula; participação no documentário em fita VHS do Inventário dos Bens Culturais do RS, promovido pelo Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural;

- Festivais de Música: (divulgação para imprensa, recebimento de inscrições, cedência de estúdio de gravação, comando de palco nos dias do festival, assessoria) - Reponte da Canção Crioula (São Lourenço do Sul), Tafona da Canção (Osório), Candeeiro da Canção Nativa (Restinga Seca), Tertúlia Nativista (Santa Maria), Festival Carrefour (P. Alegre), Bordonieiro do Canto Piá (Montenegro), Canto das Cataratas (Foz do Iguaçu), Carijó da Canção Gaúcha (Palmeira das Missões), Vigília do Canto Gaúcho (Cachoeira do Sul), Ronco do Bugio (São Francisco de Paula), Coxilha Nativista (Cruz Alta), Feira Avarense de Música Popular (Avaré/SP), Moenda da Canção Nativa (Santo Antonio da Patrulha), Coxilha Negra (Butiá), Guyanuba da Canção Nativa (Sapucaia do Sul), Vindima da Canção (Flores da Cunha), Seara da Canção (Carazinho), Acompanhamento da Canção Nativa (Campo Bom), Canto Alegretense (Alegrete), Escaramuça da Canção (Triunfo), Musicanto (Santa Rosa), Ponche Verde da Canção Gaúcha (Dom Pedrito), Penã da Canção Nativa (Lajeado), Recluta da Canção Crioula (Guaíba);

- Museu: Mostra Didática de Indumentária do Ciclo Farroupilha na Casa de Cultura Mário Quintana e no Conjunto Nacional de Brasília; Mostra de Presépios, com informações sobre o ciclo natalino gaúcho na Casa de Cultura Mário Quintana.

## 2.2 - FUNDAÇÃO PIRATINI - RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA (FP-RTE)

A TVE, através de sua Diretoria, durante 1991 buscou concretizar sua vocação cultural, educativa e comunitária, aumentando sua produção local e abrindo mais espaços às manifestações do Rio Grande do Sul.

No plano educacional, ao lado da manutenção de programas específicos na faixa matutina, a TVE lançou "Nenhum Adulto Analfabeto". Co-produzido pelo Centro de Tecnologia Educacional, e com o auxílio dos fascículos distribuídos pela Secretaria da Educação, este programa tornou-se um instrumento para a formação de instrutores voltados à alfabetização de adultos.

Na área de variedades, abriu um novo espaço na faixa noturna com o programa "7 no Ar". Ao longo de duas horas e meia, somam-se notícias, entrevistas, comentários, transmissões ao vivo e apresentações musicais, abrangendo temas como política, economia, ecologia, saúde, direito, cultura, artes e esportes, entre outros.

A Divisão de Telejornalismo da TVE produziu e veiculou em torno de 4.800 notícias, no Jornal da TVE e no "7 no Ar", sendo 2.010 acompanhadas de imagens. Desta produção, 720 notícias foram geradas para a TV Nacional, de Brasília, TV Cultura, de São

Paulo, Fundação Roquette Pinto, do Rio de Janeiro, e TV Record, de São Paulo. Estima-se que 80% do material enviado tenha tido veiculação nacional.

O Jornal da Terra, noticiário semanal voltado à Agricultura, Pecuária e Ecologia, recebeu a atenção especial da Divisão de Jornalismo.

Na linha de produção da cultura regional, cabe destacar os programas "Terra e Gente" e "Galpão Nativo", e na linha infantil, "Pandorga". Para programas de interesse geral desenvolveu "Enfoque" e "TVE-Esportes".

Também importantes, na área jornalística, as transmissões especiais, como o Festival de Cinema de Gramado, a cobertura da visita do Papa João Paulo II ao Brasil, os jogos do campeonato gaúcho e alemão de futebol, e a instalação do Governo do Estado em Alegrete e Bagé, com transmissões ao vivo.

Para a Rádio FM Cultura foi desenvolvido o projeto de sua implantação, que data de 1989.

Durante os meses de março e abril foi feito um estudo detalhado de cada item desta programação, analisando conteúdo, forma, frequência e apresentação.

Feito isto, foram realizados ajustes em programas, noticiários, produção, locução e operação embasados em aspectos técnicos, índices de audiência, perfil do mercado e do segmento atingido.

Passado o período de ajustes, foi iniciada a fase de divulgação dos produtos da Rádio FM Cultura.

Além da divulgação pela própria emissora, a estratégia de mútua cooperação com agentes culturais e iniciativa privada ligou o nome da FM Cultura aos principais acontecimentos artísticos, estimulando a cultura local e dando "espaço" prioritário para nossos músicos, poetas e escritores.

Destacam-se, a seguir, os principais projetos desenvolvidos na FM Cultura no período.

- Informatização da rádio utilizando-se de microcomputador emprestado pela PROCERGS;
- Criação do "FM Cultura Informa", um boletim que relata a cada mês as atividades da rádio.

Os principais eventos que mereceram cobertura da FM Cultura foram:

- "V Festival de Teatro de Canela": dois boletins diários, com o apoio da Prefeitura de Canela;
- Vestibular de Inverno da PUC/ULBRA/UNISINOS: primeira experiência da FM Cultura neste tipo de evento, teve por propósito atingir o público jovem, pelo vestibular e ao mesmo

tempo colocá-lo em contato com a programação da rádio e, com isto, tornar-se ouvinte;

- Festival de Propaganda de Gramado;

Festival de Cinema Brasileiro de Gramado;

- V Festivídeo/Vídeo Market, com o apoio da Prefeitura de Municipal de Canela;

- IX Mostra Internacional de Cinema de Porto Alegre, com distribuição aos ouvintes de ingressos para filmes exibidos, contando com o apoio do Ponto de Cinema - SESC;

- Free Jazz Festival, direto de São Paulo, com o apoio do Instituto de Línguas "Inlíngua";

- Vestibular de Verão 92: de 16 de dezembro de 1991 a 30 de janeiro de 1992, abrangendo as provas da UFRGS, PUC, ULBRA, UNISINOS, FAPA, FAPCCA, RITTER DOS REIS, IPA/IMEC e contando com o apoio dos professores do curso Pré-Universitário;

- VI Festival Renner de Teatro, direto do Theatro São Pedro.

Comemorando o seu aniversário de 15 a 21 de setembro, num trabalho de equipe de produção e programação, envolvendo depoimentos de artistas, amigos e personalidades ligadas a Lupicínio Rodrigues foi desenvolvido o projeto "Vivendo Lupi", pela FM Cultura.

A cooperação da FM Cultura com o Museu de Comunicação Social "Hipólito José da Costa", sobre os 30 anos da Campanha da Legalidade, implicou a gravação de módulos informativos para a distribuição a outras emissoras.

Com a intenção de integrar a classe universitária à programação da emissora e proporcionar-lhe a oportunidade de realizar na prática seus trabalhos de rádio, foi firmado, com a PUC, convênio para realização de um programa de uma hora semanal produzido pelos próprios estudantes.

Com o programa "Estação Cultura", a Rádio recebeu "Menção Honrosa" na categoria Rádio do Prêmio ARI (Associação Riograndense de Imprensa) de Jornalismo.

Além do prêmio ARI de Telejornalismo (S.O.S. FEBEM); e das menções honrosas Programa "Pandorga" e FM-Cultura - a FP-RTE foi destacada com o Prêmio Televisão no Salão da Propaganda Gaúcha.

### 2.3 - FUNDAÇÃO ORQUESTRA SINFÔNICA DE PORTO ALEGRE (FOSPA)

A popularização da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre, através de concertos destinados ao grande público e à população dos municípios do interior, bem como sua participação em eventos

comunitários, mantém destacada sua atuação como agente cultural no Estado.

No decorrer do exercício, iniciativas de grande importância como a agilização do processo de aquisição da sede do Teatro da OSPA, e a mudança da sede administrativa da Fundação para o Centro Administrativo do Estado, objetivaram maior economia e maior receita à Orquestra. Também importante foi o trabalho realizado para a obtenção de receitas próprias, sob a forma de patrocínios para confecção dos programas dos concertos, aquisição de passagens, hospedagens, apresentação de solistas, manutenção do Teatro e demais prédios da Fundação.

Na contínua busca de crescimento qualitativo, deve-se ressaltar a contratação do Regente Titular e Diretor Artístico, Maestro Eleazar de Carvalho, renomado Regente de nível internacional.

Com um extenso programa de apresentações, a OSPA realizou 11 concertos no interior do Estado e 23 ao ar livre e/ou franqueados ao público na Capital. Dando prosseguimento à popularização de seu trabalho, realizou ainda 7 concertos extraordinários na esplanada da Assembléia Legislativa.

Objetivando oportunizar o surgimento de novos instrumentistas cantores e regentes, foram realizados, no primeiro domingo de cada mês, os concertos Jovens Solistas, num total de 7, todos sob a regência dos maestros da OSPA.

Realizou, semanalmente, os Concertos Oficiais, destinados aos sócios contribuintes, ao público em geral e estudantes, que foram regidos por maestros da OSPA e por convidados de renome. Nesta série, foram realizadas 34 apresentações.

Um trabalho que deve ser destacado é a montagem das Óperas "Um Romance Gaúcho", "La Bohème" e "Cosi Fan Tutte".

Com aproximadamente 520 mil espectadores em 1991, a OSPA pode-se orgulhar de ser, hoje, um organismo finalmente consolidado, reconhecida como uma das melhores do Brasil. Para isto, contribuiu também a sensibilidade do povo gaúcho e o trabalho da imprensa e dos veículos de comunicação no reconhecimento e divulgação de seu trabalho.

## **2.4 - FUNDAÇÃO THEATRO SÃO PEDRO (FTSP)**

A construção de um Teatro que abrigasse com dignidade as diferentes manifestações culturais era um sonho que, desde o período colonial, acompanhava governantes e população da Província.

Nascido por impulso e esforços coletivos, o Teatro São Pedro, mais do que somente um palco e uma platéia, tornou-se centro da vida artística gaúcha ao longo de sua existência e

ocupa hoje, na cidade, a singular função de pólo aglutinador da vida cultural, artística, social e comunitária.

O Theatro tem mantido, diante da opinião pública e do meio artístico de todo o País, a imagem de uma Casa democrática em pleno funcionamento, com atividades diversas e constantes, alcançando resultados positivos como centro irradiador e difusor da cultura.

O apoio e a credibilidade depositados pela iniciativa privada, contribuíram para realizar projetos e para dar continuidade à programação.

A Fundação realizou atividades de teatro, música, dança, exposições, lançamentos, áudio-visuais e oficinas, entre outras. Por seu palco passaram 15 peças de teatro, entre elas, a que trouxe maior público, "Elas por Ela", com Marília Pera, que em 16 apresentações teve um número de 10.997 espectadores, ou seja, uma média de 687 pessoas diariamente. Oportunizou ao público assistir nomes consagrados como : Eva Todor, Marieta Severo, Renata Sorrah, Fernanda Torres; entre outras dezenas de nomes gaúchos - Ilana Kaplan, Bira Valdez, Leverdógio de Freitas, os bonecos do grupo Cem Modos e espetáculos infantis (Colcha de retalhos, Guerreiros da Bagunça, Por um Punhado de Jujubas, A Arca de Noé e Lelé da Cuca) trazendo para o Theatro um número significativo de crianças.

Não se pode deixar de registrar a passagem de alguns diretores como Gerald Thomas, Moacir Góes e Wolf Maia e de destacar o projeto da Fundação Theatro São Pedro e Andrômeda Produções que pelo 60º ano, vem dando continuidade ao "Encontro Renner de Teatro", quando o teatro gaúcho invade as dependências do São Pedro para discutir, aplaudir e criticar o momento artístico nacional e local, juntamente com convidados especiais das diversas áreas do teatro.

A música popular e clássica local estiveram lado a lado na programação - Tangos e Tragédias, Wilson Ney, Valéria Venturini, Nei Lisboa, Geraldo Flach, Orquestra de Câmara Theatro São Pedro, entre outras, desempenhando um papel significativo para a formação dos músicos gaúchos. Léo Gandelman, Tradicional Jazz Band, Cida Moreyra, Leni Andrade, Garganta Profunda foram os Shows de música popular nacional apresentados, enquanto a música erudita teve seu ponto alto com o Conjunto Vocal e Ensemble Bamberg, quarto espetáculo de maior público do ano. Trio Basso, Quatuor Manfred Bourgnone e Nelson Freire complementaram a pauta dos clássicos.

A dança teve grandes momentos com a vinda da Siobhan Davies Company a Porto Alegre, além do Ballet Corpo, o Hartford Ballet e as companhias locais Ballet Phoenix, Linea Companhia de Dança, Companhia Antonia Caringi, de Pelotas, os espetáculos Rastros, Hoje Dança: 1991, Concerto Três em Um e o projeto Dança Porto Alegre - mostra da produção local.

Os três Projetos de entrada franca - Música ao Meio Dia, O Choro é Livre e Blue Jazz - mantiveram-se durante a temporada

de 1991 com o incentivo da iniciativa privada junto à estrutura de produção e administração da Fundação.

Neste ano foi aberta uma programação mensal, também com entrada franca, os concertos do Projeto Eventos Culturais Itaú, apresentando a Orquestra de Câmara Theatro São Pedro junto a um artista popular. Foram incluídos, entre outros, os músicos de renome nacional Renato Borghetti, Joyce, Geraldo Flach, e Vitor Ramil.

A abertura de um espaço para abrigar trabalhos de profissionais de fotografia foi mais um projeto concretizado e desenvolvido com a montagem e manutenção de painéis especiais e próprios, expondo trabalhos de gaúchos reconhecidos nacionalmente: Eneida Serrano, Eduardo Vieira da Cunha, Clóvis Dariano, Fernando Brentano, Henrique Raizler, Mauricio Helien Dani, Lisette Guerra, entre outros, bem como trabalhos de artistas de outros Estados: Antonio Saggese e Ernani Almeida e o americano Bryan Parsley.

**3 - SECRETARIA DA SAÚDE E  
DO MEIO AMBIENTE (SSMA)**

**3.1 - Fundação Estadual de  
Proteção Ambiental  
(FEPAM)**



### 3 - SECRETARIA DA SAUDE E DO MEIO AMBIENTE (SSMA)

A política estadual de saúde adotada pela Secretaria Estadual de Saúde e do Meio Ambiente nesta gestão é pautada nos princípios e diretrizes estabelecidos no Sistema Unico de Saúde - SUS, que se traduz em:

- Universalização do acesso aos serviços de saúde;
- Integralidade das ações de saúde entendida como um conjunto articulado e contínuo em todos os níveis de complexidade do sistema;
- Descentralização das ações e serviços de saúde, através de mecanismos que estabeleçam a gerência única em cada esfera, com competências definidas na Lei nº 8.080/90;
- Regionalização e hierarquização da rede de serviços de saúde;
- Participação popular, através de instâncias colegiadas gestoras de ações e serviços de saúde, com a implantação dos Conselhos de Saúde municipais e estadual com composição paritária e poder de deliberação nas políticas de saúde, democratizando as decisões do poder executivo e resgatando a cidadania;
- Conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos da União, dos Estados e dos Municípios na prestação dos serviços de saúde à população;
- Definição de políticas específicas de atenção integral à saúde baseadas em indicadores de saúde.

No exercício de suas atribuições, a Secretaria executou a política adotada através das atividades a seguir destacadas.

#### A - MUNICIPALIZAÇÃO DA SAÚDE

Foram desenvolvidos vários fóruns municipais, regionais e estadual de discussão da implantação do Sistema Unico de Saúde - SUS nos municípios. Participação em conferências Municipais e Regionais e organização da I Conferência Estadual de Saúde na cidade de Passo Fundo, sendo um marco histórico na saúde do Estado visto estarem presentes mais de 2.500 pessoas: representantes dos trabalhadores da área de saúde, prestadores de serviço privado contratado e conveniado, usuários do sistema (CUT, CGT, PASTORAL, FETAG, entre outros), governos municipais, estadual e federal.

A Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente elaborou um instrumento jurídico de repasse da gerência das ações e serviços aos Municípios e iniciou este processo no final deste ano. Neste processo de implantação do SUS a Secretaria assume a gerência estadual do sistema nas atividades de coordenação, controle e avaliação da política estadual de saúde, assim como na execução de ações e serviços de âmbito estadual e regional com os

Hospitais da rede própria, Hemocentro, Instituto de Pesquisas Biológicas, Laboratórios Regionais de Saúde Pública, Laboratório Farmacêutico do Estado do Rio Grande do Sul, Escola de Saúde Pública, Ambulatório de Dermatologia Sanitária, Unidade Sanitária São José do Murialdo e complementarmente exercendo atividades de vigilância sanitária e epidemiológica, alimentação e nutrição e saúde do trabalhador.

## **B - PROJETO SULVACINA**

Com a implantação do Projeto SULVACINA foram realizados 2 dias nacionais de multivacinação com o total de 2.228.874 doses aplicadas. No 19 Dia Estadual de Multivacinação foram aplicadas 929.250 doses de vacinas, totalizando, até outubro, 2.801.465 doses.

Foi realizada vacinação de bloqueio contra o sarampo em 64 municípios, com um total de 936.829 doses aplicadas, atingindo 93,5% da meta proposta.

A capacitação de recursos humanos na área ligada a imunizações atingiu um total de 218 servidores treinados.

A cobertura vacinal em crianças menores de 1 ano, até outubro de 1991, em relação ao ano anterior, foi bem mais expressiva, conforme os percentuais a seguir:

- Sabin (68,9% e 82,4%);
- Tríplice (68,4% e 82,3%);
- Sarampo (65,6% e 82,7%);
- BCG 1D (41,6% e 85,1%).

## **C - REFORMA E AMPLIAÇÃO DA REDE ASSISTENCIAL DE SAÚDE**

Foi realizado um levantamento, em todo o Estado, das condições físicas da rede de unidades assistenciais da Secretaria e das cedidas pelo INAMPS. O levantamento está sendo finalizado, faltando somente a 1ª Delegacia Regional de Saúde. Estes dados estão sendo informatizados de modo a permitir que se tenha a maior agilidade na tomada de decisão.

Da proposta inicial de recuperação da rede de serviços de saúde, foram reformadas 57 (cinquenta e sete) unidades e estão em andamento outras 19 (dezenove) obras.

Das 1070 unidades assistenciais atualmente em funcionamento, com aproximadamente 360 com necessidade de reformas, foram desenvolvidos projetos de reformas e ampliação, sendo de 152 o total de obras em execução, concluídas e programadas.

## D - PRODUÇÃO DE IMUNOBIOLOGICOS E BIOTECNOLOGIA

O Instituto de Pesquisas Biológicas - Laboratório de referência do Sistema Unico de Saúde - SUS, no Estado, tem como principais áreas de atuação a produção de imunobiológicos, apoio às ações da vigilância sanitária, e epidemiológica e aos programas de saúde, desenvolvimento de pesquisas e produção de insumos.

Entre as ações desenvolvidas, destacam-se:

- Manutenção da produção de 600.000 doses/ano, através de convênio com o Ministério da Saúde;
- Implantação do Laboratório de Desenvolvimento de Imunobiológicos para a produção de vacinas em cultura celular;
- Reativação do Laboratório de Hematologia e Bioquímica, visando a prestação de serviços de análises clínicas à clientela do Sistema Unico de Saúde;
- Implementação do Laboratório de Análises Toxicológicas para apoio ao desenvolvimento dos programas de atenção à saúde do trabalhador;
- Criação de animais para utilização em atividades de produção e controle de imunobiológicos; produção de reativos e meios de cultura para fornecimento aos laboratórios e produção e manutenção de células para diagnósticos;
- Implantação do Laboratório de Controle de Qualidade de Medicamentos;
- Análises laboratoriais de surtos e de casos de doenças de notificação obrigatória;
- Diagnóstico laboratorial do cólera;
- Diagnóstico laboratorial da AIDS.

## E - PRODUÇÃO DE MEDICAMENTOS

As obras de reforma e ampliação do prédio central do Laboratório Farmacêutico do Estado do Rio Grande do Sul - LAFERGS, num total de 1.270 m<sup>2</sup>, foram praticamente concluídas, bem como a construção do vestiário, com 600m<sup>2</sup>. Apesar disto, o prédio ainda não tem condições de abrigar a produção, uma vez que depende, para funcionar, de um complexo conjunto de equipamentos.

No período de janeiro a novembro/91 a produção ficou aquém da esperada, por falta de matéria-prima, de material de acondicionamento e embalagem, sendo que as obras realizadas no laboratório também foram fator determinante na baixa produção.

O Laboratório Farmacêutico do Estado do Rio Grande do Sul produziu neste período 21.682.363 unidades de medicamentos a

um custo total de Cr\$ 141.520.657,00 (cento e quarenta e um milhões, quinhentos e vinte mil, seiscentos e cinquenta e sete cruzeiros). Esta produção, considerando os preços de mercado, no valor de Cr\$ 345.678.203,00 (trezentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e oito mil e duzentos e três cruzeiros) representa uma economia social de Cr\$ 204.157.546,00 (duzentos e quatro milhões, cento e cinquenta e sete mil e quinhentos e quarenta e seis cruzeiros).

## F - IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS DE SAÚDE

O Programa de Saneamento Básico (PROSAN), voltado à solução dos problemas das populações de baixa renda, residentes nas áreas periféricas dos centros urbanos desprovidos de saneamento básico, implantou 2.444 módulos sanitários e realizou 174 obras de sistemas de água e esgoto, onde foram beneficiadas 17.080 famílias e 924 escolas. O PROSAN possui uma infraestrutura instalada de 38 oficinas, sendo 1 central, 14 regionais e 23 municipais.

Foi realizado levantamento do "Cartão da Criança", instrumento a ser implantado nas Unidades Assistenciais de Saúde, que realizará o controle e avaliação do crescimento e desenvolvimento da criança até os 5 anos de idade. Na área da saúde do adolescente foi realizado curso de capacitação em assistência integral, bem como foi implantado, em conjunto com a Divisão de Estatística, a Declaração de Nascidos Vivos nos hospitais do Rio Grande do Sul para obtenção da análise dos nascimentos no Estado.

Houve a implantação do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN, em todo o Estado, e o Programa de Suplementação Alimentar foi estendido a 170 municípios, com uma população de crianças beneficiadas em torno de 204.669 e 68.897 gestantes. Foram realizados treinamentos de capacitação para atendimento à Infecção Respiratória Aguda em 87 municípios, capacitando 307 profissionais.

No programa de atenção à saúde da mulher foi dada ênfase ao pré-natal, à prevenção do câncer, à menopausa, ao climatério, à educação sexual e à aquisição de medicamentos especiais.

No programa de saúde do idoso foi reorganizada a equipe multidisciplinar, implantando o serviço de atendimento ao idoso no Centro de Saúde nº 2, PAM 4 e Unidade Sanitária Santa Cecília e realizados atendimentos específicos em psiquiatria na Central de Psiquiatria. Foi firmado convênio entre Secretaria e o Hospital de Clínicas de Porto Alegre para a realização do "Teste de Demência" nos idosos, como também foi implantada a fiscalização e cadastramento de casas geriátricas.

No programa de saúde do trabalhador desenvolveu-se um projeto de construção dos Centros de Saúde do Trabalhador, que está aguardando recursos para sua implantação, visando a construção de 4 (quatro) Centros de Saúde do Trabalhador em redes regionais. Atuarão na área de assistência à saúde, prevenção de

acidente de trabalho e saúde ocupacional bem como na fiscalização do ambiente de trabalho. O Centro de Saúde do Trabalhador contará também com Laboratório de Análise Toxicológica e Centro de Reabilitação Profissional, hoje existindo somente um em Porto Alegre.

Foi elaborado um Manual sobre Saúde Ocupacional e inspecionadas as condições de trabalho em diversas empresas.

Foi extinto o Serviço de Dermatologia Sanitária, onde as dermatoses de menor agravo à saúde foram passadas para a execução dos Municípios, ficando o Estado com a competência de coordenação da execução das dermatoses de maior agravo à saúde, como a AIDS/DST e Hanseníase. Em Hanseníase foram diagnosticados 167 casos novos e há em tratamento 3.745 doentes controlados no Estado.

Foi dada ênfase, no programa de AIDS, ao aspecto da educação em saúde com exposições de material educativo, distribuição de 2.000 adesivos, colocação de faixas de alerta, mostras de vídeo, participação em programas de rádio e televisão, além de palestras e publicação do documento "Não transmita AIDS, transmita informações", com 800.000 exemplares encartados na edição dominical do Jornal Zero Hora.

Também foi enfatizado o controle epidemiológico com investigação de casos e a edição do boletim epidemiológico de frequência trimestral.

Para atenção à AIDS, o Estado conta com modernas técnicas de diagnósticos no Instituto de Pesquisas Biológicas e com 10 leitos para atendimento no Hospital Comunitário Partenon, além da exigência de que todos os hospitais públicos e conveniados atendam pacientes aidséticos.

Para orientação, foi criado o Disque-AIDS 197 que atendeu 1.354 ligações no ano de 1991. Também foram realizados treinamentos para equipes profissionais da FEBEM, Centros de Saúde, Fundasul e Centro Humanístico Vida.

Durante 1991, o Ambulatório de Dermatologia Sanitária atendeu 1.090 pacientes infectados pelo vírus da AIDS.

Foi implantado nas Delegacias Regionais de Saúde o Programa de Prevenção de Câncer Oral, no Centro de Saúde Modelo, o Serviço de Fissurados Palativos e Prótese Total para o idoso e implementado o serviço de atendimento ao paciente excepcional com um novo enfoque em bases preventivas.

No Programa de Zoonoses e Vetores foi implementado o atendimento sobre criação irregular de animais em área urbana, realizada pesquisa sobre epidemiologia da Doença de Chagas no Rio Grande do Sul e controle de Tungíase na 2ª Delegacia Regional de Saúde.

O Programa do Câncer realizou um levantamento das condições dos laboratórios de cito e histopatologia da rede pública e privada do Estado.

No Serviço de Controle Toxicológico foram instaladas duas novas linhas telefônicas e adquirida uma nova central telefônica para melhor desempenho do serviço. Foram atendidas 6.863 solicitações relativas a intoxicações.

Nas atividades de Toxicovigilância e Microinformática do Setor de Controle Toxicológico desenvolveram-se:

- Suporte a todos os sistemas desenvolvidos e em desenvolvimento pelo Centro de Informação Toxicológica;
- Desenvolvimento interno do programa DELTA Programa de Emissão de Relatório Estatístico do Sistema EIT;
- Instalação de um terminal da PROCERGS para continuidade do SISTEMA CIT, que tem por objetivo a informatização global do plantão do Centro de Informação Toxicológica;
- Atendimento a todos os tipos de solicitação relacionados à avaliação epidemiológica dos casos de intoxicação, tanto humana como animal ocorridas no Estado.

Dentro do Programa Estadual de Ofidismo foram mantidos 434 pontos de distribuição de soros anti-veneno, sendo registrados 869 atendimentos de casos com acidentes ofídicos.

## G - INFORMAÇÃO E INFORMATIZAÇÃO

Foi concluído o processamento dos dados de mortalidade no Rio Grande do Sul, até o ano de 1990, e está sendo processado o ano de 1991. Foi realizado o levantamento da incidência de Mortalidade Infantil na cidade de Porto Alegre totalizando 10 setores, proporcionando o conhecimentos dos diferentes coeficientes de mortalidade infantil nas diferentes regiões da Capital. Publicação do volume 16 "Estatística de Saúde - 1990", recuperação dos dados de incidência do câncer, com a reativação da coleta de dados a partir de 1989, 1990 e 1991. Foi realizado um levantamento da capacidade instalada e condições físicas dos prédios da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente e INAMPS em todo o Rio Grande do Sul. Elaborado o "Modelo para avaliar o risco de surgimento do Cólera no Rio Grande do Sul", indicando situações de risco em todo o Estado.

Em dezembro/91 foi implantada a "Declaração de Nascidos" em 11 Hospitais de Porto Alegre e Delegacias Regionais de Saúde, que possuem maternidade.

Na área de Informática foi realizado levantamento de todos os microcomputadores, bem como uma análise junto com a PROCERGS dos Sistemas de Grande Porte, revisando sistema a sistema junto com o usuário.

Entre os programas implantados destaca-se a criação da Central de Doação de Órgãos, responsável pelo cadastro de doadores voluntários.

Foram realizados treinamentos em microinformática para servidores do quadro, junto ao SENAC.

Foi instituída a comissão do SIA-SUS (Sistema de Informações Ambulatoriais) para reordenar e estabelecer o controle do pagamento de prestações de serviços públicos e privados, contratados e conveniados através da programação físico-financeira dos serviços ambulatoriais. Deverá ser implantado em março/92, reordenando assim todo o sistema de pagamento de contas ambulatoriais, possibilitando o controle e avaliação dos serviços de saúde.

Está sendo elaborado o projeto "Central de Marcação de Consultas Ambulatoriais", para implantação em 1992 de um sistema informatizado de marcação de consultas especializadas, facilitando ao usuário o acesso ao serviço de saúde, organizando a referência e acabando com as filas de espera para atendimento.

Foi retomada pela Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente a gerência da Central de Leitos, anteriormente exercida pela Coordenadoria Regional do INAMPS, com proposta, para 1992, de otimização de sua resolutividade.

## **H - AÇÕES MAIS IMPORTANTES NO DESENVOLVIMENTO DO PRÓPRIO ÓRGÃO**

### **a - Recursos Humanos**

A Escola de Saúde Pública desenvolveu cursos com ênfase no desenvolvimento institucional, baseados na proposta de implantação do Sistema Único de Saúde. Entre eles destacam-se:

- Curso de Capacitação para Gerentes do Sistema Único de Saúde;
- Melhoria do atendimento ao público;
- Seminário de Desenvolvimento de Gestão em Saúde;
- Seminários continuados de instrumentação e integração dos Delegados Regionais de Saúde e seus adjuntos;
- Curso de Capacitação de Recursos Humanos para atuação no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional-SISVAN, entre outros.

Destaca-se também nesta área uma pesquisa inédita realizada no Rio Grande do Sul sobre "Diagnóstico da Força de Trabalho em Enfermagem na Rede Ambulatorial dos Serviços Públicos de Saúde".

Na área de docência implementou-se a residência em Saúde Geral Comunitária e Saúde Mental.

Implantou-se a Comissão para elaborar o Plano de Cargos e Salários composta por funcionários e entidades representativas. O documento será reproduzido para conhecimento de todos os servidores e submetidos à apreciação e avaliação, num seminário agendado para o início do mês de março de 1992.

**b - Integração com Órgãos Governamentais e Entidades da Sociedade Civil Organizada**

Neste ano, a SSMA teve como estratégia básica o envolvimento do Conselho Estadual de Saúde, Associação dos Secretários Municipais de Saúde e Federação dos Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS) na discussão e deliberação para implementar a política desta Pasta, tanto no que se refere à delimitação de prioridades quanto no que concerne à distribuição de recursos financeiros aos Municípios.

**c - Descentralização das Ações de Saúde**

O processo de descentralização foi iniciado a partir de março/91 frente à perspectiva de municipalização da saúde. A maioria dos programas de saúde, com destaque à Vigilância Sanitária, Saúde do Idoso, Saúde Bucal, Saúde Mental e Escola de Saúde Pública, trabalharam com o enfoque de fortalecimento das Delegacias Regionais de Saúde com vistas à descentralização e reforço da gerência regional dos serviços.

**d - Proposta de uma nova estrutura**

O reordenamento do sistema de saúde com definição de novas competências para o Ministério da Saúde, Secretarias Estaduais e Secretarias Municipais de Saúde, determina a reformulação da estrutura e organograma da Secretaria Estadual de Saúde e do Meio Ambiente e sua compatibilização com a proposta de constituição de um Sistema Único de Saúde.

**e - Recursos Financeiros**

Os recursos extra-orçamentários aplicados até 31 de outubro, oriundos do Sistema Único de Saúde, perfazem um total de Cr\$ 3.943.954.686,00 (três bilhões, novecentos e quarenta e três milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil e seiscentos e oitenta e seis cruzeiros).

Do total foram empregados em despesas de capital Cr\$. 1.270.404.993,00 (um bilhão, duzentos e setenta milhões, quatrocentos e quatro mil e novecentos e noventa e três cruzeiros), e dentre os investimentos realizados destacam-se:

- Continuação das obras do Hospital Geral de Caxias do Sul, num total de 12.542 m<sup>2</sup> de área construída, com capacidade para 250 leitos;
- Obras de reforma, adaptação e ampliação da rede de Unidades Assistenciais;
- Aquisição de equipamentos e reequipamento dos serviços em geral.

A despesa orçamentária executada até 18.12.91 totaliza Cr\$ 16.429.711.002,00 (dezesseis bilhões, quatrocentos e vinte e nove milhões, setecentos e onze mil e dois cruzeiros) dos quais Cr\$ 179.000.000,00 (cento e setenta e nove milhões) foram aplicados em obras para reformas, ampliações e adaptações da rede de Unidades Assistenciais.



representando aproximadamente 1,089% do total da despesa executada.

### 3.1 - FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (FEPAM)

A política do órgão é promover uma maior integração entre os diversos agentes públicos e privados, estaduais, federais e municipais, bem como a maior participação da Sociedade na preservação e recuperação do equilíbrio ecológico, buscando, no processo, conscientizar a população, orientar os agentes econômicos para práticas mais adequadas coibindo as transgressões ao meio ambiente.

Concomitantemente é necessário instrumentar o Governo Estadual para um controle mais efetivo da apropriação e uso dos recursos naturais e tornar mais ágil o monitoramento das condições ambientais. Neste sentido, a política do órgão é a de buscar uma maior capacitação própria e uma melhor articulação dos órgãos que executam as atividades de estudos e pesquisas básicas para o aprimoramento dos diagnósticos e que subsidiem a definição de um zoneamento ecológico. Além disso, é necessária a capacitação dos Municípios para que se possa estruturar a atividade de vigilância com a descentralização que a torne mais ágil e ampla.

Na implantação destas políticas e no cumprimento das suas atribuições, o órgão definiu como linhas de ação: diagnosticar e monitorar as condições ambientais do estado, identificando pontos críticos; aumentar a capacidade de fiscalização e qualificar a emissão de licenças.

Além disso, também desenvolve ações com vistas a:

- Oportunizar treinamento e orientação às Prefeituras, objetivando descentralizar os controles;
- Acompanhar o crescimento da demanda, com capacitação técnica adequada, com recursos materiais e humanos;
- Desenvolver programas e projetos que possibilitem a entrada de recursos e resultados a curto, médio e longo prazo de maneira efetiva;
- Desenvolver e padronizar as campanhas de educação ambiental, através de coleta de lixo seletiva, nos Municípios do Estado;
- Aumentar o relacionamento interinstitucional de âmbito estadual, nacional e internacional, resultando na atualização e integração das informações e diretrizes da questão ambiental;
- Propor projetos para aperfeiçoamento da Legislação;
- Encaminhar sugestões para um código estadual de meio ambiente;

- Encaminhar propostas para estruturação do sistema estadual de meio ambiente previsto pela Constituição do Estado do Rio Grande do Sul.

As principais realizações da FEPAM foram desenvolvidas conforme segue.

#### A - DEPARTAMENTO DE CONTROLE

O Departamento de Controle atua no controle da poluição, nas suas diversas formas e fatores causadores abrangendo o monitoramento dos distintos tipos de fontes de poluição. A sua ação se estende sobre a emissão de efluentes industriais sólidos, líquidos e gasosos, sobre os dejetos urbanos (esgotos domiciliares, hospitalares e lixo), sobre os resíduos das atividades de mineração, sobre o uso de agrotóxicos e a utilização de material radioativo.

Uma das frentes de trabalho é a avaliação da poluição industrial no Estado, aferindo a carga de poluentes orgânicos e metálicos (em toneladas/ano) lançados pelas indústrias que possuem processo na FEPAM.

A caracterização dessas indústrias, quanto à quantificação e qualificação dos poluentes, visa a promoção da redução das cargas poluidoras, aliviando os sistemas de tratamento, e são fundamentais para o planejamento de tais sistemas e de sua operação.

A avaliação realizada abrangeu 1.421 indústrias potencialmente poluidoras.

Foi dada prioridade à execução de ações integradas na sub-bacia do Arroio Portão, em Estância Velha, face à situação nesta área que é uma das mais críticas do Estado.

Outra linha de ação é a que diz respeito ao controle dos equipamentos e processos de tratamento dos afluentes líquidos pelas indústrias de maior potencial de poluição. Foram inspecionadas 270 estações de tratamento e desenvolvidos contatos visando a integração das indústrias com a FEPAM bem como o assessoramento e a indução ao aperfeiçoamento de seus sistemas de tratamento.

Atenção específica mereceu a avaliação técnica dos impactos da duplicação da Riocell e o estudo da adequação da empresa à legislação ambiental. Através do Convênio com a GTZ (cooperação técnica alemã), foram realizados estudos sobre parâmetros específicos tais como dioxinas e AOX, que serviram ao aperfeiçoamento técnico da equipe e maior capacitação para orientar o cumprimento da legislação ambiental em vigor.

É atividade importante o controle sistemático sobre as indústrias de couro, para assegurar o cumprimento da Portaria 21/29. A ação provocou a organização das indústrias de calçados de Novo Hamburgo em número de 400, e de mais 52 indústrias do

ramo em São Leopoldo. Cinco centrais já atendem 74 dessas empresas.

O controle da poluição hospitalar, de extrema importância para as condições de preservação da saúde e do meio ambiente, originou projeto piloto, através de convênio entre a FEPAM e a GTZ, com a participação da Prefeitura de Porto Alegre (DMLU) e da SSMA (Departamento de Proteção à Saúde). Com base nos estudos realizados nos hospitais Moinhos de Vento e Centenário foram elaboradas recomendações para o gerenciamento dos resíduos hospitalares no Estado.

Visando ao controle efetivo das atividades de mineração, a FEPAM incentivou a formação de cooperativas para a regularização e licenciamento de modo a facilitar a racionalização e ordenação de tais atividades.

Estão em processo de regularização 600 frentes de lavra na região de Iraí, 200 frentes na área do Salto do Jacuí, 1.000 frentes de lavras em Taquara e Parobé e 300 frentes em Nova Prata e adjacências.

A meta estimada de seiscentas toneladas de restos de agrotóxicos a serem recolhidos é indicador da importância da campanha de controle. No exercício foram cadastrados os depósitos de agrotóxicos e restos a nível dos Municípios, havendo apreensão de 1.500 litros. Com base nos conhecimentos adquiridos foram elaborados dois projetos de recursos naturais.

Com vistas a ECO-92 foi elaborada a proposta com a participação de entidades oficiais e organizações da sociedade civil, a ser publicada e divulgada.

Com o objetivo de tornar mais eficiente a atividade de vigilância sobre as condições ambientais, foi firmado convênio com a Brigada Militar do Estado pelo qual é delegada tutela ambiental para aquela Corporação. Esta é uma imposição decorrente da escassez de recursos humanos e da política de descentralização do controle naquilo que for possível delegar visando a maior abrangência e efetividade da ação preventiva e eficácia da ação fiscal.

## **B - DEPARTAMENTO DE LICENCIAMENTO**

Sendo este um departamento de prestação de serviços técnicos, foram feitos estudos e reavaliados os custos e os critérios para cobrança dos serviços de licenciamento ambiental, dentro da política governamental de modernização administrativa para maior eficiência operacional.

A atuação deste Departamento no exercício de suas atribuições se traduz em:

- Concessão de 310 licenças prévias, 164 licenças de instalação e de 333 de operação;

- Aprovação de 97 projetos arquitetônicos;
  - Concessão de 4 licenças de EIA/RIMA;
  - Elaboração de 300 pareceres sobre emissão atmosférica;
  - Realização de 100 vistorias com expedição de 8 autos de infração e uma interdição;
- Exame de 290 processos de ocupação do solo.

## C - EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Além dos programas tradicionais de desempenho das suas atribuições, a FEPAM deu execução a uma linha de atuação na divulgação da preservação do meio ambiente e do papel da Fundação nesta tarefa, implementando um setor de Educação Ambiental.

Uma das campanhas objetivou a defesa da prática da separação do lixo reciclável dos demais resíduos. Ela se desenvolveu nos locais de exposições e feiras realizadas no Estado, para informar e conscientizar a população, através da coleta, nestes locais, de expressiva quantidade de lixo entregue pelos frequentadores. A campanha que teve o patrocínio de empresas como a Ipiranga e a Riocell atingiu diretamente um público de cerca de 400.000 pessoas.

Durante a Feira do Livro na Capital, foi desenvolvida campanha visando a mudança de comportamento da população em relação a questões ambientais. Ela se realizou através da ação geral de divulgação e em especial através de atividades para crianças que foram incentivadas a se manifestar sobre o tema pelo desenho livre, sendo esta produção preservada para futuro aproveitamento em material de divulgação.

A Conferência Estadual do Meio Ambiente - CONFEMA se constitui no fórum de debate da questão ambiental e de discussão das políticas pertinentes. A conferência reuniu 380 participantes representando órgãos públicos, associações de proteção ao meio ambiente e o público interessado no uso racional dos recursos naturais bem como na qualidade de vida.

A realização do CONFEMA objetivou maior integração entre os agentes públicos e privados, e a definição de diretrizes para a preservação ou recuperação do equilíbrio ecológico.

A FEPAM participa do Comitê do Rio dos Sinos, do Comitê do Mampituba e do Comitê do Rio Gravataí, que atuam, juntamente com os Municípios, na preservação dos recursos hídricos regionais. Dentro deste objetivo se situam as tarefas técnicas de determinação dos índices de qualidade da água (11 pontos de medição no Rio dos Sinos) e as educacionais que atingiram 500 docentes e outras 5.000 pessoas.

## D - DIVISÃO DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL

A Divisão de Vigilância Ambiental se ocupa das ações sistemáticas e emergenciais voltadas à prevenção de acidentes ecológicos ou minimização das suas consequências.

Ela cadastra e controla empresas transportadoras de cargas perigosas (79 empresas cadastradas) buscando a diminuição de acidentes e a recuperação de áreas atingidas em caso de sua ocorrência.

A FEPAM atendeu 12 casos de acidentes no transporte de carga química.

Durante a Operação Litoral (SSMA) foram deslocados dois técnicos para atendimento à demanda originada pela população da orla e veranistas. As atividades principais foram de fiscalização, vistorias e de educação ambiental.

## E - DIVISÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS

A equipe trabalhou na realização de diagnósticos e estudos básicos para a elaboração de propostas preliminares e de projetos prioritários dentro da política estadual para o meio ambiente.

Sua atenção se concentrou especialmente na Bacia Hidrográfica do Rio Guaíba e na área da Mata Atlântica.

O Pró-Guaíba objetiva a recuperação ambiental com propostas pertinentes ao tratamento de esgoto, destinação final do lixo urbano e controle da poluição industrial. Com recursos da ordem de US\$ 20.000,00 (vinte mil dólares) foram realizados diagnósticos da poluição industrial e doméstica que permitiram o detalhamento do projeto.

O projeto de monitoramento ambiental visa a implantação, em etapas, de um sistema capaz da avaliação sistemática da evolução da qualidade ambiental na Bacia do Guaíba e significará um salto de qualidade na tecnologia de medição para monitoramento da qualidade do ar, da água, e no controle da ocupação e uso do território. Envolve recursos da ordem de US\$ 10.590.000,00 (dez milhões, quinhentos e noventa mil dólares).

O projeto de ações de controle da poluição industrial na Bacia do Guaíba converge para a redução substancial dos índices de poluição na Bacia, pela via da agilização dos controles na fiscalização e monitoramento das condições ambientais. O projeto envolve recursos da ordem de US\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de dólares).

O mapeamento e caracterização das formações vegetais remanescentes da Mata Atlântica, com base em imagens de satélite, busca, dentro de uma área de 30.000 Km<sup>2</sup> apontar pontos críticos e remanescentes mais significativos, bem como áreas de reserva da Biosfera a serem propostas junto a UNESCO. Tudo isso se associa à

perspectiva de um processo de desenvolvimento sustentado para beneficiar a população da região.

O programa GERCO/RS compreende o trabalho de diagnosticar a área do Litoral Norte do Estado com a elaboração de cartas temáticas para o aperfeiçoamento dos conhecimentos e informações para uma ação mais eficaz da FEPAM na região costeira. Os recursos envolvidos são da ordem de US\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares).

**4 - SECRETARIA DA JUSTIÇA,  
DO TRABALHO E DA CIDADANIA  
(SJTC)**

**4.1 - Fundação Estadual do Bem-Estar  
do Menor (FEBEM)**

**4.2 - Fundação Gaúcha do Trabalho e  
Ação Social (FGTAS)**

**SECRETARIA DA JUSTIÇA, DO TRABALHO  
E DA CIDADANIA (SJTC)**

O ano de 1991 representou, ao nível das competências da Secretaria da Justiça, um período de transição, tendo em vista a nova estrutura organizacional da administração estadual, implementada pela Lei nº 9.433, de 27/11/91.

O processo de reforma administrativa do Estado levou à incorporação de alguns órgãos por parte da Secretaria da Justiça, como a do Trabalho, Ação Social e Comunitária, Segurança Pública e a Ouvidoria-Geral do Estado, surgindo, assim, a Secretaria da Justiça, do Trabalho e da Cidadania (SJTC).

A Secretaria da Justiça, do Trabalho e da Cidadania passou a ter como objetivos fundamentais a política penitenciária do Estado; o relacionamento com o Corpo Consular; a política de prevenção e repressão ao tráfico e ao uso indevido de entorpecentes; a proteção da população e defesa do consumidor; a política destinada a diminuir a discriminação da mulher; as diretrizes desenvolvidas pelos Institutos de Criminalística, Médico-Legal e de Identificação, bem como a instituição de políticas que facilitem o acesso ao trabalho, à renda e aos serviços sociais básicos, dirigida às camadas menos favorecidas da população.

O Governo do Estado, objetivando a melhoria da qualidade de vida e da assistência às camadas mais carentes da população, desenvolveu, através da Secretaria da Justiça, do Trabalho e da Cidadania, as ações a seguir discriminadas.

Foram investidos Cr\$ 879.945.446,00 (oitocentos e setenta e nove MILHÕES, novecentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e seis cruzeiros) em obras, no Sistema Penitenciário, para construção, ampliação e recuperação de estabelecimentos penais, tais como: Presídios Municipais de Encruzilhada do Sul, Jaguarão, Arroio Grande, Guaporé, Santa Cruz do Sul, Sobradinho, Cachoeira do Sul, Três Passos, Iraí, São Gabriel, Caxias do Sul, Santa Rosa, Rosário do Sul, São Borja, Santo Ângelo, bem como na Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas, nas Penitenciárias de Segurança Média em Rio Pardo, em Rio Grande em Santana do Livramento, Presídio Regional de Passo Fundo e Sede para o Núcleo de Segurança e Disciplina de Porto Alegre, totalizando uma área construída de 1.661m<sup>2</sup>, gerando 127 vagas no tocante às obras já concluídas, e, em relação às obras em andamento, mais 1.182 vagas.

Em equipamentos e material permanente para reaparelhamento dos presídios, investiram-se Cr\$ 171.270.860,00 (cento e setenta e um milhões, duzentos e setenta mil, oitocentos e sessenta cruzeiros), sendo adquiridos 2 portais eletrônicos (detectores de metais) para melhoria dos sistemas de segurança da Penitenciária Estadual do Jacuí e do Presídio Central, e, para renovação e complementação da frota de veículos, 2 microônibus Agrale e 03 camionetas D-20, para o Núcleo de Segurança e Disciplina, foram também adquiridas 10 camionetas Parati-Cela, totalizando, todos os veículos, Cr\$ 65.854.762,00 (sessenta e



cinco milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e sessenta e dois cruzeiros), representando um acréscimo de 23,18% no total da frota. Foi adquirido um aparelho de Raio-X para o Hospital Penitenciário, no valor de Cr\$ 4.750.000,00 (quatro milhões, setecentos e cinquenta mil cruzeiros).

A Secretaria desenvolveu suas ações através dos seguintes setores:

## **A - GRUPO EXECUTIVO DO TRABALHO PRISIONAL**

### **a - Programa Agropecuário**

Na Colônia Penal Agrícola foram plantadas 20.000 mudas de citrus e feitos 5.000 porta-enxertos destinados à produção de mudas.

Ainda na referida Colônia, houve a implantação de 15ha de pastagem de aveia e azevém, e de área igual para lavoura de milho, bem como a instalação de 13 colméias de abelhas.

Também foram distribuídos "kits sementes" (sementes olerícolas) para 8 estabelecimentos penais implantarem hortas; realizado leilão de 890 cabeças de gado da Colônia Penal Agrícola, e elaborado Projeto de Avicultura para produção de ovos no Instituto Psiquiátrico Forense.

A formalização de Protocolos de Ação Conjunta compreendeu: um com a AGROCERES para, utilizando a mão-de-obra prisional, implantar hortas nos presídios municipais (Projeto Horta), e outro com a iniciativa privada, no Presídio Municipal de Sobradinho, para produção de 1.000.000 de mudas de essências florestais.

### **b - Programa Artesanal**

Realização de exposição de objetos de pedra sabão e madeira produzidos por apenados, na Galeria Luza; esculturas na Casa de Cultura Mário Quintana e no Shopping Center Iguatemi.

### **c - Programa Industrial**

Foi recuperada a estrutura da Olaria de Charqueadas e retomado o Pavilhão Industrial da Fundação São Dimas, junto ao Presídio Municipal de Novo Hamburgo. Quatro Protocolos de Ação Conjunta foram firmados para a utilização de mão-de-obra prisional: com a iniciativa privada, no Presídio Municipal de São Luiz Gonzaga, visando a produção de sabão; para a produção de calçados no Presídio Municipal de Novo Hamburgo com a Prefeitura Municipal de Nova Prata e com o Município de Nova Alvorada visando ao trabalho de apenados.

## **B - UNIDADE DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL**

**a - Saúde**

Além de encontros profissionais da área de enfermagem, houve estabelecimento de Normas de Procedimentos Técnicos para o Sistema Penitenciário. A organização do 12º Fórum sobre AIDS no Sistema Penitenciário, bem como a coleta e exame de amostras de água dos Presídios de Porto Alegre e Charqueadas para verificar a qualidade da mesma, foram atividades importantes dentro deste Programa.

Paralelamente às reuniões, com Equipes da Secretaria da Saúde e GAPA, relacionadas à AIDS no Sistema Penitenciário; foram proferidas palestras nos estabelecimentos prisionais sobre doenças sexualmente transmissíveis, especialmente AIDS, bem como efetuados contatos com presídios do interior sobre o cumprimento das normas técnicas de saúde e mantida efetiva participação na Comissão Estadual de Prevenção e Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis, coordenada pela Secretaria da Saúde. Foram feitas entrevistas com membros da Secretaria da Saúde do Município de Porto Alegre, com a finalidade de credenciar o Hospital Penitenciário no SUS (Sistema Único de Saúde).

A instalação de um consultório odontológico moderno no Presídio Central e a recuperação de dois consultórios odontológicos do Sistema Penitenciário objetivaram a melhoria das ações na área da saúde.

**b - Educação**

Levantamento junto às casas prisionais do Estado teve o objetivo de implantar 40 cursos, com 320 horas aula cada, em 16 dessas casas, atingindo 600 presos, propiciando-lhes melhoria na área de capacitação de trabalho, visando a ressocialização. Além da elaboração, implantação e execução de projeto de alfabetização e qualificação profissional, com verba do Governo Federal - MEC -, em conjunto com a Secretaria de Educação e Fundação Gaúcha do Trabalho, houve capacitação, em conjunto com a Secretaria de Educação, de todos os recursos humanos envolvidos no Projeto de Alfabetização e Iniciação Profissional para apenados.

**C - TRABALHO, AÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA****a - Programa Iniciativas da Comunidade**

Implantado há cerca de dois anos, este programa beneficiou 25 entidades e/ou Municípios, com os quais foram firmados convênios de cooperação técnico-financeira objetivando contribuir para maior abrangência e racionalidade de suas ações sócio-assistenciais.

**b - Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDICA)**

Promove a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, através da articulação das ações governamentais no Estado. Em 1991 o Conselho participou de uma série de eventos, dentre palestras, painéis, simpósios e encontros, divulgando o Estatuto da Criança e do Adolescente e articulando a criação de Conselhos Municipais e Conselhos Tutelares.

Outra realização do Conselho foi o desenvolvimento da pesquisa "Censo das Instituições de Atendimento à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco Pessoal e Social no RGS", estando concluída a parte de levantamento dos dados e sua informatização.

**c - Conselho Estadual do Idoso**

O Conselho Estadual do Idoso é um órgão com função articuladora, consultiva e deliberativa, que tem por finalidade estabelecer as diretrizes de política social para o idoso do Estado.

A ação desenvolvida em 1991 centrou-se nas seguintes áreas:

- Assessoria Técnica a Prefeituras Municipais, entidades privadas e grupos organizados, na elaboração de seus projetos;
- Incentivo à capacitação e qualificação de recursos humanos na área da Gerontologia e/ou Geriatria, assessorando na elaboração de programas e participando e/ou indicando palestrantes, professores e outros;
- Consultoria a outros Estados e Municípios na organização de seus Conselhos de Idosos;
- Assessoria Técnica à Secretaria Nacional de Promoção Social do Ministério da Ação Social na elaboração da Política Social para o Idoso e criação do Conselho Nacional do Idoso;
- Consultoria e/ou Assessoria Técnica a Universidades Públicas e Particulares na implantação das Universidades Abertas à Terceira Idade;
- Promoção de atividades de sensibilização e/ou conscientização da comunidade em geral a respeito da questão social do idoso.

**d - Programa Balcão de Ferramentas**

Lançado em dezembro de 1991, este Programa, em convênio com a Caixa Econômica Federal, beneficia trabalhadores autônomos e desempregados, uma vez que oferece uma linha de crédito especial para aquisição de instrumentos de trabalho e propicia a estes treinamento gerencial para otimizar a rentabilidade de suas atividades produtivas.

**e - Plano Estadual de Atenção à Infância (PEAI-SJTC-PIMES)**

Objetiva implementar as ações do PIMES relativas à elaboração do Plano Estadual de Atenção à Infância, compreendendo a realização de um diagnóstico da situação infantil, elaboração de um cadastro de

creches e pré-escolas, e a produção do "Plano Estadual" propriamente dito, incluindo diretrizes, definição dos agentes institucionais e suas atribuições e prioridades, com vistas à implantação de uma política estadual de atenção à infância em idade pré-escolar.

Em 1991, foi instalado um grupo especial de trabalho na SJTC, a partir da assinatura de Acordo de Cooperação Técnica, sob o nº 3129 PR, celebrado entre o Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento BIRD.

**f - Programa S.O.S. Criança**

Este serviço está à disposição da população de Porto Alegre para auxiliar na resolução de problemas relacionados com crianças e jovens de 0 a 18 anos, vítimas de negligência, maus tratos e abuso sexual. Funcionando diariamente, conta com uma equipe especializada para prestação de socorro e atendimento, efetuando os acompanhamentos e encaminhamentos necessários. No decorrer de 1991, o S.O.S. Criança atendeu um total de 2.200 ocorrências envolvendo crianças e adolescentes em situação de risco.

**g - Registro e Apoio às Entidades**

O Setor de Registro e Apoio às Entidades é encarregado do cadastramento de entidades civis sem fins lucrativos. Segundo a Lei Estadual nº 6361/71, somente as entidades cadastradas podem habilitar-se ao recebimento de auxílios e subvenções estaduais. Em 1991, foram abertos 2.800 cadastros novos de entidades, num universo de 18.440, cujos dados encontram-se informatizados.

Foi estabelecido entre a SJTC e o Ministério de Ação Social um convênio de cooperação financeira no valor de Cr\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de cruzeiros), a fim de revisar e atualizar o cadastro de entidades sociais registradas na SJTC (18.440 entidades), coletando e complementando informações para confecção de um catálogo. Esta pesquisa mostrará a realidade do atendimento social no RS, resultando num instrumento de consulta também para os órgãos dos Governos Federal e Municipal, bem como à comunidade em geral.

**D - OUVIDORIA-GERAL DO ESTADO**

A Ouvidoria-Geral do Estado foi criada através do Decreto nº 33.163, de 14/4/85, tendo como objetivo principal receber as pessoas que procuram o Governo para reivindicar, sugerir, criticar ou reclamar qualquer assunto da competência da Administração Pública Estadual, direta ou indireta, encaminhando a sua solução através das Secretarias de Estado.

Após analisar cada assunto, de uma forma imparcial e objetiva, tenta a solução através de contatos telefônicos para assuntos mais simples.

Os assuntos mais complexos, encaminha através de processo à Secretaria de competência para serem solucionados.

Nenhum assunto fica sem resposta. Nos improcedentes, isto é, que não são do âmbito estadual, assim mesmo se responde ou orienta as pessoas da forma como podem solucionar seus problemas.

Em 1991 a Ouvidoria atendeu 529 casos, sendo que 351 já foram solucionados e 178 processos estão aguardando uma posição das Secretarias.

Com a extinção da Ouvidoria, como órgão vinculado ao Gabinete do Governador, a partir de novembro as atividades foram transferidas para esta Secretaria da Justiça, do Trabalho e da Cidadania.

## **E - CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER**

O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM é um órgão de assessoramento do Governo do Estado na formulação de políticas e programas voltados à população feminina.

A ação do CEDM visa coibir as desigualdades, discriminações e preconceitos que afetam as mulheres.

Durante o ano de 1991 o Conselho desenvolveu as atividades a seguir discriminadas.

### **a - Denúncias**

Em documento oficialmente entregue ao Procurador-Geral da Justiça, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher/RS denunciou e comprovou a prática discriminatória contra a trabalhadora, veiculada pelos anúncios de empregos nos jornais da capital e interior do Estado. Na oportunidade foi pedida a medida legal no sentido de coibir a prática de discriminação sexual, racial e por idade nos referidos anúncios.

A denúncia foi aceita pelo Ministério Público, sendo instaurado inquérito pela Coordenadoria das Promotorias Cíveis que vem tomando providências para coibir tal discriminação.

Com base em relatório técnico elaborado pela Comissão de Saúde do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher/RS, o CEDM elaborou documento pedindo ao Secretário da Saúde a rigorosa fiscalização e proibição da venda indiscriminada do medicamento CYTOTEC que vinha causando sérios danos à saúde da mulher. A solicitação foi prontamente atendida pelo

Titular da Secretaria da Saúde através da portaria nº 46/91, publicada no Diário Oficial de 01/07/91. O órgão vem denunciando publicamente a chamada "Violência Doméstica", a partir dos dados estatísticos da Delegacia da Mulher, e advertindo a população feminina das providências possíveis. Baseado em documentos e denúncias apresentadas no Fórum Nacional de Presidentes e Secretárias de Conselhos, o CEDM/RS veio a público, em diversos programas nos meios de comunicação de massas para chamar atenção sobre o grave problema das esterilizações e exigências de laqueadura por empregadores, reivindicando a necessidade de uma política de planejamento familiar não coercitiva. O Conselho visitou o Congresso Nacional, reivindicando, junto com os demais conselhos, uma CPI sobre esterilizações. O Conselho e o Núcleo de Estudos sobre Prostituição encaminharam, ao Comando do Policiamento da Capital, denúncias de violência e agressão a prostitutas por integrantes da Brigada Militar. Foi aberto canal permanente com a Corporação para serem evitados fatos semelhantes.

#### **b - Documentos e Projetos**

Um plano global de ação para combater a violência contra a mulher foi entregue ao então Secretário da Segurança Pública. Neste documento, o Conselho propõe a criação de mais Delegacias da Mulher, a designação de novas delegadas, com a transformação dos postos em delegacias, e a instalação de órgãos em Municípios cujos dados estatísticos revelem maior número de delitos contra a mulher em proporção ao número de habitantes. O Conselho pediu mais uma Delegacia para a mulher na Zona Norte, melhores instalações para Delegacia da Capital e a inclusão nos currículos das academias de polícia civil e militar de conteúdos relativos à questão da mulher e à defesa da cidadania. Existem no Estado 03 Delegacias: Porto Alegre, Canoas e Caxias do Sul. O CEDM/RS elaborou um projeto sobre a política de atenção à saúde da mulher com diagnóstico, levantamentos de dados e ações de saúde. O referido projeto foi entregue oficialmente ao Secretário da Saúde e deverá ser implantado pela Divisão da Mulher daquela Secretaria. Apresentou moção na 1ª Conferência Estadual de Saúde, em Passo Fundo, sobre a necessidade de um programa específico sobre a saúde da mulher. Com base nas conclusões do Fórum Sobre a Penitenciária Feminina, por delegação do Secretário da Justiça, o Conselho elaborou um modelo de reeducação e reintegração da detenta. O órgão colaborou na elaboração do documento nacional sobre as condições de trabalho da mulher no Brasil com sugestões e emendas que foram enviadas ao Conselho do Ceará, responsável pelo diagnóstico por

deliberação do Fórum dos Conselhos Estaduais da Condição Feminina.

O CEDM/RS, além de receber e encaminhar mulheres que buscam orientação sobre casos de violência, tem colaborado na formulação de teses e trabalhos na área acadêmica sobre a questão da mulher.

#### **e - Divulgação**

Foi divulgado boletim informativo com tiragem de 3.000 exemplares, enviados às Prefeituras, Câmaras Municipais, entidades, associações e sindicatos no Estado, e a todos os Conselhos Estaduais de Direito da Mulher existentes no País. Foram roteirizadas sete vinhetas produzidas pela TVE em campanha de defesa da Cidadania e combate à discriminação e violência contra a mulher.

O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher/RS participou de seminários, palestras e encontros durante o ano de 1991, destacando-se: Fórum sobre a Penitenciária Feminina, A Situação da Mulher na Sociedade Brasileira (Associação Portovalegrense de Cidadãs); A Violência Contra a Mulher (Federação das Mulheres Gaúchas); Curso Relações de Gênero (Centro Ana Terra); Mulher e Socialismo (Congresso da UBM, em Guarapari/ES); Fórum Nacional dos Conselhos da Condição Feminina (Ministério da Saúde); A Violência Doméstica (CEDM/RS); Fórum Sobre a AIDS no Sistema Penitenciário; 1 Encontro da Mulher Eletricitária da Zona Sul (Pelotas); "Não à Violência Contra a Mulher (CEDM/RS); Fórum Caminhos do Brasil Popular.

#### **F - CONSELHO ESTADUAL DE ENTORPECENTES**

O Conselho Estadual de Entorpecentes, criado pelo Decreto Estadual nº 30.796, de 08/08/1982 tem como atribuição central a elaboração da política estadual referente ao tema "Drogas", assim como a responsabilidade legal de articular politicamente órgãos e entidades, objetivando apoiar, estimular e normatizar as ações que envolvam atividades realizadas ao combate a Drogas.

No exercício, através do trabalho desempenhado pelos seus membros, o Conselho de Entorpecentes participou de encontros com Conselhos da área da saúde, com diretores de escolas e com o Conselho Penitenciário, participou também de simpósios sobre drogas, e realizou 04 encontros regionais de Conselhos Municipais de Entorpecentes - CONENs, em Capão da Canoa, Cachoeira do Sul, Bagé e Santo Ângelo.

O CONEN/RS realizou várias viagens a Municípios para orientar e estimular a criação de CONENs, bem como atividades para difusão de conhecimentos através de palestras proferidas por Conselheiros.

No Programa de Prevenção, o Conselho atuou junto às escolas públicas e privadas de Porto Alegre com a reunião de diretores no Centro Administrativo Fernando Ferrari - CAFF.

Desenvolveu ainda atividade no programa VALORIZAÇÃO DA VIDA no qual integra o seu comitê juntamente com as entidades: Fundação Maurício Sirotsky, Associação Brasileira de Estudos sobre Alcool e outras Drogas, Programa SSMA - Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente, Secretaria de Educação e o Ministério da Educação.

O Conselho Estadual de Entorpecentes/RS e seus membros não são remunerados, mas contam com o apoio financeiro, material e humano (diárias, viaturas e motoristas) da Secretaria da Justiça, do Trabalho e da Cidadania.

#### **G - COORDENADORIA EXECUTIVA DO CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR**

A Operação Verão, nos Municípios de Tramandaí, Capão da Canoa e Torres teve o objetivo de atender o contingente da população que se desloca à região litorânea, proibindo os abusos nas relações de consumo.

Durante os meses de março e abril, o SISTECON participou de vários ciclos de estudos, palestras, seminários e cursos como forma de divulgar e marcar a vigência do código do consumidor.

Em junho iniciou processo administrativo junto ao Banco Central, em Brasília, solicitando a imediata devolução dos recursos aplicados em CADEP do Banco Sibisa, e captados através de propaganda enganosa.

Em diligência externa desta Coordenadoria originou-se a primeira prisão em flagrante, no País, por Propaganda Enganosa na Delegacia do Consumidor, no mês de agosto.

A mudança do local da sede, realizada em setembro, para um prédio com condições de prestar um serviço digno e eficiente aos consumidores ocasionou aprimoramento das atividades.

Houve participação na organização e promoção da II Jornada Nacional de Educação e Consumo, e do I Encontro Internacional de Educação do Consumidor.

A necessidade de interiorização do serviço levou à implantação de 14 novos Escritórios Municipais, em convênio com as Prefeituras, aumentando a abrangência do Sistema Estadual de Defesa do Consumidor - SISTECON, a qual foi possível também com participação em vários eventos no intuito de disseminar o Código do Consumidor e buscar a conscientização e educação do consumidor, em espaço junto à TVÉ, participando de programa ao vivo, e na Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, onde integra o sub-comitê para Normalização do Mobiliário.

Na sede da Coordenadoria, houve uma média de 1.200 consultas mensais com técnicos, além de aproximadamente 30.000 informações mensais prestadas verbalmente no balcão ou por telefone sobre os mais variados problemas que possam existir nas relações de consumo.



## II - CONSELHO PENITENCIÁRIO

O serviço prestado pelo Conselho Penitenciário se relaciona ao dever do Estado de executar as penas impostas pelo Poder Judiciário. As sugestões sobre concessão de benefícios da alçada de sua atribuição contidas no art. 70 da Lei de Execução Penal - LEP e a conseqüente liberação de apenados representa setor importante na atividade estatal, na medida em que alivia as tensões dos presídios, quase sempre com superpopulação carcerária.

Os recursos empregados justificam os resultados alcançados uma vez que os benefícios concedidos aos apenados, além de representarem cumprimento da lei, diminuem a população carcerária.

O Conselho Penitenciário, órgão de execução geral, vem realizando sistematicamente visitas à Rede Penitenciária. As constatações feitas nestes estabelecimentos são minuciosamente relatadas, através de ofícios encaminhados ao Secretário da Justiça e ao Superintendente dos Serviços Penitenciários, tendo por objetivo fundamental informar as irregularidades eventualmente encontradas, bem como dar sugestões para o aprimoramento das Instituições Prisionais dentro do programa governamental para a área penitenciária.

Cumprir e fazer cumprir a legislação referente ao atendimento de diversos benefícios ao apenado, fiscalização dos Estabelecimentos Penais, bem como assistência ao egresso, são os objetivos do Programa de Acompanhamento Psicossocial do Liberado Condicional. Esse, através de seu corpo técnico, promove a assistência psicossocial ao liberado condicional, direcionando sua atenção à reintegração e adaptação social do egresso, visando reduzir a probabilidade de reincidência em sua vida delitiva, fornecendo-lhe, quando necessário, carteira de identidade, de trabalho e encaminhando-o a empresas conveniadas para obtenção de emprego.

A partir desse ano o Conselho Penitenciário iniciou a realização de sessões plenárias itinerantes nas grandes Comarcas do Estado, com o objetivo de dar a conhecer o funcionamento do Conselho, bem como agilizar a apreciação dos pedidos formulados pelos apenados da área. Foram realizadas, em Passo Fundo, em junho, reuniões junto ao foro local, e apreciados pedidos de apenados em cumprimento de penas impostas por Passo Fundo e Comarcas próximas.

Outro ponto importante foi o incremento do Programa de Acompanhamento Psicossocial através de contatos mantidos pelo corpo técnico deste órgão junto às promotorias do interior para a complementação do programa nas comarcas que ainda não o tenham implementado inteiramente.

Foram realizadas 180 sessões ordinárias, sendo emitidos 1.861 pareceres. Entraram no Conselho pedidos de livramento condicional (1.200); indulto: pleno (208) e parcial (368); redução de pena (45), graça presidencial (10) e suspensão do livramento condicional (10).

Foram realizadas inspeções em 39 (trinta e nove) presídios municipais e visitas aos grandes presídios como: Presídio Central de Porto Alegre; Penitenciária Estadual do Jacuí; Penitenciária Estadual de Charqueadas, bem como no Instituto Psiquiátrico Forense "Maurício Cardoso", Instituto Penal de Marante e Penitenciária Madre Pelletier.

## I - COORDENADORIA GERAL DE PERÍCIAS

Com o advento da Lei nº 9.433, de 27/11/91 que dispõe sobre a nova estrutura organizacional da Administração Direta do Estado, a Coordenadoria Geral de Perícias passa a integrar a estrutura da Secretaria da Justiça, do Trabalho e da Cidadania.

A Coordenadoria Geral de Perícias criada em conformidade com o disposto no artigo 136 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, combinado com o artigo 25 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, enquanto não regulamentado, será representada pelos Institutos de Criminalística, Médico-Legal e de Identificação, com subordinação direta ao Secretário desta Pasta.

A tais Institutos, de natureza técnico-pericial, compreende planejar e executar o serviço de perícias, bem como elaborar laudos técnicos nas áreas da Criminalística e Medicina-Legal e a Identificação pessoal, civil e criminal.

## J - SEGURANÇA PÚBLICA

No decorrer do exercício de 1991, as ações da Administração Superior da Secretaria da Segurança Pública foram conduzidas no sentido de possibilitar a concretização da proposta de governo visando a extinção do órgão, o que efetivamente ocorreu com o advento da Lei nº 9.433, em 27/11/91.

Uma das atividades vinculadas à Secretaria a não sofrer solução de continuidade foi o Fundo Especial de Reparelhamento dos Serviços de Segurança Pública - FUNDESP - que, contando com dotações específicas para a aplicação em bens de capital, manteve, dentro das limitações dos recursos liberados, o programa de construções de prédios, tanto para a Polícia Civil quanto para a Brigada Militar, resultante de convênios mantidos com as Prefeituras Municipais.

Numa ação conjunta do Estado com as próprias comunidades, busca-se uma solução para as questões de Segurança Pública, possibilitando a conclusão, desde a sua implantação, de 103 prédios para a Polícia Civil e outros 79 para a Brigada Militar, sendo mantidas, no decorrer do ano em curso, 65 obras para as duas Organizações Policiais.

Foi ratificado pelos Governadores dos Estados da Região Sul o Protocolo de Cooperação, Intercâmbio Operacional e Técnico

na área de informática para as atividades da Segurança Pública nos três Estados.

Ainda no primeiro trimestre do exercício, por proposição da Secretaria da Segurança Pública, foi aprovada pela Assembléia Legislativa, a Lei nº 9.223, de 25/01/91, que revisou e ampliou o rol de fatos geradores para a cobrança de Taxas de Serviços Diversos, o que resulta num maior volume de recursos para a aplicação específica na área da Segurança Pública.

Já ao final do exercício de 1991, com a implantação da Reforma Administrativa, proposta pelo Governo Estadual, a Polícia Civil e a Brigada Militar passaram a integrar diretamente a estrutura organizacional do Estado, cabendo a cada uma das organizações traçar suas diretrizes operacionais.

#### 4.1 - FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR (FEBEM)

A Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM) é o órgão executivo das políticas da Criança e do Adolescente, atribuição esta contida nos Arts. 49 e 86 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O "Sistema Gaúcho de Atendimento à Criança e ao Adolescente" constitui-se em instrumento de integração entre todas as parcelas oficiais ou comunitárias que, de qualquer modo, tenham ações incidentes sobre a infância e adolescência, entendendo-se por sistema uma política executada, não de forma fragmentada e isolada, mas em parceria, num processo de ação de políticas que envolvam o Estado, o Município e a sociedade civil.

A descentralização da FEBEM caracteriza seu objetivo básico preventivo que é evitar a institucionalização da Criança e do Adolescente.

A FEBEM-RS, ao lançar o "Sistema Gaúcho de Atendimento à Criança e ao Adolescente" - Plano de Ação para o Quadriênio 92-95, baseou-se na seguinte situação encontrada:

- Estrutura da Fundação voltada para a política compensatória, não respondendo às necessidades das crianças e jovens institucionalizados;
- Organograma institucional totalmente alterado, existindo um de direito e outro de fato;
- Instituições em estado deplorável, sem chuveiros quentes, fiação com riscos de incêndio, com falta de vidros, encanamentos quebrados, esgotos entupidos, goteiras e vazamentos, paredes mofadas, falta de equipamentos básicos em todas as áreas de atendimento;
- Falta de recursos humanos em todas as áreas, em especial a de atendimento às tipologias especiais (excepcionais, excepcionais vegetativos e drogaditos) sobrecarregando o pessoal existente;

Problemas crônicos na área administrativa, excessivo número de horas-extras mensais e de causas trabalhistas e um orçamento deficitário voltado apenas para a precária manutenção dos recursos existentes, sem permitir uma melhora efetiva do atendimento realizado nos programas.

Diante desse quadro sucateado, a atual administração embasou sua proposta, considerando os pressupostos a seguir.

Em nível interno a Fundação priorizou a figura do desmonte dos grandes prédios institucionais, visando a construção de pequenas unidades residenciais, destinadas a grupos reduzidos de até 10 crianças e/ou jovens, no Sistema de Abrigo, e 30 jovens no Sistema de Atendimento ao infrator, oportunizando-lhes atendimento individualizado e convívio mais próximo do familiar.

A permanência dos jovens assistidos nas unidades de abrigo considera o caráter de transitoriedade, ou seja, que no menor prazo de tempo possível retornem às suas famílias ou à família substituta na comunidade de origem.

Durante este período a ênfase do atendimento é quanto a sua escolarização e formação profissional. Buscou-se a implantação dos programas sob a concepção de "Sistemas de Ação" nas áreas de atendimento ao abrigado, às tipologias especiais, às ações comunitárias e preventivas, ações de profissionalização e produção e ao infrator.

Em nível externo, numa ação comunitária e preventiva, a Fundação busca a comunidade através da interiorização dos seus recursos, num movimento de aproximação e presença nos Municípios do Estado, através de suas Gerências Regionais e Centros de Atendimento com proposta de profissionalização rural e escolarização.

Esta presença pressupõe uma ação descentralizada, em consonância com os Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente, Prefeituras Municipais e Entidades Conveniadas, sob a forma de apoio técnico-pedagógico, embasado nas ações de parceria, coligando recursos e possibilitando a consecução de programas prioritários.

Assim, a Fundação, identificada com a área executiva, organizou uma equipe de supervisão multidisciplinar, a fim de dinamizar suas áreas de atuação. Esta equipe delimitou com as respectivas categorias profissionais - psicologia, serviço social, educação e saúde - seus projetos de trabalho, procurando reuni-los na ação conjunta, visando suprir as deficiências verificadas.

As atribuições da FEBEM são as seguintes:

- Realizar as ações governamentais do Estado da política dos direitos da criança e do adolescente, mormente o abandonado, o carente e o infrator;
- Assegurar à criança e ao adolescente assistidos, a efetivação dos direitos referentes a saúde, alimentação, educação,

profissionalização, lazer, cultura e esporte, em unidades próprias ou em convênio;

- Enfatizar o atendimento qualitativo da criança e do adolescente quanto à escolarização e profissionalização;
- Viabilizar a produção de bens e serviços, visando a auto-sustentação e geração de renda. Estimular, através dos meios de comunicação, a participação efetiva da comunidade na busca de soluções para a problemática da criança e do adolescente abandonados, carentes e infratores;
- Pesquisar, desenvolver e aplicar técnicas e métodos próprios quanto ao atendimento de seus assistidos em todas as áreas;
- Incentivar as ações comunitárias preventivas de maneira a assegurar o atendimento da criança e do adolescente junto a sua comunidade de origem, preservando a convivência e vínculos familiares;
- Assegurar o atendimento em pequenas unidades e grupos reduzidos, preservando-lhes a identidade e oferecendo-lhes ambiente de respeito e dignidade, em caráter transitório, privilegiando o retorno à família de origem ou colocação em família substituta;
- Estimular a implantação e o cumprimento do ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, bem como a formação dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, em âmbito municipal e estadual e integrá-los quando a lei permitir;
- Promover a articulação entre entidades públicas e privadas de ação social, bem como buscar recursos e meios junto a comunidade e organismos nacionais e internacionais, visando ao bom atendimento da criança e do adolescente vinculados a programas sociais, ou forma de parceria;
- Realizar por si mesma, ou em conjunto, estudos e pesquisas, estabelecer diagnósticos da situação social, bem como promover cursos, seminários e congressos pertinentes;
- Prestar assistência técnica aos Municípios, Entidades Comunitárias, Conselhos de Direitos e Conselhos Tutelares, na esfera estadual e municipal;
- Manter unidade de atendimento destinada a criança e adolescentes, em regime de internação, de abrigo, de liberdade assistida e apoio sócio-educativo em meio aberto;
- Incluir seus programas, na forma da lei, no Conselho Estadual e Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Destaca-se como ação mais importante dentre os projetos do Governo o "PROJETO PARCERIA", que tem como objetivo apoiar, complementar e integrar iniciativas comunitárias e voltadas para políticas sociais básicas, tendo atendido 20.000 crianças e adolescentes em 1991.

O Projeto estabeleceu convênios com entidades públicas e privadas, nacionais ou internacionais, com o propósito de obter recursos para os programas que realiza.

A FEBEM realizou suas atribuições através dos seguintes programas:

#### **A - LARES SUBSTITUTOS - VICINAIS - ASSISTENCIA COMUNITARIA**

Visa atender crianças carentes através dos cuidados de vizinhos, durante a Jornada de trabalho dos pais, mantendo-os na comunidade, oferecendo-lhes proteção e alimentação. Foram beneficiadas 1.163 crianças em lares vicinais no RS.

#### **B - UNIDADES RESIDENCIAIS TRANSITÓRIAS**

Busca realizar a desativação gradativa das grandes instituições em direção a Unidades Residenciais constituídas de pequenos grupos de moradores, oportunizando um grupo de famílias. Em 1991, foram atendidas 110 crianças em 11 Unidades Residenciais.

O programa visa atender crianças e adolescentes em pequenos grupos, priorizando o vínculo entre irmãos e o ingresso de crianças de menor faixa etária conforme o ECA. O caráter transitório determina o trabalho de retorno à família de origem ou substituta e considera as possibilidades de adoção, nos Municípios de Viamão e Porto Alegre (Belém Velho, Vila Maria da Conceição).

#### **C - ADVOCACIA DA CRIANÇA**

Tem como objetivo tornar a Assistência Jurídica um direito exercido integralmente pelas crianças e adolescentes atendidos nas Unidades da FEBEM, e contribuir na agilização da prática da lei.

A Assessoria da Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, vinculada à Diretoria Executiva, composta de técnicos especializados, serve de canal de ligação formal entre as Varas da Infância e da Juventude e a FEBEM, defendendo os interesses e direitos das crianças e adolescentes abrigados e internados, abrangendo Porto Alegre.

As atividades executadas de janeiro a novembro são as seguintes: 1.343 informações ao Juizado da Infância e Juventude; 804 documentos enviados às instituições; 29 solicitações de baixa hospitalar; 274 comunicações para outras autoridades; 461 audiências; 219 Hábeas Corpus; 73 fugas registradas; 48 documentos ao NIRM e 13 outras informações.

**D - AÇÕES COMUNITÁRIAS/NÚCLEO PREVENTIVO**

Visa desenvolver e reforçar ações que busquem o incentivo e implantação de iniciativas comunitárias que promovam a assistência à infância e a adolescência na região metropolitana, através de 6 Núcleos, com atendimento de 600 crianças.

O Centro Infanto-Juvenil Zona Sul e mais 6 Núcleos prestam atendimento a crianças e adolescentes de 7 a 14 anos em dois turnos, oferecendo alimentação, recreação, atendimento médico-odontológico, encaminhamento para o mercado de trabalho, ao sistema formal de ensino e iniciação profissional, nas Vilas Rio Branco, N.S. do Brasil, Cruzeiro do Sul, Mato Grosso e Tronco Neves e Arapei.

**E - ATENDIMENTO AO INFRATOR**

Executa programas de atendimento ao adolescente acusado de ato infracional e ao infrator de acordo com as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Em Porto Alegre, foram atendidos 400 adolescentes, nas unidades que compõem o Sistema de Atendimento ao Infrator:

- ICM - Internação para infratores masculinos de 14 a 18 anos sem atividades externas.
- ICS - Internação para infratores masculinos de 14 a 18 anos com atividades externas.
- ITJM - Internação provisória para jovens acusados de ato infracional, masculino, de 14 a 18 anos.

**F - LARES SUBSTITUTOS, REGULARES E TRANSITÓRIOS**

Famílias da comunidade atendem crianças e adolescentes em situação de abandono ou enfrentando situações de instabilidade familiar, oferecendo-lhes alimentação, lazer, vestuário, ensino formal, assistência e saúde. Até novembro de 1991, foram atendidas 129 crianças e adolescentes.

**G - BOLA NO PÉ**

Busca integrar as crianças e adolescentes atendidos pela FEBEM, como também da comunidade, oportunizando a prática desportiva do futebol, provocando seu desenvolvimento biopsicossocial. Tem como objetivo atender 1.500 crianças e adolescentes na faixa de 7 a 18 anos.

Neste programa é aplicada metodologia de ensino da prática do futebol, através de monitores que são ex-atletas

profissionais, sob a supervisão e orientação dos professores de educação física responsáveis pelo Projeto. Todas as crianças e adolescentes têm acompanhamento médico, odontológico, psicológico e social.

## H - GRUPOS ARTÍSTICOS DA FEBEM

### a - Coral

Possibilita, através da participação no coral da FEBEM, um contato efetivo com a música, proporcionando integração entre 60 crianças na faixa etária dos 7 aos 14 anos das diversas instituições participantes do projeto Coral.

As crianças integrantes do coral reúnem-se semanalmente para ensaios sob orientação de funcionários ligados a área da música, participando de eventos culturais apresentando números artísticos preparados, na própria FEBEM e em outros órgãos.

### b - Escola de Samba

Busca resgatar as origens culturais através da música e, mais especificamente, da participação na escola de samba e proporcionar integração entre as crianças participantes, bem como sua aproximação com a comunidade a partir do evento carnaval.

A Escola de Samba atingiu 1.000 participantes, coordenados por funcionários da FEBEM ligados a entidades carnavalescas.

## I - FORMAÇÃO PARA O TRABALHO

Tem como objetivo implantar e implementar programas de formação para o trabalho, iniciação profissional, profissionalização, qualificação e geração de renda, tendo beneficiado 7.900 Jovens em 1991.

A iniciação profissional, em Centros de Profissionalização localizados em Porto Alegre e Viamão (comunidade e Abrigo) atua como elemento sócio-educativo em meio aberto. Os programas de iniciação profissional ocorreram nas unidades de abrigo em Porto Alegre, Viamão, Uruguaiana, Dom Pedrito, Lajeado, Taquari, Lagoa Vermelha, São Pedro do Sul, e os programas de iniciação de infratores, em Porto Alegre, Santa Maria, Dom Pedrito e Pelotas.

A FEBEM mantém convênio com o SENAI, Empresas Privadas, Secretarias de Estado para efetivar a formação para o trabalho.

## J - AÇÕES DO INTERIOR

A Entidade também supervisionou sistemas de atendimento à criança e ao adolescente abandonado, carente e infrator no



interior do Estado e, prestou assessoria a entidades conveniadas e Prefeituras Municipais na implantação dos Conselhos de Direito e Conselhos Tutelares, conforme diretrizes do ECA.

Através de 22 Gerências Regionais, 8 Centros Educacionais, 59 Lares Substitutos e 4 Institutos atendeu 1.282 crianças e adolescentes até dezembro de 1991.

Realizou visitas sistemáticas às entidades e Municípios acompanhando, inovando, promovendo e estimulando uma ação comunitária integrada.

Para 1992, a FEBEM está planejando a implantação de diversos projetos como: Central de Triagem, Casa da Gurizada, Atendimento a Adolescentes Prostitutas de Rua, Atendimento a Criança e Adolescente Drogaditos, Ressocialização de Jovens Infratores e 1 Jogos Abertos FEBEM X Comunidade.

## L - AREA DE SAUDE

A FEBEM desenvolve um programa de prevenção e atendimento a crianças e adolescentes em situação social de risco com relação a DSTS/AIDS, com o objetivo de prestar atendimento aos portadores de DSTS/AIDS, bem como reduzir o risco de infecção pelo HIV e demais DSTS, através de programas preventivos sistemáticos e de educação para a saúde.

Este programa tem como objetivos específicos os seguintes:

- Participar da Comissão Estadual de Controle das DSTS/SIDA para elaboração e operacionalização da política estadual relativa a este assunto, bem como de outras comissões com a finalidade de discutir e definir políticas de atendimento na área de saúde, a exemplo do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Estabelecer uma comissão multidisciplinar interna permanente para operacionalizar políticas de atendimento as crianças e adolescentes em situação social de risco;
- Estabelecer uma comissão externa formada pela Assessoria de Saúde da FEBEM, Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA) e Secretaria de Saúde do RS, com o objetivo de estabelecer fluxo dinâmico de referência e contra-referência facilitando realização de exames e internações aos portadores de HIV;
- Contactar com entidades e profissionais que atuem nesta área para formação de convênios e parcerias no que tange a obtenção de recursos técnico-científicos, materiais e humanos necessários para o desenvolvimento do programa;
- Capacitar profissionais multidisciplinares da FEBEM para atendimento de pacientes com DSTS, infecções assintomáticas pelo HIV e AIDS, sejam institucionalizados, de programas alternativos ou que se encontrem nas ruas.

#### 4.2 - FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL (FGTAS)

A Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS) foi instituída pela Lei nº 9.434, de 27/11/91, assumindo as atribuições, obrigações e direitos da Fundação Sul-Riograndense de Assistência "Senador Tarso Dutra" (FUNDASUL) e da Fundação Gaúcha do Trabalho (FGT), extintas pela mesma Lei.

A Fundação tem por finalidade: conjugar os esforços do Poder Público e da Comunidade, para implantar e desenvolver programas de promoção social, direta e indiretamente, destinados às populações socialmente carentes; incentivar o desenvolvimento social e o aumento da produtividade; desenvolver estudos visando ao maior aproveitamento dos recursos humanos da comunidade gaúcha; favorecer iniciativas de empresas comunitárias e incentivar o trabalhador, propiciando a orientação ao trabalho; prestar assistência técnica aos Municípios em sua área de atuação; colaborar em programas de desenvolvimento da comunidade, tendo em vista o fortalecimento da família e a intensificação dos trabalhos de natureza preventiva ou promocional, que visem ao pleno desenvolvimento da criança e do adolescente; realizar estudos e pesquisas, tendo em vista o desempenho da missão que lhe cabe, promovendo encontros, cursos e seminários, para a atualização de sua ação; articular-se com entidades públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras, visando à colaboração para a execução de seus programas e executar outras atividades compatíveis com suas finalidades.

A Coordenação do Sistema Nacional de Empregos (SINE), no Estado, fica subordinada diretamente à Presidência da Fundação.

O relato das ações desenvolvidas em 1991, no que concerne às atribuições anteriormente mencionadas, será feito através das Fundações extintas: Fundação Sul-Riograndense de Assistência "Senador Tarso Dutra" (FUNDASUL) e Fundação Gaúcha do Trabalho (FGT).

##### 4.2.1 - FUNDAÇÃO SUL-RIOGRANDENSE DE ASSISTÊNCIA "SENADOR TARSO DUTRA" (FUNDASUL)

A Diretoria da FUNDASUL, identificada com as propostas contidas no Programa de Governo, entendeu que era preciso operar mudanças, resgatando as finalidades do órgão.

Com este objetivo, promoveu a avaliação dos programas e projetos em execução, definiu linhas de atuação, prioridades e redirecionamento de ações. Não houve suspensão de atividades, ocorrendo, apenas, os ajustes e reformulações necessários para adequá-las a uma proposta de ação social que preconiza a promoção da vida e da cidadania numa perspectiva de favorecer a organização popular e o desenvolvimento das comunidades.

Alguns projetos novos elaborados nesta administração foram viabilizados, entretanto, a consolidação da proposta de

trabalho mais abrangente deverá acontecer no próximo ano, uma vez que foi contemplada na estrutura programática elaborada para o orçamento de 1992.

As alterações efetuadas na programação de 1991 envolveram a priorização das atividades-fim em duas linhas de ação - Desenvolvimento Comunitário e Assistência Social, e Apoio à Organização Popular. Na área administrativa enfatizou-se a implantação de um amplo Programa de Treinamento.

## **A - DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

O Programa Vida cuja proposta de abordagem das questões sociais a partir de uma ótica humanística, preconizando um conjunto de ações integradas entre órgãos governamentais e comunidades, abrangeu o trabalho executado em 53 Centros Sociais Urbanos (CSU's), localizados em 48 Municípios do Interior do Estado e Região Metropolitana, e no Vida - Centro Humanístico, situado na zona norte da capital.

Nos Centros Sociais Urbanos foram realizadas atividades com crianças, adolescentes, adultos e idosos, integrando ações de saúde, trabalho, cultura, educação, assistência, esporte e lazer, numa perspectiva de organização comunitária.

Em 32 CSU's, o trabalho executado pelas equipes privilegiou a criação de Conselhos Comunitários, com vistas à participação mais efetiva da comunidade na programação desenvolvida. Foi efetuado convênio com o SESI em seis Municípios, objetivando integrar ações e recursos.

No mês de novembro, a FUNDASUL promoveu sete seminários regionais abordando o tema "Pressupostos Básicos para a Ação Comunitária", dos quais participaram 142 funcionários.

Foram prestados 171.525 atendimentos nas 53 unidades, envolvendo a participação dos usuários em grupos de convivência e sócio-comunitários, atividades esportivas e recreativas, hortas comunitárias, oficinas culturais, grupos de produção coletiva, ações de saúde e cursos. Também estão incluídos no total os atendimentos prestados nas creches e nos grupos de pré-escolares. Destacou-se, no mês de setembro, o início da atuação da FUNDASUL no CSU de Montenegro, localizado em espaço físico cedido pela COHAB/RS.

No Vida - Centro Humanístico foram desenvolvidas atividades nas áreas de assistência, cidadania, esporte, lazer, recreação, saúde, expressão e trabalho, através de ações integradas com Secretarias de Estado, organizações populares e outras entidades voltadas para a ação social.

A FUNDASUL intensificou as reuniões com conselhos de entidades e lideranças comunitárias, que passou a ter uma maior atuação na programação do Centro. As articulações efetuadas junto a entidades do movimento popular organizado e órgãos públicos viabilizaram a implantação do Centro de Apoio à Mulher e dos

postos de atendimento do Juizado de Pequenas Causas e do Sistema de Defesa do Consumidor (SISTECON).

O atendimento à população envolveu o funcionamento da creche e das bibliotecas, a realização de atividades esportivas e recreativas, ações de saúde, oficinas culturais e assessoria a entidades. Também incluiu a prestação de serviços a idosos, assistência jurídica e orientação ao consumidor. No período, foram efetuados 208.129 atendimentos em atividades regulares e 218.199 em outros eventos.

O Projeto Alimento para o Povo, desenvolvido com a CEASA e organizações populares, objetiva a venda de alimentos do cesto básico para famílias com renda até 3 salários mínimos, por preços inferiores aos praticados no mercado.

Em 1991, foi reforçada a atuação da FUNDASUL junto às entidades participantes do projeto, através de assessoramento técnico periódico, com vistas à organização comunitária. Também efetuou o controle administrativo dos pontos de venda e prestou apoio na mobilização da comunidade.

As reuniões e os encontros de avaliação realizados resultaram em melhorias na operacionalização do projeto e na criação de uma comissão, composta por lideranças comunitárias, para acompanhar as questões relativas ao seu funcionamento.

Em dezembro, a Secretaria da Agricultura e Abastecimento suspendeu, por tempo indeterminado, a venda de alimentos nas comunidades, devido à necessidade de reavaliação do projeto, mas, até então, funcionaram 99 pontos de venda, localizados em vilas de Porto Alegre e Região Metropolitana, beneficiando 20.785 famílias.

O Programa de Atendimento à Criança e ao Adolescente, executado conjuntamente com entidades sócio-comunitárias e assistenciais, atendeu crianças e adolescentes na faixa de 7 a 17 anos, através de atividades nas áreas de orientação pelo trabalho, esporte, recreação, cultura, orientação pedagógica, saúde e nutrição.

No decorrer do ano houve o fechamento de núcleos devido às limitações de recursos financeiros para o seu atendimento. A partir das reuniões de avaliação com lideranças comunitárias, foram viabilizadas ações integradas com recursos locais, que possibilitaram a reabertura e a manutenção das atividades de alguns núcleos.

O Centro de Atendimento à Criança e ao Adolescente da Zona Norte, base física da FUNDASUL, constitui-se um dos núcleos do Programa. Foram registrados avanços na qualidade do trabalho decorrentes da ampliação e integração da equipe executora e de um maior envolvimento dos pais e da comunidade. Houve diversificação das atividades laborativas e sistematização do acompanhamento psicológico e social.

O Programa atendeu 1.174 crianças e adolescentes, dos quais 150 participaram das atividades do Centro de Atendimento à Criança e ao Adolescente.

A Assessoria a Entidades Sócio-Comunitárias desenvolveu-se, principalmente, junto aos grupos responsáveis pela administração de 12 Centros Comunitários de Porto Alegre e Região Metropolitana. Essas unidades receberam o acompanhamento técnico da FUNDASUL, tanto na área de engenharia quanto na área social. Para as questões relacionadas à complementação de obras e equipamentos, elaborou-se projetos com vistas à obtenção de recursos junto ao Ministério da Ação Social, sendo recebidos Cr\$ 19.946.000,00 (dezenove MILHÕES, novecentos e quarenta e seis mil cruzeiros) aplicados na instalação de creches e consultórios médico-odontológicos, beneficiando 6 Centros.

Na área social, os dirigentes comunitários receberam assessoramento para organizar e dinamizar a programação, encaminhar alternativas de solução para o atendimento na área de saúde e outros serviços necessários às comunidades.

Além dos Centros Comunitários, outros grupos organizados receberam assessoramento, como associações de moradores, clubes de mães e conselhos comunitários, totalizando 51 entidades em Porto Alegre e Região Metropolitana.

O Centro de Triagem e Encaminhamento de Migrantes (CTM) realizou o atendimento emergencial a pessoas carentes, através da concessão de auxílio (pernoite, alimentação, passagem, documentação) e do encaminhamento a outros recursos sociais.

O Projeto Ronda Social Noturna efetuou, no período de janeiro a setembro, o recolhimento de desabrigados, encaminhando-os para albergues conveniados, hospitais e outras instituições.

Foram elaboradas propostas para aprofundar e qualificar o trabalho com o migrante e o desabrigado.

Em 1991, o CTM realizou 6.185 atendimentos, dos quais 1.157 foram recolhimentos da Ronda Social.

## **B - APOIO A ORGANIZAÇÃO POPULAR**

A Universidade do Trabalhador objetivou formar lideranças sindicais e capacitar os trabalhadores para lidar com questões como política salarial, direito de greve e negociação coletiva. Dirigida conjuntamente pelo Movimento Sindical e Governo do Estado teve a programação voltada para os interesses dos trabalhadores. A FUNDASUL é responsável pela área administrativa e cede espaço físico para a execução das atividades.

Em 1991, foram realizados encontros sindicais, seminários, reuniões e cursos, totalizando 64 eventos, com 4.022 participantes.

O I Fórum Caminhos do Brasil Popular, realizado nos dias 29 e 30 de novembro e 1º de dezembro, na UFRGS, objetivou promover um amplo debate sobre a crise econômica e social do País, envolvendo diferentes segmentos da sociedade civil organizada, com vistas à construção de um projeto popular para o Brasil. O evento foi uma promoção do Governo do Estado (STASC, FUNDASUL e FGT) e do movimento popular organizado (sindical, comunitário, estudantil, ecológico, de mulheres, negros e jovens), e contou com o apoio de universidades e outras entidades públicas e privadas.

O Centro de Apoio à Mulher, inaugurado em outubro, no Vida - Centro Humanístico, visou desenvolver uma política de ação voltada para as necessidades básicas das mulheres nas áreas de trabalho, educação, saúde, maternidade, direitos e combate à violência sexual. Integra ações com organizações autônomas de mulheres e está aberto a toda população de Porto Alegre.

Ainda dentro da perspectiva de desenvolver propostas que fortaleçam os movimentos populares, foram elaborados outros projetos.

O Parque Gráfico dos Movimentos Populares objetivou instrumentalizar as organizações com equipamentos para impressão de boletins, jornais, folhetos, panfletos e outros, necessários à divulgação das atividades sócio-comunitárias e sindicais no âmbito de sua atuação. Este projeto deverá ser implantado no Vida - Centro Humanístico e, posteriormente, estendido aos Centros Sociais Urbanos.

As Oficinas de Memória e Comunicação Popular visaram oportunizar aos movimentos populares a criação, produção e divulgação de sua cultura, bem como resgatar a história das causas populares. Este projeto, também, deverá ser implantado no Vida - Centro Humanístico e, posteriormente, estendido aos Centros Sociais Urbanos.

O Centro do Adolescente tem como objetivo prestar apoio individual e em grupo a jovens, numa ação integrada com organizações voltadas para as questões da juventude (UBES, ONE, UJS e outros). Será instalado no Vida - Centro Humanístico.

## C - PROGRAMA DE TREINAMENTO

As atividades de treinamento destinaram-se ao quadro funcional e aos comunitários integrados à programação da FUNDASUL. Os principais conteúdos abordados, com o objetivo de informação, atualização e aperfeiçoamento de funcionários foram: noções básicas de ação comunitária, velhice, informática, relações humanas no trabalho, jogos lúdicos, defesa do consumidor, direitos da criança e do adolescente, uso indevido de drogas e licitação em administração pública. Algumas atividades foram realizadas utilizando-se recursos externos (PROCERGS, FDRH, SISTECON e outros). Ainda para os servidores, foram realizadas oficinas, palestras e projeção de vídeos, com enfoque na área de cultura. No total, foram envolvidas 560 pessoas.

Com os comunitários, representantes e lideranças das organizações populares, foram realizados dois encontros do Projeto Alimento para o Povo e um encontro de Centros Comunitários de Porto Alegre e Região Metropolitana, envolvendo a participação de 365 pessoas.

#### 4.2.2 - FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO (FGT)

A Fundação Gaúcha do Trabalho (FGT), com atribuições, até então, de atuar na área de formação profissional de trabalhadores para o mercado formal e informal de trabalho, dirigiu-se prioritariamente para trabalhadores de baixa renda no meio urbano e rural, com vistas ao seu ingresso no mercado de trabalho e seu melhor desempenho na atividade profissional.

Na área de geração, de ocupação e renda apoiou a implantação de Microunidades de Produção Urbana (Micrupes Urbanas), prestando assistência técnica e financeira a trabalhadores de baixa renda das periferias urbanas, e o trabalhador urbano desempregado ou subempregado na busca de uma alternativa de ocupação e/ou melhoria de renda, através de treinamento, retreinamento, cadastramento, orientação e acompanhamento para atuarem como diaristas autônomos. Ao microprodutor rural de baixa renda o apoio se efetivou através de transferência de insumos e assessoramento técnico-gerencial para implantação de pequenas lavouras de milho, trigo, hortas comunitárias, produção e comercialização de produtos artesanais.

Na área de relações do trabalho priorizou a formação sindical e as ações voltadas à saúde do trabalhador; organizou e manteve um sistema de informações sobre mercado de trabalho, capaz de subsidiar a operacionalização de políticas de emprego regional e nacional; subsidiou a comunidade com informações necessárias às decisões sobre profissão e demanda de trabalho regional; estabeleceu a intermediação de clientela que demandou ao SINE/RS, através da adequação de vagas ofertadas aos candidatos cadastrados no sistema, e prestou atendimento tanto ao empregado quanto ao desempregado sobre questões referentes ao Seguro-Desemprego.

Através de seus programas, a FGT desenvolveu, em 1991, as seguintes ações:

##### A - FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Em 1991, o programa desenvolveu 110 cursos, atingindo 1.898 pessoas, desses cursos, 38 foram realizados através de convênio firmado com o MEC-SE-SUSEPE, atingindo 453 apenados.

Realizou 10 reuniões com a equipe multi-profissional que atua junto ao Projeto Vida, em Porto Alegre, para o planejamento de atividades profissionalizantes naquele Centro.

Com o Serviço Social da Indústria (SESI) realizou reunião para análise de programas de ambas as instituições com vistas à celebração de um convênio relativo a cursos profissionalizantes, bem como uma visita ao Orfanato Lar Esperança, em Porto Alegre, com o objetivo de verificar "in loco" as condições da entidade para a realização de cursos profissionalizantes de marceneiro, pedreiro e gráfico.

Elaborou convênio a ser celebrado com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), em Porto Alegre.

Efetivou o Termo Aditivo ao Contrato de Mútua Colaboração com o Megasoft Sul Produtos e Serviços de Informática Ltda, para a realização de cursos profissionalizantes de informática nos Municípios de Bagé e Dom Pedrito.

Na área da construção civil realizou 2 cursos de Leitura e Interpretação de Plantas, com 33 participantes, vinculados ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, de Mármore e Granitos de Olaria, de Cimento, Cal e Gesso, de Ladrilhos Hidráulicos e de Produtos de Cimento e Cerâmica para a Construção, de Porto Alegre. Realizou, também 1 curso de capacitação teórico - Prática de trabalhadores monitores da Construção Civil, no Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Porto Alegre, com a participação de 60 pessoas.

## B - RELAÇÕES DO TRABALHO

Destacam-se, nesta área, as atividades de apoio à formação sindical, ações de saúde e segurança do trabalho.

Foram realizados 159 cursos de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), para empresas, atingindo 2.057 participantes, e 25 cursos, atingindo 440 trabalhadores na construção civil.

No que se refere ao sindicalismo, a FGT realizou uma reunião de estudos sobre a Organização Sindical, com a participação de 40 trabalhadores vinculados ao Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Porto Alegre, e um encontro de Orientação Sindical, no Sindicato dos Empregados em Empresas de Compra, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais no Rio Grande do Sul, com a participação de 60 pessoas. Também, nesta área, merecem destaque as atividades de atendimento ao trabalhador e informações sobre o mercado de trabalho, através de um sistema de informação, organizado e dinâmico, capaz de subsidiar a operacionalização da política regional de emprego.

O Sistema de Seguro-Desemprego intermediou as solicitações demandadas por trabalhadores que buscaram colocação e empregadores que ofereceram vagas, bem como prestou serviços especializados de intermediação e colocação de mão-de-obra de deficientes físicos, além da emissão de carteiras profissionais.



O atendimento ao trabalhador desempregado realizou diversos tipos de intermediação entre trabalho e trabalhador, destacando-se:

**a - Intermediação Formal**

O demonstrativo de desempenho de intermediação de Mão-de-obra, no ano, apresentou alterações, conforme dados do SINE/RS.

Observou-se a permanência de variações negativas nas vagas, inscritos e encaminhados, e uma ligeira modificação no que se refere aos colocados, atingindo um percentual positivo de 1,98%.

No quadro de emprego, considerando o mês de novembro de 1991 ao de novembro de 1990, a realidade recessiva do mercado foi bastante reveladora, uma vez que as vagas sofreram um decréscimo de 30,52% e a colocação, de 19,44% o mesmo quadro se manifestou no confronto dos dados do ano de 1991 (Janeiro a novembro) aos de 1990, ou seja, as vagas diminuíram em 33,38% e a colocação em 22,89%.

**b - Intermediação Informal**

O Centro do Trabalhador Autônomo (CTA), em suas diferentes unidades operacionais, conseguiu no período de janeiro a novembro de 1991, atender 90,58% das solicitações recebidas, representando essa comparação um percentual de 94,38% para Porto Alegre e de 71,94% para Pelotas. As ocupações onde vem ocorrendo maior incidência de solicitações de serviços são as de faxineiras, eletriciста, passageira e pedreiro.

**c - Atendimento Seguro-Desemprego**

No período de janeiro a novembro/91 foram atendidos 566.946 trabalhadores, pelos Postos de Atendimento ao Seguro-Desemprego do SINE/RS, para postagem da Comunicação de Dispensa ou com questões pendentes ao recebimento do benefício.

Ao comparar-se os dados do mês de novembro/91 com o mês anterior observa-se que houve acréscimo de 3,61% para a Capital, de 1,37% para o total do Estado e decréscimo de 0,31% para o interior, nos atendimentos prestados.

**d - Intermediação de Pessoas Portadoras de Deficiência**

A intermediação de pessoas portadoras de deficiência do Setor de Atendimento Especial do Núcleo Regional de Porto Alegre captou 275 vagas, atendeu 632 pessoas e colocou 111.

**C - GERAÇÃO OCUPAÇÃO E RENDA**

As hortas comunitárias e/ou caseiras teve como objetivo criar viveiros de mudas para repasse às famílias e às escolas, para consumo próprio e para reforço na merenda escolar. A

implantação de 253 hortas comunitárias e/ou caseiras beneficiou 2.731 pessoas.

A área de desenvolvimento do artesanato objetivou a valorização do artesão, social, cultural e economicamente, estimulando a comercialização permanente e direta de seu produto, através de Associações e Cooperativas de Artesãos.

No período de janeiro a dezembro de 1991 foram comercializados, na Casa do Artesão, produtos expostos por 5 entidades, 267 artesãos expositores e 22 artesãos convidados. Foram cadastrados 1.862 novos artesãos e 1.161 recadastrados, fazendo com que o número total atingisse 16.287 pessoas inscritas desde sua fundação.

A FGT realizou 07 Encontros Municipais de Artesanato com 355 participantes de Caxias do Sul, Tramandaí, Santa Maria, Bagé, Passo Fundo, Santo Ângelo e Santa Rosa. Nos referidos Encontros foram discutidas as diretrizes políticas do Programa de Artesanato Brasileiro (PAB) e as estratégias de operacionalização de atividade artesanal, com vistas a subsidiar o Plano de Ação 1992.

Em Porto Alegre foi realizado um Encontro Estadual de Artesanato, ocasião em que foram definidas as linhas gerais do Plano Estadual de Artesanato para 1992.

Foi discutida também a inclusão do Artesanato Gaúcho nas propostas de integração econômica entre os países do Cone Sul.

Do Encontro participaram 40 representantes de Associações e Cooperativas de Artesãos da Capital e Interior do Estado.

O Projeto de Viabilização de Espaços Econômicos para População de Baixa Renda da Periferia Urbana de Porto Alegre (PRORENDA) teve como objetivo melhorar as condições de vida das populações urbanas de baixa renda, através de um projeto de cooperação técnica entre a FGT e a Comunidade (vilas), desenvolvendo ações que viabilizassem as condições de trabalho e possibilitassem a implantação de infra-estrutura e equipamentos urbanos.

O Projeto compreendeu: ações comunitárias com vistas à participação direta da comunidade na solução de seus problemas, de modo que os grupos e associações de moradores se mobilizassem para a solução dos problemas comuns existentes nas vilas; emprego e rendas, para o qual apoiou técnica e financeiramente 160 microunidades produtivas; melhorias urbanas, que teve como finalidade a implantação de rede de água com ligações domiciliares, esgoto cloacal, esgoto pluvial, distribuição de energia e iluminação pública, terraplenagem e pavimentação em vilas e periferia urbana de Porto Alegre.

**5 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO E SOCIAL (SDES)**

- 5.1 - Banco de Desenvolvimento do Estado  
do Rio Grande do Sul (BADESUL)**
- 5.2 - Companhia de Desenvolvimento  
Industrial e Comercial do Rio  
Grande do Sul (CEDIC)**
- 5.3 - Companhia Rio-Grandense de Artes  
Gráficas (CORAG)**
- 5.4 - Companhia Rio-Grandense de Turismo  
(CRTUR)**
- 5.5 - Central Vitivinícola do Sul S.A  
(VINOSUL)**
- 5.6 - Festa Nacional da Uva, Turismo  
e Empreendimentos S.A. (FENUVA)**
- 5.7 - Açúcar Gaúcho S.A. (AGASA)**
- 5.8 - Junta Comercial do Rio Grande  
do Sul (JC)**

Desenvolver projetos e atrair investimentos ao Rio Grande do Sul, que permitam explorar seu grande potencial econômico e aproveitar melhor sua capacidade humana, tem sido a preocupação principal do atual Governo.

Neste sentido, é que a Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Social tem orientado sua atuação política e promocional, nas áreas da indústria e Comércio, com vistas ao Desenvolvimento Econômico e Social, funcionando como uma Secretariameio, de mobilização e articulação. Para tanto, utiliza-se dos meios institucionais e dos instrumentos de apoio criados para incentivar investimentos novos, ou a expansão dos já existentes, e para detectar oportunidades e desenvolvê-las no Rio Grande do Sul.

Com a integração de órgãos da iniciativa privada e pública em um só sistema, procura evitar a duplicidade de esforços dos mecanismos de atuação governamental, possibilitando, conseqüentemente, a racionalização e o ordenamento das atividades voltadas para o desenvolvimento sócio-econômico do Estado.

Tendo como linhas prioritárias ações concentradas na implantação e expansão de indústrias, interiorização, comércio exterior e novos mercados, promoção da indústria petroquímica nas suas três gerações e turismo, a Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Social investe com grande confiança nos setores secundário e terciário da economia rio-grandense.

#### A - CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO

Conforme estabelece o artigo 167 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, onde as diretrizes globais, regionais e setoriais da política de desenvolvimento do Estado deverão ser fixadas por órgão específico, o Governo do Estado instituiu o Conselho Estadual de Desenvolvimento, composto por representantes das entidades da sociedade civil e do Governo, voltado aos propósitos de implantar um sistema de efetiva participação dos grupos sociais na formulação dos objetivos maiores do Estado.

Nos primeiros meses de sua atuação, o Conselho Estadual de Desenvolvimento já realizou oito reuniões, sendo discutidos os mais diversos assuntos de relevância para o Estado como:

- Plano Desenvolver/Pró Emprego/Nenhum Gaúcho sem Emprego/Nenhum Município sem Indústria, Decreto nº 34.054, de 30/09/91, que altera o enquadramento de projetos do Fundo Operação Empresa (FUNDOPEM-RS) (obteve aprovação no Conselho e na Assembléia Legislativa);
- Isenção do ICMS para máquinas e equipamentos, nacionais e importados, bem como seus acessórios, destinados ao emprego no processo produtivo em estabelecimento industrial ou agrícola e

à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico industrial ou agrícola;

- Dilatação de prazo de recolhimento de ICMS (Projeto de Lei aprovado pelo Conselho);

- Aumento de 1% na alíquota de ICMS em bens não essenciais para investimentos em habitação popular e segurança pública (Projeto de Lei aprovado pelo Conselho);

Criação do Fundo de Desenvolvimento Social para financiar e subsidiar a construção de habitações e/ou lotes urbanizados às populações de baixa renda, urbana e rural, bem como obras, instalações e equipamentos para a área de segurança pública (Projeto de Lei aprovado pelo Conselho);

- Projeto de emenda à Constituição Estadual, artigo 17 e artigo 167, análise das propostas e definição em próxima reunião;

- Análise do Projeto de Lei que cria o Conselho Estadual de Desenvolvimento (será proposta redação final na reunião do Conselho prevista para janeiro de 1992);

- Avaliação do Tratado Argentina e USA e suas implicações quanto aos signatários do MERCOSUL. Criado grupo de estudos, sob coordenação da FIERGS, que apresentará proposta de resolução;

- Aprovação de proposta de formação de grupos de trabalho setoriais.

## **B - FUNDO OPERAÇÃO EMPRESA (FUNDOPEM/RS)**

O Fundo Operação Empresa (FUNDOPEM/RS) constitui-se num incentivo financeiro com objetivo de apoiar a implantação e a expansão de projetos industriais, visando ao desenvolvimento econômico e social do Estado.

Desde sua criação, em meados de 1988, foram incentivados 70 projetos industriais, projetando US\$ 2,5 bilhões de investimentos totais, US\$ 1,726 bilhão de investimentos fixos e 17.684 novos empregos.

No ano de 1991, foram incentivados 18 projetos, globalizando investimentos totais na ordem de US\$ 299,0 milhões, US\$ 206,2 milhões de investimentos fixos e 4.791 novos empregos.

O Governo do Estado, visando à implementação da desconcentração econômica e um crescimento mais harmônico do nosso parque industrial, instituiu, através do Decreto nº 34.054, de 30/09/91, o Plano Desenvolver/Pró-emprego/Nenhum Gaúcho sem Emprego/Nenhum Município sem Indústria, que altera o enquadramento de projetos do FUNDOPEM/RS, beneficiando investimentos a serem realizados em Municípios menos desenvolvidos industrialmente, constituindo um grande avanço porque possibilita que empresas de menor porte tenham acesso ao incentivo.

## C CONSELHOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO (CRD)

Governo do Estado do Rio Grande do Sul com vistas à consecução de seu objetivo maior - o desenvolvimento integrado do Estado - criou os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (CRD's).

A proposta prevê a instalação de um total de vinte CRD's, tendo-se efetivado, até o final do ano, dezessete CRD's.

CRD's instalados:

REGIÕES	DATAS	MUNICÍPIOS
CENTRAL	14.06.91	CACHOEIRA DO SUL
NOROESTE COLONIAL	14.06.91	IJUI
PRODUÇÃO	14.06.91	PASSO FUNDO
HORTÊNSIAS	26.07.91	CANELA
FRONTEIRA NOROESTE	03.08.91	SANTA ROSA
LITORAL	16.08.91	OSÓRIO
NORTE	16.08.91	EREXIM
MISSÕES	30.08.91	SÃO LUIZ GONZAGA
NORDESTE	30.08.91	IBIAÇÁ
FRONTIIRA OESTE	20.09.91	ALEGRETE
ALTO JACUI	25.10.91	IBIRUBÁ
MÉDIO URUGUAI	09.11.91	FREDERICO WESTPHALEN
SUL	22.11.91	PELOTAS
SERRA	05.12.91	CAXIAS DO SUL
VALE DO RIO PARDO	19.12.91	RIO PARDO
VALE DO TAQUARI	20.12.91	ARVOREZINHA
CENTRO-SUL	20.12.91	BUTIA

CRD's a instalar:

Vale do Caí	10.01.92	Montenegro
Fronteira Sudoeste	a definir	
Metropolitana	a definir	

Dos dezessete Conselhos em funcionamento, onze apresentaram Proposta de Prioridades: Noroeste Colonial, Produção, Central, Fronteira Noroeste, Nordeste, Fronteira Oeste, Litoral, Hortênsias, Norte, Alto e Médio Uruguai e Vale do Rio Pardo.

## D - CONSELHO ESTADUAL DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO (CEICO)

O Conselho Estadual da Indústria da Construção (CEICO) visa formular medidas objetivando estabelecer a política de desenvolvimento da indústria da construção no Estado.

Com a retomada das atividades do Conselho foram formados três grupos de trabalho (Legislação sobre Licitações e Contratos de Obras, Tributação para Obras e Qualidade e Produtividade na Indústria da Construção Civil), que vêm desenvolvendo os seguintes assuntos:

Elaboração de minuta de Decreto em substituição ao Decreto Estadual nº 29.556/80 e adequado ao Decreto-Lei Federal nº 2300/86, sobre Licitações;

Estudo para operacionalização do recolhimento da taxa de 1% (Lei da CIENTEC), quando do pagamento da fatura das obras;

Elaboração de minuta de Modelos Padrões de Editais.

## **E - DEPARTAMENTO TÉCNICO**

### **a - Programa de Desenvolvimento da Indústria Automobilística**

O Programa tem por objetivo o desenvolvimento de estudos e ações para viabilizar a instalação de indústria montadora de veículos automotores no RS. Em 1991, foram efetivados:

- Contatos com Governo Federal e empresas montadoras;
- Reunião do Governo do Estado, empresários espanhóis, uruguaios e da zona sul do Estado, para tratar da implantação de uma subsidiária da Nissan Motor Ibérica S/A no Rio Grande do Sul;
- Envio de correspondência ao Presidente da Nissan (Barcelona-Espanha), listando todos os benefícios e vantagens da implantação de uma indústria de auto-veículos no Estado, manifestando o apoio oficial do Governo ao projeto;
- Divulgação das potencialidades do Estado, para a implantação do projeto de indústria automobilística, às empresas montadoras de autoveículos de diversos países;
- Contatos com fabricante de carrocerias e chassis para ônibus na Argentina, solicitando manifestação sobre projeto de instalação de fábrica no Estado;
- Contatos com empresários locais interessados em associação com a Nissan.

### **b - Programa de Desenvolvimento da Indústria Aeronáutica**

Tem por objetivo criar mecanismo de estímulo e implementar ações para a capacitação do parque industrial do Estado na fabricação de peças e componentes aeronáuticos e na prestação de serviços ao setor, através da absorção de novas tecnologias e fabricação de produtos com maior valor agregado, utilizando a cláusula de compensação comercial (off-set).

Foi elaborado projeto de capacitação aeronáutica e plano de atividades para o programa aeronáutico

fase II, com base no regramento estabelecido pelo DECEX, DAC (Departamento de Aviação Civil) e empresas brasileiras do setor.

Em reunião de 08/02/91, com representantes da Secretaria, VARIG e Aeromot, foi tratada a contrapartida de 5% do ICMS sobre a cláusula de compensação comercial (off-set) e apresentação da fase II do programa.

Nas datas de 31/01/91 e 05/03/91, representantes da Secretaria, VARIG e Aeromot trataram da alteração na Lei nº 8.820, de 27/01/89, quanto à redução do ICMS sobre aeronaves.

Também foi elaborada proposta para alteração no regulamento do ICMS, na Lei nº 8.820, de 27/01/89; na Lei nº 8.995, de 28/12/89 e protocolo para importação de aeronaves, para acordo entre as partes envolvidas. Após entendimentos, foi encaminhada à Assembléia Legislativa, sendo aprovada a redução da alíquota do ICMS de 17% para 12% e o parcelamento do crédito tributário no prazo máximo de sessenta meses.

Encaminhada à Secretaria da Fazenda proposição de alteração da legislação do ICMS, foi aprovada a redução na base de cálculo para importação de aeronaves pela VARIG S/A.

O encontro entre empresários do setor aeronáutico e cientistas soviéticos do Instituto de Aviação de Kazan, objetivou a transferência de tecnologias da URSS e viabilização de "Joint-ventures".

Está em andamento a retomada da fase II do programa.

#### **c - Celulose**

Tem por objetivo viabilizar projeto de instalação de uma fábrica de celulose e papel no Estado, realizado pelo Governo do Estado com a consultoria da Jaakko Poyry Eng., considerando as reservas florestais existentes na zona sul.

Além dos contatos com investidores interessados no projeto, foram mantidos outros com Jaakko Poyry Eng. para atualização de dados e encaminhamento do projeto à Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República para solicitação de recursos.

#### **d - Siderurgia**

O objetivo é viabilizar a implantação de uma usina siderúrgica e de uma laminadora de aços em território gaúcho, projeto elaborado pela Setepia Tecnometal Eng. S/A, e acompanhar as gestões do Governo Estadual quanto à manutenção do preço CIF uniforme, juntamente com a AARS - Associação do Aço do RS, ao processo de privatização da Aços Finos Piratini e ainda no Plano Siderúrgico Regional, através do Codesul (Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul).

Ainda foram realizadas as atividades:

- Parecer sobre projeto de lei que trata do preço CIF uniforme para comercialização de aço;



- Retomada do estudo sobre Siderúrgica Trinacional, em Uruguaiana, em conjunto com a FIERGS, AARS e Mineração Corumbaense;
- Acompanhamento às tratativas de privatização da Aços Finos Piratini, com possíveis investidores interessados - Consórcio Priva-Sider e outros.

**e - Gasoduto**

Objetiva a implantação do projeto Gasoduto Brasil-Argentina e acompanhamento das ações do Governo do Estado neste sentido, em conjunto com a Secretaria de Energia, Minas e Comunicações.

Neste sentido, a Secretaria:

- Retomou as tratativas, trâmites e articulações em nível político e institucional para continuidade do projeto;
- Efetou levantamento das ações do Governo do Estado no projeto;
- Participou da reunião convocada pelo MINFRA em outubro, sobre gás natural, com elaboração de matéria técnica para a ocasião;
- Acompanhou as tratativas realizadas entre Governo do Estado e Petrobrás sobre o projeto.

**f - Programa de Estímulo à Indústria Petroquímica**

Para promover a instalação e o desenvolvimento da indústria petroquímica, especialmente a de terceira geração, proporcionando apoio técnico para viabilizar seus projetos, a Secretaria:

- Instituiu o Grupo Executivo de Petroquímica (GEP), juntamente com o Gerenciamento de Expansões Petroquímicas, com o objetivo de acompanhar, propor e realizar ações nas áreas técnicas e administrativas, a fim de agilizar a ampliação da Unidade Básica, bem como a implantação de novas plantas de segunda geração no Pólo Petroquímico de Triunfo;
- Implantou o Programa de Estímulo à Indústria Petroquímica, a partir do mês de março, visando a instalação de um Banco de Dados sobre Química e Petroquímica e do Centro de Tecnologia Química e Petroquímica, ambos os projetos a serem realizados em cooperação com o sistema PNUD/UNIDO;
- Efetou levantamento de dados em ação conjunta com o Consultor Técnico do PNUD/UNIDO para montagem da estrutura de software do banco de dados;
- Elaborou minuta de protocolo de intenções, para a implantação de Centro de Tecnologia, entre o Governo do Estado, UFRGS e SENAI-RS;
- Apresentou proposta para realização de Seminário sobre Petroquímica - 3ª geração com o apoio técnico da CEDIC e preparou a programação do evento a ser realizado em 1992;
- Acompanhou as gestões do BADESUL na formalização do protocolo de intenções do Centro de Tecnologias e na continuidade do projeto do banco de dados;

- Acompanhou o processo de privatização da COPEL, com encaminhamento de reivindicações do Governo do Estado ao Presidente do BNDES.

**g - Plano Desenvolver/Pró-Emprego**

Tem por objetivo estimular e orientar a implantação de empreendimentos industriais no Estado, visando ampliar a geração de novos empregos, implementar a desconcentração econômica e atingir o crescimento mais harmônico do parque industrial gaúcho. O Plano implicou:

- Elaboração da proposta de decreto instituindo o Plano Desenvolver/Pró-emprego/Nenhum Gaúcho sem Emprego/Nenhum Município sem Indústria, tendo sido aprovada e regulamentada no Decreto nº 34.054, de 30/09/91;
- Formulação do Índice de Industrialização (INDI), usado na classificação de Municípios para enquadramento no Plano Desenvolver e concessão de benefício, instituído pela Resolução nº 12/91, de 19/09/91, da Coordenadoria Central do SEADAP;
- Elaboração de minuta de regulamento do Fundo de Financiamento à Microempresa e ao Microprodutor Rural (FUNAM) e proposta de modificação no regulamento do Fundo de Garantia à Pequena Empresa (FUNGAPEM);
- Acompanhamento dos incentivos fiscais e financeiros oferecidos por outros Estados;
- Promoção e divulgação dos incentivos oferecidos pelo Estado.

**h - Plano de Desenvolvimento da Indústria do Turismo**

Seu objetivo é integrar as atividades de turismo no Estado, bem como estabelecer as diretrizes básicas para a implantação de uma política estadual para o setor turístico, a ser desenvolvida conjuntamente pelo Governo do Estado e iniciativa privada.

Foram elaborados estudos para a formulação de um plano de ação, juntamente com a constituição de grupo técnico de trabalho, formado por representantes da SDES, CRTUR e iniciativa privada (Câmara de Turismo-RS e Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo-ABRAJET/RS), para definir as diretrizes e ações prioritárias do plano, que teve proposta aprovada para o período de 1991 a 1994.

Estabelecida a regionalização turística do Estado conforme a sistemática adotada pelos CRD's, está em andamento a implementação dos programas que integram o plano: Programa de Ampliação da Demanda Turística, Organização e Desenvolvimento da Oferta Turística, Programa de Manutenção da Qualidade da Matéria-Prima e Programa de Regionalização Turística.

**i - Plano de Desenvolvimento Industrial**

Objetiva estabelecer prioridades às ações do Governo Estadual voltadas ao setor industrial, definindo as diretrizes e estratégias indutoras da expansão industrial mais acelerada, buscando apoio

institucional nas diversas entidades interagentes no setor, tanto no âmbito público, privado, estadual, federal, como internacional, integrando suas ações àquelas determinadas pelo plano.

Em 1991, para alcançar seu objetivo:

- Executou ações conjuntas com a SCT, BADESUL, SEBRAE, ADNT/CB015-02 e MOVERGS, visando a implementação das recomendações indicadas pelo Diagnóstico do Setor Moveleiro do Estado, nas áreas de tecnologia, recursos humanos e design, como também a elaboração de normas técnicas para o setor;
- Realizou reuniões técnicas entre representantes da SDES, CEDIC, SCT, SEAI, BRDE e BADESUL para elaborar uma proposta de ação conjunta no programa de competitividade industrial, buscando integrar as atividades desenvolvidas pelos diversos órgãos envolvidos e a coordenação do sistema;
- Definiu o roteiro metodológico para elaboração do plano, contendo o objetivo, estratégias, fases de projeto, recursos necessários, entidades envolvidas e cronograma de trabalho;
- Elaborou levantamento das empresas e centros de pesquisa em biotecnologia, atuantes no Estado, para, em ação conjunta com o Centro de Biotecnologia e outras entidades, constituir a Associação Gaúcha de Empresas de Biotecnologia (AGEB);
- Apresentou Projeto de Reconversão Industrial, com a finalidade de modernizar a estrutura das empresas industriais rio-grandenses a partir de recursos provenientes do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

## **F DEPARTAMENTO DE COMÉRCIO EXTERIOR**

O Departamento de Comércio Exterior, visando incrementar e diversificar a pauta das exportações do Rio Grande do Sul, buscou a consolidação de mercados tradicionais e expansão de novos mercados através das realizações a seguir.

- Participação em eventos ocorridos com vistas a promover a integração dos países do Cone Sul;
- Atendimento a empresários argentinos de Passo de Los Libres interessados na comercialização de produtos gaúchos;
- Atendimento ao Diretor Geral de Comércio Exterior da Municipalidade de Lomas de Zamorra (Argentina) com vistas à realização de Missões Comerciais;
- Participação no Encontro de Negócios Brasil/Argentina promovido pela FEDERASUL e realizado em Posadas-Argentina;
- Participação e organização de Balcão de Negócios entre empresários gaúchos e da Província de Misiones-Argentina, realizado na FEDERASUL;

- Participação em reunião realizada na FIERGS entre representantes de Tucunduva-RS e Província de Santa Fé-Argentina;
- Informações a empresas sobre "joint ventures" com países do MERCOSUL e expansão industrial;
- Participação na 3ª FELNCAAP - Feira da Indústria, Comércio e Agropecuária, em Tucunduva-RS;
- Contatos com as Câmaras Argentina, Alemã, Francesa, Brasil/Argentina, Brasil/Uruguai e Embaixadores do Brasil, visando a promoção de produtos no exterior;
- Divulgação de Oportunidades Comerciais de Eventos Promocionais (feiras e exposições) internacionais;
- Preparação para a participação de empresários e expositores gaúchos no Salão Internacional de Alimentação-ANUGA/91, na Alemanha;
- Atendimento à Secretaria da Indústria, Mineração e Comércio de Minas Gerais fornecendo informações sobre Feiras de Hannover/92, incentivos de comércio de exportação;
- Atendimento a JETRO-Japan Trade Center - São Paulo, para divulgação de produtos gaúchos no Japão;
- Assinatura de Protocolo com a Câmara de Indústria e Comércio Brasil/União Soviética, para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social coordenar a participação do Estado na Missão Empresarial Brasileira à União Soviética;
- Elaboração do programa para realização de Encontro dos Exportadores com o Governo do Estado;
- Elaboração do Programa de Desenvolvimento do "Complexo Calçadista";
- Atendimento a Empresa Mérica Promoções com vistas a realização de Feiras em Caxias do Sul: FENAMALHA, FIEL e VINOFEITA;
- Orientação e assistência ao empresário quanto a conceitos e técnicas de comércio internacional, política de apoio e procedimentos administrativos, financiamentos disponíveis, participação em feiras e constituição de empresas exportadoras e importadoras;
- Acompanhamento e divulgação de informações estatísticas do comércio internacional;

Acompanhamento e atualização da Legislação de Comércio Exterior sobre Tarifa Aduaneira, Legislação Básica sobre Importação, Guia Prático de Exportação e seus Incentivos, Coletânea de Leis de Comércio Exterior, Consolidação de Normas Vigentes para Importação, acordos de Alcance Parcial: Brasil/Venezuela, Brasil/Paraguai, Brasil/Cuba; Protocolo de Expansão Comercial:

## 5.1 - BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (BADESUL)

O Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (BADESUL) foi criado através da Lei Estadual nº 6.605, de 09.10.73, e iniciou suas atividades operacionais em 01.09.75.

O Banco, como instituição vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social, integra-se à política de apoio ao desenvolvimento do Rio Grande do Sul, definida pelo Governo do Estado, atuando como mecanismo de crédito de longo prazo.

As linhas de crédito operadas atendem desde o apoio à elaboração do projeto até o financiamento de sua execução, abrangendo a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico, investimentos fixos, capital de giro associado e infra-estrutura.

A colaboração financeira prestada destina-se desde as microempresas até as grandes organizações privadas, públicas ou de economia mista, sendo que a atividade de planejamento da instituição busca qualificar linhas de atuação necessárias à transformação e ao crescimento dos setores primário, secundário e terciário do Estado.

No encerramento do presente exercício, o saldo de operações ativas foi da ordem de Cr\$ 171,6 bilhões, representando por cerca de 11.752 contratos em vigor. O patrimônio líquido da instituição alcançou o montante de Cr\$ 31,5 bilhões.

O desempenho alcançado em 1991 foi significativamente influenciado por um conjunto de fatores representativos, que determinaram:

- No plano econômico, a retração dos investimentos privados, como decorrência de um cenário claramente recessivo, que evidenciou uma correspondente redução na demanda por crédito de longo prazo e um substancial aumento do nível de inadimplência dos clientes do Banco;
- No plano operacional, a redução dos limites autônomos de captação de recursos pelo BADESUL, como reflexo da implementação, pelo Sistema BNDES, de uma nova sistemática para classificação dos seus agentes financeiros credenciados;
- No plano patrimonial, a insuficiência do nível de capitalização do Banco em relação às mudanças ocorridas no seu ambiente externo e à dimensão do seu papel como agente financeiro de desenvolvimento da economia do Rio Grande do Sul.

Não obstante as dificuldades referidas, o BADESUL desenvolveu, no decorrer de 1991, ações voltadas à adequação do

Banco as mudanças descritas e à manutenção do seu nível operacional no patamar possível, orientando prioritariamente a aplicação dos recursos disponíveis através de programas de crédito alinhados com as políticas estabelecidas pelo Governo do Estado.

Neste sentido, foram adotadas as seguintes decisões estratégicas pela atual administração:

- Maior seletividade e rigor na análise de novas operações de crédito e busca de soluções negociadas para os casos de inadimplência;
- Estabelecimento de acordo de cooperação técnica e financeira com o BANRISUL, tendo por objetivo o uso compartilhado de limites de captação de recursos junto ao Sistema BNDES;
- A questão da capitalização foi objeto de estudo realizado sob o título de "Definições Estratégicas Básicas - Administração 1991/94" no qual são abordadas alternativas para o aumento de capital do Banco e que se encontram em fase de avaliação conjunta com outros órgãos da administração estadual.

Estas diretrizes administrativas e operacionais deverão ser mantidas em 1992, com ênfase nas ações de capitalização do Banco. Detalham-se a seguir as ações desenvolvidas pela Instituição no exercício social de 1991.

## A - PLANEJAMENTO

Sob a ótica da área de planejamento do Banco, o exercício social de 1991 pautou-se pela redefinição de estratégias, políticas e programas operacionais do BADESUL, considerando a necessidade de adequação de sua postura institucional ao Plano de Governo da nova administração estadual.

O BADESUL vem estreitando a sua vinculação com o desenvolvimento econômico estadual, através do aprofundamento técnico dos seus conhecimentos e da sua visão sobre a dinâmica de longo prazo da economia gaúcha, visão esta que já lhe permite dispor de clara percepção sobre os desafios econômicos do Rio Grande do Sul.

Neste sentido, o Banco continuou a sua avaliação periódica sobre os desafios econômicos estruturais do Rio Grande do Sul, mediante o acompanhamento sistemático do seu comportamento passado, trabalho este que servirá de base para a construção de cenários sobre as suas possibilidades futuras de evolução.

A missão do BADESUL é apoiar e induzir o fortalecimento e o desenvolvimento das atividades econômicas e sociais no Rio Grande do Sul, com ênfase em ações criativas e inovadoras, que o identifiquem como a principal Instituição financeira de fomento do Estado.

A partir da visão macroeconômica do Rio Grande do Sul e tendo em vista tanto seu negócio como sua missão institucional, o BADESUL pautou, em 1991, as suas atividades operacionais através do seguinte conjunto de estratégias e políticas que, em última instância, passaram a definir a concepção do Banco e do Governo do Estado em relação à dinâmica de longo prazo da economia gaúcha e à atuação da instituição neste contexto.

## **a - Estratégias**

### **a.1 - Estratégia de Desenvolvimento Sócio-Econômico Municipal/Regional**

Constitui-se objetivo desta explicitar a vontade política do Governo do Estado e o comprometimento institucional do BADESUL em promover e fortalecer a participação das empresas, produtores e instituições municipais e regionais como agentes indutores do seu próprio processo de desenvolvimento econômico, financeiro e social.

### **a.2 - Estratégia de Competitividade, de Inovação e de Qualidade**

Constitui-se objetivo desta estratégia explicitar o comprometimento do BADESUL em promover a modernização e fortalecer a capacidade tecnológica da economia gaúcha, mediante a definição de políticas e de programas dirigidos para o apoio à inovação, à melhor qualidade e à maior produtividade dos bens fabricados ou serviços produzidos no Rio Grande do Sul.

### **a.3 - Estratégia de Negócios Internacionais**

Visa à realização de negócios de importação e de exportação, bem como à promoção de atividades de cooperação internacional, tanto financeiras, como a busca de fontes de recursos externos, quanto de capital, como a formação de "joint-ventures" entre empresas do Rio Grande do Sul e do exterior; com ênfase no apoio à maior participação da economia gaúcha no âmbito dos seus mercados mundiais, inclusive no que se refere a sua integração no MERCOSUL.

### **a.4 - Estratégia de Desenvolvimento e Meio Ambiente**

Tem por objetivo formalizar a opção estratégica do BADESUL (Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul) e do Governo do Estado em harmonizar o desenvolvimento econômico com a preservação e a recuperação do meio ambiente no Rio Grande do Sul, mediante a participação ativa do Banco em programas e atividades relacionadas com os custos ambientais da industrialização e da urbanização.

**b - Políticas de Atuação****b.1 - Apoio a Micro e Pequenas Empresas**

Esta diretriz está essencialmente identificada com as próprias características da estrutura empresarial gaúcha, cuja composição majoritária de micro e pequenas empresas merece a atenção do BADESUL, no que se refere, prioritariamente, ao financiamento de seus investimentos e ao treinamento gerencial de seus administradores.

**b.2 - Apoio ao Desenvolvimento Rural**

Compreende o respaldo financeiro aos empreendimentos agropecuários concebidos sob visão empresarial e de longo prazo da atividade rural, bem como o apoio ao pequeno produtor, visando melhorar sua produtividade, suas condições sociais e propiciar sua fixação na região de origem.

**b.3 - Apoio ao Desenvolvimento Social e Urbano**

Corresponde à captação e à destinação de recursos financeiros para o crédito a projetos de desenvolvimento urbano no Rio Grande do Sul, principalmente no que se refere à execução de obras de infraestrutura municipal, no âmbito do Programa Integrado de Melhoria Social (PIMES).

**b.4 - Apoio à Desconcentração Geoeconômica**

Visa identificar e fomentar projetos e oportunidades de investimentos empresariais localizados prioritariamente em microrregiões econômica e socialmente deprimidas e, conseqüentemente, fora dos limites da Região Metropolitana de Porto Alegre e dos principais pólos industriais hoje existentes no interior do Estado.



- b.5 - Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico e à Inovação**  
Resultado da importância que o Governo do Estado atribui à tecnologia e às inovações em geral, como condições básicas e essenciais ao processo de transformação e de expansão de longo prazo da estrutura econômica e social do Rio Grande do Sul.
- b.6 - Apoio ao Desenvolvimento Industrial**  
Explicita o compromisso da instituição com o fortalecimento e a expansão do setor secundário da economia nacional instalado no Rio Grande do Sul, independentemente do porte ou objetivos da empresa e do projeto, tendo em vista a geração de produto, renda e emprego nos aglomerados urbanos, bem como o aproveitamento prioritário de fatores e insumos produzidos no próprio Estado.
- b.7 - Apoio à Recuperação Ambiental e à Integração entre Desenvolvimento Econômico e Preservação Ecológica**  
Caracteriza a prioridade que o BADESUL passa a conceder ao seu apoio financeiro e institucional à execução de investimentos públicos e privados dirigidos à recuperação e à preservação do meio ambiente no Estado.
- b.8 - Apoio à Integração Internacional da Economia Gaúcha**  
Tem por objetivo o apoio a uma crescente e disseminada participação da economia estadual no plano internacional, através da promoção de associações entre empresas locais e estrangeiras, financiamento de importações, identificação de novos mercados e desenvolvimento dos atuais mercados externos para os produtos gaúchos, bem como apoiar a adequação da economia do Rio Grande do Sul às mudanças subjacentes ao MERCOSUL.

**c - Programas Operacionais de Crédito**

- c.1 - Programa Integrado de Melhoria Social (PIMES)**  
O Programa Integrado de Melhoria Social é uma linha de financiamento para obras de saneamento básico, infra-estrutura urbana, atenção à infância, educação, habitação e saúde, servindo aos Municípios gaúchos, especialmente às populações de baixa renda. O PIMES é um projeto vinculado à Secretaria do Planejamento e da Administração, parcialmente financiado pelo Banco Mundial e gerenciado pelo BADESUL.

- c.2 - Programa Estadual de Apoio aos Pequenos Estabelecimentos Rurais (PROAPER)**  
 Tem por objetivo geral estabelecer diretrizes, metas e definir uma metodologia que proporcione condições para que os pequenos produtores rurais, através de cooperativas ou agroindústrias e mediante subprogramas específicos, ingressem num processo constante e progressivo de melhoria de suas condições de trabalho e de vida, a partir da viabilização econômica e social de suas respectivas unidades produtivas.  
 Os subprogramas deverão ser dirigidos ao apoio de investimentos previamente definidos, correlatos entre si e integrados à comercialização, nas atividades de condomínios rurais, bacia leiteira, conservação e recuperação de solos, eletrificação rural, armazenagem, irrigação e outras.  
 No mês de outubro/91 o Programa foi aprovado pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento e, em novembro, foi definida a participação do Governo do Estado, com recursos da ordem de Cr\$ 29,5 bilhões no orçamento daquela Secretaria para 1992.  
 Foi também entregue ao Presidente do BNDES carta solicitando repasse de recursos daquele organismo, em igual montante ao aportado pelo Governo do Estado, isto é, Cr\$ 29,5 bilhões.
- c.3 - Programa Estadual de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (PROMEP)**  
 O objetivo geral é resgatar a idéia do financiamento de longo prazo especializado para as micro e pequenas empresas e seus investimentos, a partir da experiência pioneira e bem sucedida acumulada pelo Banco na execução do Programa de Apoio a Microempresas (PROMICRO), novamente implementando uma sistemática operacional integrada entre crédito (BADESUL), assistência gerencial (SEBRAE/RS) e complementação de garantias (FUNGAPEM/Governo).  
 O PROMEP já foi lançado em Alegrete, Piratini e Caçapava do Sul, no decorrer da Semana Farroupilha, tendo o acordo de cooperação entre o BADESUL e o SEBRAE/RS sido assinado em outubro de 1991, devendo, até dezembro, serem já aprovadas 13 operações, no valor total de Cr\$ 140 milhões.  
 No exercício social de 1992 deverão ser aprovadas outras 380 operações, no montante estimado de Cr\$ 3,75 bilhões.

**c.4 - Programa Estadual de Modernização Industrial e de Tecnologia (PROMIT)**

O Programa de Modernização Industrial e de Tecnologia tem por objetivo estimular e apoiar, com financiamento de longo prazo, a execução de investimentos dirigidos ao aumento da produtividade, da qualidade e, em última instância, da competitividade do produto industrial gaúcho nos seus mercados nacionais e internacionais, inclusive no que se refere à conversão de produtos e processos industriais determinada por mudanças no cenário da economia estadual.

A proposta do PROMIT foi concluída em 1991 e encaminhada para as Secretarias de Desenvolvimento Econômico e Social e de Ciência e Tecnologia, para fins de avaliação como Programa de Governo.

**c.5 - Programa de Eletrificação Rural Simplificada do Rio Grande do Sul (PROLUZ)**

Consiste na implantação de redes de eletrificação rural monofilar simplificada, visando beneficiar pequenas propriedades agrícolas de baixa renda. Está com a sua primeira etapa em execução desde outubro de 1990 e, ao final desta, em dezembro de 1991, alcançou a energização de cerca de 4.800 propriedades de Municípios situados nas regiões celeiro, grande Santa Rosa, Alto Uruguai e outros localizados no litoral e no sul do Estado.

Após a conclusão das avaliações desta primeira etapa do PROLUZ, o Banco pretende negociar junto ao BNDES a sua continuidade para o exercício de 1992, isoladamente ou de forma integrada ao PROAPER.

**c.6 - Produtos Financeiros**

Como Banco de Desenvolvimento, as fontes de recursos financeiros do BADESUL são o Sistema BNDES - com financiamentos à empresa, ao acionista, a importações, POC automático e a exportações (FINAMEX), e FINAME automático, especial e agrícola; o FUNDOPIMES; a prestação de fianças e avais, de serviços de análise e acompanhamento de Projetos (BANRISUL), e recursos do próprio Banco.

Entre as fontes de recursos potenciais, encontram-se: Títulos do Desenvolvimento Econômico (TDE), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Banco Mundial (BIRD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), recursos do Governo do Estado (FAPERGS, FEAPER, e outros fundos), Fundos Municipais de Desenvolvimento Econômico, Garantia de Subscrição de Valores Mobiliários e Apoio à Constituição de "Joint-Ventures".

## 0.7 - **Elaboração de Estudos, Programas e Projetos**

Compreende a participação do Banco na realização de estudos e na montagem de programas e de projetos vinculados à economia gaúcha e ao crédito para o seu desenvolvimento.

O Programa de Competitividade e de Reestruturação Industrial para o Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (PCRI) compreende um conjunto de estudos e trabalhos técnicos que tem por objetivo a formulação de programas de ação e a indicação de subsídios para políticas e medidas de apoio ao desenvolvimento econômico da indústria rio-grandense.

Sua função é instrumentar entidades públicas e privadas estaduais na alocação de recursos e no direcionamento de medidas de ação, bem como subsidiar o encaminhamento de propostas e solicitações ao Governo Federal, visando promover o crescimento industrial do Rio Grande do Sul e maximizar os efeitos deste crescimento em termos de desenvolvimento econômico-social.

O primeiro informe setorial elaborado no âmbito do referido Programa está em fase final de redação, devendo ser editado em janeiro de 1992.

O Banco de Dados sobre petroquímica é um projeto realizado com apoio do Sistema PNUD/UNIDO e base de todas as ações de fomento do Banco às indústrias de "terceira geração". Possui características não-acadêmicas, com módulos de informações sobre produtos, equipamentos, fabricantes, tecnologias, mercados, dados macroeconômicos regionais, consultores habilitados, coeficientes técnicos e outros subsídios.

Seu objetivo final é direcionar informações para a tomada de decisões a nível público e privado. Como subproduto, o banco de dados deverá possibilitar a elaboração de anteprojetos de viabilidade econômico-financeira. Sua implementação depende da definição final sobre a instituição e a equipe a trabalhar no projeto já concluído em 1991.

O Projeto do Centro de Tecnologia Química e Petroquímica está em fase de articulação entre SDES, BADESUL, SCT, CIENTEC, FAPERGS, CFRGS, FIERGS, SENAI e FUNDAPET.

O objetivo do Centro é o de constituir-se em apoio fundamental ao desenvolvimento tecnológico de empresas químicas e petroquímicas já existentes ou a se instalar, em especial as de terceira geração que hoje transformam no Estado apenas cerca de 15% dos produtos de segunda geração fabricados.

O protocolo de intenções, coordenado pelo BADESUL, teve a sua redação concluída em 1991.

### c.8 - EMPRETEC e Novos Empreendimentos

O Programa para Empresários e Futuros Empreendedores (EMPRETEC) conta com o apoio financeiro do BADESUL e da ONU e tem por objetivo identificar o potencial de microempresários e futuros empreendedores com projetos viáveis, bem como proporcionar-lhes treinamento e assistência técnica para o desenvolvimento rentável de seus projetos.

Em 1991 houve 2 seminários promovidos pelo programa no Rio Grande do Sul, realizados em Porto Alegre e em Caxias do Sul, mais outros dois realizados em Florianópolis, com a participação de 125 empresas. O Programa também propiciou a participação de microempresários gaúchos em diversos cursos de treinamento gerencial.

Complementarmente, o Banco firmou acordo de cooperação com a UFRGS, tendo em vista estender a sua ação financeira e institucional ao apoio de projetos originados no curso de novos empreendimentos, conduzido pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Administração (CEPA) no âmbito da Faculdade de Ciências Econômicas desta Universidade.

## B - DESEMPENHO OPERACIONAL

Para fins de comparação em termos reais com o exercício anterior, tanto os números relativos ao desempenho operacional quanto aqueles referentes às finanças do Banco foram indexados segundo o valor da BTN até fevereiro de 1991, valor este monetariamente corrigido pela variação mensal do INPC.

### a - Operações Captadas

No período compreendido de janeiro a dezembro de 1991, o Banco captou cerca de 4.200 projetos, que ascenderam a Cr\$ 54,9 bilhões, a preços de dezembro, o que corresponde a 114,2 milhões de BTNs. Comparando-se a igual período de 1990, este valor representa uma redução de 4,33%, em termos reais. As fontes de crédito que tiveram maior demanda efetiva, em termos percentuais no período, foram: BIRD/ESTADO com 38,82%, BNDES com 27,74% e a captação do BANRISUL com 19,59%.

### b - Operações Aprovadas

Nos doze meses de 1991, o BADESUL aprovou 4.687 operações, totalizando o valor de Cr\$ 25,5 bilhões, a preços de dezembro, o que equivale a 52,9 milhões de BTNs. Comparando-se ao período de 1990, este valor representa uma queda de 33,6%, em termos reais. As fontes de recursos mais representativas,

no período em análise, de operações aprovadas, foram: BIRD/ESTADO com 55,02% e BNDES com 26,89%. A distribuição setorial do volume de aprovações foi a seguinte: 13,57% ao setor primário, 27,35% ao setor secundário e 59,08% ao setor terciário. Quanto à alocação espacial, do montante aprovado 15,57% foi destinado à microrregião de Porto Alegre e 84,43% às microrregiões do interior do Estado.

#### c - Operações Contratadas

No período de janeiro a dezembro de 1991, o total de operações contratadas pelo Banco ascendeu à importância de Cr\$... 29,4 bilhões, aos preços de dezembro, equivalentes a 61,2 milhões de BTNs, apoiando 4.624 operações. Ao se comparar o nível de contratações de 1991 com o período de 1990, o primeiro apresentou um crescimento de 8,8% em termos reais.

A participação relativa por fontes de recursos repassados à economia gaúcha foi a seguinte: BIRD/ESTADO com 69,70% e BNDES com 19,85%.

No que se refere aos setores beneficiados pelo BADESUL, no período em tela foram 9,72% ao setor primário, 18,52% ao setor secundário e 71,75% ao setor terciário, do valor global contratado.

A distribuição geoeconômica das operações contratadas, entre a Microrregião Homogênea de Porto Alegre e as do Interior do Estado, foi de 42,55% e 57,45%, respectivamente.

Quanto às operações contratadas, segundo os principais programas do Banco, a participação percentual foi a seguinte: PIMES com 69,70%, PROLUZ com 6,31% e os projetos individuais com 23,76%.

#### d - Operações Liberadas

No exercício social de 1991, o Banco liberou recursos na ordem de Cr\$ 17,6 bilhões, a preços de dezembro, ou seja, 36,5 milhões de BTNs. Comparando esse valor com o período de 1990, constata-se uma queda no volume liberado de 54,8% em termos reais.

No que se refere à participação percentual das principais fontes repassadoras de recursos liberados para a economia rio-grandense, constata-se que BNDES respondeu por 51,32% e BIRD/ESTADO com 20,74%.

### C - ADMINISTRAÇÃO

#### a - Recursos Humanos

O BADESUL conta atualmente com 193 funcionários, sendo 23 cargos em comissão, 95 técnicos de nível superior e 75 servidores administrativos.

Observa-se que a Instituição possui um quadro de servidores bastante "enxuto" e tem demonstrado, ao longo dos anos, agilidade e segurança em suas atividades administrativo-operacionais, cumprindo

assim o seu negócio e sua missão de Banco de fomento no Rio Grande do Sul.

**b - Informática**

Durante o mês de dezembro ocorreu a publicação do edital para a compra de novo computador, o que deverá ocorrer no primeiro trimestre de 1992.

É importante ressaltar dois aspectos que se mantêm extremamente necessários: a contratação de pessoal para a área de sistemas, e o desenvolvimento de novos sistemas que integrarão a base de dados do BADESUL.

**D - FINANÇAS**

**a - Saldo de Operações Ativas e Passivas**

O BADESUL encerrou o exercício social de 1991 com um saldo de operações ativas de Cr\$ 171,6 bilhões, ou o equivalente a 356,9 milhões de BTN's.

A participação relativa, por setor, no saldo de operações ativas, no final do exercício, foi a seguinte: 72,98% ao setor privado, 26,52% ao setor público e 0,5% a beneficiários por garantias prestadas em operações de aval e fiança prestadas pelo Banco.

**b - Patrimônio Líquido**

Em 31.12.91, o Patrimônio Líquido do Banco ascendeu a Cr\$ 31,5 bilhões, valor este correspondente a 65,4 milhões de BTN, o que representa um crescimento real de 7% em relação à posição patrimonial do Banco registrada no fim do exercício passado.

**5.2 - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL DO RIO GRANDE DO SUL (CEDIC)**

A Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul (CEDIC) foi fundada em 12 de Janeiro de 1973 com o objetivo de fomentar o desenvolvimento do Estado, atuando como órgão de apoio e executor da política traçada pelo Secretária do Desenvolvimento Econômico e Social.

Para atingir suas metas a CEDIC faz uso de diversos instrumentos de promoção industrial, dentre eles a implementação de distritos industriais, o apoio técnico e assessoramento às Prefeituras Municipais e aos empresários, os Perfis de Oportunidade de Investimentos e o Programa de Implantação de Espaços para Microempresas.

A política da CEDIC pode ser resumida em quatro grandes itens, que norteiam as suas atividades básicas de promoção: da desconcentração econômica do Estado, de empreendimentos privados, especialmente micro e pequenos, da industrialização e da comercialização de produtos do Estado.

### São suas atribuições:

- Desapropriar áreas, em seu próprio nome ou em nome do Estado, bem como comprar e vender bens imóveis destinados a distritos industriais;
- Planejar e elaborar projetos de engenharia e arquitetura e implantar obras de infra-estrutura em distritos industriais do Estado;
- Elaborar Planos Diretores e projetos de engenharia para infra-estrutura de áreas industriais municipais;
- Prestar assessoramento técnico a Prefeituras Municipais na seleção de gleba para a implantação de área industrial e na elaboração de projetos específicos;
- Elaborar estudos sócio-econômicos municipais, com o objetivo de identificar potencialidades e oportunidades de investimentos locais, bem como estudos e/ou perfis de oportunidades de investimentos que resultem em novas plantas industriais para o Estado;
- Implantar e manter Balcões de Atendimentos e Acompanhamento ao Empresário na própria CEDIC e no interior do Estado (ACI's e Prefeituras);
- Implantar pavilhões industriais para microempresas, compreendendo a elaboração de projetos e/ou assessoramento técnico (promoção e operacionalização);
- Analisar projetos de empresas que solicitam incentivo do FUNDOPEM e fiscalizar as empresas beneficiadas com o referido Fundo;
- Prestar assessoramento técnico à Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Social;
- Elaborar estudos para identificar e divulgar oportunidades de negócios decorrentes do MERCOSUL.

### A - PROJETOS PRIORITARIOS

Durante o ano de 1991 a Companhia atuou em dois projetos prioritários do Governo: Implantação das Áreas e Distritos Industriais Municipais e Implantação de Espaços para as Microempresas.



#### **a - Implantação das Áreas e Distritos Industriais Municipais**

Este projeto visa promover o direcionamento do desenvolvimento industrial para o interior do Estado através da criação de novas áreas e distritos industriais municipais.

No que se refere às atividades desenvolvidas no projeto, foram elaborados os Planos Diretores e Normas de Uso do Solo para as áreas industriais dos Municípios de Canguçu, Espumoso e Santo Ângelo, estando em fase final de elaboração os referentes aos de Camaquã, Cerro Largo, Santo Antônio da Patrulha e Santo Augusto. Foram, também, prestados assessoramentos técnicos às Prefeituras Municipais de Bento Gonçalves, Caçapava do Sul, Cachoeira do Sul, Camaquã, Carazinho, Cerro Largo, Faxinal do Soturno, Guaporé, Itaqui, Lagoa Vermelha, Lajeado, Não-Me-Toque, Nova Prata, Osório, Panambi, Pedro Osório, Pelotas, Santo Augusto, São Gabriel, São José do Norte, São Sepé, Tapera, Três de Maio e Venâncio Aires, com vistas à implementação de áreas industriais.

#### **b - Implantação de Espaços para Microempresas**

Consiste na construção de pavilhões industriais destinados à localização de microempresas industriais nascentes ou unidades voltadas à economia informal, bem como no gerenciamento do Programa de Berçários.

Atualmente a CEDIC conta com cinquenta e cinco solicitações de berçários em carteira, sendo que, em 1991, deram entrada os pedidos dos Municípios de Alecrim, Cândido Godói, Cruz Alta, Erechim, Giruá, Lagoa Vermelha, Palmeira das Missões, Panambi, Putinga, Santa Maria, Santiago, Santo Cristo, São Francisco de Paula, São José do Ouro, São Sepé e Venâncio Aires.

Visando atender às solicitações dos Municípios interessados, a CEDIC elaborou projetos executivos (arquitetônico, hidrossanitário e elétrico) de pavilhões com 200, 400 e 600 m<sup>2</sup> para a instalação de microempresas industriais.

A Companhia tanto realiza a escolha da área para a implantação dos berçários, como elabora projetos de adequação de pavilhões industriais realizados pelo Município interessado. Neste sentido, foram atendidos os municípios de Giruá e Palmeira das Missões.

No período considerado, foram, também, realizados o acompanhamento da implantação do pavilhão industrial de São Gabriel e do funcionamento dos Berçários de Torres e Tramandaí, além de elaborado o relatório de avaliação da proposta de um berçário em Venâncio Aires.

## B - OUTROS PROJETOS E ATIVIDADES

### a - Implantação de Distritos Industriais

Este projeto visa à implantação completa dos 6 Distritos Industriais administrados pela CEDIC, quais sejam: Cachoeirinha (DIC), Gravataí (DIG), Alvorada-Viamão (DIAV), Rio Grande (DIRG), Santa Maria (DISM) e Bagé (DIB).

Durante o ano de 1991, a CEDIC apresentou ao Sistema Estadual para Atração e Desenvolvimento das Atividades Produtivas (SEADAP) nova proposta para os preços de venda dos lotes nos distritos industriais visando com isso aumentar o fomento à expansão industrial e, por conseguinte, ao desenvolvimento econômico do Estado, por entender que os valores estavam um pouco elevados para o fim a que se destinavam. Esta proposta foi assinada pelos Coordenadores da Central do SEADAP em 19/09/91.

Entretanto, face à conjuntura econômica nacional, a resposta obtida desta política de redução de preços foi retraída, sendo que dos vários empresários que consultaram a CEDIC sobre os lotes ofertados, apenas 3 concretizaram seu intento.

Entre outras atividades, foram realizadas análises de vinte e cinco cartas-consultas e de seis projetos de viabilidade econômico-financeira de empresas interessadas em se instalarem nos Distritos, além das análises dos projetos executivos de quinze empresas em implantação e vistorias nas instalações de nove empresas em condições de assinarem escritura definitiva de compra e venda.

Neste mesmo período, assinaram Contrato Preliminar de Reserva de Área a Petróleo Brasileiro S/A (DIRG), Empresa de Navegação Aliança S/A (DIRG), Indústria Vontobel S/A (DISM) e Bozz-Mans Transformadores (DISM). Foram assinadas Escrituras de Compra e Venda de lotes com as empresas Plátano Engenharia Ltda. (DIRG), Weco S/A - Indústria de Equipamentos Termo-Mecânica (DIG), Gráfica Litocromart Ltda. (DIC), Dova S/A (DIG), Livraria do Globo S/A (DIC), Fitesa Não-Tecidos S/A (DIG), Indústria de Plásticos Doormann Ltda. (DIC), Laboratório Farmacêutico Flora da Índia Ltda. (DIC) e Transeich Assessoria de Transportes Ltda. (DIRG).

A CEDIC elaborou estudos visando à execução do projeto do Distrito Industrial Ecológico Integrado de Canoas-Guajuviras (Proposta de Ocupação).

No Distrito Industrial de Rio Grande estão sendo iniciadas as obras de complementação da rede de energia elétrica na ampliação do Terminal Retroportuário Alfandegado (TRA), bem como a rede de abastecimento d'água na Rua A, que atenderá o Setor 4 (com recursos próprios da CEDIC).

Quanto ao Distrito Industrial de Alvorada-Viamão, o início das obras do sistema viário secundário viabilizará a comercialização de vinte e três lotes industriais.

- b - Balcão de Atendimento e Acompanhamento ao Empresário**  
As atividades referentes a este projeto compreendem a prestação de informações e orientação aos empresários, especialmente pequenos e micro, nas áreas de constituição de empresas, identificação de oportunidades de investimento, incentivos, fontes de financiamento e apoio institucional, existindo atualmente 61 Balcões instalados no interior do Estado, principalmente junto às Associações Comerciais e Industriais.
- c - Estudos Sócio-Econômicos**  
Estes estudos têm por objetivo analisar os aspectos sócio-econômicos de municípios a fim de identificar suas potencialidade e oportunidades de investimento. Foram concluídos os estudos referentes aos Municípios de Catuípe, Santo Ângelo, Santo Augusto e São Sepé, estando em elaboração os de Água Santa, Barra do Ribeiro, Itaqui, Piratini e Venâncio Aires e tendo sido iniciado o de Butiá.
- d - Perfil de Oportunidades de Investimentos**  
A elaboração de perfis viabiliza a implantação de novos empreendimentos industriais no Estado. No ano foram atualizados os seguintes perfis: Hotel 2 Estrelas, camisas para homem, indústria de confecções de saias, calças, shorts, Jaquetas, blusas e uniformes industriais, artefatos de cimento. Encontra-se em andamento a atualização monetária, mercadológica e tecnológica do perfil de confecções infantis. Teve início uma pesquisa direta junto ao setor industrial de Itaqui com vistas à identificação das potencialidades do município. Está em realização uma pesquisa junto ao setor de óleos vegetais, objetivando o levantamento de informações básicas para avaliar o desempenho do mesmo.
- e - Fiscalização do Fundo Operação Empresa (FUNDOPEM/RS)**  
Quanto à fiscalização do FUNDOPEM/RS, foram elaborados relatórios de oito empresas contempladas com o incentivo: Microinox - Microfusão de Aços S/A, Valmicro - Indústria e Comércio de Válvulas S/A, Plásticos Pisani S/A, Perto S/A - Periféricos para Automação, Frascle S/A, Companhia Sul-Brasil de Cervejas, Sadia Concórdia S/A Indústria e Comércio e Isotelc S/A Indústria e Comércio.
- f - Atividades Gerais**  
Atualização e ampliação das informações sociais, econômicas e de infra-estrutura de todos os Municípios gaúchos com vistas à publicação do trabalho "Aspectos Sócio-Econômicos dos Municípios do Rio Grande do Sul".  
Entre as demais atividades da Companhia destacam-se aquelas ligadas ao fornecimento de informações tanto para consumo interno da empresa como para outros interessados.

### 5.3 - COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE ARTES GRÁFICAS (CORAG)

A Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG) teve sua constituição autorizada pela Lei Estadual Nº 6.573, de 05/07/73, como sociedade anônima de economia mista e capital autorizado. Atualmente é vinculada à secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social, conforme a Lei Nº 9.433, de 27/11/91.

Os objetivos da Sociedade, de acordo com seus estatutos são a execução de serviços gráficos em geral e o exercício de atividades correlatas, cabendo-lhe em especial, a edição do Diário Oficial do Estado, do Diário da Assembléia Legislativa, do Diário da Justiça e do Diário da Indústria e Comércio. Conforme determinações contidas no Decreto Nº 32.900, de 07/07/88, cabe exclusivamente à CORAG a confecção de todo o material gráfico necessário às atividades dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Estado, inclusive empresas subsidiárias, fundações e autarquias.

Sua estrutura organizacional compreende: Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal. A Diretoria é composta por um Diretor-Presidente e três Diretores, sendo um Industrial, um Financeiro e um Administrativo. Possui quadro de pessoal próprio, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho e legislação subsequente.

A CORAG buscou, no transcorrer do exercício de 1991, dar prosseguimento à política administrativa preconizada pelo Governo do Estado, reestruturando-se e reavaliando sua posição, postura e resultados. Sendo uma sociedade anônima de economia mista, necessita, antes de tudo, manter-se com seus próprios recursos. Para tanto, desenvolveu suas atividades dentro de normas que regulam toda e qualquer indústria, com objetivos claros e específicos, visando um bom resultado financeiro.

Apesar da conjuntura econômica desfavorável, conseguiu manter-se com o mesmo nível de produção de anos anteriores, sendo que seus principais produtos atingiram as seguintes quantidades: Diário Oficial do Estado (3.050.706); Diário da Assembléia (129.750); informativos diversos/jornais (829.650); separatas de Deputados - (46.583); revistas (163.254); livros (119.632); impressos em geral (52.163.623) e centímetros/coluna de publicações (4.306.665).

Cabe salientar que a produção do corrente exercício não sofreu qualquer prejuízo em decorrência do enxugamento de pessoal, que nos últimos meses atingiu o montante de 40 servidores. Com o mesmo objetivo, foi extinta a Gerência Comercial, passando suas atribuições para a Gerência Financeira. Hoje, a CORAG opera apenas com uma gerência na área Financeira, atendendo atividades que envolvem desde a comercialização, captação e demanda de seus serviços até a cobrança e aplicação de recursos. Em consequência dessa e de outras alterações, como a unificação, racionalização e remanejamento de funções e serviços,

houve melhor aproveitamento do espaço físico, com relevante economia de custos.

A receita deste exercício, comparada ao ano anterior (com excelente resultado) não superou a correção inflacionária, e não apresentou crescimento real, porém, nos mesmos índices manteve-se a despesa, demonstrando um decréscimo real dos custos em relação ao ano anterior.

O desempenho econômico-financeiro, estimado para 1991, superou as expectativas quanto ao resultado operacional, e mesmo com grande dificuldade no recebimento de seus créditos, fazendo com que a receita financeira seja reduzida a valores mínimos, estimar-se um montante superior a um bilhão de cruzeiros de saldo positivo (lucro antes da Correção Monetária). Soma-se a este resultado um grau de endividamento zero e um saldo em Faturas a Receber superior a Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros), em valores nominais, sem qualquer correção.

Como consequência de um período de incertezas quanto ao recebimento de seus créditos e a precaução adotada quanto a projetos de maior vulto, a CORAG voltou-se para investimentos na área social, buscando beneficiar o seu servidor, através de treinamento a diversos setores e funções e um maior atendimento médico-ambulatorial.

Através da contratação de serviços de terceiros (SENAC), encontra-se em elaboração o novo quadro de pessoal para corrigir atuais desvios e aproveitar o potencial da cada servidor.

A área de produção sofreu, no início do período, a crítica ao atual sistema para, de imediato, passar à correção ou valorização de seus pontos falhos ou corretos. Grandes avanços ocorreram, desde o ingresso de qualquer trabalho gráfico até sua efetiva entrega. A atividade da Assessoria de Planejamento e Controle da Produção exerce hoje o seu verdadeiro objetivo, planejando e controlando toda a produção, além de elaborar o orçamento. O resultado de toda uma reestruturação dessa assessoria levou a CORAG a entregar seus trabalhos no tempo planejado, evitando atrasos, e a determinar e calcular o tempo envolvido, chegando a um custo real do trabalho dispendido. Um novo sistema de controle do estoque de matéria-prima, proporciona o imediato comprometimento de todo o material necessário ao trabalho que ingressa e, gradativamente, racionalizará o uso de matérias-primas e todo o processo produtivo.

O parque gráfico conta hoje com novos equipamentos e peças de reposição, fazendo com que a produção obtenha ganhos reais, tanto em quantidade, quanto na qualidade. Com este objetivo foram adquiridas uma máquina de guilhotina trilateral, uma máquina prensa de cópia, uma máquina processadora de chapas e uma máquina de contar folhas, além de peças de reposição para máquinas impressoras importadas, as quais proporcionam relevante diminuição dos custos dos trabalhos, uma vez que se obtém maior produção em menor tempo.

A área industrial ressentir-se da concretização de seu maior projeto, ou seja, a implantação do sistema de impressão em

formulários contínuos. Embora a certeza da CORAG quanto a real necessidade desse novo empreendimento, por duas vezes a sua aquisição foi adiada, tornando-se agora indispensável ao atendimento das necessidades do Estado. Um investimento nesta ordem fará com que a Empresa acompanhe, em condições razoáveis, a crescente e acelerada modernização do setor gráfico, impulsionando e incrementando o faturamento.

A CORAG, segundo a última publicação do Balanço Anual da Gazeta Mercantil, é a 11ª no Brasil, a primeira em serviços gráficos no Rio Grande do Sul, e a 2ª dentre todas as imprensas oficiais, superada somente pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo (IMESP).

#### **5.4 COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE TURISMO (CRTUR)**

A Companhia Rio-Grandense de Turismo, vinculada a Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Social, é o organismo que articula a política do turismo no Estado do Rio Grande do Sul. Sua atividade decorre da resolução política do Governo encaminhada pela Secretaria e está voltada a estimular o crescimento de um setor que se constitui vital para o desenvolvimento regional. Ouvindo as comunidades do Estado, constatando o processo de conscientização dos mais diversos segmentos da sociedade, quanto à importância da inserção do setor nas atividades rentáveis, esta Companhia - aliada à Câmara de Turismo do Rio Grande do Sul, Órgão que reúne o trade turístico, Associação Brasileira de Jornalistas e Escritores de Turismo/RS e técnicos da Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Social, elaborou o "Plano de Desenvolvimento da Indústria do Turismo". O documento demonstra a necessidade de um planejamento global e as especificidades de cada região. Trata-se de um programa de ações e atividades capazes de bem estruturar toda a política setorial a partir da matriz que é o Município. Em consonância com a política de Conselhos Regionais, coordenada pela Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Social, estão sendo, dessa forma, entregues os instrumentos para execução de tarefas voltadas para o incremento da atividade turística.

"Fazer Turismo" não é apenas um ato isolado do passeio, do lazer ou do descanso. É a consequência de um plano de ação, de atitudes coordenadas, de uma postura política. A CRTUR está incentivando o turismo com medidas concretas e coordenativas. Uma interação com os Municípios forma a base desse trabalho com resultado objetivo para toda a comunidade gaúcha. Pólos turísticos alcançam projeção notável pela animação e divulgação de suas potencialidades. Mas as pequenas comunidades também se integram participando de roteiros regionalizados, fazendo de suas promoções parte integrante do conjunto atrativo durante todo o ano. Ação permanente é a palavra de ordem, mostrar o Rio Grande na sua grandeza histórica, folclórica, cultural, é possível na valorização de nossas origens. O Programa "Terra de Muitas Terras" evidencia essa realidade, mostrando nosso Estado pelo que ele tem de diferenciado. A soma de muitos valores, a contribuição

de várias culturas e colonizações fazem esta a "Terra de Muitas Terras".

O objetivo da CRTUR é a prestação de serviços a pessoas físicas ou jurídicas, de Direito Público ou de Direito Privado, visando a concretização de medidas de ordem técnica e administrativas, tendentes a fomentar o turismo e atividades correlatas no território do Estado do Rio Grande do Sul.

A política da Companhia compreende:

- Articular e integrar efetivamente os órgãos oficiais e particulares com vistas a dotar o Estado de infra-estrutura física e de recursos humanos, bem como promover o produto turístico gaúcho em nível nacional e internacional;
- Executar o programa de divulgação do turismo rio-grandense, coordenando e investindo em atividades publicitárias que demonstrem os atrativos apresentados pelo Estado como meio de dinamizar a comercialização da oferta turística gaúcha;
- Promover e apoiar a formação de recursos humanos especializados em turismo, via integração com entidades públicas e privadas, dedicadas ao ensino e formação profissional;
- Implementar o Plano Estadual de Turismo, atualizando-o frente às novas necessidades apresentadas pelo Setor;
- Executar o programa de manutenção e de realização de obras de apoio a infra-estrutura turística, bem como aperfeiçoar os instrumentos com que conta a estrutura pública de turismo do Estado.

Por ocasião do Encontro dos Organismos Oficiais de Turismo, realizado em Porto Alegre nos dias 18 e 19 de novembro de 1991, os representantes do Setor aprovaram as ações decorrentes do "Plano de Desenvolvimento da Indústria do Turismo", Elaborado pelo Sistema Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Social/Companhia Rio-Grandense de Turismo (CRTUR), Câmara de Turismo e Associação Brasileira de Jornalistas e Escritores de Turismo (ABRAJET), que contém 4 (quatro) Programas básicos: Ampliação da Demanda Turística; Organização e Desenvolvimento da Oferta Turística; Manutenção da Qualidade de Matéria Prima e Regionalização Turística.

As ações desenvolvidas envolveram os aspectos a seguir elencados.

## A - TURISMO ECOLÓGICO

O projeto tem como objetivo o aproveitamento racional do patrimônio natural do Estado, de forma a não comprometer o maior produto turístico, que é a própria natureza e incorporar novos atrativos aos já existentes, ampliando o fluxo turístico e a permanência dos turistas no Estado e, conseqüentemente,

aumentando a receita gerada pelo setor e garantindo recursos para manutenção destas áreas.

Para implantação do projeto, a CRTUR constituiu a Comissão Estadual de Turismo Ecológico (CETE), integrada por representantes do IBAMA, Secretaria da Agricultura e Abastecimento/Departamento de Recursos Naturais Renováveis (SAA/DRNR), Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), Fundação Zoobotânica, Secretaria do Planejamento e da Administração, Secretaria de Ciência e Tecnologia, SENAC e por técnico convidado.

A primeira tarefa do CETE foi a de eleger, entre as diversas áreas existentes, aquelas que deveriam integrar o Guia Nacional de Rotelros Ecológicos, a ser editado pela EMBRATUR. Optouse por áreas já instituídas pelos Governo Federal, Estadual e Municipal, a saber:

- a - **IBAMA:**  
Parque Nacional dos Aparados da Serra;  
Estação Ecológica do Taim;  
Parque Nacional da Lagoa do Peixe;  
Florestas Nacionais (FLONAS) em Canela, São Francisco de Paula e Passo Fundo.
- b - **Secretaria da Agricultura:**  
Parque Florestal do Turvo (Yucumã) e Parque Itapuã.
- c - **Fundação Zoobotânica:**  
Delta do Jacuí;  
Parque Zoológico;  
Jardim Botânico; e  
Parque de Proteção ao Ambiente da COPESUL.
- d - **Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Porto Alegre:**  
Reserva Ecológica do TAIM.
- e - **CRTUR:**  
Parque da Guarita e Parque do Caracol.

## B - TURISMO SOCIAL

O Turismo Social tem como objetivo ampliar o número de pessoas que fazem turismo através da democratização da atividade turística, como a elaboração de programas para públicos com características, possibilidades e interesses específicos, como jovens e idosos, e programas que atinjam e beneficiem a comunidade em geral.

- a - **Albergues da Juventude**  
Foram implantados 4 (quatro) Albergues da Juventude:  
Tchê II (Torres); Parque General Osório (Osório);  
Casa Mia (Bento Gonçalves) e Pousada do Viajante (Canela).



Na área, houve, ainda, participação na organização do 1º Encontro de Pais Alberguistas da Região Sul FEBAJ/AGAJ/CRTUR.

#### **b - Clube da Maior Idade**

Atuando junto à Associação de Clubes da Maior Idade do Estado do Rio Grande do Sul, a CRTUR assessorou a implantação de clubes nos bairros Menino Deus, Petrópolis e Moinhos de Vento, bem como a do Clube da Maior Idade dos Funcionários do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (AFABA) e de entidades similares em Passo Fundo e Santo Ângelo.

A CRTUR se fez presente nos eventos:

- Organização do 3º Encontro Estadual de Clubes da Maior Idade/RS no município de Panambi;
- Participação como palestrante e representante do Estado do Rio Grande do Sul no 1º Encontro Nacional Técnico de Clubes da Maior Idade em Aracajú-SE;
- Participação como palestrante e painelistas no 11º Encontro Nacional de Clubes da Maior Idade em Ribeirão Preto/SP.

### **C - APERFEIÇOAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**

O Programa "Táxi Turismo" tem por objetivo integrar os táxis urbanos no desenvolvimento dos pólos receptores, ao mesmo tempo como elementos de apoio logístico e de promoção turística, pela introdução de padrão de serviços denominado Táxi-Turismo, e com isso garantir ao turista serviço de táxi adequado, mediante a melhoria:

- das condições de conforto, segurança e apresentação do veículo;
- de padrões de atendimento dos motoristas, compreendendo novos comportamentos e atitudes na condução de veículos;
- do acesso à circulação dos veículos, bem como de sua fiscalização e controle.

A implantação do Programa ocorreu em Caçapava do Sul, Torres e Capão da Canoa.

### **D - AMPLIAÇÃO DA DEMANDA TURÍSTICA**

Situado no extremo sul do Brasil, o Rio Grande do Sul assume hoje, com o advento do MERCOSUL, uma posição privilegiada por se encontrar no centro dos Países do Cone Sul.

Por outro lado, o Estado é o segundo portão de entrada de turistas estrangeiros no Brasil, embora apresente uma taxa de ocupação hoteleira e uma permanência média de turistas bastante inferiores às aquelas apresentadas pelo Brasil.

Evidencia-se, desta forma, a necessidade de sistematizar as ações de comercialização, de forma a consolidar a imagem atrativa do Estado junto aos Centros Emissores, aumentando o fluxo e a permanência de visitantes externos ao Rio Grande do Sul, especialmente no período compreendido entre os meses de abril e novembro, minimizando a capacidade ociosa do equipamento receptivo existente.

A CRTUR participou dos Congressos: COTAL - Confederação de Organizações Turísticas da América Latina, em Assunción - Paraguai; ADAV - Associação Brasileira de Agentes de Viagens, em agosto, na cidade de Salvador - Bahia; AAVYT - Associação Argentina dos Agentes de Viagens e Turismo, San Martín de Los Andes - Argentina e do Encontro dos Organismos Oficiais de Turismo, em Porto Alegre.

## E - ENGENHARIA E ARQUITETURA

Com o objetivo de indicar ao público os níveis de conforto, serviços oferecidos pelos estabelecimentos turísticos, de orientar os investidores e empresários quanto aos padrões exigidos para enquadramento e classificação dos empreendimentos nos tipos e categorias desejados, a EMBRATUR classifica os meios de hospedagem de turismo de acordo com a Resolução CNTUR, mediante a aplicação da respectiva matriz de classificação, sendo considerados os aspectos construtivos, equipamentos, instalações e serviços.

No Estado foram avaliados ou reavaliados os empreendimentos:

- Hotel Águas Claras, Hotel Águas Higienópolis, Antonio's Hotel, Pinus Parque Hotel e Toder-Hotel, todos em Santa Cruz do Sul;
- San Carlos Hotel, em Carlos Barbosa;
- Hotel Canto Belo, Hotel Parque Galo Vermelho, Hotel Pousada das Flores e Sol Serra Hotel, localizados em Gramado;
- Hotel Pousada Santa Maria, de Santa Maria;
- Jandaia Hotel, em Santana do Livramento;
- Hotel Alfred, de Caxias do Sul.

Foram orientados os empreendimentos:

- Hotel Lazer - Caçapava do Sul;
- Hotel Metrô e Raad Hotel - Porto Alegre;
- Hotel Atlântico - Cassino;
- Garibaldi Hotel - Piratini;
- Rancho Pedras Brancas - Viamão;

Reynolds International Hotel - Caxias do Sul;

Noveletto Country Hotel - Gramado;

Maitá Palace Hotel - Passo Fundo;

Hotel Grofel - Palmeira das Missões;

Pousada da Francisca - Dona Francisca;

Hotel em Antônio Prado;

Hotel em Taquara (P.M.);

Hotel em Capão da Canoa;

Hotel Casa Curta - Garibaldi;

Hotel em Arroio do Sal;

Hotel em Gramado (Arqº Ronald Spieber);

Hotel Residência em São Lourenço do Sul;

Camping em 15 de Novembro (P.M.);

Camping em Ronda Alta (P.M.).

**b - Controle de Qualidade dos Meios de Hospedagem de Turismo**

A vistoria dos empreendimentos é feita em caráter de rotina, nos termos do disposto no Regulamento Geral para a Classificação dos Meios de Hospedagem Brasileiros, e em caráter eventual, sempre que necessário.

Em Gramado, foram vistoriados: Hotel Serrano, Hotel Serra Azul, Gramado Palace, L'Hermitage, Pousada da Serra, Vila Bela Hotel, Hotel Hirmscher e Hotel Alpestre.

A vistoria, em Canela, alcançou o Hotel Lage de Pedra e o Hotel Vila Verde.

**c - Participação em Eventos**

A CRTUR participou dos seguintes eventos:

- Seminário sobre Patrimônio Cultural e Desenvolvimento Econômico, em Novo Hamburgo;

- Congresso Latino-Americano de Patrimônio Arquitetônico e Urbanístico - UFRGS, em Porto Alegre;

- Seminário Sobre as Perspectivas Urbanísticas São Leopoldo Ano 2000

- Reunião com a Secretaria de Planejamento Municipal - código de obras, alteração, em Porto Alegre;

- Armazém de Turismo/91, em Carazinho, como palestrante;

- Seminário Integração Ambiental - Novo Século - UFRGS, Porto Alegre.

## F CENTRO DE ATIVIDADES DESCENTRALIZADAS DA EMBRATUR NO RIO GRANDE DO SUL - CADE/RS/CRTUR

Foi desenvolvido pelo CADE/RS conforme convênio de Cooperação Técnica, firmado pelo Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) e CRTUR:

Cadastramento e classificação de empresas, empreendimentos e serviços turísticos de 104 agências de turismo e transportadoras turísticas e 1 empresa organizadora de eventos; a habilitação de 8 empresas à obtenção de estímulos financeiros da EMBRATUR, o cadastramento de 56 e recadastramento de 110 guias de turismo.

Houve, no exercício, 5.070 atendimentos em geral ao consumidor e ao empresariado do Turismo.

O controle de qualidade do produto turístico abrangeu:

- Processos de Apuração de Infrações e Reclamações (40);
- Notificações Expedidas (360);
- Comunicações Expedidas (250);
- Processos Diversos Tramitados (2.160).

No Sistema de Informações Turísticas/Dados Estatísticos foram feitas:

- Contagem, conferência e separação de Ficha Nacional de Registro de Hóspedes FNRH (396.000);
- Conferência e remessa de Boletins de Ocupação Hoteleira - BOH'S (1.651);
- Conferência de Comunicações de Preços - CP's (1.238).

A CRTUR procede a permanente informação ao empresariado interessado em investir no Setor Turístico, quanto às formas de obtenção de financiamentos do FUNGETUR e outras linhas de crédito, tais como o POC do BNDES.

**G - ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Realizou as atividades a seguir indicadas:

- Edição do Calendário de Eventos, 2º semestre de 1991;
- Coordenação da reedição do folheto "RIO GRANDE DO SUL - TERRA QUE NÃO SE ESQUECE";
- Redação e distribuição de 192 notícias, aos jornais, rádios, emissoras de TV do Rio Grande do Sul, sobre a atividade turística;
- Distribuição de 37 matérias a veículos de comunicação social fora do Estado e imprensa especializada;
- Efetuado novo cadastro dos veículos de comunicação social;
- Coordenação e participação de entrevistas da diretoria em programas de TVs, rádios, tanto da Capital como do interior do Estado, marcando entrevistas e sugerindo pautas.

**H - ESTATÍSTICA, INFORMAÇÃO E RECEPÇÃO**

Tem por objetivo prestar informações por telefone, correspondência, distribuição de material promocional e o atendimento aos Centros de Informações Turísticas (CENINTUR's) do Aeroporto, Rodoviária e Casa de Cultura Mário Quintana, bem como nos municípios de Bagé, Cristal, Chuí, Jaguarão, São Borja, Santana do Livramento, Porto Vera Cruz e Uruguaiana.

- Informações prestadas por telefone: 2.727
- Material de divulgação distribuído: 45.120

Entre outras atribuições, presta apoio à realização de eventos, normalmente através da cedência de recepcionistas, e, quando realizados em Porto Alegre, são colocados à disposição os CENINTUR's da Capital. Foram atendidos no ano de 1991 um total de 23 na Capital e 05 no interior do Estado.

A estatística elabora relatórios mensais dos movimentos dos CENINTUR's, divulga os dados mensais da EMBRATUR relativo ao Boletim de Ocupação Hoteleira e coordena a Pesquisa da Demanda Turística Internacional através de Convênio com a EMBRATUR, sendo realizada em três etapas nos meses de fevereiro, julho e novembro (alta, média e baixa temporada) em Porto Alegre e nos Municípios de Santa Vitória do Palmar (Chuí), Santana do Livramento e Uruguaiana e, ainda, presta orientação aos Municípios para implantação do sistema de acompanhamento do fluxo turístico.

## I - ADMINISTRAÇÃO DO ACERVO

A CRTUR realizou a manutenção e fiscalização de equipamentos em 10 municípios. Sem despesa para a Companhia, firmou contrato de concessão de uso: do Camping da FENARROZ com a Prefeitura Municipal de Cachoeira do Sul; do Camping da Lagoa com o município de São Lourenço do Sul; do Terminal Turístico de Tramandaí com a Prefeitura local; do Camping de Itapoã, em Viamão, com a união dos escoteiros do Brasil.

Foram arrendados o restaurante da Guarita, em Torres, com uma receita gerada, de janeiro a novembro de 1991, de Cr\$ 1.090.421,00 (Um milhão, noventa mil, quatrocentos e vinte e um cruzeiros); a lancheria da Guarita com valor total de arrendamento e benfeitorias de Cr\$ 1.751.000,00 (Um milhão, setecentos e cinquenta e um mil cruzeiros).

O Parque e Camping do Caracol, em Canela, cujo uso foi concedido à Prefeitura Municipal, gerou uma receita de Cr\$ 12.429.529,11 (doze milhões, quatrocentos e vinte e nove mil, quinhentos e vinte e nove cruzeiros e onze centavos), com retorno de 20% da receita bruta.

Estão em tratativas, para concessão de uso o Camping da Vindima, em Flores da Cunha; em processo de licitação para fins de arrendamento o Camping do Chuí, em Santa Vitória do Palmar.

Sob a administração da CRTUR, encontram-se o Espetáculo de Som e Luz (São Miguel das Missões), que gerou Cr\$ 3.899.500,00 (três milhões, oitocentos e noventa e nove mil e quinhentos cruzeiros) de receita até novembro de 1991 e o Parque da Guarita (Torres).

Foi regularizada a situação contratual do Restaurante das Missões que gerou Cr\$ 535.300,00 (quinhentos e trinta e cinco mil e trezentos cruzeiros) de janeiro a novembro de 1991.

O Terminal Turístico de Cidreira foi interditado por motivo de segurança.

## J - RECURSOS FINANCEIROS

A redução de custos na Companhia alcançou Cr\$ 4.142.409,40 (quatro milhões, cento e quarenta e dois mil, quatrocentos e nove cruzeiros e quarenta centavos), o que foi possível através da dispensa de três funcionários; entrega de depósito, remanejo do Centro de Informações da Casa de Cultura Mário Quintana, e repasse do ônus de três servidores às Prefeituras de Tramandaí e Flores da Cunha.

Visando a execução dos projetos pela CRTUR, o Governo do Estado aplicou a importância de Cr\$ 472.809.900,00 (quatrocentos e setenta e dois milhões, oitocentos e nove mil e novecentos cruzeiros).

### 5.5 - **CENTRAL VITIVINÍCOLA DO SUL S.A.. (VINOSUL)**

A VINOSUL, criada pelo ato normativo de constituição processo Nº 65/73 de 22/02/73, vinculada à Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Social, com sede em Caxias do Sul, exerce atividades reguladoras e orientadoras no setor vitivinícola e da fruticultura em geral, através de pesquisa, experimentação, promoção e outras atividades e serviços relacionados direta ou indiretamente com as suas finalidades, delas decorrentes ou cuja execução interesse ao desenvolvimento do setor. Exerce também atividades de concentração de mosto de uvas e outras frutas. Atua também como órgão auxiliar do Estado, na formulação e execução da política estadual da vitivinicultura.

Conforme Lei Nº 9.414/91 de 12/11/91, foi aprovado pela Assembleia Legislativa e sancionada a transferência do controle acionário da Empresa.

Durante o ano de 1991 a VINOSUL, através de suas duas unidades industriais - Caxias do Sul e Bento Gonçalves - realizou as seguintes atividades:

- Concentração e dessulfitação de 15.930.715 litros de mosto de uva, na unidade industrial de Bento Gonçalves;
- Concentração e dessulfitação de 2.896.057 litros de mosto de uva, na unidade industrial de Caxias do Sul.

### 5.6 - **FESTA NACIONAL DA UVA, TURISMO E EMPREENDIMENTOS S.A. (FENUVA)**

A FENUVA tem o objetivo principal de promover a Festa Nacional da Uva através do planejamento e programação de sua exploração comercial. Nos períodos em que a festa não se realiza, a FENUVA promove feiras e exposições agrícolas industriais de âmbito regional, nacional ou internacional, e outras atividades adequadas à sua organização.

A Empresa, em 1991, iniciou o processo de reavaliação de seu patrimônio, por determinação governamental.

Os eventos realizados no período foram: XIX Festa Nacional da Uva, II Ruid Jeepo dos Vinhedos Festuva/91, V Rodeio Nacional do CTG Campo dos Bugres, III Romaria do Trabalhador, III Feira Brasileira de Mecânica, 3ª FENAMALHA, entre outros.

Os eventos acolheram, aproximadamente, 1 milhão de visitantes, dos quais a metade visitou a Festa Nacional da Uva.

### 5.7 - AÇUCAR GAUCHO S.A. (AGASA)

A Açúcar Gaúcho S.A. (AGASA) teve, no ano de 1991, aprovado pela Assembléia Legislativa do Estado, Projeto de Lei do Poder Executivo acrescentando artigo à Lei Nº 8.977, de 09/01/90, que dispõe sobre autorização para privatização da AGASA.

O referido artigo autoriza a transferência do patrimônio da Empresa, sob a forma de comodato às Cooperativas da região organizadas numa Cooperativa Central, na impossibilidade de implementar a sua privatização.

A Lei sancionada em 13/11/91, recebeu o Nº 9.418.

### 5.8 - JUNTA COMERCIAL DO RIO GRANDE DO SUL (JC)

A Junta Comercial do Rio Grande do Sul, criada por Ato da Princesa Dona Isabel, em 24 de maio de 1877, tem como principais atribuições:

- Execução do registro do comércio;
- Assentamento dos usos e práticas mercantis;
- Fixar o número, processar a habilitação e a nomeação, fiscalizar, punir e exonerar os tradutores públicos e intérpretes comerciais, leiloeiros, avaliadores comerciais, corretores de mercadorias e os prepostos ou fiéis desses profissionais;
- Organizar e revisar as tabelas de emolumentos, comissões ou horário dos profissionais enumerados no item anterior;
- Fiscalizar os trapichos, armazéns de depósitos e as empresas de armazéns gerais;
- Solucionar consultas formuladas pelos poderes públicos a respeito do registro do comércio e atividades afins;
- Publicidade institucional e/ou obrigatória.

Como consequência da reforma administrativa, que está sendo implantada, a subordinação administrativa da Junta Comercial do Rio Grande do Sul passou da então Secretaria da Justiça para a Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Social.

Na consecução de suas finalidades, a Junta realizou a constituição de 62.740 novas firmas e sociedades e a extinção de 17.050.

Na área de processamento eletrônico, os acréscimos verificados no ano de 1991 foram os seguintes:

- Implantação do cadastro das F.I. (firma individual);



Reestruturação do sistema integrado de automação de registro do comércio;

- Implantação do cadastro das F.l. (alterações);
- Implantação da expedição de certidões das empresas já cadastradas;
- Reestruturação do cadastro existente;
- Implantação do cadastro de sociedades (constituições).

Seguindo a política de descentralização dos serviços do registro do comércio, em 42 microrregiões existentes já foram instalados através de convênios com as Prefeituras Municipais e Associações de Classes, 36 escritórios, faltando apenas 06 a serem instalados, a saber: Canoas, Guaíba, Guaporé, Lagoa Vermelha, São Jerônimo e Tenente Portela.

## **6 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES (ST)**

**6.1 - Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER)**

**6.2 - Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras (CINTEA)**

**6.3 - Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (DEPRC)**

**6.4 - Departamento Aeroviário do Estado (DAE)**

A Secretaria dos Transportes, Órgão que coordena a política dos transportes no Estado, operacionaliza sua ação através de quatro Órgãos vinculados: Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem (DAER) e Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras (CINTEA), responsáveis pelo setor rodoviário; Departamento de Portos, Rios e Canais (DEPRC), com atuação no setor hidroviário e Departamento Aeroviário do Estado (DAE), Órgão específico do setor aeroviário.

No transcorrer de 1991, a Secretaria dos Transportes consolidou sua estratégia de ação baseada na participação efetiva na política de integração com os estados da Região Sul e com os países do Cone Sul. Neste particular destacam-se:

- No âmbito do CODESUL, reuniões com técnicos da Secretaria dos Transportes de Santa Catarina e Paraná para debater assuntos de interesse comum e estabelecer prioridades do Setor perante o Governo Federal;
- No âmbito do MERCOSUL, reuniões com técnicos das Secretarias de Planejamento e Administração; de Planejamento Territorial e Obras; de Desenvolvimento Econômico e Social, visando a integração do Estado;
- Propostas de alteração do novo Plano Nacional de Viação - PNV, constante em projeto de lei, apresentado pela Secretaria Nacional de Transportes, do Ministério da Infraestrutura, visando a defesa dos interesses do Estado no processo de estadualização de rodovias federais.

Buscando uma integração entre os diversos modos de transporte que operam no Estado, a Secretaria tem tido uma participação efetiva em reuniões das Sub-comissões de Transporte Hidroviário e Transporte Ferroviário da Assembléia Legislativa, e seminários e encontros promovidos por entidades representativas da sociedade, tais como, Sociedade de Engenharia, Confederação Nacional dos Marítimos, Associação dos Jovens Empresários de Cachoeira do Sul, METROPLAN e, entre outras Universidades, a Federal do Rio Grande do Sul, para debates de assuntos pertinentes ao Setor Transportes e de interesse do Estado.

Em decorrência das alterações havidas na administração hidroportuária federal, a Secretaria dos Transportes, buscando consolidar a atuação estadual no setor, formalizou o interesse do Estado em absorver a estrutura da extinta PORTOBRAS, referente a administração do porto de Estrela e das hidrovias do Jacuí e Taquari.

Para tanto, negociou com a União a cedência da área onde será construído o porto de Cachoeira do Sul, elemento essencial para o desenvolvimento do transporte intermodal no Estado.

No intuito de captar novas cargas para os portos gaúchos, ampliando sua área de influência, a Secretaria desenvolveu negociações com autoridades portuárias e empresários

do Paraguai, visando uma maior participação do porto de Rio Grande no escoamento de produtos daquele País.

A fim de desenvolver o sistema hidro-portuário do Rio Grande do Sul, retomou as negociações com a estatal soviética Techonostroyexport para financiamento de projetos da área de navegação: dragagem dos canais de acesso aos portos e ao pólo petroquímico; construção do terminal de contêineres no porto de Porto Alegre; implantação do sistema de ferry-boat para o transporte de carga entre Porto Alegre e Rio Grande e implantação do sistema de transporte de passageiros no delta do Guaíba, através de lanchas rápidas.

## **6.1 - DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM (DAER)**

Esta Autarquia, vinculada à Secretaria dos Transportes, tem como principais atribuições: estudar, projetar, implantar, melhorar e conservar as rodovias a seu cargo, e também disciplinar e fiscalizar o uso dessas estradas; prestar assistência técnica aos Municípios e executar obras por delegação do DNER.

Um dos aspectos mais relevantes é o de propiciar a todas as zonas produtoras condições para o escoamento da produção agrícola e industrial, ligando-as aos centros de consumo.

O DAER mantém em atividades 17 Unidades de Conservação, localizadas em pontos estratégicos do Estado, incumbidas de promover a conservação e melhoramentos de rodovias de sua rede, sendo 4.300Km pavimentados e 5.500Km revestidos.

Além disso busca implantar novas rodovias e melhorar a rede estadual, realizando serviços de terraplenagem, pavimentação e obras de arte, proporcionando aos usuários das rodovias do Estado condições razoáveis de trafegabilidade, segurança e conforto.

As ações mais importantes no decorrer de 1991, no Planejamento Rodoviário foram:

- Elaboração do Plano Diretor Rodoviário estabelecendo a priorização dos investimentos;
- Elaboração do programa de pedágio verificando sua viabilidade e desenvolvendo projetos e implantação;
- Gestões para liberação do Programa Nacional de Manutenção de Rodovias Estaduais: DEAIN/CONFIEX/BIRD;
- Elaboração do Plano Plurianual, diretrizes orçamentárias e proposta para Programação do Setor Público;
- Gestões junto ao DNER para o Ressarcimento de Investimentos do DAER/RS: 40 bilhões em Obras Delegadas.

O DAER foi responsável, no período, pela supervisão de construção de obras em rodovias, tendo concluído 139Km, estando em andamento 984Km de pavimentação; 1.076m de obras de artes especiais concluídas, e 2.149m em execução.

Também realizou 620.220m<sup>3</sup> de terraplanagem por administração direta e 1.366.456m<sup>3</sup> por empreitada, além de 480.310m<sup>3</sup> de capa selante, 504.200m<sup>3</sup> de revestimento primário e 520.010m<sup>3</sup> de patrolagem.

Foram elaborados estudos e projetos topográficos, hidrológicos, geotécnicos e finais de engenharia, totalizando 722Km concluídos e 1.684Km em realização.

Relativamente, ao Transporte Intermunicipal, destacam-se:

- Fiscalização de 7.488 veículos;
- Atualização do Cadastro de Rodovias de 2.800 linhas/4.000Km de estradas;
- Complementações cadastrais: 74.489 lançamentos;
- Estudo para alteração da metodologia do cálculo tarifário;
- Criação de 106 linhas de longo curso e suburbanas;
- Ampliação de 1.211 horários de linhas em todo o Estado;
- Criação de 11 novas Estações Rodoviárias, proposta de 6 novas, e, em fase de publicação de Edital, 21 novas Estações Rodoviárias;

Na Assistência aos Municípios houve levantamento e mapeamento de 4.437Km de estradas municipais; renovação do Cadastro de Necessidades com 105 solicitações de 44 Municípios; o encaminhamento de 137 soluções técnicas; realização de cursos para operadores de máquina, em 4 Municípios; e Assessoria Técnica para outros órgãos, como a DIPLAN/SPO (Diretoria de Planejamento da Secretaria do Planejamento Territorial e Obras).

No Controle e Segurança do Tráfego Rodoviário as atividades desenvolvidas abrangeram:

- Patrulhamento Rodoviário: instalação da 2ª Cia. de Passo Fundo, na 6ª U.C.; construção do posto policial de Gramado e em andamento a construção do posto de Gravataí;
- Pesagem de veículos de carga: instalação de uma balança em Palmares do Sul e outra em Cortado/Cachoeira do Sul, ambas pela 16ª U.C..

## 6.2 - COMPANHIA INTERMUNICIPAL DE ESTRADAS ALIMENTADORAS (CINTEA)

A Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras (CINTEA), empresa pública criada pela Lei nº 5.753/69, é o órgão responsável pela execução das obras referentes às estradas vicinais no Estado do Rio Grande do Sul.

Atuando em todos os municípios gaúchos que são seus acionistas, a CINTEA procura atingir os seguintes objetivos: consolidação da malha vicinal do Estado, assegurando trafegabilidade permanente de veículos; integração da malha vicinal com a rede troncal e com os centros de armazenamento e comercialização e diminuição do custo de transporte.

A Companhia, visando atingir os objetivos propostos, realiza seu trabalho através de atividades básicas, a saber: construção e reconstrução de estradas vicinais, construção de aterros de acesso e terraplenagem, construção de obras de arte especiais e de pontes pré-moldadas.

A CINTEA executou 62,13Km de construção de estradas, 810,30Km de reconstrução ou melhorias, e realizou obras com volumes de 106.251m<sup>3</sup> de aterros e terraplenagens diversas.

O projeto de Construção de Pontes Pré-Moldadas, pioneiro no Estado, iniciado em fins de 1988, consolidou-se no exercício de 1989 e continuou no decorrer dos anos de 1990 e 1991. Foram entregues ao tráfego 11 pontes, que totalizaram uma extensão de 263,21 metros.

Com relação ao serviço de Construção de Pontes Convencionais, cumpre ressaltar que esta atividade foi praticamente paralisada, em razão da não obtenção de recursos de financiamento.

No exercício de 1991, a maior dificuldade com que se defrontou a Companhia refere-se ao sucateamento de seu parque de máquinas, visto que a última aquisição de equipamento ocorreu nos anos de 1982/83, o que vem se refletir na produtividade e nos gastos de manutenção.

## 6.3 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS (DEPRC)

O Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (DEPRC), autarquia estadual vinculada à Secretaria dos Transportes, tem como atribuições a administração dos Portos Organizados do Rio Grande, Porto Alegre e Pelotas, bem como o planejamento e execução dos serviços de construção, melhoramento, ampliação, conservação, demarcação e balizamento dos portos, canais de acesso e vias fluviais e lacustres da malha hidroviária do Estado.

A administração dos portos, a execução dos serviços de dragagem e balizamento dos canais interiores e a manutenção da Barra do Rio Grande, são feitas por concessão federal ao Estado do Rio Grande do Sul. Já as demais incumbências, correspondentes às obras e manutenção da malha fluvial e lacustre constituem-se encargos do Estado.

O ano de 1991 caracterizou-se por uma profunda alteração administrativa do DEPRC, em consequência do Decreto Estadual nº 33.992/91 que transferiu a sede da Autarquia para a cidade de Rio Grande, de forma a agilizar as decisões e promover o desenvolvimento e a melhoria do desempenho operacional do porto, atendendo uma antiga e permanente reivindicação dos usuários, que reclamavam da falta de autonomia e poder de decisão num terminal portuário fundamental à economia e desenvolvimento do Estado.

A crítica situação financeira da Autarquia vem impedindo qualquer plano de desenvolvimento.

A receita básica do DEPRC situa-se nos portos cujos recursos para operacionalização têm origem no sistema tarifário, destacando-se o porto de Rio Grande responsável por cerca de 87% da receita global da Autarquia.

Nesse aspecto o DEPRC atravessou um ano difícil pois a receita do porto ficou aquém do esperado, devido a expressiva quebra na safra agrícola que afetou, consideravelmente, a movimentação dos portos gaúchos.

Para cumprimento de suas atribuições previstas na Lei nº 1.561/51, regulamentada pelo Decreto Nº 19.667/69, o Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais conta com cinco unidades, coordenadas pela Direção Geral, que são a Administração dos Portos de Rio Grande, Porto Alegre e Pelotas, dos serviços Delegados e das vias fluviais.

O Porto de Rio Grande se constitui na principal unidade do DEPRC, possuindo as maiores e mais modernas instalações portuárias responsáveis por uma expressiva movimentação de cargas, salientando-se a soja e seus derivados, adubos, fumo, calçados, congelados e petroquímicos.

O complexo portuário de Rio Grande é formado por três zonas principais: Porto Velho, Porto Novo e Superporto, todas dotadas de instalações e equipamentos, porém apresentando profundidades diferenciadas: o Porto Velho com 4,5 metros, o Porto Novo com 10 metros e o Superporto com 14 metros.

O Superporto, implantado na área de expansão, foi planejado buscando-se a construção de terminais individuais de alta capacidade e elevado rendimento, operando navios de grande porte, salientando-se o Terminal de Trigo e Soja (TTS) e o Terminal de Contêineres (TECON).

A movimentação total observada em 1991 foi de aproximadamente nove milhões de toneladas, contra 11,6 milhões observados em 1990. A movimentação de contêineres atingiu aproximadamente 90 mil TEUs (Unidades Equivalente de Vinte Pés).

Ainda que também atingido pela quebra na safra agrícola o porto de Porto Alegre não teve seu desempenho tão comprometido, mantendo uma movimentação dentro da média dos últimos anos, tendo em vista principalmente as operações realizadas nos terminais privados situados na zona de jurisdição, onde se destaca o Terminal Almirante Soares Dutra (PETROBRÁS), em Tramandaí, responsável por cerca de 50% da movimentação global do porto e o terminal de Santa Clara, de propriedade do COPESUL.

O porto de Porto Alegre apresentou em sua zona de jurisdição uma movimentação total de 11 milhões de toneladas, enquanto que o de Pelotas movimentou um total de 514 mil toneladas.

A Administração dos Serviços Delegados (ASD) tem entre suas atribuições a manutenção de 103 Km de canais artificiais de navegação e de 215 sinais de balizamento (luminosos e cegos), a exploração da pedreira de Capão do Leão e a manutenção dos molhes da barra de Rio Grande.

No atendimento de suas atribuições a ASD dragou 462.714m<sup>3</sup> nos canais de navegação, colocou 417t de blocos e 499t de pedra de mão no molhe leste da barra, substituiu bóias, faroletes e amarras, recuperou 1.750m de linha férrea, e efetuou 125.550m de sondagens topo-batimétricas.

A Administração de Vias Fluviais (AVF) é responsável pela realização de serviços de derrocamento, e dragagem e hidrologia na Bacia do Rio Jacuí.

O DEPRC realizou 68.687m<sup>3</sup> de dragagem de cascalho no rio Taquari e 162.291m<sup>3</sup> de dragagem de areia no rio Jacuí, além de serviços de apoio na remoção de escombros e reconstrução da ponte da BR-471, em Rio Pardo. Realizou ainda 353.894m de levantamentos de topo-batimetria, operou 61 estações hidro-meteorológicas e manteve 79 bóias de sinalização.

#### 6.4 - DEPARTAMENTO AEROVIÁRIO DO ESTADO (DAE)

O Departamento Aeroviário do Estado do Rio Grande do Sul (DAE) tem como principais atribuições, no âmbito do Estado: estudar e organizar o Plano Aeroviário; elaborar programas de expansão e desenvolvimento dos transportes aéreos; executar a política aeroportuária e aeroviária; administrar, planejar, projetar, construir e conservar a rede aeroportuária; realizar a manutenção e executar as operações da frota aérea oficial.

A política de atuação do DAE, no que se refere aos aeroportos, se insere dentro da política nacional aeroportuária, definida no Plano Aeroviário do Estado do Rio Grande do Sul, em que ficam estabelecidas responsabilidades tanto no plano federal, estadual, como também no municipal. Assim, cabe ao DAE a construção, manutenção, desenvolvimento e administração de um sistema de aeroportos classificados como regionais e sub-regionais, ficando para o Ministério da Aeronáutica os



internacionais de Porto Alegre, Uruguaiana, Bagé e Pelotas, juntamente com as Bases Aéreas. Os demais são responsabilidade dos Municípios, tendo o DAE como suporte técnico.

As obras e projetos executados no decorrer de 1991 foram os seguintes:

- HANGAR DO DAE, no Aeroporto Internacional Salgado Filho: execução da estrutura de concreto armado, metálica de cobertura e demais obras em fase de conclusão;
- AEROPORTO REGIONAL DE CAXIAS DO SUL: obra de entrada de energia elétrica, com o objetivo de fornecimento geral de energia na nova área de hangaragem e conclusão do pátio de hangaragem para aviação geral;
- AEROPORTO REGIONAL DE PASSO FUNDO: obra de sinalização noturna e pavimentação dos 500m do prolongamento da pista; terraplenagem da faixa de pista e projeto do reservatório e sistema de abastecimento de água;
- AERÓDROMO DE CARAZINHO: obra de terraplenagem, drenagem e pavimentação da pista de pouso/decolagem;
- AEROPORTO REGIONAL DE RIO GRANDE: projeto de reforma e ampliação do terminal de passageiros; reposição de material da sinalização noturna e conclusão da implantação do Sistema de Sinalização Luminosa, Avasis e Casa de Força;
- AERÓDROMO DE TORRES: contrato assinado para implantação do novo aeródromo.

Desenvolveu-se ainda, em 1991, os seguintes estudos e projetos:

- Plano de Desenvolvimento do Aeroporto Regional de Santo Ângelo e dos aeródromos de Três Passos, Cachoeira do Sul e Ijuí;
- Plano de Zona de Proteção e Ruído do Aeródromo de São Sepé;
- Projeto Básico Para Implantação da Sinalização Luminosa dos Aeródromos de Santa Cruz do Sul e Carazinho;
- Escolha de sítios a serem desapropriados pelas Prefeituras Municipais para implantação de novos aeródromos de Santana do Livramento e Lagoa Vermelha;
- Estudos concluídos para aumento e conformação da pista de pouso/decolagem para operação da aeronave Brasília no Aeroporto de Santo Ângelo;

Outras atividades desenvolvidas no decorrer de 1991, foram, no setor de aeronáutica, 10 revisões de 50 horas, 14 revisões de 100 horas e 1 de 400 horas, entre os 5 aviões e 2 helicópteros. Prosseguiram as atividades de remoções aeromédicas de emergência executadas pela aeronave ambulância, além dos demais salvamentos e transporte de autoridades.

No setor administrativo, através da Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH), foi dado andamento ao concurso (realizado em dezembro/90) da Autarquia para preencher as vagas existentes, tendo sido feita a homologação dos resultados.

Estão sendo feitas tratativas junto ao Ministério da Aeronáutica visando a arrecadação das tarifas de telecomunicações aeronáuticas, juntamente com as aeroportuárias já cobradas desde 1988.

A Autarquia vem consolidando sua atividade de exploradora e administradora dos aeródromos do sistema regional e sub-regional contribuindo para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul e das potencialidades para arrecadação de receitas próprias.

**7 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E  
ABASTECIMENTO (SAA)**

- 7.1 - Associação Riograndense de  
Empreendimentos de Assistência  
Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS)**
- 7.2 - Companhia Estadual de Silos  
e Armazéns (CESA)**
- 7.3 - Fundação Zoobotânica  
do Rio Grande do Sul (FZB)**
- 7.4 - Companhia Riograndense de Laticínios  
e Correlatos (CORLAC)**
- 7.5 - Centrais de Abastecimento do Rio  
Grande do Sul S.A (CEASA)**
- 7.6 - Instituto Riograndense do Arroz (IRGA)**
- 7.7 - Instituto Sul-Rio-Grandense de  
Carnes (INSTUCARNES)**

Como órgão executor da política estadual agrícola e de abastecimento, a SAA presta serviços diretamente e através de órgãos vinculados e relacionados: Companhia Estadual de Silos e Armazéns (CESA); Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos (CORLAC); Instituto Sul-Riograndense de Carnes (INSTUCARNES), extinto pela Lei nº 9.409 de 28/10/91; Instituto Rio-Grandense do Arroz (IRGA); Central de Abastecimentos (CEASA/RS); Fundação Zoobotânica (FZB) e Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER).

A atuação da SAA junto aos produtores agropecuários se faz através do fomento ao uso de técnicas modernas de manejo e uso de solos, do combate às doenças e às pragas que atacam as lavouras e rebanhos, no fomento à produção agropecuária e na assistência técnica ao produtor, no incentivo ao aumento da produtividade e da diversificação dos cultivos em busca de uma maior rentabilidade dos produtos agropastoris.

O fomento à produção vegetal desenvolve suas atividades através de suas bases físicas no interior do Estado coordenando, planejando e orientando os trabalhos dos produtores agrícolas.

Através do programa de organização agrária, os 57 projetos de assentamentos executados permitiram a distribuição de cartas de Anuência a 1.799 famílias e o cadastramento de 250 famílias de sem-terras. Foram ainda distribuídos 71.029Kg de alimentos aos mesmos e promovida a implantação de viveiros florestais nos assentamentos em pontos estratégicos do Estado.

Na área de produção vegetal, destaca-se a construção de açudes e poços tubulares atendendo a 93 Municípios, objetivando o aumento das reservas hídricas à disposição de pequenos e médios produtores rurais, buscando a dessedentação humana e animal e a irrigação das culturas tradicionais e de hortifrutigranjeiros, devendo ainda ser incentivada a criação de peixes com vistas a contribuir como fonte de renda aos produtores e melhoria da qualidade de alimentação das populações rurais.

A pesquisa relativa a certificação de sementes e mudas confirmou que o uso das sementes certificadas responde pelo aumento de 20% da produtividade das culturas. Merece destaque a produção de 2.050 t. de sementes certificadas de batata, com aumento de 147% em relação à produção do ano anterior. A produção total do Estado, no exercício, foi de 7.040 t. de sementes fiscalizadas de olerícolas e 7.019 mudas de frutíferas e de plantas matrizes.

As atividades de defesa sanitária vegetal estão voltadas, principalmente, à fiscalização do uso de agrotóxicos e ao controle do "Serrador". Dentre as ações desenvolvidas cabe destacar o cadastramento de 1.100.000 pés de acácia negra em 819 matas; a fiscalização de 377 imóveis rurais e a inspeção de 25

casas comerciais no combate ao agrotóxico; para o combate ao gafanhoto, em 12.500 ha, foram treinados 15 técnicos.

No setor de enologia, voltado ao aprimoramento da tecnologia da produção de vinhos, derivados e outras bebidas alcoólicas, foram feitas 8.052 análises laboratoriais, 51.428 determinações analíticas, 125.429 guias de livre trânsito, desembaraçadas a comercialização de 224,6 milhões de litros de produtos e 1.397 inspeções sanitárias em estabelecimentos comerciais.

Os recursos do Fundo de Terras (FUNTERRA/RS), utilizados em convênio com o INCRA, possibilitaram a compra de 2.100,7ha no valor de Cr\$ 1,154 bilhão para assentamento de 103 famílias.

O Sistema Troca-Troca beneficiou 223.816 pequenos produtores com sementes de milho e feijão (4.650.130 toneladas) no valor de Cr\$ 2,251 bilhões.

O Fundo Estadual de Apoio a Pequenos Estabelecimentos Rurais (FEAPER) prestou atendimento a 190 produtores com financiamento individual no valor de Cr\$ 84 milhões. Atendeu, ainda, na área de citricultura, a 1.200 pessoas com Cr\$ 442 MILHÕES em financiamento individual. Através de convênio com o BNDES atendeu 3.950 produtores, sendo 3.010 com recursos do BNDES e 940 com recursos próprios cujos valores respectivos são Cr\$ 884 milhões e Cr\$ 255 milhões.

Através do Programa de Condomínios Rurais foram investidos Cr\$ 338,6 milhões que financiaram 385 produtores e dezessete condomínios no Estado.

A promoção da produção animal, com vistas ao aumento da produtividade dos rebanhos do Rio Grande do Sul, foi realizada de forma direta através de três diretrizes básicas: Defesa Sanitária Animal, Zootecnia e Inspeção de Produtos de origem animal.

Na orientação indireta a difusão de tecnologias foi divulgada através de programas de rádio, artigos e notas em jornais, revistas, entrevistas, palestras e cursos de treinamento em doma animal, capatazia rural e atualização em Produção Animal.

Ainda através dos Clubes de Integração e Troca de Experiências (CITE) desenvolveu-se o programa de trabalho animal e melhoramento do cavalo de serviço.

A Secretaria empenhou-se também no fomento à produção do rebanho gaúcho, sendo responsável pela promoção de cerca de uma dezena de eventos a saber: Exposições de Gado Leiteiro; EXPOINTER; Exposição Nacional de Animais; Exposição de Máquinas e Implementos Agrícolas; Feira Estadual do Artesanato; Exposições e Feiras no Interior do Estado; Feira de Bubalinos e Bovinos Rústicos; Feira do Terneiro Rio-Grandense; Feira de Terneiros e Vaquilhonas; Feira do Cordeiro Rio-Grandense; Feiras de Suínos; Expo/Lelião de Zebuinos.

O Parque Estadual de Exposição Assis Brasil, localizado em Esteio, abrigou cerca de 20 eventos de abril a dezembro, entre os rodeios, remates, exposições e feiras.

A transferência de tecnologia com vistas à promoção e ao desenvolvimento dos rebanhos gaúchos foi executada na forma de inspeção, fomento, assistência e visitas de orientação técnica.

Os trabalhos de extensão rural, visando principalmente ao melhoramento, ao manejo e à alimentação do rebanho, foram realizados com 8.667 produtores de bovinos de corte; 7.539 produtores de leite e 2.800 criadores de ovinos além de serem realizadas 4.225 mensagens e instruções pelos veículos de comunicação social.

Através da Central Riograndense de Inseminação Artificial (CRIA), com seus 30 postos de assistência, foram atendidos 192 Municípios, ministrados 22 cursos e treinados 22 inseminadores. A CRIA armazenou 44.564 doses congeladas de sêmen e distribuiu 52.526 doses.

No que diz respeito a inspeção dos Produtos de Origem Animal, a lei federal determina que os abatedouros ou frigoríficos que abatem para consumo deverão ser inspecionados pelas Secretarias de Agricultura dos Estados e o Decreto do Governo do Estado nº 33.788/90 diz que a competência para executar o trabalho é do Departamento de Produção Animal.

Tendo em vista que estão em andamento as tratativas legais da execução das atividades de inspeção de produtos de origem animal, as ações que se destacaram neste ano foram: a elaboração de programas de trabalho; a gestão de convênio com o Ministério da Agricultura e Reforma Agrária e o levantamento do número de abatedouros que deverão ser inspecionados.

O solo, a água, as florestas e os animais constituem os recursos naturais essenciais para o setor primário e o ambiente. A preservação e o uso racional destes recursos são fundamentais para assegurar um perfeito equilíbrio ecológico de forma a oferecer à comunidade gaúcha, condições de vida mais favoráveis.

Com o objetivo de orientar, informar e promover a utilização e conservação destes recursos, foram implantadas atividades educativas visando a mudanças na maneira de pensar, agir e sentir a relação homem-natureza-sociedade.

No corrente ano, foram realizados 17 encontros de Educação Ambiental, atingindo 1.535 pessoas.

Deu-se prioridade à Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã, onde foram atingidos 11 dos 15 Municípios que a integram, objetivando motivar aquelas comunidades a darem sustentação e participarem dos trabalhos práticos que ali estão sendo executados.

Paralelamente ao Programa de Educação Ambiental foram realizados treinamentos em silvicultura, especialmente no que

tange a viveiros florestais, para 37 pessoas de diversos Municípios gaúchos. Também fez-se treinamentos para estudantes de Escolas Agrícolas de Nova Petrópolis e de Canguçu, na área de conservação do solo e água.

Além disso, os funcionários que atuam nas Agências Conservacionistas do interior, efetuaram 3.516 visitas técnicas a agricultores, prefeituras e sindicatos rurais, bem como ministraram 374 palestras e 699 divulgações de informações, referentes ao uso racional dos recursos naturais renováveis, na imprensa escrita, falada e televisada.

Cabe salientar também os serviços da administração dos 5 Parques Estaduais (Turvo, Nonoai, Espigão Alto, Rondinha e Itapuã) e 2 Reservas Biológicas (Ibirapuitã e Serra Geral), que totalizam 44.906,32ha.

Objetivando agregar novas fontes financiadoras e de captação de recursos, bem como envolver as comunidades na preservação das Unidades de Conservação, foram elaborados Convênios com Prefeituras e Universidades, a saber:

- Convênio com Prefeitura Municipal de Tenente Portela visando melhorar a infraestrutura da área de visitação do Salto do Yucumã no Parque Florestal Estadual do Turvo;
- Convênio com a Universidade de Caxias do Sul para desenvolver a pesquisa no Parque Florestal de Nonoai e elaboração do Plano de Manejo do mesmo;
- Convênio com as Prefeituras de Planalto, Nonoai, Rodeio Bonito, Liberato Salzano e Trindade do Sul objetivando o auxílio na fiscalização do Parque Florestal de Nonoai.

Tendo em vista a captação de novos recursos, para a efetiva implementação dessas Unidades de Conservação, foram elaborados e encaminhados projetos a entidades nacionais e estrangeiras, quais sejam:

- O Banco do Estado do Rio Grande do Sul - BANRISUL - projeto de 42 milhões de cruzelros a ser implantado em todos os Parques e Reservas;
- O Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - projeto de 5 milhões de dólares para serem aplicados no Parque Estadual de Itapuã e de 400 mil dólares, na Reserva Biológica da Serra Geral;
- O SOS Mata Atlântica - captação de recursos financeiros a serem utilizados em todas as Unidades de Conservação.

Nessas Unidades estão sendo desenvolvidos projetos de pesquisa financiados pela WWF/IBAMA, FAPERGS e UFRGS, inclusive duas teses de doutorado.

No presente ano, foi realizada, outrossim, a venda dos Pinus (espécie exótica) do Parque Florestal Estadual de Espigão

Alto, cuja receita foi revertida para incrementar a sua infraestrutura e a dos Parques de Nonoal e Turvo.

Está sendo prestado assessoramento técnicos às Prefeituras de Carazinho, Camaquã e Santo Antonio da Patruiha, com o objetivo de se criarem novas Unidades de Conservação municipais.

O Parque Florestal Estadual do Turvo, em Tenente Portela, recebeu 4.336 visitantes.

A efetivação do Parque Estadual de Itapuã será concretizada definitivamente, através da execução de seu Plano de Manejo ora em andamento. O fechamento do Parque à visitação, o despejo dos invasores da Praia de Fora, a recuperação de áreas físicas, a intensificação de fiscalização e desapropriação encontra-se em fase final de peritagem.

Uma das atividades desenvolvidas com prioridade foi a elaboração e implantação do Plano de Desenvolvimento Florestal. Deu-se prosseguimento à instalação de viveiros municipais, firmando mais 17 Termos de Ajuste com a finalidade de se produzir mudas de essências florestais, destinadas ao reflorestamento, atendendo-se a necessidade de matéria-prima, consumo energético, reposição da cobertura florestal, assim como aquelas destinadas à arborização urbana e/ou rodoviária e a fixação de dunas.

Para atender os viveiros conveniados foram coletados 826,5Kg de sementes e espécies florestais e distribuídos 871,5Kg, através da Bolsa de Sementes e dos Agentes Conservacionistas do interior do Estado. Foi solicitado a compra junto ao DECAM de 170Kg de sementes de Eucalyptus sp e à Secretaria do Planejamento e da Administração 800Kg de Eucalyptus sp, 300Kg de Pinus sp e 200Kg de Bracatinga.

Estão sendo agilizadas ações conjuntas com os serviços de apoio ao cooperativismo, visando instalar viveiros florestais nas áreas de assentamentos de colonos.

Está sendo efetuado um levantamento sobre a situação dos viveiros conveniados tendo em vista uma reavaliação dos convênios firmados.

Objetivando atender o Programa - MERCOSUL - Complexo Erva-Mate, atualmente uma equipe de técnicos está colhendo dados junto a ervateiros e indústrias, buscando subsídios que viabilizem estruturar o setor ervateiro no Rio Grande do Sul, a fim de propiciar sua participação com grande destaque junto ao Mercado Sul Americano.

Na área de conservação do solo e água, efetuou-se a locação de 1.993,87Km de terraços, 203 canais escoadouros, controle de 127 voçorocas, manutenção de 3.532,34Km de terraços. Executou-se trabalhos de melhoramento de pastagens de 5.708 ha e recomendação de fertilizantes e corretivos para 8.142,5 ha.



A equipe técnica de Conservação de Solo e Água coordena o Consórcio Intermunicipal de Defesa do Rio Camaquã, cuja Bacia Hidrográfica foi escolhida como prioritária para 1992. Conjuntamente, há a participação e assessoramento em Sub e Microbacias Hidrográficas, realizando-se os seguintes trabalhos: sub-bacia piloto do Arroio Duro-Camaquã (práticas conservacionistas e treinamentos de técnicos); sub-bacia Estância Velha-Portão (diagnóstico de solo e vegetação para elaboração de Plano de Manejo); sub-bacia do Rio Mampituba (diagnóstico na área de saúde, educação e meio ambiente); microbacia Itaquarínchim - Santo Ângelo (práticas conservacionistas e diagnóstico sócio-econômico, de sedimentimetria, de solo e rocha); microbacia do Ipê - Santa Rosa (setorização e diagnóstico de rocha e solo).

Foi encaminhado à Secretaria do Planejamento e da Administração um Projeto de Recuperação e Manejo de áreas em processo de desertificação na Fronteira Sudoeste do Estado do Rio Grande do Sul e prestada assessoria técnica ao FUNTERRA e a Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, na elaboração dos Códigos de Solo, Meio Ambiente e de Florestas.

Outras atividades na preservação de recursos naturais foram: promoção do III Seminário Regional do Meio Ambiente; participação no Programa Ecologia Parques Estaduais de Nonoai, Itapuã e Parque Florestal Estadual do Turvo-RS; realização do Encontro de Avaliação dos Cursos de Educação Ambiental, em São Lourenço do Sul; organização e execução do I Seminário sobre a Situação Florestal no RS, em Santa Maria; coordenação do III Concurso de Sementes Florestais; participação no Ciclo de Atualização Profissional realizado na Universidade Federal de Santa Maria; no Seminário sobre Manejo de Florestas Plantadas, promovido pela AGEFLOR e UFSM; na I Reunião sobre a Produção de Plantas Ornamentais no RS; na reunião sobre práticas de controle da vespa na madeira, realizada pela AGEFLOR e EMBRAPA; na 2ª reunião de técnicos e pesquisadores em Ranicultura, promovida pela Universidade Federal de Viçosa-Minas Gerais; na III Jornada Caxiense de Biologia, realizada pela Universidade de Caxias do Sul; no I Seminário Regional de Energias Alternativas e Meio Ambiente em Passo Fundo; no Seminário Nacional sobre a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (Consórcio Mata Atlântica), onde foram encaminhados projetos do RS; promoção da 1ª Reunião sobre a cultura da erva-mate.

#### 7.1 - ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE EMPREENDIMIENTOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (EMATER/RS)

A EMATER/RS representa o principal órgão executor da política oficial de assistência técnica e extensão rural, por delegação dos governos Federal, Estadual e Municipais, mediante a utilização de processos educativos que estimulem o desenvolvimento do meio rural. Cabem também à EMATER/RS a administração e a execução da classificação de produtos vegetais, em função do convênio firmado entre o Governo do Estado e o

Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, dando praticidade ao Artigo 184 da Constituição Estadual.

No ano de 1991, o público beneficiário das ações educativas dos extensionistas da EMATER/RS constituiu-se de 155.733 agricultores (87% pequenos), 112.114 mulheres rurais e 26.707 jovens rurais, totalizando 294.554 pessoas.

Nesse esforço educativo global, a EMATER/RS completou o ano com uma força de trabalho composta de 2.147 servidores, dos quais 1.700 desenvolvem atividades de campo. A Associação está distribuída em 273 Escritórios Municipais de Extensão Rural, 41 Postos de Classificação de Produtos Vegetais, 9 Coordenadorias Regionais e 1 Escritório Central (estrutura de apoio Regional e Central).

No ano de 1991, foram desenvolvidas várias ações no âmbito estrutural e organizacional para o aperfeiçoamento da EMATER/RS. Entre elas podem ser destacadas as proposições do projeto de reforma institucional; a redução de 5 para 4 coordenadorias estaduais; a reestruturação interna da Coordenadoria Administrativa e Financeira; a renegociação das contribuições das Prefeituras para manutenção da EMATER/RS, de 1 para 10%; a elaboração de planos com previsão de investimentos fortes na área de multimeios educativos (PRÓ-GUAÍBA, CIAT e MARA) e no fortalecimento institucional (CIAT) e realização do Plano Diretor de Informática.

A EMATER integrou-se ao esforço do Governo Estadual na elaboração do Pró-Guaíba com o Projeto Sistemas de Manejo e Controle da Contaminação por Agrotóxicos que visa contribuir para a recuperação ambiental da Bacia do Guaíba, através do manejo integrado das microbacias hidrográficas, especialmente no que se refere ao controle da contaminação por agrotóxicos, conservação dos solos e reflorestamento, com investimentos de US\$ 45 milhões, nessa área do projeto.

Na execução dos Projetos do Governo Estadual para o setor agropecuário, as ações desenvolvidas pela EMATER/RS podem ser assim resumidas:

- Programa de Microbacias Hidrográficas com a finalidade de promover e recuperar as prioridades rurais, através do manejo adequado dos recursos naturais renováveis (solo, água e flora) e da concentração de recursos humanos, financeiros e materiais dos agricultores, da comunidade e dos poderes municipal, estadual e federal. Através deste Programa, que envolveu 232 microbacias e 227.393ha, foram assistidas 11.389 famílias de 115 municípios;
- Programa de Irrigação e Drenagem cujas ações visaram ao melhor aproveitamento das várzeas e áreas irrigáveis, o aumento da produtividade das culturas e a maior segurança na produção, especialmente nas pequenas propriedades rurais. Este Programa, incluiu a elaboração de 220 projetos (1.074,59ha), a implantação de 156 projetos (1.920,73ha) e assistência a 15.821ha de área irrigada;

- Programa de Microaçudes e Barragens tem como objetivo complementar e proporcionar condições para a execução do Programa de Irrigação e Drenagem, abrangendo microaçudes, açudes comunitários e poços artesianos (para a pequena irrigação). Os resultados alcançados permitiram a construção de 1.580 microaçudes em 107 municípios;
- Programa de Armazenagem (Construção de Palóis e Armazéns Comunitários) cujas principais ações desenvolvidas pela EMATER/RS, com a colaboração da Companhia Estadual de Silos e Armazéns (CESA), Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (BADESUL) e Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (FETAG), tiveram como objetivo a criação de uma infraestrutura, em nível de propriedade ou de comunidade, para tornar possível a adequada conservação de produtos, através da instalação de 2.555 palóis individuais e 19 armazéns comunitários;
- Programa do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais (FEAPER), objetivando proporcionar às pequenas propriedades rurais condições de acesso ao crédito, através de uma sistemática de pagamento em produto, ou em equivalente ao produto, e dar cobertura à propriedade e suas necessidades. A assistência prestada aos agricultores possibilitou a elaboração de 2.007 projetos com recursos do Fundo;
- Programa de Reforma Agrária com ações que visaram a assessoria técnica e o estímulo à organização dos pequenos agricultores e de 2.170 famílias, nos projetos dos 57 assentamentos implantados pelo Governo, em 25 Municípios, atingindo 46.473,47ha;
- Programa de Aumento da Produção de Citros, consistindo em trabalho integrado com a Secretaria da Agricultura e Abastecimento, Prefeituras Municipais, UFRGS, Cooperativas, FETAG, CADECRUZ, CEASA, agentes financeiros, empresas agroindustriais e associações de viveiristas, foi dirigido a ações de assistência a 1.199 produtores em 1.400 ha. e de plantio de 589.000 mudas. O Programa buscou ampliar a produção citrícola com vistas ao atendimento dos mercados "in natura" e do processador agroindustrial, oferecendo alternativa de renda ao pequeno produtor; aumentar a área cultivada com variedades de dupla finalidade; elevar a produtividade dos pomares já instalados e incentivar o uso de mudas certificadas e orientar os produtores nos processos de comercialização;
- Programa de Condomínios Rurais realizado com o objetivo de reunir os pequenos produtores rurais para que possam alcançar, pela associação e ajuda-mútua, o progresso econômico e o bem-estar social proposto pelo Plano de Governo. Entre as modalidades de agrupamento conhecidas, a proposta destaca o Condomínio Rural em função de sua versatilidade e pelo caráter inovador que oferece. Em 1991, 473 condomínios foram projetados atingindo 10.973 participantes;

- Programa de Capacitação Massiva de Mão-de-Obra cujas ações se dirigiram à formação de estruturas organizadas de participantes (Laboratórios Organizacionais), à capacitação de equipes locais e regionais para novos processos, à colaboração com as comunidades e suas instituições, na viabilização dos projetos destinados à redução do desemprego e da marginalidade e à fixação do homem no meio rural. No exercício, foram realizados 130 cursos estruturados e 5 Laboratórios Organizacionais com a participação de 590 pessoas;
- Programa de Conselhos de Desenvolvimento Agropecuário e Associativo, pelo qual a EMATER/RS participou nas atividades dos Conselhos de Desenvolvimento Agropecuário e Associativo nos níveis comunitário, municipal e estadual. Através do exercício do planejamento participativo, com a integração de todos os agentes interessados, o Programa visa a viabilização social e econômica dos pequenos produtores rurais em sua área de atuação, com vistas ao desenvolvimento integrado da propriedade rural e ao bem-estar das famílias. A EMATER/RS fez atendimento também de outros programas, que não os definidos como prioritários pelo Governo, conforme relatado a seguir.
- O Programa de Aumento da Produção e Produtividade das Lavouras prestou assistência a 86.605 produtores de arroz, feijão, mandioca, milho, soja e trigo (485.477ha), com vistas ao aumento da produção de alimentos básicos e de matérias-primas, atendendo o mercado interno e gerando excedentes exportáveis; atuou junto a 12.108 produtores de hortaliças como alho, batata, cebola, tomate e olericultura geral (17.374ha) e a 10.480 produtores de frutas de clima tropical e temperado como abacaxi, banana, citros, maçã, melancia, morango, pêssego, uva e outras (19.385ha).

Também realizou atividades de organização e assistência a 196 Feiras do Produtor, com o objetivo de proporcionar novas alternativas de renda para as famílias de 1.385 produtores feirantes e possibilitar a oferta de produtos hortigranjeiros por preços acessíveis aos consumidores. Nas feiras do Litoral foram comercializadas 4.642t. de produtos. Deu assistência a produtores de hortaliças na implantação de 653 estufas e 707 túneis plásticos, cuja produção na entressafra pode atingir 2.230t. de produtos.

Na execução do Programa de Aumento da Produção e Produtividade da Criação Animal foi dada assistência a 41.810 criadores de bovinos de corte, ovinos, bovinos de leite e suínos, abrangendo um rebanho de 1.349.543 animais, visando diversificar a atividade agropecuária na pequena propriedade e difundir práticas de baixo custo e a integração lavoura-pecuária.

Pelo Programa de Proteção ao Meio Ambiente foram desenvolvidas as ações para a conscientização das famílias rurais no que se refere à adoção de práticas preservacionistas de manejo de solo e de reflorestamento em suas propriedades e nas comunidades onde vivem, o que beneficiou 74.306 produtores em 465.663ha.

Ainda foi prestada assistência a 23.785 agricultores e suas famílias (272.432ha) no Programa de Defesa Sanitária Vegetal no sentido de educá-los para a compreensão da necessidade e da importância da utilização de práticas menos prejudiciais à saúde humana e menos poluentes do meio ambiente.

Foram assistidos 5.340 agricultores (112.536ha) no Programa de Controle Biológico da Lagarta da Soja (baculovirus antiarsia); e no Programa de Apoio à Produção, 1.112 famílias rurais receberam orientação visando a administração de suas propriedades, através do uso racional dos fatores de produção. No apoio à produção também agroindústrias já instaladas receberam auxílio técnico para a elaboração de 12 projetos de implantação, ampliação ou reforma, abrangendo a área de laticínios, carnes, frutas, armazenamento frigorificado, vinho, fabricação de ração e outras.

O Programa de Classificação de Produtos de Origem Vegetal classificou 2.999.838t. de grãos visando dar assistência ao agricultor na comercialização de seus produtos, proporcionando-lhe condições de competitividade no mercado e protegendo o consumidor.

No Programa de Promoção Social as ações de assistência atenderam a 12.114 famílias rurais na promoção da melhoria das condições de saúde, nutrição e habitação; 26.707 jovens na elaboração de 19.110 projetos econômicos, 12.244 projetos de bem estar social e 7.761 projetos de solos e reflorestamento e a grupos de famílias na criação e fortalecimento das associações rurais, envolvendo 4.936 membros de grupos e clubes de agricultores, 59 clubes de integração e Trocas de Experiências (CITIEs), 125 cooperativas e 165 sindicatos. As atividades de integração com instituições de ensino envolveram 8.424 professores; 4.110 escolas, 132.680 alunos e 1.357 Círculos de Pais e Mestres (10.466 participantes).

## 7.2 - COMPANHIA ESTADUAL DE SILOS E ARMAZÉNS (CESA)

Constituída em 1952, como autarquia, e após 1970, na condição de sociedade de economia mista, a CESA vem prestando, ao longo dos seus quase 40 anos, indispensáveis serviços à economia gaúcha, especialmente quanto à redução de perdas dos produtos pós colheita.

Pela própria composição da rede de unidades armazenadoras da CESA, observa-se a preocupação com o aspecto qualitativo do armazenamento, uma vez que 75% da capacidade estática total é constituída da classe "Silos" que é, indiscutivelmente, a única que apresenta as condições técnico-operacionais de preservação dos produtos por longos períodos.

O setor de atuação da Companhia sofre influência direta das disfunções havidas no processo de colheita e comercialização

das culturas, bem como nas constantes alterações de diretrizes da política agrícola do Governo.

A prestação de serviços na área do armazenamento, tanto a meio ambiente como a frigoconservação, caracteriza-se pela baixa remuneração do capital investido. Em condições normais de funcionamento, o prazo de retorno do investimento neste setor ocorre após 20 a 25 anos de operação.

Inserida neste contexto, a Companhia vem, no final de cada exercício, alternando resultados positivos e negativos, mas que sempre lhe possibilitaram cumprir com as suas finalidades precípuas.

As adversidades climáticas ocorridas durante o ano agrícola de 1991, mais a eliminação do Banco do Brasil na comercialização do trigo nacional, como não poderia deixar de ser impediram a obtenção de uma melhor performance operacional da Empresa.

A Companhia, com as suas 718.200 toneladas de capacidade estática, não é a única entidade a operar no mercado de estocagem de grãos. De acordo com dados mais atualizados o potencial de armazenagem, no Estado, sob o aspecto quantitativo, está na ordem de 16.000.000 de toneladas, assim constituído:

- CESA 718.200 t    Oficiais (outros) 257.470 t
- Cooperativas 6.454.379 t - Particulares 8.501.130 t

Observa-se, de imediato, que são bastante desiguais as condições quantitativas de participação no mercado, uma vez que a Companhia dispõe de somente 4% da oferta total de estocagem no Estado.

Tendo em vista que a CESA, no armazenamento e beneficiamento de grãos, atua em dois segmentos de mercado diferentes, que são as zonas de produção e os terminais portuários, a participação na capacidade estática total instalada, nas localidades onde a CESA dispõe de unidades, é de 12,6% nas zonas de produção e de 10% nos terminais portuários.

Apesar de todas essas dificuldades, a excelente qualidade dos serviços prestados pela Companhia aliada à imagem e ao conceito adquirido ao longo do tempo, tem permitido que a CESA constitua-se num dos elos indispensáveis à comercialização de produtos, como também ao fortalecimento do setor primário, no Estado.

Em termos globais, as 26 unidades armazenadoras para grãos, mais os dois transbordadores flutuantes instalados no porto de Rio Grande, foram responsáveis pelo ingresso de 1.624.409 toneladas.

Do total de 1.624.409 toneladas recebidas, as Plataformas Flutuantes foram responsáveis pela movimentação de 480.422 toneladas, gerando 14% da receita operacional da Empresa.

Justificando plenamente o investimento feito pela Companhia com as mesmas (recuperação total do Transbordador CESA I).

Dos produtos manipulados, o trigo, a soja, o milho e o arroz, juntos, representaram 90% da demanda total.

Em relação ao faturamento total da Companhia, que até o mês de novembro/91 importa em Cr\$ 3,8 bilhões, este segmento produtivo contribuiu com 86% do volume financeiro.

As duas unidades frigoríficas polivalentes da Companhia, localizadas em Caxias do Sul e Capão do Leão, com uma capacidade total de armazenagem para produtos frigorificáveis de 66.000m<sup>3</sup>, proporcionaram, até o mês de novembro/91, o faturamento de Cr\$ 547 milhões, ou seja, 14% da receita global da Empresa.

Dos diversos serviços prestados, até o mês de outubro/91, foram recebidas as seguintes quantidades: 14.880 paletes; 7.603 bins; 51.870 kg e 2.415 estrados.

Em nível de produto beneficiado, a maçã, o pêssego, o morango, a pera, o figo, a carne de ave e a bovina, entre outros, foram os destaques neste segmento.

As frustrações ocorridas na agricultura gaúcha, durante o ano de 1991, afetaram em muito a obtenção de uma melhor performance por parte da CESA.

Comparativamente ao ano de 1990, somente em termos de mercado, houve um decréscimo de 28% na movimentação física total de grãos, ou seja, uma demanda a menor de serviços da ordem de 4.273.198 toneladas.

Não obstante todas essas dificuldades, a Empresa conseguiu efetuar alguns investimentos.

Foram aplicados, unicamente com recursos próprios, até o mês de outubro/91, Cr\$ 54,4 milhões assim distribuídos: Reparelhamento Administrativo e Operacional - Cr\$ 10,6 milhões; Formação de Hortas - Cr\$ 288,8 milhões e na Conservação e Melhorias da Rede de Unidades - Cr\$ 43.500.000,00 (quarenta e três milhões e quinhentos mil cruzeiros).

A escassez de recursos não permitiu à CESA que já em 1991, desse início à implantação dos Centros Integrados de Estocagem, inicialmente considerando somente a rede de unidades da Companhia, conforme as metas estabelecidas no Plano de Governo.

Cabe destacar ainda a participação da CESA no PROGRAMA FEAPER que, no corrente ano, consistiu na elaboração dos anteprojetos e orçamentos de unidades comunitárias nas localidades de Palmitinho, Jaboticaba, Barreiro, Pulador, Campina das Missões, Planalto, Putinga, Cerro Branco, Teutônia, Pedro Osório, Camaquã e Montauri. Além disso, acompanhou a conclusão das Unidades de David Canabarro, Guarani das Missões e Crissiumal (fase final).

### 7.3 - FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO RIO GRANDE DO SUL (FZB)

A Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul desempenha um importantíssimo papel, pesquisando e inventariando a fauna, a flora e os recursos naturais do Estado.

Desde 14 de março de 1973 ela administra o Parque Zoológico, o Jardim Botânico e o Museu de Ciências Naturais.

Com base nas pesquisas que realiza nesses órgãos, a Fundação presta serviços a entidades públicas e privadas, fornecendo subsídios técnicos e científicos a projetos de preservação ambiental.

A Fundação será contemplada com US\$ 2.430.000, pela sua participação no Programa Pró-Guaíba, com aplicação prevista para o período de 1992 a 1996.

#### A - PARQUE ZOOLOGICO

Localizado na BR 116, parada 41 de Sapucaia do Sul, possui uma área de 850 ha, dos quais 700 constituem um horto florestal de eucaliptos. Contando com o plantel de 2.275 animais de todos os continentes, o ZOO oferece ao público completa infra-estrutura para o lazer de seus visitantes.

No exercício o Parque recebeu 475.324 visitantes e 52.287 veículos; prestou atendimento a 6.107 alunos no Programa de Educação Ambiental, atingindo 82 escolas de vários Municípios do Estado.

Para alimentação dos 2.275 animais produziu leite, iogurte, ovos, forrageiras, hortigranjeiros, ratos, coelhos, marrecos, tenébrios e mel. Cabe destacar, ainda a produção de mudas, peças de madeira, carvão e tela, bem como 1.864 atendimentos veterinários, em nível de campo e hospitalar.

Visando formar Agentes de Educação Ambiental, foram orientados 13 estágios de estudantes e treinados 76 professores.

A ampliação do Setor de Produção Agropecuária, Produção Vegetal-Lavoura e Produção Animal (biotério), possibilitou o incremento da produção de alimentos para consumo e a conseqüente minimização dos custos operacionais.

Os Técnicos do Parque Zoológico, atuaram em vários projetos da FZB, dentre os quais mencionamos: o FZB/REFAP, o FZB/COPELUL, o PROJETO PRÓ-GUAÍBA-BID; bem como em outras atividades como: o relatório sobre Mamíferos do Rio Grande do Sul para a FEPAM/ECO-92; na coordenação da Seção de Anilhadores da Sociedade Brasileira de Ornitologia; na confecção de Livros de Registro do IBAMA; nas visitas técnicas aos MINIZOO's de Guaíba e Cachoeira do Sul; no atendimento a Deficientes Visuais do



Instituto Santa Luzia e na restauração do Restaurante do Parque Zoológico fechado ao público desde 1988.

## B - O JARDIM BOTÂNICO

Localizado no perímetro urbano de Porto Alegre, é uma unidade de conservação que mantém uma coleção de plantas identificadas e ordenadas cientificamente. Voltado não apenas para a exposição de plantas nativas e exóticas, mas também para a pesquisa botânica, o Jardim constitui um centro de referência importante para a investigação de plantas nativas do Rio Grande do Sul. Dentre as ações desenvolvidas em 1991 destacam-se:

- Realização de 15 (quinze) excursões de exploração botânica, em 7 (sete) regiões fitoecológicas do Estado, resultando na introdução de 154 (cento e cinquenta e quatro) novas espécies na coleção;
- Armazenamento, no Banco de Sementes, de 83 (oitenta e três) espécies e a remessa de 30% amostras a 41 instituições similares da América, Europa, Austrália e Nova Zelândia.

O Jardim Botânico comercializa mudas excedentes, e aplica a receita no fomento à conservação.

No exercício, 88.000 visitantes estiveram no Jardim Botânico onde também foram atendidos 14.200 escolares, 251 escolas das redes municipal e estadual e treinados professores para as visitas orientadas na área do Jardim Botânico.

Outras realizações que merecem menção são: a I Exposição de Produtores de Plantas Ornamentais do Rio Grande do Sul, com vistas ao fomento da floricultura; os Projetos Paisagísticos e de Manejo dos Bosques, dentro do Convênio FZB/REFAP, a título de Prestação de Serviço.

Os serviços de conservação e manutenção do ajardinamento e coleções em área de 20 ha (área disponível à visitação pública) foi ampliado em 575 m<sup>2</sup> com estruturas para abrigo de coleções.

## C - O MUSEU DE CIÊNCIAS NATURAIS

Localizado em Porto Alegre, tradicional entidade voltada à pesquisa científica da flora e fauna gaúchas, por solicitações diversas, tem expandido sua atividade em nível nacional e internacional. Possui, entre suas atribuições, a de inventariar, determinar, catalogar e armazenar de forma adequada, coleções científicas representativas do patrimônio da flora e fauna do Rio Grande do Sul.

As principais ações desenvolvidas pelo Museu de Ciências Naturais incluem as de conservação do acervo de coleções científicas, constante de 237.191 lotes; o atendimento à

comunidade, estudantes e imprensa, que atingiu a 634 pessoas e a 301 horas/aula de Cursos, Palestras e Seminários.

Através do Centro de Identificação da Fauna Urbana - CIFURB, desenvolveu projetos de interesses médio e fim social como o "Controle de Pediculose", em comunidades da Capital e do interior do Estado, atingindo 12 Municípios, além de Porto Alegre e totalizando 174 escolas e 28 centros infantis.

O Núcleo Regional de Ofiologia de Porto Alegre "Dr. Thales de Lema" - NOPA, inserido em seu objetivo primordial, que é a produção de peçonha, seu processamento e a remessa aos Institutos Soroterápicos Oficiais, para o fabrico de soro antiofídico, prestou assessoria a comunidades, através de Prefeituras Municipais, escolas, postos de saúde e hospitais e o Ministério da Saúde em sua política de ofidismo; remeteu 255 mg de peçonha de cobra-coral para a Divisão de Imunobiológicos da Fundação Ezequiel Dias (FUNED).

O Setor de Manejo de Fauna, responsável pelo gerenciamento dos recursos de fauna nativa, tem assessorado o IBAMA na proteção de espécies de vertebrados que sofrem pressão de caça legalizada no Estado e empenha-se em determinar o atual quadro relativo às espécies ameaçadas de aves; em cooperação com o Chile, Uruguai e Argentina, efetua estudos para a preservação do cisne-de-pescoço-preto e capororoca.

Em 1991 o setor atuou em 43 Municípios do Rio Grande do Sul emitindo 6.213 licenças de caça.

Na área de Prestação de Serviços em Meio Ambiente, foi renovado o contrato com a Cia. Petroquímica do Sul (COPEL), visando a assessoria para o monitoramento biológico da área de implantação do seu "Parque de Proteção Ambiental" e executado Estudo de um Programa Ecológico para a Refinaria Alberto Pasqualini - REFAP, que inclui o levantamento e avaliação das condições da fauna e flora, o plano de manejo ecológico e as recomendações sobre a introdução de animais domésticos e silvestres, entre outros.

O Centro de Educação Ambiental - CEA, além das tarefas rotineiras de registro da visitação da comunidade e escolares à Sala de Exposição, do treinamento de professores da rede estadual e particular de ensino e promoção de eventos culturais e palestras realizou as seguintes Exposições Rotativas no âmbito do Museu:

- Peixes nativos do Rio Grande do Sul;
- Ossos Fósseis revelam Doenças do Homem;
- Grandes Detalhes;
- Flores Campestres do Morro Teresópolis;
- Serpentes Peçonhentas do Rio Grande do Sul.

Em ambientes externos foram promovidas as seguintes Exposições Itinerantes em comemoração aos 36 do Museu:

- Esperança de Vida para os Arroios da Grande Porto Alegre, (E.E. de 1º Grau Ceará e Colégio Farrroupilha);
- CIFURB e Comunidade, (Colégio Farrroupilha);
- As Flores e seus Visitantes, (Igreja Santo Antônio);
- Ciência na Praça, (Praça da Alfândega e Brique da Redenção).

Para o desenvolvimento de suas ações de pesquisa e prestação de serviços, o Museu contou com recursos provenientes de trabalhos realizados à REFAP, COPEsul e Convênios com o MINISTÉRIO DA SAÚDE, FEDERAÇÃO DE CAÇA E TIRO, METROPLAN, entre outros bem como com auxílios concedidos pelo CNPq, pela FAPERGS e FINEP.

Através do Programa de Recuperação da Capacidade Instalada, foram obtidos recursos junto a FAPERGS para aquisição de um Microscópio Eletrônico de Varredura, o que colocará o Museu de Ciências Naturais em nível dos museus do Primeiro Mundo.

#### 7.4 - COMPANHIA RIOGRANDENSE DE LATICÍNIOS E CORRELATOS (CORLAC)

O início de uma nova administração na Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos (CORLAC) caracterizou-se por uma profunda reestruturação do sistema administrativo com vistas a agilizar a execução de suas atribuições.

O estabelecimento de diretrizes gerais e de políticas de atuação levou a modificações não só no relacionamento com os produtores de leite, como também na estrutura organizacional e funcional da Empresa.

Cabe destacar a desvinculação do preço do leite pago ao produtor com o da venda; o estímulo à organização dos produtores em associações (condomínios rurais); a prioridade de assistência às associações de produtores, a descentralização da industrialização do leite; a aplicação dos lucros no fomento à produção; o estabelecimento de uma política de remuneração e investimentos e a participação do quadro funcional nas decisões da Empresa.

Visando a modernização e racionalização da estrutura da CORLAC, está em andamento um processo que altera desde a Diretoria até a área de serviços auxiliares, ou seja, toda a Empresa. Em nível de Diretoria se propõe a existência de um Diretor-Presidente e outro Vice-Presidente que ajudará a gestão do primeiro e o substituirá em seus impedimentos.

Ainda dentro desta linha de simplificação da administração, foram extintos os cargos de superintendentes. Três categorias de gerentes estão sendo implantadas: Gerente Geral, Gerente de Área e Gerente de Unidade, todos eles diretamente relacionados com a Presidência.

Estima-se que no final do processo a Empresa terá uma redução de 30% no número de gerentes, com evidente economia e melhoria da flexibilidade operacional.

## A - POLÍTICA DO LEITE

A CORLAC, fiel à sua missão, tem exercido o papel de defensora dos produtores de leite, forçando que as demais indústrias do setor a sigam nas políticas adotadas.

Em 1991, a Companhia acabou com a cobrança do segundo percurso, ou seja, algo injustificável, que onerava o produtor quando o leite não era processado no posto de recebimento. Suprimiu a prática do chamado "leite indústria", isto é, um leite pago por um preço reduzido, por se destinar à industrialização, mas que era absolutamente idêntico ao leite destinado ao consumo. Ainda dentro desta linha de atuação, estabeleceu como meta o pagamento aos produtores com base nos cálculos de custo e rentabilidade fornecidos pela EMBRAPA, desvinculando este preço do de venda do leite ao consumidor, o que é essencial para que possam gerenciar suas unidades produtoras. Um calendário de pagamento está sendo implantado, e a CORLAC assumiu o compromisso de pagar o custo decorrente de eventuais atrasos na liquidação dos débitos. Os produtores estão sendo estimulados a fornecerem leite "B", recebendo orientação técnica e apoio integral.

Assumindo seu papel de agente de desenvolvimento social a Companhia vem estimulando a organização dos produtores em linhas e associações, de tal forma que possam melhorar suas possibilidades de diálogo e de desenvolvimento. Quando os produtores estão organizados, a CORLAC oferece possibilidades de contratação de agrônomos ou veterinários, pagando um adicional no preço do leite e permitindo que os próprios produtores façam estas contratações. Linhas de financiamento para aquisição de vacas estão sendo buscadas e a Empresa está envolvida num processo de desmobilizações do seu patrimônio ocioso, com vistas ao estabelecimento de um fundo rotativo de apoio aos investimentos a serem feitos pelos produtores.

## B - FOMENTO E REDE DE POSTOS

A atividade de fomento foi reestabelecida com resultados muito significativos que comprovam o acerto desta decisão. A Empresa tem liderado entre as congêneres o apoio a melhores condições aos produtores, como forma de aumentar a base produtora e potencializar o setor, com novas unidades sendo abertas, tais como Lajeado Bonito, Três Passos, Assentamento

Anoni/Sarandi, Erval Grande e outras. Estão em construção os postos de Giruá, Catuípe, Eugênio de Castro e Constantina. Em estudo de viabilidade estão os postos em Porto Lucena e Guarani das Missões, e o posto de Torres está sendo recuperado. A recuperação da Empresa em termos de ingresso de leite quantifica o êxito que está sendo obtido.

### C - COMERCIALIZAÇÃO

A modernização da área comercial induziu a redução de pessoal na ordem de 20%, estimando-se que irá atingir a mais de 40%, até o final do processo. Algumas atividades, que eram feitas por funcionários, estão sendo exercidas por autônomos ou estagiários, com grande melhoria de desempenho e economia. A filosofia de atuação na comercialização foi modificada, tendo sido estabelecido um relacionamento íntimo e eficaz com a área de produção. Grandes clientes foram recuperados e o perfil das vendas vem sendo administrado no sentido de aumentar a participação dos derivados.

Um cuidado especial está sendo dado à qualidade dos produtos e serviços. Gradativamente a empresa está iniciando exportações e comercializando derivados importados, quando há conveniência neste tipo de operação. A CORLAC está adotando a filosofia da desintermediação na comercialização, visando vender diretamente ao consumidor, o que permite uma lucratividade maior e o ingresso de recursos à vista.

Visando a melhoria das condições operacionais, nova fase, está em recuperação a área de produção para atender postulações da Fiscalização Federal. Problemas de controle de produção foram resolvidos com a adoção da filosofia de clientes internos, ponto de partida para a organização celular. A Empresa não fará investimentos na produção, pois trabalha, ainda, com grande ociosidade e possui equipamentos em condições de atender à demanda com a qualidade desejada.

### D - CUSTOS

O sistema de cálculo de custos está sendo totalmente reformulado, de tal forma que possa ser uma fonte de informações para a tomada de decisões gerenciais. Um estudo sobre esta reformulação já foi realizado para possível implementação das modificações necessárias.

### F - SITUAÇÃO FINANCEIRA

A CORLAC consolidou dívidas tributárias com o Governo do Estado e está acertando situações ainda pendentes. A Empresa não recebeu qualquer contribuição do Governo do Estado tendo, tão somente, procedido a acertos com débitos consolidados. Com o

Governo Federal, possui um crédito pendente de mais de Cr\$ 1,5 bilhões que está sendo equacionado para recebimento. Há um estoque significativo de leite em pó, que será exportado ou comercializado com vistas a programas do Governo Federal. Gradativamente a empresa está reduzindo seus custos e aumentando sua eficácia operacional, visando se tornar lucrativa e capitalizada.

#### 7.5 - CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.. (CEASA/RS)

Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S/A. (CEASA/RS) foi constituída através da Lei Estadual Nº 5.993/70 e de Lei Municipal Nº 3.413/70. Posteriormente, através do Decreto Nº 70.502/72, que regulamentou o SINAC (Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento), a União ficou com a gestão das Centrais de Abastecimento.

Mais recentemente, através da Lei Nº 8.819/89, foi dada ao Estado autorização para receber as ações da União, o que deixou o Rio Grande do Sul na condição de acionista majoritário da Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S/A. (CEASA/RS).

Sua inauguração oficial ocorreu no dia 8 de março de 1974.

Dentre as finalidades que determinavam a construção da CEASA/RS, pode-se destacar: melhorar as condições de comercialização de produtos hortigranjeiros; propiciar um sistema moderno e racional de abastecimento da Região Metropolitana e do Estado; contribuir para a estabilização de preços dos hortigranjeiros; incentivar a produção, comercialização e consumo de produtos hortigranjeiros e ser um elo de ligação no sistema nacional de abastecimento.

As tarefas iniciais da nova administração orientaram-se, primeiramente, em suplantar algumas entraves administrativos para dar maior fluidez às ações de assistência ao produtor na comercialização de seus produtos e na normatização da atuação do mercado de abastecimento de hortigranjeiros, a saber: serviço de proteção ao usuário; taxa de compradores; horário diferenciado de comercialização para o inverno (tarde/noite) e verão (manhã), em caráter experimental.

Além disso, atividades de caráter interno da própria administração foram revisadas e os resultados se concretizaram na elaboração de um Plano Diretor de Informática para 1991 a 1993 e no reinício das obras em novembro de 1991.

Desta forma foram recuperadas as rampas de cargas e descarga; a parte elétrica foi recuperada totalmente; houve pintura dos prédios e conclusão do muro frontal; feita nova entrada d'água; aquisição de varredora; recuperação e ampliação

do sistema de alto-falante; Informatização do Galpão dos Produtores com recursos próprios da Empresa.

Na expansão das melhorias dos serviços para o interior foram criadas filiais em Passo Fundo, Ijuí, Santa Maria e Missões, além da legalização da área de Caxias do Sul junto à CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento).

A participação em eventos rurais aconteceram na EXPOINTER e na VII Festa do Pêssego.

Na busca de otimizar o relacionamento com a classe de carregadores, a Empresa incentivou a reorganização dos mesmos através de uma Associação.

Em maio, foi iniciado o ciclo de abertura da CEASA/RS a todos os produtores do Estado. A partir de circular enviada à FETAG e Sindicato dos Trabalhadores Rurais, diversas reuniões com produtores foram feitas, com a participação da CEASA/RS, em cerca de 18 localidades, a saber: 3 na FETAG/RS, em Passo Fundo e região, Ijuí, Santo Ângelo, Caibaté, Venâncio Aires, Cruzeiro do Sul, Rolante, Santo Antonio da Patrulha, Nova Hartz, Igrejinha, Novo Hamburgo, Sapiranga, Pelotas, Capão do Leão, Brochler do Maratá, Ilópolis, Arvorezinha, Pouso Novo, Poço das Antas, Salvador do Sul, Carlos Barbosa, Flores da Cunha, Farroupilha, Caxias do Sul, Garibaldi, Barão, Santa Maria, Formigueiro, Faxinal do Soturno, entre outros.

Paralelamente, nas regiões onde estão se instalando as filiais da CEASA/RS (Passo Fundo, Pelotas, Santa Maria e Missões) diversas reuniões foram realizadas, inclusive técnicas, visando preparar os agricultores para a comercialização. Nelas foram debatidos assuntos relacionados com classificação e embalagem de produtos, comercialização em associações e principalmente, desmistificação do sistema CEASA. Montou-se uma equipe de recepção para atender aos produtores do interior em visita ao complexo CEASA/Porto Alegre e para ministrar aulas práticas aos mesmos.

Outro tipo de assistência foi prestada na comercialização da batata aos produtores de Barão e da cebola aos de São José do Norte, bem como no encaminhamento de agricultores de diversas regiões do Estado aos supermercados, atacadistas e mercados, visando suplantat problemas de comercialização de seus produtos.

## 7.6 - INSTITUTO RIOGRANDENSE DO ARROZ (IRGA)

As políticas visando à reorganização administrativa e financeira da Instituição, com o objetivo de alcançar as metas estabelecidas pelo Governo do Estado no Plano Povo Grande do Sul, implicaram a adoção de medidas como:

- Redução de despesas variando de 30 a 70%, onde se incluem gastos administrativos, diárias, comunicações, energia, aluguéis e combustíveis;
- Reavaliação de valores de receitas oriundas de prestação de serviços, comerciais, industriais, produtos e subprodutos;
- Revisão dos contratos de exploração econômica das florestas, laboratórios de sementes e solos;
- Atualização da Taxa de Cooperação e Defesa da Orizicultura (Taxa CDO) cuja nova alíquota passará a vigorar a partir de Janeiro/92;
- Prospeção de fontes alternativas de receita para a pesquisa e projetos técnicos em convênios com a iniciativa privada;
- Estabelecimento de convênios com a CODEVASF (transferência de tecnologia para o Vale do São Francisco), PRONI (Cadastro Nacional de Irrigantes) e FAPERGS (reequipamento da biblioteca técnica);
- Reestruturação da revista "Lavoura Arrozeira" visando a uma maior penetração em sua faixa de atuação, agilidade no processo de distribuição e busca de anunciantes para torná-la auto sustentável;
- Atualização de valores e cobrança de créditos junto a produtores e usuários dos serviços da Autarquia.

Destaca-se, também, por ocasião da EXPOINTER/91, o lançamento da variedade IRGA-416, na qual se deposita grande confiança em relação a ganhos de produtividade e segurança de produção na cultura do arroz.

Afora estas iniciativas de caráter administrativo, foi igualmente priorizada a retomada das negociações com o objetivo de implantar o Centro de Pesquisa do Arroz Irrigado, em Eldorado do Sul, em área própria da instituição. Para tanto, foram iniciadas tratativas, no mês de setembro, com empresas construtoras para avaliar a possibilidade de permuta por área construída no Centro de Pesquisa pela área da Estação Experimental em Cachoeirinha. Evidentemente que este tipo de negociação passará obrigatoriamente por um processo de licitação pública, com o acordo do Conselho Deliberativo do Instituto, da autorização governamental e do referendo da Assembléia Legislativa.

Quanto ao aspecto da condução política do setor arrozeiro, tem o IRGA assumido uma postura de liderança de classe frente às reivindicações junto aos Ministérios da Economia, Fazenda e Planejamento, e da Agricultura e Reforma Agrária, em favor do estabelecimento de uma política definitiva de abastecimento e preços, face às importações que ocorrem em função da eliminação de alíquotas tão prejudiciais ao setor.



Quanto ao MERCOSUL, foi incumbido o IRGA de coordenar a elaboração das planilhas de custos de produção e dos setores industrial e comercial, bem como de realizar diagnóstico e prognóstico do mercado arrozeiro no País, visando fornecer subsídios para as discussões de nivelamento de custos, tributos e taxas praticadas nos países de integração do MERCOSUL.

As atividades da Autarquia, operacionalizadas pelos seus Departamentos, são apresentadas a seguir.

No tocante à promoção e extensão rural, foram realizadas as seguintes atividades ao longo do período:

- Nivelamento de canais e esgotos: 575Km;
- Consultas recebidas e propriedades visitadas: 1600;
- Palestras, reuniões e dias de campo: 1.800 produtores;
- Projetos de instalação de recalques: 18.600ha;
- Anteprojetos de açudes: 10.200ha;
- Reforma e exploração de açudes: 550;
- Análise de sementes: 16.000;
- Nivelamento de diques: 8KM;
- Análises de solos: 15.500

Relativamente às atividades de pesquisa e experimentação orizícola, na área experimental e de multiplicação de sementes estão sendo implantados 86ha nas classes básica, registrada e certificada.

Também foram desenvolvidas, na Estação Experimental do Arroz (EEA), operações com vistas à semeadura no "Sistema de plantio direto" visando ao controle do arroz vermelho e invasoras.

Quanto ao melhoramento genético do arroz irrigado, para hibridações e condução da F1, foram semeados, em "casa de vegetação", 79 cruzamentos para posterior transplante a campo e 1.500 diferentes genótipos semeados a campo.

No intercâmbio de germoplasma, foram enviados ao INTA-CORRIENTES, Argentina, 15 linhagens avançadas do programa de melhoramento do IRGA.

O viveiro nacional de Brusone remeteu ao CNPAF 70 genótipos para avaliações, e o viveiro especial de toxidez de ferro encaminhou a EMPASC/ITAJAÍ, 166 genótipos para avaliação de reação àquela toxidez.

O jardim de seleção e viveiro especial fez o preparo de 7.000 amostras de sementes para semeadura 1/92 (brusone e toxidez de ferro).

Desenvolveu estudos de fatores de correção do solo e aplicação de nutrientes para resposta da nova cultivar.

Foram ainda desenvolvidas atividades preparatórias de documentos para sustentação de tese de Mestrado "Reação de Cultivares de Arroz à Bactérias Fitopatogênicas de Sementes de Arroz no RS", bem como trabalho apresentado na VIII Conferência Internacional do Arroz para América Latina e Caribe "Estabilidade da Resistência à Brusone de Germoplasma de Arroz, introduzido no RS".

Além disto, desenvolveram-se trabalhos em convênios com entidades privadas, visando buscar alternativas tecnológicas para produtos agroquímicos empregados na lavoura do arroz.

O Centro de Treinamento de Mão-de-Obra Rural (CTMOR), que tem por objetivo capacitar mão-de-obra em treinamentos rápidos para os postos de trabalhos inerentes à agroindústria orizícola, realizou 54 treinamentos para 868 trabalhadores, englobando:

- 13 cursos de conservação de tratores e regulagem de arados e grades para 219 treinandos;
- 7 cursos de aplicador de defensivos agrícolas para 106 treinandos;
- 7 cursos de conservação e regulagem de semeadeiras-adubadeiras para 121 treinandos;
- 12 cursos de nivelador de talpas para 221 treinandos;
- 01 curso de manejo de lavoura para 15 treinandos;
- 03 cursos de armazenamento e controle de insetos e roedores para 25 treinandos;
- 08 cursos de classificador de arroz para 112 treinandos;
- 03 cursos de secador de arroz para 49 treinandos.

Na Unidade de Produção Agrícola (UPA), em Palmares do Sul, estão sendo implantadas 2.450 quadras de arroz irrigado em parceria com lavoureiros assentados, cuja produção estimada é de 470.000 sacos. Nesta mesma gleba desenvolvem-se atividades de pecuária no sistema de integração lavoura/pecuária, com rebanho de aproximadamente 3.000 cabeças.

Ainda neste exercício a UPA realizou 11Km de limpeza de canais, 20 pontes de madeira e 10 bueiro e sifões.

Medidas adotadas pelo Gabinete da Diretoria Técnico-Agrícola, visando correções de enfoque administrativo e operacional foram implementadas, destacando-se:

- Estabelecimento de convênio com a PUC, ASSOARROZ (Uruguaiana) e Secretaria de Ciência e Tecnologia, visando a implantação de um campo experimental para arroz irrigado e culturas alternativas em Uruguaiana;
- Convênio com a Prefeitura de Palmares para o estabelecimento de 150ha de milho irrigado em próprio da Autarquia, como base para a implantação de um Condomínio Rural na UPA, em 1992;
- Alteração nos contratos de fornecimento de água na Barragem do Capané, reajustando os valores em 30% em equivalente produto relativamente a períodos anteriores;
- Definição e início de implantação do programa de subestação de pesquisa regionais;
- Elaboração e implantação do projeto da Lagoa da Lavagem em Palmares do Sul, visando substituir o sistema diesel por sistema elétrico o que permitirá, a partir do 2º ano de utilização, uma economia de 37% ao ano;
- Levantamento patrimonial de máquinas e equipamentos utilizados nas lavouras de produção do IRGA, desativadas por determinação da Diretoria, com o fim de valoração para leilão público;
- Realização de 8 indenizações a lavoureiros por ocorrência de granizo, totalizando Cr\$ 12 MILHÕES pagos com recursos próprios da Autarquia.

O Departamento de Administração Geral, além de várias providências de âmbito interno, fez uma revisão nas receitas da Autarquia, realizando estudo para atualização da Taxa de Cooperação e Defesa da Orizicultura - Taxa CDO.

O Departamento Comercial e Industrial, através de suas unidades situadas em Uruguaiana, Palmares do Sul e Cachoeira do Sul, teve o seguinte desempenho: 13.513t. de arroz secado e 29.562t. de arroz armazenado nos engenhos, e comercialização de 1.017t. de arroz próprio do IRGA.

Os armazéns que o Instituto possui em Pelotas foram cedidos com ônus para a CEASA, resolvendo assim o problema de ociosidade, dentro do plano de modernização administrativa do Governo do Estado.

## 7.7 - INSTITUTO SUL RIO-GRANDENSE DE CARNES (INSTUCARNES)

A Autarquia, criada pelo Decreto Nº 5.648, de 13 de julho de 1934, é uma entidade pública autônoma e tem por finalidades defender as indústrias agropecuárias do Estado

melhorar suas condições e organizar sua industrialização; estabelecer a colaboração entre o Estado e os produtores.

O Instituto, extinto pela Lei Nº 9.409 de 28/10/91 desenvolveu, durante o exercício as seguintes atividades:

- Assessoramento aos poderes Executivo e Legislativo do Estado, prestando informações e elaborando pareceres, participando de reuniões de assuntos ligados à produção, industrialização e comercialização de todas as carnes e subprodutos;
- Permanente relacionamento, intercâmbio e convênios com as entidades representativas dos produtores, indústrias e comerciantes de carnes;
- Contatos com a Secretaria da Agricultura e Abastecimento para o lançamento do programa do Serviço de Inspeção Sanitária e Industrial dos Produtos de Origem Animal a ser realizado na sede do Frigorífico Sinoscarne Ltda, em São Leopoldo;
- Participação no Sinoscarne, em São Leopoldo, no lançamento do programa de Inspeção Sanitária de Produtos de Origem Animal, a ser executado pelo Departamento de Produção Animal da Secretaria da Agricultura e Abastecimento e o Instituto;
- Participação em reunião na Secretaria da Fazenda, juntamente com dirigentes da FARSUL, Sindicato das Indústrias de Carnes do Rio Grande do Sul, FECOCARNE e Departamento de Produção Animal visando debater a implantação da nova sistemática de cobrança do ICMS sobre a carne;
- Realização de reunião com representantes do SENAI para tratar de novos cursos de treinamento e assistência técnica às Indústrias Frigoríficas do Estado, dentro do Convênio entre o Instituto de Carnes e o SENAI-RS;
- Fornecimento de dados estatísticos sobre o mercado da carne;
- Participação em reunião com o setor das indústrias de carnes e produtores, tendo em vista avaliar a situação dos frigoríficos e cooperativas de carnes;
- Elaboração de documento, juntamente com as indústrias e cooperativas de carne, ARIEC, Sindicato do Frio do Estado de São Paulo, Conselho de Médicos Veterinários do Rio Grande do Sul, reivindicando a redução do ICMS na carne e a ativação da inspeção e fiscalização sanitária nos abatedouros com comércio intermunicipal e municipal de carnes;
- Publicação do Boletim Informativo Mensal que traz dados atualizados e completos sobre abate, produção, abastecimento, industrialização, importação, exportação e preços de carnes bovinas, suínas, eqüínas, ovinas, coelhos, pescado e aves. A publicação em apreço tem circulação nacional e até em alguns países do Cone Sul, com uma tiragem superior a 500 exemplares mensais.

**8 - SECRETARIA DE ENERGIA, MINAS E  
COMUNICAÇÕES (SEMC)**

**8.1 - Companhia Estadual de  
Energia Elétrica (CEEE)**

**8.2 - Companhia Riograndense de  
Telecomunicações (CRT)**

**8.3 - Companhia Riograndense de  
Mineração (CRM)**

A Secretaria de Energia, Minas e Comunicação tem por competência propor a política de energia elétrica do Estado, assegurando a sua execução através da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE); promover a expansão da eletrificação rural do Estado, bem como dar assistência ao cooperativismo de eletrificação e telefonia rurais; promover a política de telecomunicações, assegurando a sua execução através da Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT); realizar pesquisas e promover a racional exploração do carvão mineral e de outros recursos minerais de interesse do Estado, através da Companhia Riograndense de Mineração (CRM); promover o desenvolvimento de fontes alternativas de energia; supervisionar e acompanhar a execução dos planos e programas das entidades que lhe são vinculadas, onde se incluem, ainda, a Comissão Estadual de Energia do Rio Grande do Sul (CENERGS) e o Conselho Estadual de Mineração (CEM), visando assegurar às mesmas a máxima eficiência.

Sendo este o primeiro ano de uma nova administração estadual, houve especial empenho de parte desta Secretaria não só junto às três empresas a ela vinculadas como também ao Conselho Estadual de Mineração e à Comissão Estadual de Energia a fim de que as propostas contidas no Plano de Governo "Povo Grande do Sul" fossem coerentemente transferidas para os documentos norteadores da ação da Pasta - o Plano Plurianual, a Definição das Ações Prioritárias, a Programação Setorial e a Proposta Orçamentária para 1992.

Com relação a Usina Termelétrica (UTE) Candiota III houve uma viagem à França onde foi inspecionado o equipamento depositado em portos daquele país, a fim de não só avaliar o seu estado de conservação, como também estabelecer contato com a ALSTHOM Francesa e os Bancos Credores, do que resultou a elaboração de um Termo Aditivo em Porto Alegre, no mês de outubro, visando ao equacionamento da dívida da CEEE junto aos mesmos. Além disto, no mês de dezembro de 1991 foi elaborado um protocolo com a participação da ELETROBRAS e da União, mediante o qual a União assumiu a dívida da CEEE junto aos Bancos Franceses relativa a primeira máquina de Candiota III, além de ter sido delineada a futura participação de capitais privados em Consórcio a ser formado para a construção da referida Usina.

Quanto à Usina Hidrelétrica (UHE) de Dona Francisca, destaca-se a elaboração do Edital de Concorrência para a sua construção através de consórcio com a participação da iniciativa privada.

Com referência às telecomunicações, em novembro de 1991 a CRT lançou o Programa de Telefonia Móvel Celular atendendo inicialmente a 4.000 terminais móveis na área Metropolitana e no Litoral.

No setor de produção mineral a CRM formalizou, em 4 de outubro de 1991, a aquisição de um lavador de meio denso da Aços Finos Piratini, para a produção de carvão CE - 4700 visando atendimento ao mercado industrial.

Com relação ao gasoduto de gás natural, além da participação em várias reuniões da Associação Brasileira dos Distribuidores de Gás Canalizado - ABGAS, Ministério da Infra-Estrutura - MINFRA, foi assinado protocolo entre a Secretaria de Energia, Minas e Comunicações e a PETROBRÁS Distribuidora objetivando a constituição de uma empresa distribuidora de gás no Estado.

### A - CONSELHO ESTADUAL DE MINERAÇÃO (CEM)

O Conselho Estadual de Mineração, criado pelo Decreto nº 32.198, de 20 de março de 1980, com a incumbência de "coordenar a política de desenvolvimento da produção mineral do Estado do Rio Grande do Sul, a ser executada pela Coordenadoria da Produção Mineral (CPM)", é integrado por representantes de diversos órgãos e entidades vinculadas ao setor mineral, sendo presidido pelo Secretário de Energia, Minas e Comunicações.

O desenvolvimento das ações e projetos sofreram, no transcorrer do ano de 1991, uma série de restrições devido à notória falta de recursos orçamentários e humanos a que esses órgãos foram submetidos desde sua criação.

Durante o exercício registraram-se, dentre outras, as seguintes ações:

- Realização de Reuniões Plenárias Mensais do CEM;
- Elaboração de anteprojeto para criação de Fundo de Investimento em Recursos Minerais;
- Estruturação do Projeto Escolas de Lapidagem, através de contatos para futuro convênio com o SENAI, visando treinamento de pessoal;
- Início do Projeto Diagnóstico Mineral do Estado, com realização das etapas de Frederico Westphalen, Erechim e Santa Cruz do Sul, em convênio com Universidades locais;
- Diversas reuniões com a Secretaria da Fazenda, visando orientar para a fiscalização efetiva e colibir descaminhos e subfaturamento de produtos de origem mineral, principalmente pedras preciosas;
- Realização de 50% do Projeto "Mostruário de Rochas Minerais do Estado";

- Reuniões com os representantes dos segmentos minerais de pedras preciosas e areia, procurando debater e ativar as reivindicações mais sentidas pelos mineradores;
- Aprovação do Regimento Interno da CPM/CEM e proposta de estrutura mínima para a Coordenadoria.

## B - COMISSÃO ESTADUAL DE ENERGIA (CENERGS)

A CENERGS é um órgão ligado à Secretaria de Energia, Minas e Comunicações (SEMC) e tem por atribuições fomentar o desenvolvimento de Fontes Novas e Renováveis de Energia, e assessorar a SEMC no planejamento energético do Estado do Rio Grande do Sul.

Com relação aos projetos prioritários de Governo sob a responsabilidade da CENERGS, foram desenvolvidas as seguintes ações:

### a - Planejamento Energético Municipal

Foi assinado um convênio entre o Estado, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e as instituições de Ensino Superior do Estado, com a interveniência da CENERGS, para realização, no prazo de 1 ano, de 18 edições de cursos para treinamento de 640 (seiscentos e quarenta) técnicos, através do qual foram realizadas 5 (cinco) edições do Curso de Extensão e Planejamento Energético-Mineral-Ambiental (CEPEMA). Esses cursos têm por objetivo a formação de técnicos oriundos dos Municípios do Estado que elaborarão os diagnósticos energético-mineral-ambiental locais, efetuando os levantamentos dos recursos disponíveis e das demandas existentes.

### b - Projeto Comunidade Econômica Européia

O convênio firmado entre a Comunidade Econômica Européia e a SEMC, com interveniência da CENERGS, visa a elaboração do projeto de estudo da matriz energética do Estado do Rio Grande do Sul, sua evolução no ano 2010 e suas implicações ambientais.

### c - Participação no 12 Fórum Nacional de Energia

A CENERGS, no 12 FONADE, fez a apresentação do Projeto de Fontes Novas e Renováveis do RS, aprovado em Goiânia e adotado como base para o projeto nacional "Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios (PRODEEM/MINFRA)".



d - **Projeto Elaboração de Viveiros de Mudas Florestais**  
Foram realizados projetos de viveiros de mudas florestais em 6 Municípios do Estado - Cachoeira do Sul, Condor, Terra de Areia, São Miguel das Missões, Eugênio de Castro e Santo Ângelo - já implantados, aguardando repasse, pelo Estado, dos valores empenhados, mediante fiscalização da CENERGS.

### 8.1 - **COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA (CEEE)**

A CEEE é uma Sociedade de Economia Mista, que tem como objetivo projetar, construir e explorar Sistemas de Produção, Transmissão e Distribuição de energia elétrica, e serviços correlatos à realização de suas finalidades principais.

A Companhia, além de participar do sistema interligado sul/sudeste, definido, em conjunto com as demais empresas, a operação e o planejamento do sistema elétrico principal, tem sua atuação balizada por normas do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica/Secretaria Nacional de Energia, órgão subordinado ao Ministério da Infra-Estrutura.

A Empresa tem sob concessão 96,9% da área geográfica do Estado e atende todos os Municípios do Rio Grande do Sul, sendo 292 diretamente, e outros 41 de forma indireta, através de sete outros concessionários e dezessete Cooperativas de Eletrificação Rural, para as quais a CEEE fornece energia em grosso para distribuição.

Conta hoje com um complexo de 8 usinas de grande porte, 22 pequenas usinas, 160 subestações, mais de 9.000Km de linhas de transmissão, 115.000Km de rede de distribuição e 72.000 transformadores. Esta estrutura visa atender 2.320.266 consumidores, distribuídos em todo o território estadual, contando com 31 gerências regionais que descentralizam sua administração, e 10.747 empregados.

A receita bruta da Companhia, no período de Janeiro a outubro de 1991, alcançou US\$ 880 MILHÕES, com US\$ 125 milhões de ICMS, e uma Geração Interna de Caixa no valor de US\$ 171 milhões. Com referência a empréstimos, financiamentos e credores em geral, foram pagos mais de US\$ 80 milhões no período considerado.

A CEEE participou das realizações do CODESUL pertinentes às questões energéticas, e como resultado de trabalhos desenvolvidos em conjunto com o Paraná e Santa Catarina, foi obtida a revisão dos níveis tarifários da Binacional Itaipu, com uma redução de 22%, em média, na tarifa paga pela Empresa, a partir de novembro.

No período de Janeiro a outubro do ano sob relato, a CEEE apresentou uma disponibilidade bruta de energia de 11.609,1 GWh, com uma taxa de crescimento de 6,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, atendendo 2.320.288 consumidores. Desta energia, a Companhia gerou 3.404,0GWh (29,3%) em suas próprias usinas, e recebeu 8.205,1GWh (70,7%) através do sistema interligado sul/sudeste.

A dependência energética foi motivada, principalmente, pela baixa ocorrência de chuvas no Estado, e conseqüente redução de 45,4% na geração das usinas hidrelétricas, queda em parte compensada pela geração térmica 16,2% superior ao período de Janeiro a outubro de 1990.

As principais classes de consumo são a Industrial, a Residencial, a Comercial e a Rural, que representam 91% do mercado, e apresentaram, respectivamente, as seguintes taxas de crescimento no período de Janeiro a outubro de 1991, em relação ao mesmo período de 1990: 0,8%, 7,7%, 8,0% e 17,1%.

O mercado de energia elétrica tem a característica de apresentar índices de crescimento superiores àqueles da economia global do Rio Grande do Sul, o que está reforçado neste ano de 1991, e portanto, exige investimentos permanentes e vultosos por parte da CEEE, apesar da conjuntura econômica adversa que o País atravessa, e que reduz o horizonte de planejamento na economia, dificultando sobremaneira a viabilização dos projetos do setor elétrico, sabidamente de longa maturação e baixa taxa de retorno.

Mesmo com estas considerações, o Orçamento de Investimento da CEEE neste ano de 1991 - Janeiro a novembro - contemplou um total de US\$ 164 milhões realizados.

A respeito dos projetos prioritários do Governo do Estado desenvolvidos pela Empresa destacam-se:

#### **A - PROGRAMA DE TRANSMISSÃO**

Em termos de transmissão e transformação, as obras concluídas e entregues à operação, até dezembro do corrente, são as seguintes:

- Subestação Porto Alegre 1: troca de transformadores de 17MVA para 42MVA;
- Subestação Vacaria: troca do transformador de 12,5MVA para 25MVA;
- Subestação Porto Alegre 4: transformador de 50MVA;
- Subestação Porto Alegre 6: troca de 2 transformadores;

- LT Variante Santa Cruz 1 - Candelária: em operação a partir de novembro;
- LT UTZ Charqueadas-Areal: operação em julho/91;
- LT Frasil-Farroupilha/Caxias 1: operação a partir de maio/91;
- LT Ramal Vera Fumos-Santa Cruz 1/Candelária: em operação a partir de novembro/91.

A interligação de Santa Vitória do Palmar ao sistema elétrico regional está em fase de estudo, uma vez que as características técnicas dos projetos já elaborados tornam o empreendimento de difícil viabilidade econômico-financeira, o que vem ocasionando sua constante postergação.

### **B - USINA TERMELÉTRICA CANDIOTA III - 1ª UNIDADE**

Esta unidade, com potência de 350MW, tem data prevista para entrada em operação em dezembro de 1997, e encontra-se com 24% do empreendimento concluído. O custo total está estimado em US\$ 694 milhões.

No mês de dezembro foram elaborados os termos de um convênio entre a União, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, Estado do Rio Grande do Sul e a Companhia Estadual de Energia Elétrica, com o objetivo de equacionar a dívida da CEEE e viabilizar a formação de um consórcio com a iniciativa privada para a conclusão das obras.

### **C - APROVEITAMENTO ENERGÉTICO DA BACIA DOS RIOS TAQUARI-ANTAS**

O potencial estimado para aproveitamento hidrelétrico, em escala comercial, é da ordem de 300MW, através de pequenas centrais.

Até novembro do corrente ano foram concluídas diversas etapas do projeto, como as restituições aerofotogramétricas, para estudo de arranjo dos reservatórios; os estudos hidrológicos, através da obtenção de curvas de permanência e vazões de projetos de possíveis locais de aproveitamento e estudos geológicos preliminares.

Estão em andamento os estudos geológicos finais, os estudos ambientais, a divisão das quedas, a concepção e arranjo das usinas e a definição dos critérios energéticos.

## D - USINA HIDRELÉTRICA DONA FRANCISCA

A usina será implantada no rio Jacuí, com potência prevista de 125MW, e encontra-se com 5% do empreendimento realizado. A previsão de entrada em operação é dezembro de 1996, com um custo total estimado em US\$ 190 milhões.

Além da recuperação e conservação do canteiro de obras da vila residencial, da execução do projeto civil e eletromecânico, das desapropriações e reassentamento de 20% das famílias atingidas, do detalhamento do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), e da pesquisa de materiais, foi elaborado o edital de concorrência para execução da obra, da modalidade "Turokey".

## E - PROGRAMA POUPE

O Programa Poupe foi lançado oficialmente em 18 de julho do corrente, e tem por objetivo a conservação de energia no RS. A meta do programa é alcançar uma economia anual equivalente a 5% do atual consumo de energia elétrica. Para atingir esta meta, além da "Agência para Economia de Energia", inaugurada em 19 de julho, visando a orientação do consumidor sobre conservação de energia e elaboração de diagnósticos energéticos, foram efetuadas campanhas educativas através de palestras nas escolas de 1º Grau em todo o Estado e em diversas entidades.

## 8.2 - COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES (CRT)

A economia atravessa um processo acelerado de transformações e com este aparece, cada vez mais crescente, o reconhecimento das telecomunicações como instrumento essencial para fomentar o crescimento econômico de qualquer natureza.

É sabido que as condições irregulares por que passa o País e, por extensão, a economia gaúcha, impedem o setor de telecomunicações de acompanhar, em nível internacional, os avanços tecnológicos.

Entretanto, a CRT, apesar de suas dificuldades, experimentou, no decorrer do ano de 1991, um crescimento em sua planta de 31.600 terminais automáticos, representando um acréscimo de 5,77% em relação à posição ao final de 1990.

No sistema interurbano foram incrementados 6.692 troncos digitais em centrais trânsito e 2.353 canais multiplex, que vieram contribuir para o descongestionamento do tráfego, inter e

intra estadual e internacional, melhorando a qualidade dos serviços.

Convém destacar também que, apesar das dificuldades enfrentadas, a CRT, atendendo aos programas traçados pelo Governo Estadual, realizou obras de telefonia rural, implantando centrais PAX/PBX, Sistemas de Rádio e Postos de Serviços, através do regime de co-participação.

Os projetos em andamento representaram investimentos técnicos da ordem de US\$ 103,8 milhões, dos quais US\$ 77,1 em expansão.

De outra parte, ao lado do crescimento apresentado, a Empresa está preocupada permanentemente com o saneamento financeiro, procurando administrar o grau de endividamento e otimizar o resultado operacional.

A modernização também é meta fundamental, principalmente no que se refere aos serviços de comunicação de dados, teleinformática e telefonia móvel celular.

Os planos de expansão no período 91/94 deverão proporcionar um acréscimo no atendimento da demanda de 80%, em 1991, para 88,8% em 1994, importando no incremento de 246.818 terminais telefônicos.

O atendimento dos serviços de cunho social serão viabilizados economicamente por aporte de recursos, garantido por projetos de maior rentabilidade e fontes especiais.

## **A - EXPANSÃO DO SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES**

### **a - Sistema Urbano**

No decorrer do ano de 1991 a CRT, dando continuidade a seus projetos, incrementou 31.600 terminais a sua planta instalada, representando um acréscimo de 5,77% ; tendo sido ampliados 18.481 em 43 centrais; implantados 24.934 terminais em 40 centrais e substituídos 11.815 terminais em 21 centrais, conforme rol de centrais a seguir:

#### **a.1 - Centrais Implantadas**

Palmeira das Missões, POA-Belém Novo, Portão, POA-Menino Deus-ELR, Três Coroas, Igrejinha, Santo Augusto, POA-Azenha-ELR, Osório-CPAS, Tramandaí, Mariluz, Planalto, Maquiné, Nova Tramandaí, Capivari, Nonoai, São Nicolau, David Canabarro, Cidreira, Nova Araçá, Ajuricaba, São Pedro do Sul, Crissiumal, Eldorado II, São José do Ouro, Ibirubá,

Cambará do Sul, Nova Bréscia, Dona Francisca, Casca, Agudo, Feliz, Rolante, Constantina, Berto Círio, Lavras do Sul, Languiru, Santa Bárbara do Sul, Pinhal e Butiá.

**a.2 - Centrais Ampliadas**

Santa Cruz do Sul-CPAS, Nova Araçá, Uruguaiana, POA-Cavallhada-ELR, Pedro Osório, Piratini, Bossoroca, Ronda Alta, Catuípe, Faxinal do Soturno, Restinga Seca, Gaurama, Chapada, Uruguaiana II, Canguçu, Cachoeirinha, Camobi, Canela, Bom Jesus, Antonio Prado, Nova Petrópolis, Sertão, Ijuí, Santo Angelo, Cruz Alta, Itaqui, Viamão, POA-Partenon, Arroio do Tigre, Cachoeirinha II, Capão da Canoa, Coronel Bicaco, Dr. Maurício Cardoso, Paraí, Passo Fundo II, Pejuçara, Independência, Selbach, Torres, POA-Bela Vista-Dig, Alegrete, Santa Rosa e São Francisco de Assis.

**a.3 - Centrais Substituídas**

Casca, Feliz, Nova Araçá, Agudo, Planalto, POA-Menino Deus-CPAS, Crissiumal, Rolante, Constantina, São José do Ouro, Ibirubá, Lavras do Sul, Nonoai, Santa Bárbara do Sul, Palmeira das Missões, POA-Belem Novo, Portão, Três Coroas, Igrejinha, Santo Augusto e Butiá.

Do ganho total, 24.537 terminais são com tecnologia digital, tendo sido contempladas um total de 78 localidades com implantações e/ou ampliações.

A gestão atual participou com 4,59% do acréscimo da planta telefônica, o que representa 25.135 terminais telefônicos.

Ocorreu a automatização de 8 sedes municipais (Cidreira, Cambará do Sul, Nova Bréscia, Ajuricaba, Dona Francisca, David Canabarro, São Pedro do Sul e São Nicolau) e 7 sedes distritais (Mariluz/Imbé, Eldorado II/Eldorado do Sul, Nova Tramandaí/Tramandaí, Languiru/Teutônia, Maquiné/Osório, Capivari/Palmares do Sul e Pinhal/Cidreira). As sedes referidas foram integradas ao Sistema Nacional de Telecomunicações, totalizando 4.694 terminais telefônicos implantados.

**b - Sistema Rural**

Foram realizadas 127 obras, das quais destacam-se: atendimento de 26 localidades com centrais tipo PAX/PBX; de 30 assinantes rurais (APATB) através de sistema de rádio de baixa capacidade; e de 5 localidades novas com Postos de Serviços, todos em regime de co-participação.

### c - Sistema Interurbano

No Sistema Interurbano foram ampliados 6.692 troncos digitais em centrais trânsito e 2.353 canais Multiplex, representando um acréscimo de 35,58% e 8,58%, respectivamente.

É relevante mencionar também a implantação de 2 centrais trânsito com tecnologia digital nas localidades de Palmeira das Missões e Pelotas, com substituição de 2.200 troncos analógicos.

## B - OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS

A aplicação de um planejamento orientado por ações basicamente relacionadas ao tempo, objetivando o crescimento real da receita e a redução dos custos operacionais, apresentou resultados que podem ser medidos através dos índices a seguir mencionados:

- O acréscimo dos terminais em serviço, de janeiro a dezembro/91, totalizou 22.835, equivalentes a 3,9% da planta instalada em dezembro/1990, determinando um grau de utilização da planta, para o período, de 88,67%;

- O número de chamadas IU por terminal médio em serviço apresentou no ano um acréscimo de 13,84% em relação ao período de 1990, representando um significativo incremento da produtividade (7,2%), em se considerando que nos primeiros meses de 1991 ela foi negativa;

- O grau de cobrança da receita apresentou um resultado negativo em torno de 6%, se comparado ao período de 1990. Entretanto, a partir de janeiro/92 espera-se recuperar este índice através do acionamento do bloqueio de terminais inadimplentes, implantado nos últimos meses do corrente ano;

- A comercialização até outubro/91 apresentou um resultado de 21.885 terminais telefônicos vendidos, tendo sido colocados à venda nos últimos meses do ano mais 20.478 terminais, contemplando 150 localidades.

As principais ações realizadas no período de 1991 foram:

- Na qualidade dos serviços houve reativação da análise e acompanhamento dos indicadores operacionais, com o objetivo de alcançar os índices das melhores empresas do Sistema TELEBRÁS, dentro do prazo de um ano; implantação do Projeto Supervisão Regional Centralizada e recomposição parcial das reservas técnicas;

- Na área de produtividade foram ativadas as sistemáticas de atuação da área de Consultoria sobre clientes com perdas de chamadas (PAB);

Na área de integração se fez avaliação do orçamento, dos projetos de investimentos de operação, infraestrutura, melhorias dos sistemas de telecomunicações, investimentos comuns e despesas;

Na área de resultados mediu-se a produtividade por terminal médio em serviço nas categorias de impulsos excedentes e chamadas interurbanas, propiciando com isso um incremento real no faturamento da CRT; implantação do Programa Geral de Comercialização; recuperação e realinhamento de Canais das Rotas de Transmissão.

### 8.3 - COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO (CRM)

A Companhia Riograndense de Mineração, vinculada à Secretaria de Estado de Energia, Minas e Comunicações, autorizada a funcionar como Empresa de Mineração pelo Alvará nº 103/70, do Ministério das Minas e Energia, executa a política mineral do Estado, através da pesquisa, extração, beneficiamento e comercialização de carvão, bem como de outras substâncias minerais. Neste sentido, os Projetos de Pesquisa Mineral, de Implantação da Mina do Leão II e Mina do Poacá, entre outros desenvolvidos por esta Companhia, e suas atividades operacionais, nas Minas do Leão (Butiá), Iruí (Cachoeira do Sul) e Candiota (Bagé), fazem parte das ações prioritárias do Governo do Estado, em andamento, e que apresentaram o seguinte desempenho no ano de 1991:

#### A - MINA DE CANDIOTA

Em conformidade com o Plano de Governo, a CRM formalizou, no dia 04 de outubro, a aquisição de um lavador de meio denso, da Aços Finos Piratini, para produzir carvão CE - 4700 destinado ao atendimento do mercado industrial, especialmente a indústria cimenteira. A produção deste tipo de carvão, na Mina de Candiota, ampliará substancialmente o raio de atendimento do mercado consumidor, permitindo uma maior competitividade da CRM, hoje restrita ao carvão termelétrico fornecido à Usina Candiota II. Sua implantação terá um prazo de 20 meses. Em Julho de 1991, a Companhia atendendo antigas reivindicações de seus funcionários, moradores da Mina de Candiota, entregou aos mesmos 160 (cento e sessenta) casas localizadas na "Vila Residencial", vendidas através de um processo licitatório realizado em março de 1991. Foi realizada a transferência da escavadeira "Dragline" 1260W com um peso de 1.588 t, da Malha II para a Malha IV, concentrando a lavra em



área mais próxima da britagem. A Mina, este ano, assistiu a quebra de seu próprio "record" de produção de carvão ROM, no mês de junho, com um total de 203.559 t. e, no da produção anual, atingiu 1.711.000 t. (valores de dezembro projetados).

Foram realizados os primeiros testes para utilização da argila interbancos da Camada de Candiota, que já apresentaram os primeiros dados positivos para o aproveitamento industrial deste mineral, que trará como consequência a maximização da produção M. Candiota, abrindo a possibilidade de colocação dos produtos no MERCOSUL.

#### **B - PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DA MINA DO LEÃO II**

O Projeto Básico Revisado em 1989, resultando na versão que prevê a capacidade nominal de produção de 2.051.000 t/ano de carvão ROM, cuja destinação prevista será a termoeletricidade, a indústria cimenteira, a gaseificação e a redução direta do minério de ferro. A proposição, com emprego de 4 frentes de produção e 7 de desenvolvimento, apresenta uma viabilidade econômica bastante satisfatória, criando a real possibilidade de retomada da implantação do projeto. A primeira produção pode ser obtida 2 (dois) anos após o início da implantação e a produção nominal em menos de 3 (três) anos. O projeto encontra-se com mais de 50% de sua parte física implantada. A importância que esta Mina terá no fornecimento de carvão para a Usina Termoeletrica Jacuí 1 deverá contribuir significativamente na geração de energia elétrica no Estado.

#### **C - PROJETO MINA DO POACÁ**

Na geração de 2100MW definidos para a Usina Termoeletrica de Candiota III, para um fator de capacidade de 40%, serão consumidos 7.360.000 t/ano de carvão ROM. Para a primeira máquina (350MW) a CRM possui atualmente equipamentos de descobertura e extração com capacidade de abastecimento de todo o complexo.

#### **D - PROJETO SÃO VICENTE NORTE (MINA DO LEÃO I)**

O Projeto é desenvolvido com o objetivo de verificar o aproveitamento econômico, pelo sistema de lavra a céu aberto, da área São Vicente Norte, a qual faz parte da Jazida do Leão. O método de lavra baseou-se na utilização de equipamentos rodoviários convencionais empreitados de terceiros. Prevendo-se uma produção de 35.000 t/mês de carvão ROM, o Departamento de Meio Ambiente aprovou a licença de instalação da frente de

trabalho, com exigências a serem cumpridas para uma posterior licença de operação.

Concernente à área de pesquisas minerais, foram executados, no período, 750 metros de perfurações nas localidades de Cachoeira do Sul e Bagé.

Quanto ao desempenho operacional da Empresa no período, verificou-se uma produção total de 1.860,0 mil t. (estimado dezembro) de carvão mineral ROM, volume de produção que vem crescendo devido, principalmente, ao consumo do carvão produzido na Mina de Candiota, por parte da Usina Termoelétrica Presidente Médici.

No que tange aos investimentos realizados no período, para dar andamento aos projetos referidos anteriormente, e outros investimentos relativos ao reaparelhamento das Minas, a Companhia aplicou o montante de US\$ 886,291.65 (dado estimado Dezembro/91).

**9 - SECRETARIA DE CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA (SCT)**

**9.1 - Fundação de Ciência e  
Tecnologia (CIENTEC)**

**9.2 - Fundação de Amparo à  
Pesquisa do Estado do  
Rio Grande do Sul (FAPERGS)**

A Secretaria de Ciência e Tecnologia (SCT) tem como atribuição básica promover o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, competindo-lhe, para tanto, coordenar ações políticas do setor, divulgar informações e pesquisas científicas e tecnológicas; proporcionar a formação e o aprimoramento de recursos humanos e apoiar órgãos e entidades que investirem em pesquisa. Em ação conjunta com suas entidades vinculadas, busca promover e coordenar programas especiais e de fomento, bem como atividades de pesquisa e desenvolvimento em áreas definidas como prioritárias para a economia rio-grandense.

A Lei nº 9.129, de 13/08/90, ao criar a Secretaria, estabeleceu-lhe uma estrutura básica, não implantada até 15 de março de 1991. A Pasta, sem quadro funcional próprio, contando apenas com pessoal cedido com detentores de Cargos em Comissão da Casa Civil, passou por processo de análise e estudo, elaborando-se proposta de estrutura adequada às diretrizes da reforma administrativa.

Com compreensão exata de que na área de ciência e tecnologia não devem ocorrer descontinuidades, pela dimensão estratégica e longa de seus programas, todos os projetos iniciados na administração anterior tiveram implementação e continuidade.

Irrigou-se a área com as idéias renovadoras do atual Governo e de seu plano. Pautam os programas da Secretaria:

O Plano de Governo (Povo Grande do Sul);

O Plano Plurianual;

Os projetos oriundos do Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Rio Grande do Sul (CODECITE) e dos seminários e fóruns que vêm sendo realizados no Estado nos últimos cinco anos.

O Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado foi eleito Presidente do Fórum Nacional dos Secretários de Estado para Assuntos de Ciência e Tecnologia, em reunião realizada em Recife, em abril de 1991.

O Fórum realizou reuniões ordinárias no Rio de Janeiro (julho), em Porto Alegre (setembro) e em Belo Horizonte (dezembro), além de uma especial em Brasília. Acompanhou a tramitação de matérias importantes no Congresso Nacional, sobre elas pronunciando-se e sendo ouvido em Comissões do Legislativo Nacional. Articulou-se com a Secretaria de Ciência e Tecnologia da Presidência da República e com as agências federais de fomento à pesquisa.

Por ser Presidente do Fórum, o Secretário foi elevado à condição de membro do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia por Decreto Presidencial, tendo seu Vice-Presidente como membro suplente.

A Secretaria de Ciência e Tecnologia (SCT) tem como atribuição básica promover o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, competindo-lhe, para tanto, coordenar ações políticas do setor, divulgar informações e pesquisas científicas e tecnológicas; proporcionar a formação e o aprimoramento de recursos humanos e apoiar órgãos e entidades que investirem em pesquisa. Em ação conjunta com suas entidades vinculadas, busca promover e coordenar programas especiais e de fomento, bem como atividades de pesquisa e desenvolvimento em áreas definidas como prioritárias para a economia rio grandense.

A Lei nº 9.129, de 13/08/90, ao criar a Secretaria, estabeleceu-lhe uma estrutura básica, não implantada até 15 de março de 1991. A Pasta, sem quadro funcional próprio, contando apenas com pessoal cedido com detentores de Cargos em Comissão da Casa Civil, passou por processo de análise e estudo, elaborando-se proposta de estrutura adequada às diretrizes da reforma administrativa.

Com compreensão exata de que na área de ciência e tecnologia não devem ocorrer descontinuidades, pela dimensão estratégica e longa de seus programas, todos os projetos iniciados na administração anterior tiveram implementação e continuidade.

Irrigou-se a área com as idéias renovadoras do atual Governo e de seu plano. Pautam os programas da Secretaria:

O Plano de Governo (Povo Grande do Sul);

O Plano Plurianual;

Os projetos oriundos do Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Rio Grande do Sul (CODECITE) e dos seminários e fóruns que vêm sendo realizados no Estado nos últimos cinco anos.

O Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado foi eleito Presidente do Fórum Nacional dos Secretários de Estado para Assuntos de Ciência e Tecnologia, em reunião realizada em Recife, em abril de 1991.

O Fórum realizou reuniões ordinárias no Rio de Janeiro (julho), em Porto Alegre (setembro) e em Belo Horizonte (dezembro), além de uma especial em Brasília. Acompanhou a tramitação de matérias importantes no Congresso Nacional, sobre elas pronunciando-se e sendo ouvido em Comissões do Legislativo Nacional. Articulou-se com a Secretaria de Ciência e Tecnologia da Presidência da República e com as agências federais de fomento à pesquisa.

Por ser Presidente do Fórum, o Secretário foi elevado à condição de membro do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia por Decreto Presidencial, tendo seu Vice-Presidente como membro suplente.

novos materiais, eletro-eletrônica, mecatrônica, química fina, entre outras;

a.2 - **Pólos Regionais de Modernização Tecnológica**, fundamentados na forte vontade local e na articulação Universidade/Empresa/Setores Econômicos/Municípios, para a modernização de segmentos produtivos, a pesquisa e a formação de mão-de-obra qualificada em áreas tradicionais, com o aporte de novas tecnologias;

a.3 - **Pólos Setoriais de Modernização Tecnológica** que possibilitam alguns segmentos da economia gaúcha se organizarem para o avanço tecnológico, buscando novas tecnologias e modernização, formando centros tecnológicos e irrigando todo o setor da economia gaúcha, embora com alguma concentração em determinada região.

Na área dos Pólos, foi dado apoio político-institucional e liberados recursos resultantes de convênios anteriores ao grande "Programa Regional de Cooperação Científica e Tecnológica da Região Noroeste do Estado" (PRCCT/NORS), envolvendo a UNIJUf, cooperativas, empresas, Prefeituras e outras entidades daquela região. A Pasta acompanhou postulações junto a agências financiadoras nacionais e internacionais e propiciou a presença, na região, de especialistas na área de pólos tecnológicos. A decisão dos Conselhos Regionais de priorizar o PRCCT/NORS conduz à alocação de novos recursos pelo Estado em 1992.

Ao Pólo de Modernização Tecnológica em Alimentos para a Região Norte (ou da Produção), liderado pela Universidade de Passo Fundo e envolvendo Prefeituras, empresas e entidades daquela região, a Secretaria propiciou apoio técnico e a presença de especialistas em pólos, endossando o projeto junto à FINEP. Ações já se desenvolverem concretamente na região nas áreas de aveia, biotecnologia, hortigranjeiros, pecuária e piscicultura, e, em especial, o programa de cultura de hortigranjeiros sob plástico. Recursos da FAPERGS fomentaram pesquisas. O Pólo foi também priorizado pelo Conselho Regional de Desenvolvimento da Região da Produção para receber recursos do Estado em 1992.

O Pólo Científico-Tecnológico de Pelotas teve liberados recursos para as áreas de biotecnologia (UFPel), eletrônica e instrumentação biomédica (UCPel), as quais, em 1992, devem dar origem a processos de incubação de novas empresas ou de tecnologias para empresas existentes. Já estão sendo desenvolvidos alguns produtos novos.

O projeto do Pólo de Modernização Tecnológica em Pesca do Litoral Sul (Rio Grande e São José do Norte) é apresentado pela Fundação Universidade de

Rio Grande foi aprovado pela Secretaria, e as ações devem iniciar com sólida base científica na Universidade e na articulação de empresas, organismos de pescadores e Prefeituras. Existe a necessidade de formação de mão-de-obra, prevendo-se a instalação de escola especializada através da Secretaria da Educação.

Para o Núcleo de Integração Tecnológica (NIT), em Santo Ângelo, a Secretaria apoiou projetos junto a agências federais e trabalhos dos organismos locais estão em bom desenvolvimento.

Na área de Incubadoras Tecnológicas, inicia-se o processo de incubação de tecnologias para empresas junto ao Centro de Biotecnologia (UFRGS Estado), em Porto Alegre; o mesmo devendo ocorrer, em 1992, em Pelotas. A Prefeitura, Universidades e outros órgãos criaram a Incubadora Empresarial Tecnológica de Porto Alegre (IETEC), já instalada, tendo a Secretaria apoiado institucional e tecnicamente, participando do seu Conselho.

Além desses, a Secretaria incentiva estudos com vistas a pólos de modernização em Pelotas, Fronteira Oeste, Cruz Alta e Erechim.

#### **b - Desenvolvimento Tecnológico, Qualidade e Competitividade Industrial**

O objetivo deste programa é apoiar a modernização e o desenvolvimento tecnológico de determinados setores da economia gaúcha, com a finalidade de melhorar as condições de competitividade em nível nacional e internacional.

Juntamente com a Associação das Indústrias de Móveis do RS (MOVERGS), a SCI executa programa de desenvolvimento nas áreas de qualidade, desing, gestão e núcleo de informação tecnológica, como decorrência do diagnóstico setorial realizado. Interagem outros organismos que possuem ação na área, como o SENAI, SEBRAE e outros.

No setor coureiro-calçadista, encontra-se em fase de conclusão o diagnóstico dos pontos de estrangulamento deste complexo industrial relativamente à concorrência mundial e ao MERCOSUL. Projetos de pesquisa da área têm sido financiados pela FAPERGS.

Em ação conjunta com o Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Microempresa (SEBRAE) e com o Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção (PPGEP/UFRGS), está sendo elaborado um programa de apoio tecnológico às pequenas e microempresas do Rio Grande do Sul, cujo estudo abrange diversas regiões do Estado.

Acha-se também em elaboração o estudo de um Programa Estadual de Qualidade e Competitividade, para coordenar as ações de melhoria de nossos produtos e serviços e articular as iniciativas já existentes. Trabalham nesse campo as Secretarias do Desenvolvimento Econômico e Social e de Ciência e

Tecnologia do Estado, a FIERGS, o SENAI, a CIENTEC, o CREA e outras instituições.

**c - Sistema Estadual de Informações e Rede Estadual de Informações em Ciência e Tecnologia**

Com base num protocolo de intenções, assinado entre a SCT e Instituições de Ensino Superior do Estado, voltado para a criação de um sistema e uma rede de informações em C & T no Rio Grande do Sul, várias ações vêm sendo desenvolvidas.

A primeira medida foi a constituição de uma comissão técnica que fez um levantamento da situação no Estado e definiu a topologia da rede regional, que será vinculada à nacional. Foi então concebido o projeto para a implantação do sistema de informação, que terá a coordenação desta Secretaria, tendo sido proposta também a ampliação do protocolo de participação a mais 39 instituições de pesquisa, desenvolvimento e ensino superior.

O projeto prevê a conclusão da rede no primeiro semestre de 1992, sendo que os recursos para os equipamentos do nó de Porto Alegre serão financiados pelo CNPq, e os de Santa Maria e Rio Grande, pela FAPERGS.

Quanto ao sistema de informações, esse deverá estar completamente implantado até 1993, e conta com o apoio e recursos financeiros da FAPERGS através do Programa de Expansão de Acervos e Serviços de Informação no Estado.

O Sistema e a Rede Estadual de Informações em C & T representam um dos mais significativos avanços tecnológicos do Estado pois, com a sua implantação, qualquer pesquisador de instituições integrantes da rede poderá trocar informações e dados instantaneamente com pesquisadores e instituições do Estado, do País e do mundo.

**d - Museu de Ciência e Tecnologia**

A concepção e a implantação de uma experiência-piloto do projeto Museu de C & T foi realizada com a inauguração, em 28 de novembro de 1991, do Módulo I: Vida, Ciência e Tecnologia, que ocupa 150 metros quadrados no Vida Centro de Referência Humanística, em Porto Alegre, e que constitui um museu dinâmico, onde os visitantes participam ativamente através de experimentos destinados a esclarecer conceitos científicos e tecnológicos, manipulando objetos e familiarizando-se com os conteúdos da ciência e tecnologia, contando com o auxílio permanente de monitores especializados.

O museu dispõe de laboratórios de ciências (nas áreas de física, química, biologia e meio ambiente) e de computação, bem como de um mini-auditório equipado com aparelhos de som e vídeo, além de uma videoteca. Oferece, ainda, salas para exposições temporárias, tendo iniciado com uma organizada pelo MARGS sobre Arte e Tecnologia. Aberto ao público, o Museu oferece apoio às escolas de 1º e 2º Graus, que



podem utilizar suas instalações e acervos para complementar aulas em temas específicos. O Módulo I contou com o apoio da FAPERGS, FUNDASUL, MARCS (Secretaria da Cultura), CREA, TVE, UFF, UNIJUI e da iniciativa privada (através das empresas Edisa S/A., Hoechst do Brasil e Tintas Renner).

Além da gestão do Módulo I, que compreende ações voltadas para desenvolver um programa de educação em ciência e tecnologia (objetivando complementar educação formal e informal), o Projeto Museu continua a trabalhar a idéia de um Museu de C & T para o Estado.

**e - Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico do Setor Primário**

A Secretaria de Ciência e Tecnologia passou a contar, nesta gestão, com uma área voltada ao setor primário, cujo programa abrange três projetos iniciais.

O primeiro deles visa ao aumento do potencial genético e da produtividade do gado leiteiro através do transplante de embriões. Uma iniciativa piloto está sendo programada no Município de Selbach, pela Associação de Produtores e Prefeitura, com apoio de pesquisadores da UFRGS e órgãos do Estado.

O segundo tem como objetivo o estudo das potencialidades dos nossos recursos pesqueiros e o cultivo de espécies nativas, de importância econômica, visando ao repovoamento da Lagoa dos Patos. Conta com a participação da Fundação Universidade de Rio Grande.

O terceiro visa à melhoria da qualidade da produção avícola no Estado, no que se refere aos aspectos sanitários, e busca a interiorização dos laboratórios de diagnóstico de patologia aviária.

**f - A Riqueza Paleobotânica de Mata**

A Secretaria de Ciência e Tecnologia tem desenvolvido ações no sentido de viabilizar a preservação das reservas fósseis de madeira petrificada dos Municípios de Mata, São Vicente do Sul, São Pedro e Santa Maria, cujas ocorrências possam servir a estudos e pesquisas. Encontrar-se em negociação a execução do levantamento topográfico e o cadastramento dos proprietários dessas áreas, para fins de tombamento e da instalação de parque paleobotânico.

Em conjunto com a Secretaria trabalham no programa o SPHAN, o DNPM, a UFRGS e a UFSM, em ações articuladas com as Prefeituras Municipais e outras entidades.

**g - Educação e Divulgação em C & T**

Dentro de uma estratégia de estimular, ampliar e qualificar a divulgação jornalística da ciência e da tecnologia no Estado, foram realizados o II Curso de C & T para Jornalistas (com o apoio da UFRGS, FAPERGS, ABJC/RS, ARI, Consulado Americano, RBS,

TVE, VARIG e BANRISUL), atingindo 226 pessoas ligadas à Comunicação em C & T, e o II Workshop de Divulgação Científica, em São Leopoldo, destinado a pesquisadores, numa promoção conjunta com a UNISINOS.

Iniciado em março de 1991, o Projeto Memória tem por objetivo a recuperação e organização da memória da institucionalização da C & T no Rio Grande do Sul, abrangendo a imprensa escrita, televisão e fotografias.

Vem sendo elaborado também um calendário de eventos de C & T no Rio Grande do Sul, que terá periodicidade semestral, com a primeira edição prevista para março de 1992, em iniciativa conjunta com o IBICT.

A Secretaria presta também assessoramento externo às instituições de pesquisa para a montagem de projetos, bem como a permanente divulgação de várias fontes de financiamento em C & T no Estado e no País.

#### **h - Apoio a Centros de Pesquisa em Áreas Estratégicas**

A Pasta continuou a política de apoio a centros anteriormente implantados com sua participação: Centro Estadual de Pesquisas em Sensoriamento Remoto e Meteorologia (UFRGS - INPE - Estado), Radar Meteorológico de Pelotas (UFPel - INPE - Estado) e Centro Estadual de Biotecnologia (UFRGS - Estado). Está em implantação o Centro de Biotecnologia de Pelotas (UFPel-Estado), como já ocorreu em Caxias do Sul.

A área de Biotecnologia Vegetal mantém um programa com a participação de todas as instituições de pesquisas no setor e apoio de agências federais. Essa Secretaria aprova e participa do projeto para um centro de mecatrônica apresentado pelo SENAI/RS.

#### **i - Apoio e Ações Diversas**

A Secretaria de Ciência e Tecnologia apoiou, em 1991, financeira e institucionalmente:

- Projeto de Coleta Seletiva de Lixo desenvolvido pela Escola Estadual de 19 e 29 Graus Borges de Medeiros, de Cachoeira do Sul;
- I Feira Nacional de Ciências e XI Feira Estadual de Ciências do RS, de Santa Cruz do Sul;
- II FEITEC, promovida pela FIDENE, em Ijuí;
- Fórum Caminhos do Brasil Popular, em Porto Alegre;
- I Congresso de Farmácia do Cone Sul.

Em conjunto com a FAPERGS, aportou parte dos recursos que viabilizaram o intercâmbio de técnicos do Instituto de Aviação de Kazan/URSS e as delegações técnico-científicas da Província de Shiga/Japão.

Oportunizou a vinda de Técnico da Secretaria de Ciência e Tecnologia da Presidência da República para proferir palestras sobre a Integração no Cone Sul e a Política Nacional de Ciência e Tecnologia, nas Universidades de Pelotas e Santa Maria; de

Professor do Instituto de Estudos Avançados/USP, para proferir palestras nas Instituições de Ensino Superior de Ijuí, Santo Ângelo e Passo Fundo sobre Pólos Tecnológicos.

#### J - Ações em Programação

A Secretaria prepara-se para agir, em 1992, com um amplo programa na área de Clubes e Centros de Ciência ligados ao ensino de 1º e 2º Graus, tendo feito previsão orçamentária para tal.

É necessário desenvolver mais a área de transferência de tecnologia e divulgação, valendo-se dos Municípios e Instituições de extensão.

Alguns setores econômicos merecem atenção para o próximo ano, dentre eles já foram tomadas as primeiras iniciativas como o da erva-mate e de pedras semipreciosas.

### 9.1 - FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (CIENTEC)

A CIENTEC, na atual gestão, respeitando peculiaridades das atividades de C & T, principalmente, no que concerne ao tempo de maturação da maioria dos seus projetos, estabeleceu, em consonância com o Plano de Governo, como primeira prioridade a continuidade dos projetos já iniciados. Desse modo, preservou a tradição, de quase cinco décadas da Fundação, de evitar interromper atividades em desenvolvimento.

Atuando simultaneamente em projetos nas áreas tradicionais e nas de ponta, a CIENTEC vem colaborando para a consolidação da base científica e tecnológica do Rio Grande do Sul, através de uma política de manutenção e ampliação de suas atividades.

As áreas mais tradicionais, como agroindústria, construção civil, energia, tecnologia ambiental, não foram descuidadas. Ao longo de 1991, empreendendo esforços no tratamento de questões relevantes para a economia e a sociedade gaúchas, como o controle da merenda escolar, a difusão de tecnologia do carvão e o respaldo a trabalhos envolvendo impacto ao meio ambiente, a Fundação buscou estabelecer parcerias com entidades públicas e privadas.

Por outro lado, procurou também manter propostos nas áreas de ponta, destacando-se os da área de fármacos que envolveram desde drogas para controle da hipertensão até o AZT.

O cenário econômico nacional implicou dificuldades de financiamento para o sistema de fomento de C&T no País - CNPQ, FINEP e outros, assim como no Estado, onde a FAPERGS também refletiu tais dificuldades, fato que restringiu as possibilidades externas de obtenção de aporte de recursos.

Não foi significativa a redução da atividade de análises, testes e ensaios, mantendo-se a média de cerca de 7.000 laudos/ano. Mais do que a quantidade, a importância reveste-se

primordialmente do aspecto qualitativo, por ser a CIENTEC a laboratório oficial do Estado.

O empenho e a criatividade do corpo técnico tiveram suas compensações, a exemplo do 1º Prêmio na EXPOINTER do Projeto da Carreta Agrícola Autotracionada, em co-execução com a Fundação Jacuí e com apoio da FAPERGS.

Destaque especial merece a inclusão da CIENTEC na reforma administrativa, pela qual a Fundação incorporou as atividades de pesquisa agropecuária, envolvendo os Órgãos: Instituto de Pesquisas Agronômicas, Instituto de Pesquisas Zootécnicas "Francisco Osório", Instituto de Pesquisa de Recursos Naturais Renováveis "Ataliba Paz" e Instituto de Pesquisas Veterinárias "Desidério Finamor".

#### A - ATIVIDADES DE PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E CONSULTORIA

A CIENTEC desenvolve projetos de Pesquisa e Desenvolvimento através de seus programas específicos, que são: Energia (PENERG); Agroindústria (PROAGI); Tecnologia Ambiental (PROTAM); Construção Civil (PROCON) e Química Industrial (PROQUIM). Existem projetos especiais que não se enquadram em nenhum dos programas referidos.

Encontram-se em execução ou negociação na PROAGI os seguintes Projetos: FAE - Controle de qualidade da merenda escolar; INTERLAB - análise interlaboratorial de alimentos; Aditivos Incidentais - desenvolvimento de metodologias analíticas para aditivos incidentais em alimentos; Carreta - desenvolvimento de carreta agrícola graneleira, com eixo ativo (rodas tratoras) e capacidade de carga de 5 toneladas, destinada, principalmente, a retirar arroz de lavoura irrigada em solos argilosos (predominantes no Rio Grande do Sul) e de lavouras de difícil drenagem (várzeas); NSI/MA - Núcleo Setorial de Informações em Maquinária Agrícola; RHIZOBIUM - estudo da influência da aplicação de defensivos agrícolas sobre o desenvolvimento do RHIZOBIUM leguminosorum phaseola (feijão); BAP - elaboração de uma base de dados sobre arroz parboilizado; SEBRAE - elaboração de um programa de higiene e sanitização para a indústria de massas alimentícias; Vitaminas - determinação de teor de vitaminas em arroz polido, parboilizado e integral; Micotoxinas - determinação de micotoxinas em alimentos.

Dentro do Programa Energia encontram-se em execução ou negociação os seguintes Projetos: Dessulfuração de gás de carvão utilizando reatores de leito fluidizado e calcário como agente de dessulfuração; Multicamadas - lavas subterrâneas de comandos múltiplos de carvão; Projeto Transferência da Tecnologia Cívogás - tecnologia para geração de gás de baixo poder calorífico a partir de carvão ou biomassa; Projeto Chesf - projeto de usina para geração de energia elétrica a partir do gás de biomassa em processo a ciclo combinado.

Dentro do Programa Química Industrial, encontram-se em execução ou negociação os seguintes projetos: Butanodiol-

Hidrogenação de 1,4 butanodiol sobre catalizador de Poládio - Butênio (Tese de Doutorado); isomerização - isomerização do n-buteno a iso buteno; FÁRMACOS Fenitoína e Hidroclorotiazida - desenvolvimento de processo na área de química fina para obtenção de insumos farmacêuticos; FÁRMACOS Furosemida - desenvolvimento de processo para obtenção da Furosemida; FÁRMACOS Reagentes - purificação de reagentes usados na síntese de Fármacos; FÁRMACOS AZT - otimização da síntese do AZT e derivados; Centro de Química Fina - Planta Piloto Multipropósito para o desenvolvimento de produtos e processos químicos, com ênfase em química fina.

No Programa Tecnologia Ambiental encontram-se em execução os seguintes projetos: Bolsa de Resíduos - intercâmbio de resíduos no Estado; Geoquímica - distribuição geoquímica dos elementos metálicos nos carvões do Rio Grande do Sul; Campus Ecológico - proposta de área ambiental multipropósito no Campus da CIENTEC em Cachoeirinha, RS; Laboratório de Classificação de Resíduos Sólidos - montagem de laboratório para caracterizar e classificar resíduos sólidos; Águas do Baixo Jacuí - avaliação da qualidade das águas superficiais da região do Baixo Jacuí (em conjunto com a FEPAM).

Quanto ao Programa Construção Civil, encontram-se em execução ou negociação os seguintes projetos: AGLOTEC - desenvolvimento de processo para a produção de aglomerante fozolânico; Escola - projeto de uma escola modular com o emprego de elementos pré-moldados de argamassa armada; AGLOTEC II - otimização das condições de hidratação e caracterização química e física da cal AGLOTEC; Desempenho - Avaliação de desempenho térmico, lumínico e acústico de protótipo de prédio escolar; PRODESP - adequação do projeto Escola para módulos Policiais Militares da Brigada Militar; Conforto - desenvolvimento de software para a avaliação do desempenho térmico de habitações térreas unifamiliares; Climobam - criação de um Banco de Dados Climáticos em nível horário, para Porto Alegre; CINCAL - desenvolver processo e produto para obtenção de tijolos à base de cinzas de carvão e cal.

## B - ASSISTÊNCIA TÉCNICA AS EMPRESAS

Durante o ano de 1991 foram emitidos 6.432 documentos (relatórios, certificados, cartas explicativas e pareceres).

A título de investimentos, foram alocados recursos para reformas e reequipamento de laboratórios, visando ao atendimento às demandas existentes em diversas áreas de atuação.

Dentre o número de solicitações atendidas em 1991, destacam-se:

### a - Departamento de Economia e Estatística

Nas áreas de economia e economia ambiental, estatística e computação houve o proporcionamento de suporte técnico aos programas e projetos internos e

trabalhos de consultoria a órgãos estaduais e privados.

Através do curso de Aperfeiçoamento em Planejamento Energético Ambiental, em Convênio com a UFRGS/PMPA no projeto PORTO ALEGRE 2000, houve elaboração do Balanço Energético do Município de Porto Alegre que visa propor alternativas energéticas mais compatíveis com a realidade do Município.

No Programa Tecnologia Ambiental, o Departamento representou a CIENTEC junto a sociedade civil nos Comitês Sinos e Gravataí; na Comissão Consultiva do Conselho de Recursos Hídricos do RS e Conselho de Defesa do Meio Ambiente da FIERGS (CODEMA). É membro do Grupo Técnico que estuda a questão da tarifação da irrigação no RS e, do Grupo de Trabalho encarregado de elaborar Anteprojeto de Lei para regulamentar o Art. 171 da Constituição Estadual (Recursos Hídricos). Ainda representa a CIENTEC dando assessoria aos Grupos Análise Técnica GATE II, visando utilização do FUNDOPEM/RS.

#### b Departamento de Química

Durante 1991 o DEQUIM apresentou 7 propostas de projetos à FAPERGS; sendo que, até o presente momento, três foram deferidos: INTERLAB Programa Interlaboratorial para Análise de Alimentos; Fusibilidade das Cinzas de Carvão e Desenvolvimento de Metodologias Analíticas para Aditivos Incidentais em Alimentos.

Realizou análises, testes e ensaios com água do Rio dos Sinos por solicitação da FEPAM, por ocasião da grande mortandade de peixes; ensaios de mercúrio, para empresa fabricante de termômetros, pesquisa de cromo e outros elementos para empresas frigoríficas; ensaios para a Receita Federal visando liberar importações, principalmente de reagentes.

Na área de alimentos foram realizadas determinações de metais e micronutrientes em rações, iogurtes, bebidas e enlatados, para diversos clientes.

O Laboratório de Cromatografia, por solicitação do MINFRA, prestou serviços garantindo a sanidade de grãos importados de diversas partes do mundo.

Atuou junto às empresas privadas proporcionando a viabilização do uso de produtos fitossanitários com renovação de registros e implementação de novos produtos para futura comercialização.

Do Laboratório de Carvão deve ser ressaltada a realização de treinamento na área de Gestão da Qualidade através da UNISINOS e, internamente, através de Técnico especializado, o curso de operação e otimização do aparelho LECO.

Realização de análises em carvões para teses de mestrado e doutorado para a UFRGS e participação no Projeto Distribuição Geoquímica dos elementos-traços no carvão da Mina do Leão para a FEPAM.

Na área de petrografia de carvão, houve atuação em nível nacional e internacional. No País, elaborando trabalhos na Comissão de Estudos de Petrografia de

Carvão e Coque Aplicados à Tecnologia com oficialização de normas elaboradas, e, internacionalmente, com a participação nos trabalhos da Comissão Internacional de Petrografia de Carvão (ICCP). Preparação da reunião da ICUP e publicação da monografia "Petrografia de Carvão na CIENTEC e sua Expressão no Continente Latino-Americano".

**c - Departamento de Engenharia de Projetos**

Desenvolvimento de carreta agrícola graneleira, com eixo semiativo, capacidade de 5 toneladas para retirada de arroz de lavouras de difícil drenagem e/ou irrigadas - Prêmio GERDAU - Melhores da Terra - Categoria Destaque EXPOINTER 91.  
Implementação do Laboratório de Interferência Eletro Magnética.

**d - Departamento de Engenharia dos Materiais**

Na área da construção civil, a CIENTEC realizou investigação, diagnóstico e recuperação de manifestações patológicas em materiais de construção e estruturas; fez controle tecnológico de concreto e outros materiais de construção e desenvolveu peças de argamassa armada complementação do Projeto Escola.

Outras atividades foram a inspeção, o recebimento e o controle da qualidade dos materiais de saneamento adquiridos pelo DMAE e CORSAN, bem como a definição de parâmetros e o acompanhamento de testes nas linhas de efluentes orgânicos e inorgânicos para o SITEL.

Efetou apoio à fiscalização de obras administradas por órgãos públicos estaduais - CORSAN, DAER, SPO, COHAB, TRIBUNAL DE JUSTIÇA, DAE, CINTEA, DECID e BANRISUL.

A verificação das condições de conservação do quadro de chassi nos coletivos urbanos de Porto Alegre, por força de Lei Municipal, e os ensaios em corpos de prova, chapas e fios de aço e determinações de rupturas em componentes mecânicos também compreenderam atividades do órgão.

**e - Departamento de Engenharia Mineral e Geotecnia**

O Laboratório de Mecânica dos Solos realizou estudos geotécnicos para controle de compactação das barragens de Dona Francisca e de Caçapava do Sul e da Usina Termoelétrica JACUÍ I.

Fez o controle asfáltico na pista e em laboratório das ruas internas da E.T.E. de Canoas.

No Laboratório de Estabilização de Materiais foram realizados estudos geotécnicos dos materiais do Lixão da Vila Kroef, em São Leopoldo.

Atendimento ao disposto na Lei nº 8.719, de 18/07/74, de recolhimento de 1% do custo de obra da qual faz a inspeção da qualidade do material - DAER - SPO - TRENSURB.

Fez estudos de mistura cinza/cal para a CRM.

No Laboratório de Mecânica das Rochas foram realizadas atividades do Projeto Multicamadas e encaminhamento à apreciação da FAPERGS de estudo do Projeto Rochas Ornamentais.

Encaminhou ao INPI pedido de patente do Programa DIMENPIL; procedeu a publicação de Boletim Técnico nº 23 - Dimensionamento de Pilares, e participou de Comissões e Grupos de Trabalho (Conselho Estadual de Mineração e Painel de consultoria da Revista "Solos e Rochas").

Apresentação ao DNPM de orçamento para elaboração de levantamento especializado sobre a situação da indústria de beneficiamento de ágatas e ametistas do Estado.

**f - Departamento de Engenharia de Edificações**

Por solicitação da Secretaria do Planejamento Territorial e Obras, fez avaliação da recuperação construtiva executada na estrutura de madeira da cobertura de pavilhões do Vida - Centro Humanístico; efetuou vistoria técnica e análise estrutural de marquises de diversas escolas estaduais e elaborou recomendações construtivas para recuperação dos prédios da Casa de Cultura e MARGS.

Fez estrutura de cobertura da Estação Rodoviária de Porto Alegre.

Atuou no desenvolvimento e implementação de ferramentas computacionais para análise de estruturas e desempenho de componentes construtivos, e no de novos sistemas construtivos em continuação do Projeto ESCOLA, originando o Projeto Transferência de Sistema Construtivo em Argamassa Armada - Convênio com FUNDESP - Módulo Policial Militar, para a construção de unidades de policiamento no Estado.

Desenvolvimento de "software" para avaliação de desempenho térmico e de conforto em edificações.

**g - Departamento de Biotecnologia**

Atuou no controle da qualidade: em alimentos (FAE, SESI e Indústrias de alimentos); em instalações e refeitórios industriais, e microbiológica da água de frigoríficos.

Prestou consultoria técnica a Indústrias de Arroz Parboilizado do RS, SC e MT e à Associação Brasileira da Indústria de Massas Alimentícias.

**h - Departamento de Informação e Documentação**

Houve aquisição de periódicos e livros, proporcionando grande aumento do acervo bibliográfico (293 livros e 27 periódicos).

Em 1991 foram realizados 15.942 atendimentos, 551 consultas telefônicas e 1.077 empréstimos (livros, periódicos, folhetos, relatórios e normas técnicas) e fornecidas 73.928 cópias xerográficas para usuários internos e externos.



## 1 - Departamento de Engenharia de Processos

Na área de P&D foram elaborados 11 projetos sendo que quatro já obtiveram aprovação dos órgãos financiadores: CIGÁS, DESSULFURAÇÃO, CIBESP e LFR, e todos estão intimamente ligados ao Programa de Tecnologia Ambiental.

Além da execução de projetos na área de química fina -MULTIPLANTA e BUTANODIOL, o Departamento realizou testes de demonstração a clientes potenciais das tecnologias de combustão e gaseificação de leito Fluidizado da CIENTEC, contando, inclusive, com participação de técnicos de Cuba e Colômbia.

Emitiu laudos e pareceres técnicos sobre o uso de GLP tendo em vista a obtenção de quotas de gás concedidas pelo DNC que exige a caracterização da essencialidade do uso de GLP na empresa interessada. Além dos serviços anteriormente mencionados, a CIENTEC prestou, gratuitamente, no ano de 1991, serviços às seguintes entidades: PRODECOM, Movimento Ecológico Grito da Terra, Brigada Militar, Secretaria da Segurança Pública e DEP/SMAN.

## C - RECURSOS HUMANOS

A CIENTEC, por ser um centro de pesquisa e, portanto, desenvolver atividades alicerçadas principalmente na qualidade técnica de seus recursos humanos, procura, constantemente, uma maior capacitação de seus funcionários, dos quais 8 (oito) técnicos possuem doutoramento no exterior e um no País, e um técnico realiza mestrado no Brasil.

## 9.2 - FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (FAPERGS)

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) teve seu passado marcado como uma instituição limitada à distribuição eventual de auxílios e bolsas, muito pouco atuante no apoio à pesquisa científica e tecnológica do Estado. Esse fato deve-se aos escassos recursos que lhe eram destinados, impossibilitando realizar qualquer programação de fomento à ciência e tecnologia. A partir de 1990, com os recursos assegurados pela Constituição Estadual, passou a FAPERGS a se constituir em uma importante fonte para o desenvolvimento do setor.

Entretanto, foi necessário devolver a credibilidade à Fundação, mostrando-a capaz de atender à demanda dos grupos estabelecidos e gerenciando de maneira eficaz esta sua nova dimensão. Assim, houve uma total revisão da atuação da FAPERGS, de modo a adequá-la à nova realidade. Essa proposta de trabalho implicou na atualização do corpo de consultores (não remunerados) da Fundação, com a incorporação crescente de consultores de instituições de pesquisa do interior do Estado e de outros Estados da Federação; formaram-se novas comissões assessoras de

coordenação por área de conhecimento (não remuneradas) com o objetivo de aprimorar os mecanismos de avaliação e acompanhamento de projetos e, finalmente, uma reestruturação administrativa interna com vistas a dar maior agilidade na tramitação de processos, com ênfase para a informatização da Fundação.

Com as reformulações executadas passou a FAPERGS a implementar uma série de programas, os quais tiveram como premissa básica o amplo atendimento a todos os setores que desenvolvem pesquisas científicas e tecnológicas em nosso Estado. Os programas lançados em 1991 tiveram êxito na sua execução.

A FAPERGS apresentou um plano de atuação que procurou concentrar a aplicação de recursos na melhoria da infra-estrutura do sistema de pesquisa; na recuperação dos órgãos de pesquisa do Estado; no fortalecimento do apoio direto ao pesquisador; em um programa pioneiro de bolsas de estudos e atração de pessoal qualificado e, em um programa de estímulo à integração entre grupos de pesquisa e o setor empresarial.

Atuou através das seguintes modalidades de apoio e projetos de ciência e tecnologia:

- Bolsas e Auxílios Correlatos;
- Auxílios ao Pesquisador;
- Auxílios a Grupos de Pesquisa;
- Programas Específicos.

## **A - BOLSAS E AUXÍLIOS CORRELATOS**

As bolsas e auxílios correlatos, que integram o Programa de Formação de Recursos Humanos da FAPERGS, são concedidos para iniciação científica e técnica, apoio técnico, aperfeiçoamento e mestrado.

### **a - Bolsa de Iniciação Científica**

Esta bolsa destina-se a alunos de curso superior no Estado para desenvolverem projetos de pesquisa em universidades e nos centros de pesquisas, sob orientação de um pesquisador sênior qualificado. Foram aprovadas cerca de 1.200 bolsas para jovens pesquisadores vinculados aos mais diversos centros de pesquisa do Estado.

### **b - Bolsa de Iniciação Técnica**

Esta modalidade de bolsa destina-se a alunos de escolas técnicas do Estado que desejam participar de projeto de pesquisa desenvolvido por pesquisador qualificado. A FAPERGS concedeu 18 bolsas a pesquisadores vinculados aos mais diversos centros de pesquisa do Estado, perfazendo o valor de Cr\$

8.569.000,00 (oito milhões, quinhentos e sessenta e nove mil cruzeiros).

**c - Bolsa de Apoio Técnico**

Este tipo de bolsa visa proporcionar o aperfeiçoamento de recursos humanos de apoio técnico à pesquisa através de cursos e estágios oferecidos a profissionais em universidades e institutos de pesquisa do Estado. A FAPERGS concedeu 8 (oito) bolsas, perfazendo o valor de Cr\$ 4.644.000,00 (quatro milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil cruzeiros).

**d - Bolsa de Aperfeiçoamento**

Objetiva proporcionar o aprimoramento de recursos humanos através da participação em cursos, realização de estágio profissional, ou a participação em projeto de pesquisa em universidades e instituto de pesquisa. Foram concedidas 55 bolsas dentro desta modalidade, perfazendo o valor de Cr\$ ... 33.440.000,00 (trinta e três milhões, quatrocentos e quarenta mil cruzeiros).

**e - Bolsas de Mestrado e de Doutorado**

A bolsa de mestrado tem como objetivo a formação de recursos humanos em cursos credenciados ou em fase de credenciamento, em áreas ainda não contempladas pelos órgãos financiadores e que atendam aos objetivos e metas da política de desenvolvimento científico e tecnológico do Estado do Rio Grande do Sul. Foram aprovadas 16 (dezesesseis) bolsas de mestrado no exercício de 1991, perfazendo o valor de Cr\$ 17.384.000,00 (dezesete milhões, trezentos e oitenta e quatro mil cruzeiros).

Nos mesmos moldes da de mestrado, a FAPERGS concedeu 6 (seis) bolsas de doutorado, no valor de Cr\$ 6.778.000,00 (seis milhões, setecentos e setenta e oito mil cruzeiros).

**f - Bolsa de Recém Mestre**

Esta bolsa visa apoiar pesquisadores que tenham obtido recentemente o título de mestre e que se proponham desenvolver pesquisa e/ou ensino vinculado a programas específicos de instituições no Estado, enquanto não iniciem seu doutorado ou prestem concurso. A FAPERGS concedeu 21 (vinte e uma) bolsas dentro dessa modalidade, perfazendo o valor de Cr\$ 25.570.400,00 (vinte e cinco milhões, quinhentos e setenta mil e quatrocentos cruzeiros).

**g - Bolsa de Recém Doutor**

Como a de recém mestre, essa bolsa tem o objetivo de amparar o recém doutor até a realização de concurso ou de sua contratação. A FAPERGS concedeu 5 (cinco) bolsas no valor de Cr\$ 8.978.134,00 (oito milhões, novecentos e setenta e oito mil, cento e trinta e quatro cruzeiros).

#### **h - Bolsa de Pesquisador Visitante**

Para permitir a pesquisadores de alto nível, vinculados a instituições nacionais e estrangeiras, a sua permanência em centros de pesquisa sediados no Estado por tempo limitado, foram concedidos 8 (oito) bolsas no total de Cr\$ 27.342.650,00 (vinte e sete milhões, trezentos e quarenta e dois mil, seiscentos e cinquenta cruzeiros).

### **B - AUXÍLIOS AO PESQUISADOR**

Os auxílios individuais foram concedidos para a realização de pesquisas com o custeio parcial ou total de aquisição e manutenção de material permanente e de consumo e serviços especializados eventuais para a execução de pesquisas vinculadas a universidades ou institutos de pesquisa do Estado; a organização de eventos, apoiando a realização, no Estado, de congressos, cursos, seminários e outros eventos similares relacionados à ciência e tecnologia; e a participação de pesquisadores em reuniões científico-tecnológicas no País e no exterior.

No ano de 1991 foram concedidos aos pesquisadores, nas referidas modalidades, recursos que totalizaram Cr\$ 2.070.364.295,00 (dois bilhões, setenta milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, duzentos e noventa e cinco cruzeiros), financiando 914 projetos em diversas áreas de conhecimento: arquitetura e urbanismo, artes e letras, ciências agrárias, biológicas, humanas e sociais, e da saúde, economia e administração, engenharia, física e astronomia, geociências, química, educação, psicologia, matemática, estatística e computação.

As áreas que receberam maior volume de recursos foram as de engenharia (20,22% do total), ciências biológicas (18,56%) e ciências agrárias (15,74%).

### **C - PROGRAMAS ESPECÍFICOS**

Os financiamentos a programas específicos foram concedidos sob as seguintes formas:

#### **a - Programa de Estímulo à Interação de Grupos e Centros de Pesquisa com o Setor Empresarial**

Esse Programa teve como objetivo servir de catalisador de esforços conjuntos da indústria, universidades e institutos de pesquisa, dirigidos para a inovação e modernização tecnológica da economia do Estado. Através dele a FAPERGS apoiou financeiramente cerca de 30 projetos em que interagiram centros de pesquisa das mais diversas instituições do Estado com empresas de diferentes ramos de atividade, para a obtenção de produtos e processos com maior grau tecnológico. Os recursos

financeiros destinados para os 30 projetos alcançaram Cr\$ 550.549.206,00 (quinhentos e cinquenta milhões, quinhentos e quarenta e nove mil, duzentos e seis cruzeiros) pelo Estado e Cr\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros) pelas empresas.

**b - Programa de Recuperação dos Centros de Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul**

Partindo da premissa que a maior parte dos centros de pesquisa da administração estadual encontra-se com problemas na qualidade de sua infra-estrutura de pesquisa, a FAPERGS lançou um Programa de recuperação dos mesmos, cujo objetivo maior é apoiar projetos de pesquisa e induzir a formação e/ou consolidação de grupos de pesquisa nos centros. Foram aprovados 24 projetos dos mais diversos centros no valor de Cr\$ 303.475.779,00 (trezentos e três milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, setecentos e setenta e nove cruzeiros).

**c - Programa de Expansão de Acervos Bibliográficos**

Esse Programa tem como objetivo permitir a expansão e atualização dos acervos bibliográficos dos centros de pesquisa situados no Estado. A expansão de acervos bibliográficos é a base da melhoria da infra-estrutura de pesquisa, e a FAPERGS apoiou cerca de 21 projetos no valor total de Cr\$ 79.402.720,00 (setenta e nove milhões, quatrocentos e dois mil, setecentos e vinte cruzeiros).

**10 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO  
TERRITORIAL E OBRAS (SPO)**

**10.1 - Companhia Riograndense de  
Saneamento (CORSAN)**

**10.2 - Companhia de Habitação do  
Estado do Rio Grande do Sul (COHAB)**

**10.3 - Fundação Metropolitana e Regional  
de Planejamento (METROPLAN)**

Com a reforma administrativa estadual e pelas características dos trabalhos desenvolvidos pela Pasta, a nova denominação de Secretaria do Planejamento Territorial e Obras foi uma decorrência da atuação na área na condução de suas atividades para obras públicas e para um processo eficaz de planejamento territorial das ações governamentais, objetivando a compatibilização das ações setoriais e a articulação dos interesses regionais e municipais.

A Secretaria do Planejamento Territorial e Obras coordena as ações de seus órgãos vinculados: Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN); Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (COHAB); Fundação Metropolitana e Regional de Planejamento (METROPLAN) e também o Fundo de Investimentos Urbanos (FUNDURBANO/RS).

Buscando a eficiência no provimento e realização dos meios que, necessariamente, revertem em eficácia e na efetiva concretização dos fins, o órgão traçou a seguinte política de ação.

Promover a organização territorial do Estado; incentivar o relacionamento com as administrações municipais e compatibilizar as ações do Estado no espaço físico estadual; organizar, planejar e executar integradamente as funções públicas de interesse comum da Região Metropolitana de Porto Alegre e aglomerações urbanas constituídas; prover a população urbana de serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário; fomentar o equacionamento e buscar o equilíbrio entre as disponibilidades e as necessidades de uso dos recursos hídricos; elaborar, implantar e promover a racional utilização do patrimônio imobiliário e da construção de prédios públicos estaduais; prover de moradias a população de baixo poder aquisitivo, e promover e equacionar as questões relativas a resíduos sólidos e drenagem urbana.

No decorrer de 1991, em razão da reforma administrativa implementado no órgão foi criada a Diretoria de Planejamento Territorial (DIPLAN), que agregou as atividades da Superintendência do Desenvolvimento Urbano e Administração Municipal (SURBAM) e o Conselho Estadual de Desenvolvimento Urbano (CEDU).

A DIPLAN, na área do planejamento urbano, desenvolveu as seguintes ações: prestação de assessoria a 15 Municípios em Planejamento Urbano; elaboração de projetos e prestação de assessoria a 13 Municípios em projetos paisagísticos; elaboração de projetos e assessoria a 42 Municípios na área de infraestrutura; realização de levantamentos topográficos em 13 Municípios; expedição de alvará para barragens de 02 Municípios; publicação dos trabalhos: "Sinalização", "Estacionamento", "Paradas de Ônibus", "Pavimentação-Ruas e Passeios".

No que se refere à assistência técnica e administrativa, foram atendidos 39 Municípios em: concursos públicos, reforma

administrativa, pareceres Jurídicos, assistência técnica e curso através do Centro de Treinamento em Administração Pública Municipal (CERTAM).

Com a finalidade de atender a determinação da Constituição Estadual, que em seu artigo 16 prevê a instituição de aglomerações urbanas, entre outras categorias especiais na área do planejamento regional, está sendo desenvolvido o Programa Aglomerações Urbanas no Rio Grande do Sul que se propõe inicialmente a identificar e caracterizar as aglomerações urbanas e as funções de interesse comum. Estão sendo revisados os estudos de caracterização das três aglomerações identificadas, a saber: a do Litoral Norte, a de Pelotas/Capão do Leão e a do Nordeste, com vistas à publicação.

A Diretoria também participa na elaboração do diagnóstico regional para o Plano Diretor do Pólo Energético de Candiota, conforme prevê o Decreto nº 33.682, de 02 de outubro de 1990, que delimita a área do Pólo e cria Grupos de Trabalho do Plano Diretor.

O diagnóstico está sendo realizado em conjunto com a CEEE, CRM, FEPAM e Secretaria da Agricultura e do Abastecimento.

A integração do Cone Sul será uma realidade nas próximas décadas e o reflexo deste processo irá gerar uma alteração significativa na organização físico-territorial do Estado e, em especial, na área da fronteira, em decorrência das novas relações sócio-econômicas que irão se estabelecer.

Em razão disso, a DIPLAN criou o Programa de Integração Físico-Territorial da Região da Fronteira, que tem como meta principal o assessoramento aos 22 Municípios fronteiriços ante o impacto das ações previstas para a área e sua preparação para participar do processo de integração do Cone Sul, dotando-o de melhor infraestrutura e equipamentos urbanos.

O Programa está priorizando os seguintes níveis de abordagem:

- Caracterização do quadro regional através do levantamento dos projetos de impacto regional, dos estudos do sistema viário, da base física e dos aspectos sócio-econômicos;
- Avaliação geral da situação de infra estrutura urbana e organização territorial nos 22 Municípios de fronteira, a saber: Tenente Portela, Três Passos, Crissiumal, Maurício Cardoso, Tucunduva, Tuparendi, Alecrim, Porto Lucena, Porto Xavier, Roque Gonzalez, Pirapó, São Nicolau, São Borja, Itaqui e Uruguaiana na fronteira com a Argentina, e Uruguaiana, Quaraí, Santana do Livramento, Dom Pedrito, Bagé, Herval, Jaguarão e Santa Vitória do Palmar na fronteira com o Uruguai;
- Recuperação e proteção das bacias dos rios Uruguai, Quaraí, Jaguarão e Negro.

Para a elaboração e divulgação de algumas características do Estado, no seu espaço, servindo de fonte de



consulta para os estudos e trabalhos regionais, o trabalho "Caracterização do Quadro Urbano e Regional do RS" foi concebido para ser efetuado a longo prazo sob a forma de uma atividade permanente. Fundamentalmente descritivo, e previsto para ser sistematicamente atualizado, o trabalho pretende contribuir para a utilização da variável "espaço" na definição e acompanhamento das políticas e ações setoriais do Estado, tanto em nível de definição de políticas quanto de localização de investimentos.

Foi elaborado e publicado um documento contendo a proposta de trabalho descrita de forma teórica e a espacialização de variáveis relativas a dois temas inicialmente selecionados: desempenho econômico dos Municípios e comportamento da população no período de 70/87 dentro de um âmbito regional.

Atualmente está sendo encaminhado para a gráfica a 2ª etapa do trabalho que descreve e localiza os Projetos Governamentais de Impacto Regional (Hidrelétricas de Itá, Machadinho, Garobi e Dona Francisca; Termelétricas de Candiota e Jacuí I; Gasoduto; Ponte São Borja-Santo Tomé; Programa de Desenvolvimento Integrado da Lagoa Mirim; Porto de Rio Grande e Distrito Industrial Tri-Nacional).

Encontra-se em andamento a realização de levantamento da especialização industrial dos Municípios cuja população urbana é maior de 5.000 habitantes, o estudo dos fluxos de passageiros por ônibus intermunicipal no RS e a espacialização das migrações internas no Estado.

O Acordo de Cooperação firmado entre o Governo do Estado do RS e o Banco do Brasil S/A visa, através do Fundo de Desenvolvimento Comunitário (FUNDEC), a conjugação de esforços e recursos materiais, técnicos e financeiros dos órgãos da Administração Direta e Indireta Estadual em favor da melhoria das condições de vida das populações das pequenas comunidades rurais, no que se refere a saúde, educação, transporte, saneamento, energia, lazer, entre outros.

Cabe à Secretaria do Planejamento Territorial e Obras coordenar toda ação integrada entre as Secretarias, Companhias e Empresas Estaduais, conforme prevê a Cláusula Segunda do Acordo de Cooperação vigente. Entretanto, em 1991, o programa FUNDEC e, conseqüentemente, todas as atividades ligadas à operacionalização do referido acordo, tanto em âmbito do Governo do Estado como no âmbito nacional pelo Banco do Brasil, mantiveram-se estagnadas devido a política financeira adotada pelo Governo Federal que afetaram diretamente o desenvolvimento desse Programa junto a todas as pequenas comunidades brasileiras, por ele assistidas.

O Programa de Açudes e Poços, coordenado pela SPO e executado pela CORSAN envolveu, em 1991, a perfuração de poços tubulares em 144 localidades, abrangendo 66 Municípios, perfazendo 16.696,55 m e beneficiando uma população aproximada de 30.000 habitantes.

O Programa Estadual de Saneamento Rural, visa proporcionar a pequenas localidades um sistema de abastecimento de água, prático, simples e eficiente. Foram atendidas 06

comunidades abrangendo 06 Municípios e beneficiando uma população aproximada de 1.206 habitantes.

Para 1992, a Secretaria, através da DIPLAN, propõe-se a ampliar o Programa em conjunto com o Programa Nacional de Saneamento para Pequenas Comunidades Urbano-Rurais (Ministério de Ação Social - Secretaria Nacional de Saneamento).

Além dos programas mencionados, foi proposto e aprovado Protocolo de intenções do CODESUL, estando a Secretaria em contato com os Municípios de Fronteira para viabilizar ações integradas, e com os três Estados do Sul na elaboração de Programa Integrado no que se refere aos assuntos de Fronteira, atuando em conjunto com a SEAI.

No que se refere a obras públicas, no decorrer de 1991, a Secretaria, através da Diretoria de Obras, dedicou especial atenção ao Projeto CIEP.

Já iniciaram as obras para a construção de 10 (dez) CIEPs cidades de Camaquã, Cerro Largo, Dom Pedrito, Palmeira das Missões, Porto Xavier, Quaraí, Santa Maria, Três de Maio e Uruguaiana e Cruz Alta, totalizando 39.722 m<sup>2</sup> de construção.

Encontra-se também assinado o contrato para a construção do CIEP de Santiago, com uma área de 4.377,61 m<sup>2</sup>.

Estão em fase de licitação os CIEPs de Bagé, Carazinho, Passo Fundo, Rio Grande, Santo Augusto e São Sepé, num total de 30.977,38 m<sup>2</sup> de construção.

A SPD juntamente com a Secretaria de Educação lançou o projeto Mutirão, que visa dinamizar a execução de obras de pequeno porte em prédios escolares, viabilizando um aumento no número de prédios através de melhores condições de manutenção e conservação.

Quanto ao Projeto Recuperação de Escolas em Porto Alegre, encontra-se nas seguintes condições: vistoria e licitações - 90 escolas, carta convite - 59 escolas, Mutirão - 108 escolas. Em um total de 257 escolas atendidas pelo projeto em Porto Alegre, 65 estão concluídas. Nos demais Municípios do Estado, num total de 1.314 escolas, as obras de recuperação encontram-se nos seguintes estágios: vistorias - 600 escolas, carta convite - 504 escolas e Mutirão - 210 escolas.

Os investimentos no setor perfazem totais de Cr\$ 9.126.000.000,00 (nove bilhões e cento e vinte e seis milhões de cruzeiros).

## A - CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS (CRH - RS)

No decorrer do ano de 1991, o CRH-RS desenvolveu as seguintes ações:

### a - Banco de Dados

Foi implantado junto ao CRH-RS um sistema denominado MSDHD (Micro Sistema de Dados Hidrometeorológicos), que permite a manipulação das informações hidrológicas das diversas entidades que operam no Estado. Foi entregue ao CRH-RS uma série de disquetes contendo dados históricos da rede (464 estações, com período médio de 40 anos de dados). Essas ações foram possíveis através do Convênio firmado entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e o Ministério da Infra-Estrutura.

### b - Pró-Guaíba

A preparação do Projeto de Monitoramento Quantitativo da Água, para a Bacia do Guaíba, composto de rede complementar à atualmente existente, possibilitará no futuro um gerenciamento dos recursos hídricos no Estado.

### c - Atendimento ao Usuário

O CRH-RS vem atendendo, frequentemente, as diversas entidades e usuários em geral, com informações, pareceres, apoio cartográfico e acervo técnico.

### d - Estudos

A Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEPAM), solicitou ao CRH-RS colaboração nos estudos hidrológicos dos projetos a serem submetidos a sua aprovação. O CRH-RS está colaborando com a FEPAM, tendo iniciado um estudo preliminar da barragem do rio Gravataí.

### e - Fiscalização

O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), preocupado com o perigo que representa para as estradas um eventual rompimento de barragens localizadas nas proximidades das rodovias, solicitou ao Conselho de Recursos Hídricos uma vistoria em determinadas barragens, encaminhando uma lista das que consideram apresentar maior risco. Neste ano foi iniciada a vistoria, com visita a 5 (cinco) barragens no Município de Camaquã, nas proximidades da BR 116. Esse programa continuará no próximo ano, possivelmente com a colaboração do Instituto Riograndense do Arroz (IRGA), já que as barragens na maior parte têm como finalidade a irrigação de lavouras de arroz.

### f - Sistema Estadual de Recursos Hídricos

Por solicitação do Presidente do CRH-RS, a Secretaria Executiva do Conselho promoveu a criação e o funcionamento de um grupo técnico, composto por 3 (três) representantes da Comissão Consultiva do

Colegiado, 1 (um) representante da PGE, 1 (um) representante da FEPAM e dois representantes da própria Secretaria Executiva, com a finalidade de apresentar ao Conselho uma proposta de anteprojeto de lei para regulamentação do artigo 171 da Constituição Estadual que prevê a criação do Sistema Estadual de Recursos Hídricos e do sistema de outorga do uso da água.

## B - FUNDO DE INVESTIMENTOS URBANOS (FUNDURBANO/RS)

O Fundo de Investimentos Urbanos, criado pela Lei nº 6.652, de 12/12/1973 esteve vinculado à Secretaria de Coordenação e Planejamento até a Reforma Administrativa implantada pela Lei nº 9.433, de 27/11/91. Objetiva dar suporte financeiro aos Municípios do Estado, na elaboração de Planos e Projetos para execução de obras de infra estrutura urbana e bem-estar social. Administra, também o Programa de Drenagem Urbana, que visa induzir um processo de reversão das distorções provocadas pela crescente urbanização, relativas a questões de drenagem dos cursos d'água. O FUNDURBANO/RS dispõe, ainda, de uma linha de crédito para dar suporte à construção de usinas de reciclagem e compostagem de lixo domiciliar urbano, no atendimento de questões ecológicas e de saúde pública.

Agindo de forma descentralizada, tendo em vista que a definição de prioridades, a execução e a administração das obras são feitas pelos próprios Municípios, o Fundo é um mecanismo ágil e prático no atendimento das demandas locais.

Em 1991, foram concedidos 41 empréstimos e assinados os respectivos contratos de financiamento com Municípios do interior para execução de obras de infraestrutura urbana, num montante de Cr\$ 327.612.000,00 (trezentos e vinte e sete milhões, seiscentos e doze mil cruzeiros). Quanto à drenagem urbana e usinas de reciclagem de lixo, nenhuma operação foi contratada.

Se o desempenho do FUNDURBANO/RS for avaliado em relação a 1990, quando foram assinados 288 contratos, nota-se que houve uma variação negativa.

O fraco desempenho do FUNDURBANO/RS 1991 foi ocasionado pelo decréscimo acentuado dos recursos repassados pelo Estado ao Fundo e deveu-se a uma alteração na sistemática até então adotada, pois deixou de existir vinculação aos recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE), o que originou a descapitalização do mesmo e, por consequência, acarretou uma diminuição significativa no montante dos recursos à disposição dos Municípios.

A receita própria do FUNDURBANO/RS, oriunda da amortização dos empréstimos concedidos aos Municípios e das aplicações financeiras, é pouco significativa, visto que os empréstimos são subsidiados (25% da variação da Taxa Referencial - Tr) e o prazo de amortização é de 12 trimestres.

O Patrimônio Líquido do FUNDURBANO/RN também foi afetado, com um decréscimo de 67% em relação a 1990 e de 98% em relação a 1989. Mesmo assim, o fundo tem honrado seus compromissos com diversos Municípios.

## 10.1 - COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO (CORSAN)

A CORSAN tem como atribuições a realização de estudos, projetos, construção e exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotos sanitários, bem como quaisquer outras atividades afins ao saneamento básico.

Atualmente são abastecidos por sistemas administrados pela Companhia 259 sedes municipais, 31 sedes distritais e povoados. Com serviços de esgotos sanitários são atendidas 20 sedes municipais, 2 povoados e 21 loteamentos e núcleos habitacionais.

Em 1991, o acréscimo da população abastecida, em relação ao ano anterior, foi de 156.000 habitantes em decorrência da execução de obras de ampliação de sistemas que resultou num aumento de 390 km de redes de distribuição. A ampliação da capacidade de produção da água representou acréscimo de 10,8% na capacidade produtiva da Companhia.

Foram instalados 24 reservatórios em 17 localidades com aumento de capacidade de 17.675 m<sup>3</sup>, representando incrementos de 4,2% na reservação do sistema.

No decorrer do ano foram perfurados 150 poços tubulares em 54 localidades do interior do Estado.

Os investimentos em obras de abastecimento de água atingiram o montante de Cr\$ 7.010.511.000,00 (sete bilhões, dez milhões e quinhentos e onze mil cruzeiros) em valores históricos, sendo a seguinte origem: Cr\$ 32.580.000,00 (trinta e dois milhões e quinhentos e oitenta mil cruzeiros) em empréstimos com a C.E.F.; Cr\$ 212.354.000,00 (duzentos e doze milhões e trezentos e cinquenta e quatro mil cruzeiros) de empréstimos com o FUNDOPIMES; Cr\$ 6.309.577.000,00 (seis bilhões, trezentos e nove milhões e quinhentos e setenta e sete mil cruzeiros) de recursos próprios da Companhia e Cr\$ 456.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta e seis milhões de cruzeiros) de recursos estaduais.

Relativamente aos serviços de coleta de esgotos sanitários verificou-se um acréscimo na rede coletora em 1.400m e prosseguimento da execução das obras de implantação do Sistema de Canoas, que terá uma estação de tratamento de 260 l/s.

Com relação ao desenvolvimento de recursos humanos, as ações destinaram-se a incrementar o treinamento especializado do pessoal, buscando o aprimoramento do corpo funcional e a maior eficiência operacional. No decorrer do ano, foram treinados 1.462 funcionários através de 63 cursos.

A preservação dos mananciais de abastecimento de água para as populações urbanas mereceu uma ação mais ampla e conseqüente por parte da CORSAN, visando à recuperação qualitativa dos rios e a gestão de recursos hídricos.

Simultaneamente, foi prestada assessoria e atendimento a ocorrências localizadas, relacionadas com focos de poluição, como recuperação de mananciais, acidentes ambientais, entre outras.

Foi desenvolvido trabalho participativo nos comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas, como as do Gravataí e dos Sinos.

Na área operacional desenvolveram-se serviços de pesquisa e controle de vazamentos de água, tendo-se obtido, como resultado imediato, uma redução média de 6 h/dia na operação dos sistemas abrangidos pela pesquisa.

De outro lado, procedeu-se a automatização de número razoável de estações de recalque em vários sistemas, resultando em redução de pessoal e de horas extras, além da melhoria das condições de trabalho dos setores abrangidos pela automatização.

Atualmente, incrementam-se ações através do Programa de Conservação e Racionalização de energia elétrica com o objetivo de diminuir tanto quanto possível o consumo de energia e, conseqüente, os custos operacionais.

A partir de 1992, com recursos do FUNDOPIMES, proceder-se-ão substituição de equipamentos incompatíveis com as instalações adequadas à racionalização e otimização dos sistemas, de modo a obter-se maior eficiência operacional.

Em consonância com estas medidas, foram recentemente adquiridos 100.000 hidrômetros dos quais já foram recebidos 25.000.

Até novembro, de outra aquisição, foram instalados 25.000 hidrômetros e recuperados outros 20.000 dos instalados anteriormente e que apresentaram defeito de funcionamento.

Face à crescente demanda de água, foi necessário elevar-se a capacidade de produção de vários sistemas mediante a substituição de equipamentos e grupos de recalque que propiciaram o aumento da produção em 1.303 l/s.

#### **A - SISTEMA INTEGRADO DE TRATAMENTO DE EFLUENTES LÍQUIDOS (SITEL)**

O Sistema Integrado de Tratamento de Efluentes Líquidos do Pólo Petroquímico do Sul (SITEL), vinculado à CORSAN, tem por objetivo básico prevenir e minimizar o impacto sobre a natureza decorrente dos efluentes líquidos gerados na operação do complexo petroquímico de Triunfo, localizado próximo à Região Metropolitana de Porto Alegre.

Prioritariamente, desde sua implantação, e ao longo do tempo, em função do caráter dinâmico do complexo industrial, foram realizados investimentos e pesquisas para o controle da poluição hídrica, dada a localização do Pólo Petroquímico junto à montante das duas principais bacias hidrográficas da Região Metropolitana, Jacuí e Guaíba, que abastecem cerca de 2.000.000 de pessoas.

Os sistemas de tratamento implantados no SITEL utilizam a mais moderna tecnologia para processamento centralizado de efluentes industriais, através de tratamento primário, integrado por grade mecanizada, separador, tanques de equalização, mistura rápida, floculação, ajustes de PH e flotação; tratamento secundário, através de processo biológico de lodos ativados, integrados por bacias de aeração, decantadores, adensador e fazendas de lodo; e tratamento terciário composto por filtros à gravidade e lagoas de estabilização.

A capacidade instalada possibilita atender a uma demanda de tratamento de orgânicos da ordem de 18.750 m<sup>3</sup>/dia e de inorgânicos de 12.960 m<sup>3</sup>/dia.

Foram processados pelo SITEL em 1991, 3.350.000 m<sup>3</sup> de efluentes orgânicos, 1.700.000 m<sup>3</sup>/dia de efluentes inorgânicos, provenientes das indústrias do Pólo Petroquímico.

No mesmo período, o SITEL dispôs no solo 4.880.000 m<sup>3</sup> de efluentes tratados, e 19.000 m<sup>3</sup> de lodos descartados do processo biológico.

Os custos de operação do SITEL, resultaram em US\$ 7.080.000,00, correspondendo a um custo unitário de efluente tratado de US\$ 1,40/m<sup>3</sup>.

A previsão orçamentária anual de US\$ 6.800.000,00 foi superior em 4,1% e os recursos orçamentários provieram 97% das indústrias do Pólo Petroquímico e 3% da CORSAN.

O Sistema Centralizado de Controle de Resíduos Sólidos - (SICECORS), vinculado ao SITEL, através da Divisão Operacional, tem por objetivo básico a coleta, transporte e disposição dos resíduos sólidos resultantes das atividades das empresas do Pólo Petroquímico do Sul.

A partir de julho de 1990, data em que tais atividades foram assumidas pela CORSAN, pois até então eram da responsabilidade da Companhia Petroquímica do Sul (COPEL), e ao longo de 1991, em função da nova filosofia implantada no Gerenciamento do Sistema, diversos programas e procedimentos operacionais sofreram reformulação. Foi implementado novo planejamento estratégico, visando dotar o SICECORS da necessária flexibilidade operacional, além da campanha de conscientização junto às usuárias do importante papel representado na reciclagem, reaproveitamento e redução na geração de resíduos sólidos, sejam comuns, industriais ou industriais especiais.

Foram processados pelo SICECORS, um total de 14.600 m<sup>3</sup> de resíduos sólidos, sendo 9.800 m<sup>3</sup> de resíduos sólidos comuns.

4.200 m<sup>3</sup> de resíduos sólidos industriais e 600 m<sup>3</sup> de resíduos sólidos industriais especiais, com recursos orçamentários provenientes integralmente das indústrias usuárias do Pólo Petroquímico.

## 10.2 - COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (COHAB/RS)

A Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (COHAB), sociedade de economia mista, é o órgão incumbido de definir e executar a política estadual da habitação popular. As atividades desenvolvidas pela Companhia constituem-se basicamente no planejamento e na execução de programas habitacionais de caráter popular, bem como na administração dos financiamentos concedidos.

A COHAB/RS, afora os problemas conjunturais que determinaram uma drástica redução dos investimentos na área habitacional, de parte do Governo Federal, teve também outros percalços de natureza social, especialmente em relação às invasões indiscriminadas de suas áreas e obras em vias de conclusão.

Diante da absoluta escassez de recursos destinados à habitação popular, redefiniu as prioridades das aplicações disponíveis objetivando maximizar a abrangência social da sua atuação.

Nesse contexto, elencam-se como principais medidas adotadas pela administração, o saneamento financeiro e a reorganização administrativa da Companhia propiciando, desta forma, a retomada do processo produtivo.

O conjunto de atividades teve como suporte financeiro, principalmente, recursos próprios e o reinício do aporte de recursos oriundos dos novos contratos com a Caixa Econômica Federal.

As ações produtivas da Companhia, em 1991, foram as seguintes:

### A CONJUNTOS DE HABITAÇÕES E/OU LOTES URBANIZADOS: PAIH - PLANO DE AÇÃO IMEDIATA PARA HABITAÇÃO (MORADIAS POPULARES) E PROHAP - PROGRAMA DE HABITAÇÃO POPULAR SETOR PÚBLICO (CONJUNTOS)

Objetiva a produção de conjuntos habitacionais com a construção de novas habitações e/ou lotes urbanizados, destinados à população com renda familiar até 10 salários mínimos.

Concluíram-se 212 habitações e 110 lotes urbanizados, em cinco Municípios com recursos originários da CEF/FGTS que atingiram o valor atualizado em dez/91, de Cr\$ 1.958.353.805,00



(hum bilhão, novecentos e cinquenta e oito milhões, trezentos e cinquenta e três mil e oitocentos e cinco cruzeiros), além de Cr\$ 86.378.756,00 (oitenta e seis milhões, trezentos e setenta e oito mil, setecentos e cinquenta e seis cruzeiros) adiantados pela COHAB.

Encontram-se em fase de obras 599 unidades, 1.059 unidades em fase de contratação com a CEF e 12.292 unidades em projetos.

**B - UNIDADES ISOLADAS: PAIH - PLANO DE AÇÃO IMEDIATA PARA HABITAÇÃO (CESTA BÁSICA E PROHAP - PROGRAMA DE HABITAÇÃO POPULAR SETOR PÚBLICO (OPERAÇÕES ISOLADAS))**

Este Programa tem como objetivo principal a construção ou melhoria de habitações isoladas, destinadas à população proprietária de terrenos urbanos, com renda de até 10 salários mínimos.

Foram concedidos 555 financiamentos para a produção de unidades, tendo sido repassados recursos originários da CEF/FGTS, atualizados em dez/91, de Cr\$ 89.510.757,00 (oitenta e nove milhões, quinhentos e dez mil, setecentos e cinquenta e sete cruzeiros).

Encontram-se já contratadas 6.045 novas unidades, 2.134 unidades em fase de contratação com a CEF e 7.982 unidades em projetos.

**C - PROJETO CHALET**

O Projeto visa aferir a viabilidade para implantação de uma nova tecnologia construtiva repassada pelo IPT de São Paulo, utilizando madeiras de reflorestamento para a construção de casas. Visando a redução de custo unitário da habitação, o projeto utiliza basicamente materiais renováveis disponíveis no Estado (pinus tratado).

Um Projeto-Piloto, com 131 unidades, teve suas obras retomadas (90% executado) nos loteamentos Santa Corona e São Victor, no Município de Caxias do Sul, cuja conclusão está prevista para Janeiro de 1992.

Os recursos aplicados neste Programa foram da própria COHAB/RS, totalizando um montante, atualizado em dez/91, de Cr\$ 370.768.899,00 (trezentos e setenta milhões, setecentos e sessenta e oito mil e oitocentos e noventa e nove cruzeiros).

## **D - PROGRAMA ESTADUAL DE LOTES URBANIZADOS (PROLURB)**

O PROLURB tem como principal objetivo produzir lotes urbanizados providos de infraestrutura básica, destinados à população com renda de até cinco salários mínimos.

Mediante o repasse de recursos do Estado às Prefeituras Municipais, via COHAB/RS, o Programa busca uma solução alternativa, participativa e descentralizada do problema habitacional de interesse social.

A Companhia, dentro das suas atribuições, atua como agente promotor do Programa e visa assessorar e garantir sua execução dentro das normas técnicas e da legislação em vigor.

Foram produzidos 1.117 lotes urbanizados em 13 Municípios, com recursos orçamentários do Estado, totalizando, em dez/91, de Cr\$ 51.564.935,00 (cinquenta e um milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil, novecentos e trinta e cinco cruzeiros).

## **E - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO E INFRA-ESTRUTURA**

### **a - Recuperação de Conjuntos**

O Subprograma objetiva recuperar conjuntos habitacionais da COHAB/RS com problemas construtivos e/ou obras de infraestrutura que estão sem manutenção e ainda não foram entregues ao Município e/ou órgãos competentes.

Em 1991 foram recuperados dois conjuntos, beneficiando 592 unidades habitacionais. Os recursos aplicados foram próprios da COHAB/RS, no valor, atualizado em dez/91, de Cr\$ 37.991.019,00 (trinta e sete milhões, novecentos e noventa e um mil e dezenove cruzeiros).

### **b - Escolas em Conjuntos Habitacionais**

Este Subprograma visa dotar de escolas os grandes conjuntos habitacionais. Foi concluída uma escola no Conjunto Habitacional NZE1, no Município de Santa Cruz do Sul, com 12 salas de aula, estando em execução uma escola com 16 salas de aula, no Município de São Leopoldo, na Vila Duque.

A Companhia investiu com recursos próprios no valor, atualizado em dez/91, de Cr\$ 93.711.255,00 (noventa e três milhões, setecentos e onze mil, duzentos e cinquenta e cinco cruzeiros).

### **c - Reurbanização de Favelas**

Subprograma destinado a regularizar aspectos jurídicos e urbanísticos e ao desenvolvimento social e comunitário das populações residentes em favelas, melhorando as condições de habitabilidade das subabitações mediante a execução de obras de infraestrutura básica.

No primeiro trimestre de 1991 foram aplicados recursos próprios da COHAB/RS, no valor atualizado em dez/91, de Cr\$ 288.579.334,00 (duzentos e oitenta e oito milhões, quinhentos e setenta e nove mil, trezentos e trinta e quatro cruzeiros), beneficiando o Município de Sapucaia do Sul (Vila Pasteur).

## **F - NOVOS PROGRAMAS**

### **a - Habitação Rural**

A Companhia desenvolve estudos para implantação de um Programa de Habitação para construção, ampliação e melhorias de moradias no meio rural, visando a fixação do homem no campo.

### **b - Programa de Habitação para as Polícias Civil e Militar**

A COHAB/RS estuda um Programa com o objetivo de atender a demanda de moradias para os servidores da Brigada Militar e da Polícia Civil, visando melhoria do padrão de vida e proporcionando-lhes condições dignas e favoráveis para o melhor desempenho de suas funções.

### **c - Banco de Materiais de Construção**

A COHAB/RS está estudando a criação de um "Banco de Materiais de Construção", o qual, por doações de materiais novos e usados e com uma administração participativa governo-comunidade, deverá atender às necessidades das populações mais carentes. A Companhia fornecerá o apoio técnico e operacional necessário para que efetivamente seja atingido o objetivo proposto.

Os projetos habitacionais ora em elaboração estão sendo adequados à nova conjuntura econômica, técnica e ambiental, especificamente no que tange à compatibilização dos custos e capacidade aquisitiva da demanda.

Para isso, estão sendo desenvolvidos estudos de novas técnicas construtivas e de implantação de tipologias habitacionais diferenciadas e alternativas.

Estuda-se o aproveitamento de projetos originários da iniciativa privada, como forma de completar a produção própria da área técnica.

Em 1992 será priorizado o desenvolvimento de novos projetos habitacionais, através da utilização de áreas livres e reservas técnicas e também áreas doadas.

## **G - GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO**

No decorrer do ano a Companhia reavaliou a sua organização estrutural e administrativa ajustando e adequando as

atividades de cada área e dando uma nova dinâmica operacional mais direcionada aos seus objetivos.

Foi elaborado um novo organograma, reorganizando e fixando as linhas de decisão, eliminando setores com atividades justapostas e criando setores compatibilizados com as atividades propostas.

Paralelamente, foram reduzidos os custos operacionais com a eliminação de locações e prestação de serviços de terceiros, objetivando o equilíbrio do fluxo de caixa da Companhia.

A Diretoria da COHAB/RS, através de ações objetivas, retomou o pagamento de um acúmulo de débitos vencidos, cuja liquidação é decisiva para o futuro da Companhia.

A COHAB/RS equacionou o pagamento de sua dívida com a Caixa Econômica Federal retomando, desta forma, o processo produtivo, assim como quitou e negociou seus débitos referentes aos encargos sociais e resolveu administrativamente diversas questões trabalhistas, obtendo resultados favoráveis em diversas ações. Reduziu significativamente seus custos operacionais, além de adequar seu quadro de pessoal aos objetivos propostos.

Em 1991, a Companhia promoveu o 1º FÓRUM ESTADUAL DE HABITAÇÃO que teve por objetivo definir uma nova formulação para o problema habitacional do Estado.

O FÓRUM contou com a participação dos principais segmentos sociais e econômicos relacionados com a área habitacional do País e do exterior, propiciando importantes e decisivos parâmetros para a concepção de uma política habitacional específica para o Estado.

No decorrer do ano a COHAB/RS, visando sua recuperação econômica, realizou um plano com vistas a redução da inadimplência e a regularização dos imóveis transacionados entre terceiros.

Este plano resultou na oportunidade de renegociação das dívidas, em função da capacidade de pagamento dos mutuários, ensejando também um significativo ingresso de receita, além de possibilitar a retomada da pontualidade nos pagamentos, o que representou uma redução de 50% da inadimplência.

Paralelamente, foi implementado um novo sistema de controle e cobrança dos mutuários inadimplentes, com utilização de processamento e, principalmente, com a adoção de procedimentos permanentes, desde a identificação até o ajuizamento das ações, com resultados altamente positivos para a arrecadação da Companhia.

Foram introduzidas novas rotinas ao Sistema Habitacional da COHAB - SHC, através da PROCERGS, bem como produzidos novos sistemas operacionalizados com equipe própria. O Comitê de Informática iniciou estudos visando reavaliar a informatização da

Companhia mediante a elaboração de um novo Plano Diretor de Informática.

Objetivando o levantamento da real demanda por unidades habitacionais na faixa de atuação da COHAB/RS, foi desenvolvido um sistema instrumentalizado que possibilitasse seu acompanhamento permanente, valendo-se, para tanto, das Prefeituras Municipais ou entidades representativas das comunidades que vierem a firmar Convênios com a COHAB/RS.

A Companhia está envidando esforços no sentido de solucionar as questões decorrentes da invasão de suas áreas, através de negociações com as Prefeituras Municipais e comunidades envolvidas, buscando uma solução conciliadora para cada caso.

### 10.3 - FUNDAÇÃO METROPOLITANA E REGIONAL DE PLANEJAMENTO (METROPLAN)

A METROPLAN foi criada em 1974, centrando as suas atividades no planejamento integrado e assessoramento aos Municípios que compõem a Região Metropolitana de Porto Alegre, especialmente nas áreas de Desenvolvimento Urbano, Transportes, Preservação Ambiental, Uso do Solo e Habitação.

A implementação de políticas, diretrizes, programas e projetos voltados para o desenvolvimento urbano é o resultado do conhecimento adquirido ao longo do tempo, em que os problemas estruturais e específicos da região são identificados e analisados com vistas ao planejamento.

Por outro lado, como estratégia de ampliação da participação da sociedade civil neste processo, a METROPLAN colaborou com a criação dos Comitês de Bacias Hidrográficas e participa ativamente no âmbito técnico dos Comitês (Gravataí e Sinos), bem como coordena o Programa de Gerenciamento Ambiental da Sub-bacia do Arroio Feltria.

Durante o ano de 1991, a Fundação, além de dar continuidade às suas atividades de rotina no assessoramento dos Municípios, reestruturou-se para dar andamento aos novos programas e projetos cujo embasamento se encontra no Plano de Governo.

Além disso, prepara-se para assumir, no próximo exercício, as novas atribuições que lhe delega a reforma administrativa, em especial no que se refere ao planejamento e assistência técnica aos Municípios integrantes dos aglomerados urbanos do Rio Grande do Sul.

As metas previstas no Projeto METROPLAN, componente do Plano de Governo, podem sucintamente ser identificadas na proposição de elaboração e implementação dos planos a seguir mencionados:

## A - PLANO DIRETOR METROPOLITANO

Consiste na formulação do Programa de Sistemas de Informações para o Planejamento Metropolitano, sendo implementados o Projeto GEO-50 com digitalização de base cartográfica na escala 1:50.000 de informações para planejamento e confecções de cartas temáticas; o Projeto de Informações por Município com sistematização e processamento de informações sobre os integrantes da RMPA, e o Projeto Cadastro de Logradouros e de trechos que padroniza e codifica o Cadastro de logradouros da RMPA, identificando as situações de irregularidade.

Também fazem parte do Programa o Sistema de Administração Metropolitana que propõe a criação do Fundo de Investimentos Metropolitanos; a realização de diagnósticos setorial através de Cartas Temáticas, inventário de bens culturais e patrimoniais e o estudo de sub-regionalização viária da RMPA propondo a adequação da rede metropolitana e desenvolvendo estudos específicos sobre a Sub-Região Sudeste.

## B - PLANO DE ZONEAMENTO AMBIENTAL

O plano propõe a elaboração de informações básicas, concretizadas em mapas temáticos: Carta de Cobertura Vegetal, Carta de Ecologia e Geomorfologia e Carta de Declividades. Envolve também treinamento técnico, tendo executado o Curso de Administração Ambiental de Bacias Hidrográficas, o Ciclo de Palestras sobre Zoneamento Ambiental e a Oficina de Criação de Projetos.

No âmbito do Programa PROTEGER, caracterização da pluma poluidora dos efluentes de Estância Velha e Porto Alegre, identificou áreas com comprometimento ambiental.

O plano também compreendeu a elaboração de Cartas de potencial Hídrico e de Potencial Mineral com vistas a orientar o uso dos recursos naturais, minimizando os respectivos danos ambientais, e elaboração de Pesquisa das Condições de Esgotamento Sanitário na RMPA, que identificará a criticidade de saneamento por microrregiões de drenagem, orientando ações e investimentos com nítida repercussão positiva na elevação dos padrões qualitativos de saúde.

Em 1991, foi realizado o Diagnóstico Setorial de Resíduos Sólidos na RMPA, orientador da confecção do Termo de Referência do Plano Diretor de Resíduos Sólidos para a RMPA e o Projeto de Educação Ambiental do Gerador de Resíduos Sólidos, atividades vinculadas ao Programa PRÓ-GUAÍBA.

## C - PLANO DE RESGATE SOCIAL

O plano visa a formulação da concepção geral de atuação da METROPLAN, concretizada no documento Programa Metropolitano de Resgate Social, que instrui a compatibilização da ação pública

nas áreas de saneamento, melhorias comunitárias e infra-estrutura viária para a população de baixa renda.

No ano de 1991 foi realizado o diagnóstico do perfil das condições habitacionais nas vilas irregulares na RMPA - "2º Inventário de Vilas Irregulares", complementado com o levantamento de loteamentos clandestinos e ações para regularização dos núcleos habitacionais - SEHACS.

Foram elaborados estudos complementares referentes a modelos habitacionais em programas para a população de baixa renda, custos de urbanização na RMPA e modelos de equipamentos comunitários, bem como o Programa para a Moradia Social - PARAMORAR.

Foi implementado o Plano Metropolitano de Recreação, Lazer e Turismo através da formulação da concepção básica dos objetivos a atingir, da metodologia a empregar e da formatação das proposições resultantes.

Destacaram-se as ações realizadas para a estruturação e criação do Gabinete de Informática e Cartografia que envolveram atividades de montagem dos sistema de informações georreferenciadas; a consolidação da utilização de técnicas de análise de imagens de satélite (sensoriamento remoto), promovendo significativo ganho qualitativo dos estudos regionais e urbanos, e a confecção de cartas digitais.

Além das ações vinculadas aos planos prioritários da METROPLAN, merecem destaque as ações descritas a seguir, também de suma importância para o desenvolvimento das atividades do órgão:

- Assessoria às Câmaras e Prefeituras Municipais da RMPA na elaboração de projetos de caráter institucional (projetos de lei para criação de Secretarias e Conselhos Municipais de Transporte);
- Execução de pavimentação e drenagem de 15Km de vias com transporte coletivo na RMPA no âmbito dos programas Encurtando Distâncias e EBTU/BIRD IV. Dos restantes 20 quilômetros licitados, 10 quilômetros estão sendo implantados em ritmo lento devido a falta de recursos;
- Elaboração dos programas de Integração Viária Metropolitana e de Pavimentação Comunitária;
- Implementação do Programa de Modernização da Frota Metropolitana após estudos demonstrativos da situação atual do transporte coletivo de passageiros e de gestões junto ao BNDES/FINAME a fim de obter financiamento para aquisição de 283 novos ônibus pelas empresas concessionárias. Em consequência já foi renovada 30% da frota metropolitana;
- Confecção de Guia de Transporte Coletivo Metropolitano, criando um serviço de utilidade pública de divulgação das linhas suburbanas à população usuária do transporte público na Região;

- Reavaliação das extensões das linhas componentes do Sistema de Transporte Coletivo Metropolitano para fins de cálculo tarifário, em estudo solicitado pelo DAER;
- Elaboração do Programa de Apoio ao Sistema Produtivo PROASP, que propõe uma política de desenvolvimento qualitativo para o setor, através de propostas de ação para a melhoria do Sistema de Transporte de Carga;
- Participação na organização do 1º Seminário Gaúcho de Geoprocessamento e Computação Gráfica Aplicados ao Planejamento Urbano e Regional;
- Organização do 1º Simpósio Estadual dos Procuradores das Fundações Públicas do Estado do Rio Grande do Sul.



**11 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO  
E DA ADMINISTRAÇÃO (SPA)**

**11.1 - Fundação de Economia e  
Estatística "Siegfried  
Emanuel Heuser" (FEE)**

**11.2 - Instituto de Previdência  
do Estado do Rio Grande  
do Sul (IPERGS)**

**11.3 - Fundação para o Desenvol-  
vimento de Recursos Huma-  
nos (FDRH)**

## 11 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO (SPA)

A Secretaria do Planejamento e da Administração foi criada pela Lei nº 9.433, de 27/11/91, a partir da fusão das Secretarias de Coordenação e Planejamento e de Recursos Humanos e Modernização Administrativa.

O órgão tem como competência: a coordenação geral do processo técnico de planejamento global; estudos, pesquisas e estatísticas sociais, econômicas, científicas, tecnológicas e administrativas; análise, acompanhamento e avaliação do desempenho das autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações, assim como de subsidiárias e órgãos por aqueles instituídos e controlados direta e indiretamente; administração do Centro Administrativo do Estado; formulação, coordenação, acompanhamento de execução e avaliação das políticas de recursos humanos e organização administrativa no âmbito da administração pública estadual e no apoio às administrações municipais; elaboração, coordenação e acompanhamento do plano plurianual; previdência e assistência social ao servidor público e seus dependentes; serviço de transporte oficial; arquivo público.

A Secretaria tem como órgãos vinculados a Fundação de Economia e Estatística "Siegfried Emanuel Heuser" (FEE), o Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS) e a Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH).

Um dos segmentos da SPA, a extinta Secretaria de Coordenação e Planejamento, atuou na programação do desenvolvimento social, econômico, administrativo, científico e tecnológico, envolvendo estudos e pesquisas, estatísticas e identificação e análise de fontes de recursos.

Atuando em articulação com as demais Secretarias setoriais no que se refere aos Projetos Prioritários de Governo e à obtenção de financiamentos externos, teve como atividades a serem destacadas as negociações e renegociações junto aos organismos internacionais de financiamento na viabilização do Programa Integrado de Melhoria Social (PIMES), do Programa para o Desenvolvimento Racional, Recuperação e Gerenciamento Ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba (PRÓ-GUAÍBA), Melhoria da Malha Viária do Rio Grande do Sul, Projeto da Usina Termelétrica Candiota III e Programa das Microbacias do Rio Grande do Sul.

O Programa Integrado de Melhoria Social (PIMES), cuja finalidade é aprimorar a ação governamental na promoção do desenvolvimento municipal urbano, é um instrumento de política pública para a melhoria das condições de vida das populações urbanas de menor renda. Está estruturado de modo a transformar-se numa ação autosustentada e auto-capitalizada, gerando recursos exigidos por projetos de saneamento básico, infra-estrutura urbana, equipamento comunitário, habitação, e apoio institucional aos Municípios. O Programa tem como gestor financeiro o BADESUL, através da Diretoria de Operações Sociais e Urbanas, recursos financeiros do Banco Mundial, Estado e Município.

Em 1991 foram beneficiados 13 Municípios e a extinta Secretaria do Trabalho e Ação Social, num total de Cr\$ ..... 4.675.392.078,00 (quatro bilhões, seiscentos e setenta e cinco milhões, trezentos e noventa e dois mil e setenta e oito cruzeiros). Nesse ano houve redução em 50% do período de análise e liberação dos recursos.

Cabe destacar que está sendo renegociada uma redução no desembolso mensal da contrapartida do Estado.

O Programa para o Desenvolvimento Ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba (PRÓ-GUAÍBA) é resultado do esforço do Governo do Estado, contando com a colaboração da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e de órgãos federais ligados à questão ambiental e recursos naturais, com o objetivo de criar as condições necessárias para o desenvolvimento racional, recuperação e gerenciamento ambiental da bacia hidrográfica do Guaíba.

Em 1991 foi refeita a Carta-Consulta ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), tendo sido ampliada a parte relativa ao saneamento, incluindo o manejo integrado das sub-bacias que formam o Guaíba. A Carta-Consulta foi aprovada pela Comissão de Financiamento Externo do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento (COFLEX/MEFP) e pré-aprovada junto ao BID. O contrato deverá ser assinado em julho de 1992, com recursos para a execução dos projetos do Módulo I no valor de US\$ ..... 280.869.000,00 (duzentos e oitenta milhões, oitocentos e sessenta e nove mil dólares). Nesses recursos estão embutidos US\$ ..... 12.000.000,00 (doze milhões de dólares) para projetos do Módulo II, objetivando a continuidade do Programa.

A equipe técnica do PRÓ-GUAÍBA recebeu convite para exposição sobre o Programa em São Paulo e em 176 Municípios que compõem a Bacia Hidrográfica do Guaíba.

Com relação ao Programa de Melhoria da Malha Viária do Rio Grande do Sul, a Secretaria de Coordenação e Planejamento e a Secretaria dos Transportes encaminharam ao Banco Mundial pedido de recursos para investimento, já com a liberação da COFLEX e pré-liberação do Banco. A missão veio ao Estado para analisar a parte final dos projetos, e foi aceita a ampliação do valor do contrato de US\$ 222.000.000,00 (duzentos e vinte e dois milhões de dólares) para US\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares) estando prevista a assinatura para junho de 1992 e o início da liberação dos recursos para agosto do mesmo ano.

Foram retomadas as negociações do Projeto da Usina Termelétrica Candiota III - Unidade 1 com o Governo Francês e a Empresa GEC Alstom, através do Ministério da Infra-Estrutura (MINFRA), Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, ELETROBRÁS, Secretaria de Energia, Minas e Comunicações (SEMC), CEEE, Procuradoria-Geral do Estado e a recém criada Secretaria do Planejamento e da Administração.

Foi negociado o Termo Aditivo aos Contratos 81/500 e 81/501, junto ao Serviço de Comunicação da Embaixada da França, visando equacionar processos de financiamento que permitam a

conclusão do Projeto. Levando em consideração que a CEEE não dispõe atualmente nem disporá, em futuro próximo, de condições para dar seguimento à execução do Projeto, foi criado Grupo de Trabalho Interministerial, integrado por representantes dos Ministérios já mencionados, que sugeriu sejam adotadas como medidas: um convênio firmado entre a União, o Governo do Estado, a ELETROBRÁS e a CEEE; a assunção pela União dos direitos e obrigações derivados dos contratos de financiamento entre a CEEE e os bancos franceses e dos contratos de fornecimento entre a CEEE e a GEC Alsthom; definição dos valores de que cada partícipe do convênio será titular, implicando na formação de um consórcio com Governo do Estado e ELETROBRÁS.

Aprovada pelas partes a renegociação, a exposição de motivos conjunta MINFRA/Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento foi encaminhada à Presidência da República, devendo ser assinada no início de 1992.

O Estado, através da Secretaria de Coordenação e Planejamento, encaminhou uma Carta-Consulta ao BIRD e ao BID para implementação de um programa de microbacias das áreas fora do PRÓ-GUAÍBA, já com aceitação informal, prevendo um investimento de US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares). Está se procurando atingir as metas do Plano Plurianual 1992/95 de criar condições necessárias para o desenvolvimento racional e recuperação ambiental de um milhão de hectares de áreas de bacias hidrográficas do Estado.

Além dos programas especiais, desenvolvidos em 1991, a Secretaria executa suas atividades-fim através do Departamento de Planejamento e Programação do Setor Público (DEPLAN) e do Departamento Central de Projetos (DEPRO), coordenados pela Direção Geral.

A Assessoria Técnica assiste ao Gabinete da Secretaria, tendo participado de reuniões e encontros e emitido pareceres de natureza técnica e jurídica.

#### A DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO DO SETOR PÚBLICO (DEPLAN)

Ao Departamento de Planejamento e Programação do Setor Público (DEPLAN) compete a formulação de diretrizes para o desenvolvimento do Estado e a elaboração, coordenação e acompanhamento do plano plurianual e da programação do setor público, através de ação articulada com os demais órgãos da estrutura administrativa direta e indireta do Estado.

No desempenho de suas competências, o DEPLAN, como órgão de apoio e orientação técnica às setoriais de planejamento, atuou no sentido de operacionalizar ações compatíveis com o seu papel e com o sistema de planejamento.

Assim, no exercício de 1991, o Departamento realizou as seguintes atividades:

- Concepção e elaboração do Plano Plurianual 1992-95;
- Assistência aos órgãos setoriais na formulação de suas propostas ao Plano Plurianual;
- Acompanhamento da tramitação do Projeto de Lei do Plano Plurianual na Assembléia Legislativa, fornecendo subsídios à sua discussão e às emendas apresentadas;
- Coordenação das ações dos agentes setoriais de planejamento dos órgãos da administração direta e indireta para a elaboração da Programação do Setor Público 1992;
- Análise do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias para verificar sua consonância com o Plano Plurianual (Lei nº 9.272, de 15/7/91);
- Discussão do Projeto de Lei dos Orçamentos para 1992 com o Gabinete de Orçamento e Finanças da Secretaria da Fazenda, com base na Programação do Setor Público 1992;
- Estudos para definição de sistema (forma e conteúdo) de acompanhamento físico e financeiro das realizações do Governo;
- Participação na formulação da proposta interestadual do anteprojeto de lei complementar ao capítulo das Finanças Públicas da Constituição Federal de 1988;
- Participação em Comissão Setorial criada pelo Projeto de Reforma Administrativa do Estado;
- Planejamento das atividades, elaboração das instruções e encaminhamento das mesmas aos órgãos setoriais com vistas à elaboração da Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa - ano 1992;
- Cadastramento das informações setoriais e emissão de relatórios mensais através do Sistema de Acompanhamento Físico-Financeiro de Projetos (SAFFI);
- Participação em grupo de trabalho interinstitucional para análise e encaminhamento de projetos à Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República;
- Atendimento aos órgãos setoriais do Governo do Estado em questões específicas.

## **B - DEPARTAMENTO CENTRAL DE PROJETOS**

O Departamento Central de Projetos (DEPRO) é responsável pela elaboração, análise, acompanhamento e busca de linhas de financiamento para projetos do setor público e privado, de interesse para o desenvolvimento econômico do Estado, atendendo a demanda espontânea dos órgãos da administração direta e indireta, e na pesquisa e identificação de novos projetos prioritários à retomada do crescimento.

- Estudo de viabilidade para a ampliação da capacidade instalada no Mercado de Porto Alegre - CEASA;
- Assessoria aos Municípios de Ernestina e Ibiaçá, em Projetos de Eletrificação Simplificada - PROLUZ, para a obtenção de recursos junto ao BADESUL/BNDES;
- Assessoria a técnicos de seis Prefeituras da Região Carbonífera, com a apresentação de uma proposta de Roteiro para a Elaboração de um Termo de Referência Regional;
- Assessoramento Técnico ao FUNDESP, relativamente ao Projeto "Polícia Equipada/Comunidade Protegida";
- Assessoramento na definição do Plano Operacional e Matriz de Planejamento do Projeto PRORENDA - Tipologia 1, para o período ago/91 a jun/94;
- Análise de Projeto Industrial Integrado para o Reaproveitamento das Instalações Industriais da AGASA;
- Assessoria à Comissão da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente que elabora o Plano Estadual de Saúde do Estado;
- Análise do documento FIERGS/IDERGS Política de Desenvolvimento das Microempresas;
- Análise do Projeto do Centro de Diagnóstico e Pesquisa em Patologia Aviária - UFRGS.

A Secretaria de Recursos Humanos e Modernização Administrativa (SERHMA), hoje parte da Secretaria do Planejamento e da Administração, como órgão coordenador e gestor da Política de Recursos Humanos do Estado, tanto na elaboração, acompanhamento e revisão de planos de cargos e salários, como na participação efetiva na questão salarial, concentrou esforços na elaboração de estudos e projetos de significativa relevância e orientados para as demandas constitucionais e justas reivindicações dos servidores, bem como daquelas constantes do Projeto Povo Grande do Sul e no da Reforma Administrativa.

Assumiu, também, como uma das prioridades, o gerenciamento eficiente e eficaz dos serviços relativos a registros e atos da vida funcional do servidor público, uma vez que a maior ou menor qualidade de tais serviços vincula-se, indissociavelmente, aos direitos do servidor público, enquanto cidadão. Conscientes dessa realidade e sabendo que por ela passa, necessariamente, a proposta governamental de "Valorização do Servidor Público", imprimiu maior agilidade aos sistemas operacionais da SERHMA responsáveis por tais serviços, caracterizados, até o presente, como cronicamente defasados e em atraso.

No período foram retomadas as atividades voltadas ao planejamento e gerenciamento de concursos públicos, com destaque para secretário de escola, auxiliar administrativo de escola, auxiliar de serviços escolares (merendeira e servente), os quais, em conjunto, representam um dos maiores concursos já realizados

no Estado com, aproximadamente, 100 mil inscritos. Outro a ser destacado, fiscal de tributos estaduais, teve 4.927 inscritos.

Os resultados obtidos durante o período em questão, quer em termos qualitativos, quer quantitativamente, têm como fundamento: o elevado grau de competência e responsabilidade de todas as equipes de trabalho, estimulando tais atributos mediante o processo instalado de gestão participativa, bem como a vontade de tornar mais acessíveis e transparentes as atividades da antiga SERHMA, pretendendo torná-la, deste modo, uma efetiva fonte de informações gerenciais para todos os Dirigentes da Administração Pública do Estado.

Independente desta orientação objetiva para as atividades-fim deste seguimento da nova Secretaria do Planejamento e da Administração, tiveram destacada e decisiva atuação os componentes da Equipe Administrativa Setorial da Reforma, de sorte a consolidar a integração entre a SERHMA e a SCP, fato que é reconhecido tanto interna como externamente, sem restrições significativas.

Através de suas unidades a SERHMA desenvolveu suas atividades, cujas principais, além de inúmeras de rotina, são relatadas a seguir.

### C - ASSESSORIA JURÍDICA (AJ)

- Despacho Jurídico de 1.593 processos na área de recursos humanos;
- Implantação do Projeto Aquarius na AJ, possibilitando o acesso imediato dos processos administrativos na área de recursos humanos;
- Implantação do Projeto MS - Mandado de Segurança, possibilitando a entrega direta ao Núcleo de Protocolo e Arquivo, o que reduz tempo e custo do trâmite;
- Implantação do Projeto "Exame Prévio", visando a adoção de atividades preventivas da AJ;
- Elaboração de 741 Informações Jurídicas;
- Elaboração de 220 Ofício-resposta de Mandados de Segurança, no prazo legal de 10 dias.

## D -- ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

- a -- Planejamento, elaboração e acompanhamento de Relatórios Técnicos Gerenciais
- Força de Trabalho (Cadastro de RU) da Administração Direta e Indireta;
  - Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da Administração Direta;
  - Postos de Confiança da Administração Indireta;
- b -- Coordenação de Estágios Remunerados, na Administração Direta e Indireta
- Redimensionamento dos estágios por órgão e fixação das quotas;
  - Controle de vagas;
  - Definição do Programa Anual de Estágios para 1992;
- c -- Estudo e elaboração de Projetos de Lei
- Regime Jurídico Único;
  - Exoneração e rescisão contratual voluntária;
  - Diretrizes Básicas para Planos de Carreira;
  - Revogação de dispositivo da Lei nº 1.751/52 - Tempo Ficto e Readmissão;
  - Estrutura e organização da Coordenadoria Geral de Perícias;
  - Art. 246 da Constituição Estadual (Lei do Lixo) - Gestão de Resíduos Sólidos;
- d -- Estudos e elaboração de Projetos de Lei sobre vencimentos e vantagens dos servidores
- Recuperação dos vencimentos básicos do Quadro de Técnicos Científicos, Saúde Pública e Meio Ambiente e Quadro Geral dos Servidores;
  - Cargos em Comissão e Funções Gratificadas;
  - Recuperação dos vencimentos básicos do Departamento Aeroviário do Estado (DAE);
  - Realinhamento dos vencimentos dos servidores da Polícia Civil, Brigada Militar e Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE);
  - Equalização da concessão do Vale-Alimentação aos Servidores do IPERGS;
  - Aumento do Magistério Público Estadual;
  - Remuneração dos Dirigentes das Autarquias;
  - Alteração do Plano de Carreira do Magistério;
  - Extensão de Gratificação de Risco de Vida aos servidores do Hospital Regional de Tuberculose "Dr. Alexandre Lisboa", de Alegrete;
  - Alteração do Art. 22 da Lei Nº 4.937/65 - Mecânicos e Pilotos do Departamento Aeroviário do Estado - Gratificação por Hora de Voo;
  - Aumento Geral dos Servidores do Estado;
  - Aumento dos Secretários de Estado e Dirigentes das Autarquias;
  - Reajuste de vencimentos do Quadro da Procuradoria Geral do Estado;
  - Recomposição da remuneração dos servidores do DAER;



- e - **Elaboração de Minutas de Decreto**
- Remuneração dos Dirigentes das Fundações e Sociedades de Economia Mista;
  - Alteração de dispositivos do Decreto Nº 31.294/83 (medidas de racionalização e economia);
  - Instituição de Coordenadorias de Programas e Projetos;
  - Revisão de normas para execução de serviços gráficos no âmbito da Administração Estadual - CORAG;
  - Reajustamento da remuneração dos dirigentes das sociedades de economia mista e das fundações de direito privado, instituídas e mantidas pelo Estado;
  - Reajuste do valor-hora da bolsa auxílio dos estagiários;
- f - **Revisão de Projetos de Planos de Carreira da Administração Indireta**
- TVE - Plano de Cargos e Salários;
  - FEPAM - Plano de Cargos e Salários;
  - DEPRC - Novo Plano de Cargos e Salários e respectivo projeto de lei;
  - Alteração do Plano de Cargos e Salários da PROCERGS;
  - Levantamento para estudos atuariais visando a instituição do Fundo de Previdência;
  - Levantamentos dentro do Projeto "Economia de Guerra" e "Reforma Administrativa".

## E - SUPERVISÃO DO COMPLEXO DE PESSOAL

- a - Estudo, aprovação e publicação de 9.437 promoções;
- b - Publicação no Diário Oficial de 90.312 Atos referentes a 95 itens de registros funcionais;
- c - Despacho e publicação de 3.892 processos de Aposentadoria
- d - 120 processos seletivos, com 91 eventos concluídos e 29 processos em andamento;
- e - **Exame de Processos**
- Adicional de Insalubridade, deram entrada 453 e foram instruídos 347 processos;
  - Gratificação Especial, entraram 320 e foram instruídos 215 processos;
  - Adicional de Periculosidade, entraram 112 e foram instruídos 101;
  - Acidente de Trabalho/Ressarcimento - entraram 48 processos, todos instruídos;
  - Aposentadoria Indeferida - deram entrada 121 e foram instruídos 97;
  - Revisão de Proventos - entraram 295, instruídos 177 processos;

- Readaptação - deram entrada 73 processos e foram instruídos 3;
- Ato Declaratório - Lei Nº 2.455/54 - Acréscimo de Tempo Ficto, entraram 463 processos, instruídos 325;
- Laudo de aposentadoria, entraram 122 processos, todos instruídos;

f - Elaboração de 18 Laudos Periciais;

g - Perícias - entraram 138 e foram instruídos 36 processos;

h - Realização de 473 entrevistas e atendimentos de readaptação;

i - Despacho de 20.610 processos de vantagens (licenças, prêmios, avanços);

j - 6.403 averbações de tempo de serviço;

l - Nomeações, exonerações, designações e dispensa, num total de 2.670 processos.

#### F - SUPERVISÃO DO COMPLEXO ADMINISTRATIVO

a - Plano de Funcionamento do Centro Administrativo "Fernando Ferrari" (CAFF) englobando: conservação e manutenção, controle dos serviços de limpeza e higiene, ajardinamento, vigilância, controle e fiscalização dos serviços de alimentação, treinamento de pessoal e contratação de serviços de terceiros (diagnóstico).

a.1 - Redução do efetivo de pessoal;

a.2 - Estabelecimento de um programa de economia de energia elétrica, andar por andar;

a.3 - Formação do Conselho de Coordenação do CAFF com a representação dos Diretores Administrativos das Secretarias;

a.4 - Implantação de Instrução Normativa quanto a vendas no interior do prédio;

a.5 - Criação da função de Integração e Lazer, realizando eventos culturais às 6ª feiras.

b - Administração da Creche no atendimento a 101 crianças, filhos de servidores.

#### G - ASSESSORIA DE RECURSOS HUMANOS

· Diagnóstico e alternativas para racionalização das Fundações;

- Proposta para elaboração de cadastro dos Conselhos de Administração Direta;
- Exame das Estruturas Internas da Administração Direta: compatibilização das Funções Gratificadas (FG), uniformização da nomenclatura das estruturas, levantamento da legislação, estudo preliminar no sentido de propor a criação de um novo Quadro de FG, uniformizando a nomenclatura e adequando-as às novas estruturas;
- Projeto de Gestão de Recursos Humanos (GRH) em conjunto: PROCERGS/SF/SERHMA;
- Interface com o Departamento de Avaliação do Desempenho das Estatais (DADE) para colher subsídio para a Reforma Administrativa;
- Projeto de Estruturação Básica do Estado - 1ª fase da Reforma Administrativa dos Órgãos do Estado;
- Anteprojetos de Leis que dispõem sobre a estrutura Organizacional do Poder Executivo;
- Análise de pareceres da Procuradoria-Geral do Estado sobre a viabilidade legal de diversas alternativas de racionalização das Fundações;
- Levantamento das reclamatórias trabalhistas das Fundações;
- Reuniões com Secretários, Diretores, Presidentes de Fundações e Dirigentes de Empresas do Governo para examinar proposições para Reforma Administrativa;
- Decreto de instituição das Coordenadorias de Programas e Projetos;
- Constituição de Grupo de Apoio à implantação da Reforma Administrativa do Estado;
- Estudo do modelo de Regulamento proposto pela FDRH para as Secretarias.

#### H - DEPARTAMENTO DE PERÍCIA MÉDICA (DPM)

- Implantação do "Sistema Tele-Marcação" nas Secretarias da Fazenda e Saúde e Meio Ambiente e na Polícia Civil;
- Projeto Higiene Funcional, SERHMA/SSMA/SE, em implantação em Uruguaiana - aposentadoria e readaptação;
- atendimentos médicos realizados, de maio a dezembro, 28.805. Considerando o aumento no número de atendimentos, decresceu de 9,89 para 7,59 os dias concedidos de licença para tratamento de saúde na Capital;

- Elaboração de novo e mais completo formulário de encaminhamento do servidor público ao DPM.

## I - SUPERINTENDÊNCIA DE TRANSPORTES (SUTERGS)

- Racionalização do consumo de combustível, atividade de caráter permanente onde foi atingida uma economia de 5.233.580 litros;
- Implantação do Diário de Bordo, visando a não utilização indevida dos veículos oficiais;
- Definição da política de transportes e estudo da implantação de auto-gestão na Administração Direta e Indireta.

### 11.1 - FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA "SIEGFRIED EMANUEL HEUSER" (FEE)

A Fundação de Economia e Estatística "Siegfried Emanuel Heuser" (FEE), enquanto entidade vinculada à Secretaria do Planejamento e da Administração tem por finalidade analisar e interpretar o desenvolvimento sócio-econômico do Estado, bem como elaborar e organizar as estatísticas necessárias às atividades de pesquisa e de planejamento.

Em consonância com as diretrizes do Governo e com as atribuições estatutárias da própria Instituição, foram traçadas como metas da atual gestão: a consolidação da área de produção e divulgação de informações estatísticas, através de sua Base de Dados Sócio-Econômicos; a atuação na geração de informações primárias, através da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED); apoio às atividades de investigação analítica, sendo a integração latino-americana priorizada como tema emergente.

Na realidade, ao longo de 1991 presenciou-se um esforço bem-sucedido de cumprir essas metas, expresso no incremento ao banco de dados e à base bibliográfica; no avanço experimentado pela PED, que se encontra em fase de implantação; na criação de um instrumento ágil de intervenção na conjuntura, que é a Carta de Conjuntura FEE; na continuidade do acompanhamento conjuntural trimestral por conta da revista Indicadores Econômicos FEE; na presença da revista Ensaio FEE - veículo de divulgação de estudos e análises sócio-econômicos bem como de outras publicações da Instituição.

A assinatura de 12 convênios é outra demonstração do esforço da FEE não só no sentido de garantir a viabilização econômica dos seus projetos, buscando recursos alternativos, mas, sobretudo, de testemunhar o interesse de promover o intercâmbio com outras entidades, tanto de pesquisa quanto das representativas dos vários segmentos da sociedade.

A busca permanente de uma maior inserção da FEE na sociedade reflete-se na sua preocupação de oferecer respostas

mais imediatas aos desafios colocados pela conjuntura sócio-econômica, quer através das suas publicações e da realização de seminários abertos à comunidade científica e ao público interessado, quer pela generalização das intervenções de membros de seu corpo técnico na imprensa falada e escrita.

Assim, a Instituição tem demonstrado, em inúmeras ocasiões, o seu firme comprometimento com a análise da realidade sócio-econômica nacional, em particular a Rio-grandense, e a busca de uma contribuição efetiva dentro das especificidades de sua atuação. Dessa forma, a FEE garante uma presença cada vez mais atuante junto à sociedade em geral e aos órgãos do Estado.

Segundo disposição estatutária, a FEE tem como finalidade a execução de estudos, pesquisas e análises da economia do Estado e a elaboração de estatísticas, como órgão de apoio operacional ao planejamento estadual - Lei Nº 6.624/73.

Como atribuições específicas, os estatutos da FEE prevêem: identificar e propor alternativas globais e setoriais de desenvolvimento econômico e social do Estado; estruturar e operar o sistema de contas regionais; proceder a análises conjunturais, bem como realizar estudos e pesquisas, tendo em vista o preparo de indicadores econômicos e sociais; coletar, processar, classificar, selecionar, avaliar e divulgar dados estatísticos; colaborar na elaboração e/ou co-participar na execução e controle de programas ou projetos dos Governos Federal, Estadual e Municipal; prestar serviços e realizar pesquisas de interesse dos setores econômicos e dos consumidores; fornecer subsídios à política financeira do Estado, desenvolvendo estudos específicos e indicando fontes de recursos para investimentos; divulgar informações técnicas, inclusive adquirindo direitos autorais nacionais ou estrangeiros, para a publicação de trabalhos técnicos ou científicos; desenvolver outras atividades compatíveis com suas finalidades básicas.

Para atender seus objetivos, está organizada em três grandes áreas de atuação: análise sócio-econômica, avaliação quantitativa e documentação.

A área de análise compreende estudos sobre a indústria, a agricultura, o Estado e as finanças públicas, as questões regionais e urbanas, o problema do emprego e as relações de trabalho, a história econômica, social e política do Estado, bem como a economia internacional e a integração latino-americana.

A área de estudos quantitativos desdobra-se em duas subáreas. A primeira está voltada à seleção e à construção tanto de estatísticas como de indicadores que permitam a sinalização periódica de alguns aspectos da conjuntura sócio-econômica. A segunda ocupa-se da avaliação quantitativa do desempenho anual da economia gaúcha a partir do cálculo do produto, assim como da consolidação de séries estatísticas relativas aos principais agregados macroeconômicos componentes das contas regionais.

A área de documentação reúne e coloca à disposição da sociedade um importante acervo de informações e documentos de natureza sócio-econômica. Essa área foi fortalecida com a

implantação e a expansão da base de dados sócio-econômicos da FEE, que ampliou de forma significativa as condições de acesso ao acervo existente.

Dessa forma, dando prosseguimento aos projetos de natureza sócio-econômica que caracterizam a atuação da Instituição, estão em desenvolvimento, dentro da área de análise, estudos, tais como:

- A agropecuária e a agroindústria gaúchas face à integração latino-americana;
- Análise do comportamento dos diversos segmentos industriais, dando ênfase à avaliação do nível tecnológico do parque industrial no Estado, visando mensurar os ganhos da produtividade e da qualificação dos produtos;
- Descrição das modificações nas relações de trabalho em dois setores da indústria gaúcha - o metal-mecânico e o eletro-eletrônico - ao longo da década de 80, enfatizando as mudanças organizacionais no processo de trabalho e suas relações com a introdução de novas tecnologias nos processos produtivos;
- Estudo das relações entre Estado e economia, visando a uma avaliação qualitativa e quantitativa do papel do Estado no desenvolvimento econômico e social;
- Análise das desigualdades regionais, investigando as causas mais específicas e as perspectivas de crescimento das áreas mais problemáticas em termos de desenvolvimento no Rio Grande do Sul;
- Estudo acerca do processo de urbanização da divisão social e territorial do trabalho;
- Estudos regionais comparados (Rio Grande do Sul e São Paulo), incorporando três dimensões de análise: a histórica, a econômico-social e a política.

A Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA) consta como um projeto prioritário, pois vem proporcionar ao Estado, e em especial à FEE, a criação e a manutenção de uma estrutura de levantamento de dados primários, ampliando o conhecimento em trabalho de campo. A experiência acumulada potencializará o desenvolvimento de novas pesquisas, com relativo baixo custo operacional, transformando a Instituição em importante centro de apoio a entidades e a pesquisadores na área de pesquisa empírica. Esse projeto tem por objetivo o levantamento sistemático dos principais indicadores de emprego e desemprego e demais características sócio-econômicas da População Economicamente Ativa da Região Metropolitana de Porto Alegre através de pesquisa domiciliar, com periodicidade mensal. A PED é realizada em convênio com a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), de São Paulo, e com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), que desenvolveram metodologia própria e mantêm pesquisa semelhante na Região Metropolitana de São Paulo desde 1984. A viabilização econômica do projeto se dá através de convênios de

colaboração técnico-financeira com diversas instituições. O auxílio financeiro para o ano de 1991 foi garantido pela FAPERGS.

A elaboração das séries dos principais agregados macroeconômicos componentes das contas regionais é outro importante projeto desenvolvido pela FEE, que confere destaque à sua atuação, incluindo-se os seguintes estudos: cálculo do Produto, a preços constantes e correntes, por classes de atividades; cálculo da Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF), a preços correntes e constantes; elaboração das contas do setor público, a preços correntes e constantes; cálculo do Produto Municipal; cálculo do Produto trimestral, a preços constantes; desempenho da economia do Rio Grande do Sul sob a ótica das contas regionais.

A Fundação desenvolveu 100 linhas de pesquisa e estudos, das quais 66 foram concluídas e 47 publicadas.

Para uma avaliação do significativo nível de produção do órgão pode-se relacionar a quantidade de realizações que envolveram os técnicos da Fundação, além daquelas desenvolvidas em suas pesquisas, a saber: promoção de 26 eventos entre painéis, palestras e debates; concessão de 404 entrevistas através de rádio e televisão; publicação de 18 artigos em jornais; participação em 55 congressos ou seminários que abrangeram esferas regionais, nacionais e internacionais e a participação em 7 comissões, grupos de trabalho e conselhos de entidades.

O Banco de Dados que armazena 272.733 dados, fornecendo 450.000 informações, atendeu 4.109 consultas, em 1991.

A FEE dispõe de importantes canais de divulgação das análises e reflexões acerca das realidades sócio-econômicas gaúcha e nacional, que são as revistas Ensaios FEE e Indicadores Econômicos FEE e a Carta de Conjuntura FEE. Essas publicações, juntamente com as publicações estatísticas, contribuíram para marcar a presença da FEE nos cenários nacional e regional.

A publicação dos 6 periódicos mensais da Fundação teve uma tiragem de cerca de 5.000 exemplares, a saber: Carta de Conjuntura FEE (2.000 exemplares); Revista de Ensaios FEE (1.000 exemplares); Revista Indicadores Econômicos FEE: Análise Conjuntural (1.000 exemplares); Mensário Estatístico Sul-Riograndense (650 exemplares); Termômetro de Vendas (160 exemplares) e SIVEIPEÇAS - Desempenho do Mercado (180 exemplares).

Ainda cabe mencionar a Resenha Estatística do Rio Grande do Sul editada em português, espanhol e inglês, divulgando dados sócio-econômicos do Estado.

Apresentam-se, a seguir, as atividades desenvolvidas pela FEE no ano de 1991.

- a Indicadores Econômicos FEE, volumes 18 (nº 4) 19 (nº 1,2,3), (nº 4 no prelo):
- "O Desempenho na Ótica das Contas Regionais ... 1990"
  - "O Produto do Setor Público e as Despesas com Pessoal na Administração Direta do Governo Estadual"
  - "Crianças e Adolescentes no Brasil: Legislação e Indicadores Sociais de Saúde e Educação"
  - "Crise Mantém-se com o Plano Collor"
  - "Indústria: movimentos de recuperação"
  - "Indústria: recuperação não se sustenta"
  - "Indústria: desempenho/91"
  - "Flexibilidade Industrial"
  - "Do Saneamento à Crise das Finanças Públicas do Rio Grande do Sul 1986-96"
  - "Welfare State à Brasileira"
  - "Imposto único sobre transações: algumas considerações"
  - "Sistema Tributário Brasileiro: algumas considerações"
  - "Política Monetária e Fiscal: cada vez mais difícil o controle"
  - "Políticas Monetária e Fiscal"
  - "Mercado Comum do Sul (MERCOSUL): o multilateralismo na América"
  - "Reflexões sobre a Dolarização"
  - "Política de Ajuste Fiscal"
  - "O Mercado de Trabalho nos Tempos do Collor: um aumento dos desempregados"
  - "O Que Esperar da Agricultura"
  - "Agricultura: comida importada à mesa brasileira"
  - "Ocupações, Acampamentos e Assentamentos"
  - "Agricultura Movida a Pacotes"
  - "Agricultura: reversão de tendência na produção e na política agrícola"
  - "Fome, Produção Alimentar e Distribuição da Renda"
  - "A SAÚDE no Brasil: novos tempos e velhos problemas"
  - "A Implantação do Sistema Único de Saúde: uma realidade"
  - "O IPTU e as Transformações Econômicas em Porto Alegre"
  - "Cooperativismo de Crédito Real na Falência do Modelo Brasileiro de Financiamento à Agricultura"
  - "Crônica de uma Morte Anunciada"
  - "Emprego e Salário: Versão Collor II"
  - "Emprego e Salário: Chegamos ao fundo do poço"
  - "Emprego e Salário: adeus às ilusões"
  - "Emprego e Salário: infeliz ano velho"
  - "Novas Tecnologias e Trabalho Industrial"
  - "Negociações Trabalhistas: um espaço de resgate"



b - Ensaio FEE, volume 12, nos 1 e 2:

- "O Desempenho da Agricultura Gaúcha e a Política Econômica nos Anos 80"
- "O Rio Grande do Sul: fronteiras entre duas formações históricas"
- "Comentário sobre a utilização do Método Comparativo em Análise Regional"
- "As Diferenças entre o Escravidão Gaúcho e o das "Plantations" do Brasil - incluindo no quê e porquê discordamos de FHC"
- "Exportações e Indústria no Rio Grande do Sul 1930/1974"
- "A Burguesia Industrial Gaúcha: sua atuação e tentativas de organização - de sua origem a 1930"
- "Condições de Produção e de Assimilação de Novas Tecnologias em uma Economia de Industrialização Tardia"
- "A Questão dos Determinantes dos Salários nas Teorias Clássica, Marxista e Neoclássica"
- "Elementos para o Estudo da Agroindústria Vinícola: uma abordagem da indústria vinícola Rio-grandense"
- "A Produção de Equipamentos Urbanos como Alternativa de Política Social - O Programa Nacional de Centros Sociais"
- "Notas sobre Polarização e Desigualdades Regionais"
- "Quem corre mais: notas sobre a moeda e a formação de preços no Brasil"

B - ESTUDOS CONCLUÍDOS E NÃO PUBLICADOS

- "O Papel da Agricultura no Desenvolvimento Econômico"
- "As Condições de Produção e de Assimilação de Novas Tecnologias na Indústria Brasileira"
- "Padrão de concorrência e crescimento na Indústria Gaúcha"
- "O Salário Mínimo e a Determinação da troca de Salários na Indústria Gaúcha"
- "O Salário Mínimo e a Determinação da troca de Salários na Indústria de Construção Civil"
- "Teoria Econômica e Relações Internacionais - Da Pilhagem à Mundialização do Capital"
- "Revisão Metodológica do PIB a custo de fatores do Setor Agrícola a preços correntes e constantes para o período 1980-90"
- "Revisão Metodológica do PIB a custo de fatores do RS da Construção Civil a preços correntes e constantes para o período 1980-90"

- "Revisão Metodológica do PIB a custo de fatores do RS da Indústria de Transformação e Extrativa Mineral a preços correntes para o período 1980-90"
- "Revisão Metodológica do PIB a custo de fatores dos Serviços de Utilidade Pública do RS a preços correntes e constantes 1980-90"
- "Revisão Metodológica do Setor Serviços no RS a custo de fatores a preços correntes e constantes 1980-90" - dos fatores dos seguintes subsetores: Comércio, Outros Serviços, Intermediários Financeiros, Comunicações, Transportes, Aluguéis, Governo.
- "Plano Amostral da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Porto Alegre"
- "Estimação da População, por Município e Condição de Domicílio, Rio Grande do Sul 1990-91, através da Variável Sintomática Número de Eleitores Cadastrados em 1991"
- "Estimação da População, por Município e Condição de Domicílio, Rio Grande do Sul 1989, através da Variável Sintomática Número de Eleitores Cadastrados em 1990"
- "Evolução da Fecundidade no Rio Grande do Sul e Perspectivas Futuras"
- "Evolução da mortalidade no Rio Grande do Sul"
- "A Economia e a Escola Institucional"
- "Análise dos Indicadores Sócio-Econômicos do Brasil", em comparação com o Chile, Costa Rica, Cuba, China e Suécia
- "Violência: a criança e os adolescentes"

**C - ESTUDOS EM ANDAMENTO**

- "O Crescimento Econômico da Região Sul do Estado: causas e perspectivas", (com financiamento da FAPERGS)
- "O Processo de urbanização no RS no Período 1960/90, face a Mudanças nos Aspectos Teóricos da Produção Industrial e Agrícola", (pedido de financiamento encaminhado à FAPERGS)
- "O Perfil da Saúde nas Áreas Agrícola e Industrial: uma comparação"
- "Estruturação do Espaço intraurbano: análise comparativa de cidades do RS"
- "RMPA: características espaciais, demográficas, sócio-econômicas e ambientais"
- "Avaliação Econômica dos Serviços de Saúde na RMPA"

- "O processo de polarização e Despolarização Industrial no Brasil"
- "A Eliminação das Características Econômicas e Sociais do RS, no Processo de Integração do Mercado interno Brasileiro", (com financiamento do CNPq)
- "Estudo Comparativo da Política Econômica e Fiscal dos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, 1889-1930 e 1930-1945," (pedido de financiamento encaminhado a FAPERGS e ao CNPq)
- "A Dinâmica da Expansão da Indústria do RS: 1930-1950", (pedido de financiamento encaminhado à FAPERGS e ao CNPq)
- "Indústria e Burguesia Industrial no RS no Período da República Nova (1930-37)"
- "Guia de Artigos sobre História Econômica do RS", (vol. II)
- "Balanço e Planejamento Energético"
- "O Déficit Público no Brasil: adequação da utilização do conceito operacional"
- "A Crise Econômica Brasileira no Período 1980-91 num Enfoque a partir dos conceitos, das Expectativas e do Estado Keynesiano"
- "Relatório sobre a Evolução do Setor Público Estadual no período de 1980 a 1990", (com financiamento da FAPERGS)
- "A Nova Tentativa de Reativar a Integração Latino-Americana a partir do Cone Sul"
- "A Reconstituição da Trajetória Econômica da Agroindústria Vinícola do RS"
- "Reestruturação da Indústria Gaúcha no Contexto da Crise da Economia Brasileira e das Alterações no paradigma Tecnológico", (linha de pesquisa)
- "A Difusão de Inovação na Indústria de Máquinas-Ferramentas no RS", (pedido de financiamento encaminhado à FAPERGS)
- "O Padrão de relação entre Montadoras e Empresas de Autopeças", (pedido de financiamento encaminhado à FAPERGS)
- "A Indústria da Informática no RS"
- "Os Reflexos da Crise dos Anos 80 sobre as Relações de Trabalho no RS. A organização do Processo de Trabalho: o caso da indústria metalúrgica no RS", (com financiamento do CNPq)
- "Os reflexos da Crise dos Anos 80 sobre as Relações de Trabalho no RS: trabalho e inovação tecnológica na indústria gaúcha na década de 80", (com financiamento do CNPq)

- "Impacto da Integração Latino Americana na Pequena Produção Rural e nas Agroindústrias Insumidoras de seus Produtos", (pedido de financiamento encaminhado à FAPERGS)
- "Análise Comparada das Estruturas Agrárias Gaúcha e Paulista", (pedido de financiamento encaminhado à FAPERGS)
- "Grupo de Trabalho 8 - Tratado MERCOSUL"
- "As transformações na Agricultura Gaúcha no Período 1970-80"
- "Projeto Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED/RMPA): Adaptação do Sistema de Informatização da PED de Belém para a PED/RMPA: Determinação de Painéis de Amostra, Discriminando os Setores Censitários de acordo com o Período de Pesquisa na RMPA"
- "As Políticas de Formação Profissional da População Economicamente Ativa, frente ao Mercado de Trabalho", (pedido de financiamento encaminhado ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social).
- "A Infância e a Adolescência e sua Inserção no Mercado de Trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre", (pedido de financiamento através da Fundação Gaúcha do Trabalho)

#### D - CONVÊNIOS ASSINADOS

- a - Convênio FEE/Fundação IBGE, através do qual a FEE passa a ter acesso direto, via informatização, à base de dados do IBGE.
- b - Convênio FEE/Fundação SEADE/DIEESE-SP/Secretaria do Trabalho, Ação Social e Comunitária-RS/SINE. Esse convênio destina-se a operacionalizar o projeto Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA).
- c - Convênio FEE/Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), visando realizar estudos e pesquisas destinados a subsidiar a tomada de decisões inerentes ao planejamento, controle e acompanhamento das ações do SENAC.
- d - Convênio FEE/Universidade Católica de Pelotas, que tem como objetivo conjugar esforços no sentido de trocar informações.
- e - Convênio FEE/Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, que proporciona ao estudante de 2º Grau e ao universitário oportunidade para o exercício e aperfeiçoamento de seus conhecimentos, através de estágios.

- f -- Convênio FEE/Fundação Estadual de Proteção Ambiental, visa ao intercâmbio de informações relativas a índices econômicos e a dados ambientais.
- g -- Convênio FEE/Associação Rio-grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS), visa à implementação, ao desenvolvimento e ao mútuo assessoramento na execução de pesquisas, análises e projetos que tenham por temática a realidade sócio-econômica do Estado.
- h -- Convênio FEE/Companhia Riograndense de Turismo (CRTUR), objetiva a divulgação, a interiorização e a comercialização das publicações da FEE.
- i -- Convênio FEE/Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) para promover a transferência de conhecimentos técnico-científicos na área de informática e correlatos.
- j -- Convênio FEE/BANRISUL tem a finalidade de editar a publicação Carta de Conjuntura da FEE.
- l -- Convênio FEE/Sindicato de Indústria e Máquinas Agrícolas do RS (SIMERS) destina-se à elaboração de indicadores de desempenho da indústria de máquinas do RS e apresenta o desempenho de vendas e de mão-de-obra do setor.
- m -- Convênio FEE/Clube de Diretores Lojistas (CDL) -- a FEE está em tratativas junto à Federação dos CDLS para aumentar a abrangência regional do Termômetro de Vendas.

## E -- PUBLICAÇÕES

- a -- Carta de Conjuntura FEE, ano 1, Nº 1 a 7 -- trata-se do mais novo projeto editorial da FEE e marca o início da nova gestão. Através da análise e sistematização de dados aborda temas mais importantes das realidades sócio-econômicas estadual e nacional. Editado mensalmente, com uma tiragem de 2.000 exemplares.
- b -- Revista Ensaios FEE, ano 12, Nº 1 e 2 -- a revista nasceu há 11 anos e passou por um processo crescente de profissionalização e aperfeiçoamento, culminando com a abertura do seu Conselho Editorial para as comunidades local, nacional e internacional. Editada semestralmente, com uma tiragem de 1.000 exemplares.
- c -- Revista Indicadores Econômicos FEE: Análise Conjuntural, v.19, Nº 1 a 3 -- é uma publicação trimestral, de caráter conjuntural, que já circula há 19 anos, com uma tiragem de 1.000 exemplares.

- d - Mensário Estatístico sul-riograndense, v.14, Nº 3 a 9. Editado mensalmente, tiragem de 650 exemplares.
- e - Termômetro de Vendas, ano XVI, Nº 3 a 9 - é um trabalho realizado em convênio com o Clube dos Diretores Lojistas de Porto Alegre (CDL) que avalia o comportamento das vendas do comércio varejista. Editado desde 1976, mensalmente, com uma tiragem de 160 exemplares.
- f - SIVEIPEÇAS - Desempenho do Mercado, ano 1, Nº 3 a 9. Publicação realizada em convênio com o Sindicato do Comércio Varejista de Veículos, Peças e Acessórios para Veículos no Estado do Rio Grande do Sul (SIVEIPEÇAS). Editado a partir de janeiro de 1991, mensalmente, com tiragem de 160 exemplares.
- g - Resenha Estatística do Rio Grande do Sul. Edição em português, inglês e espanhol, visando divulgar os principais dados sócio-econômicos do Estado.

## 11.2 INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (IPERGS)

O Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS), criado pelo Decreto Nº 4.842, de 08/08/1931, é uma Autarquia cujo objetivo primordial é a realização das operações de previdência e assistência aos servidores do Estado.

O órgão, igualmente, mantém inúmeros convênios com Municípios para a prestação de benefícios e serviços aos servidores. Deste modo, o IPERGS abrange mais de 750.000 (setecentos e cinquenta mil) beneficiários, englobando segurados, dependentes e pensionistas.

Durante o atual exercício, procurou seguir a orientação político-administrativa emanada do Governo estadual, traduzida pela busca constante de eficiência, eficácia e produtividade na sua atuação como organismo prestador de serviços.

Em termos previdenciários, principal escopo, buscou dar cumprimento aos dispositivos legais no tocante à atualização do valor das pensões em manutenção, bem como ao pagamento do benefício no mês de competência. A informatização das atividades em fim foi grandemente responsável pelo alcance das metas no exercício.

Da mesma forma, houve expansão no atendimento médico-hospitalar prestado pela Autarquia em concomitância ao credenciamento de novos profissionais prestadores de serviços, tanto na Capital quanto no interior do Estado.

Os reembolsos médicos foram agilizados e os convênios de reciprocidade médico-assistencial com outros Estados, ampliados. Foram procedidos estudos para a alteração e a atualização da resolução que rege o Plano de Assistência Médica do Instituto.

Igualmente, houve preocupação com a futura implantação da assistência odontológica, conforme prevêem dispositivos constitucionais.

Internamente, a administração deu ênfase e propiciou a realização de seminários, treinamentos e cursos aos seus servidores. Os cursos versaram sobre técnicas de gerenciamento e de atendimento ao público com o intuito de proporcionar uma melhor atuação perante a população-alvo. Visando a uma racional distribuição nos espaços físicos da Sede da Autarquia, aconteceram inúmeras alterações de "Layout" cujos projetos e execuções contaram com mão-de-obra própria. Também dignos de nota foram os trabalhos de controle e de avaliação do patrimônio, assim como a política de atualização dos valores dos imóveis de renda do Instituto.

Da mesma forma, muito importante foi o trabalho realizado pela área financeira da Instituição. novos convênios com Prefeituras Municipais foram firmados, assim como um controle mais efetivo na arrecadação. O resultado do exercício mostrou-se superavitário.

Finalmente, a administração houve por bem elaborar um projeto de nova estrutura organizacional para o Instituto, cuja intenção será de propiciar uma melhor performance às áreas como um todo, estando este documento em fase de apreciação pelos órgãos competentes.

Através de 4 Diretorias, o Instituto executa suas atribuições, cujas atividades desenvolvidas em 1991 serão a seguir relatadas.

## **A - DIRETORIA DE PREVIDÊNCIA**

### **a - Atividades de Previdência**

No decorrer do exercício, com o projeto de reformulação organizacional do Instituto, a Diretoria de Previdência viu ampliada a sua área de competência. Foram aglutinadas a este segmento as atividades afetas ao cadastro geral de segurados, assim como as de sindicância nos processos de habilitação prévia de dependentes.

Nos benefícios concedidos (pensão por morte de segurado, pecúlio post-mortem, auxílio-reclusão e auxílio-natalidade), houve uma sensível expansão na quantidade e na qualidade dos serviços prestados. Foram dispendidos mais de Cr\$ 28.000.000.000,00 (vinte e oito bilhões de cruzeiros) só com o pagamento do benefício pensão por morte. Da mesma forma, foram atualizadas mais de 62% das pensões em vigor, não ficando nenhum valor de pensão aquém do salário mínimo vigente. As atualizações do benefício deram-se em obediência ao art.41, parágrafo 3º da Constituição Estadual e Lei Nº 9.127/90.

No exercício foram concedidos 6.087 Auxílios Natalidade e 2.909 Pecúlios Post-Mortem, e emitidos 4.099 pareceres na análise dos benefícios. Destaca-se, neste ano, a implantação da concessão automatizada do benefício Auxílio Natalidade, e o pecúlio Post-Mortem está em fase de análise para igual procedimento. Essas medidas visam agilizar, sobremaneira, o atendimento aos beneficiários do Instituto.

#### b - Planos Complementares

A administração dos Planos Complementares de Saúde, assim como o Pecúlio Facultativo, também estão afetas à Diretoria de Previdência. Estes planos mostraram sensível crescimento em relação aos exercícios anteriores com o ingresso de 12.251 associados ao PAMES (Plano de Assistência Médica Suplementar) e de 1.809 ao PAC (Plano de Assistência Complementar), totalizando hoje uma massa de mais de 167.661 beneficiários.

O PAMES tem a finalidade de oferecer, facultativamente, aos beneficiários do IPERGS, hospitalização em classe privativa e direito à acompanhante. Já o PAC tem como objetivo a prestação de serviços de assistência médica mantidos pelo IPERGS aos dependentes de segurados que não possam ser incluídos em suas declarações de Beneficiários.

### B - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

A assistência médica garantida pelo Instituto é efetivada, exclusivamente, por prestadores de serviços, particulares ou públicos, credenciados, sejam médicos, hospitais, pronto-socorros ou laboratórios, não havendo um único serviço próprio. Esse princípio filosófico do sistema assegura eficiência aos atendimentos, com custos individuais reduzidos, compatíveis com a capacidade financeira da Autarquia. Atualmente há cerca de 6.500 profissionais (pessoas físicas) credenciados, tanto na Capital quanto no interior do Estado, e em torno de 1.000 entidades prestadoras de serviços.

No exercício foi aumentado o número de credenciamentos médicos, em especial naquelas especialidades onde haviam carências. Igualmente, procurou-se aumentar o número de leitos hospitalares conveniados, estando hoje em torno de 32.000 unidades. Durante o ano houve um acréscimo de mais de 1.000 leitos.

A evolução histórica mostra um sensível aumento em alguns procedimentos prestados, notadamente consultas médicas, serviços complementares e emergências. Em contrapartida, houve um decréscimo na concessão de reembolsos médico-hospitalares: de 10.876 concessões em 1990, para 8.793 processos no ano.

No exercício de 1991 foi criada a Tabela de Órteses, Próteses e Materiais Especiais visando a uma correta aplicação do Plano de Assistência Médica e a um maior controle nas contas



médicas apresentadas. Da mesma forma, foram retomados os trabalhos de atualização da Resolução NQ 21/79, que disciplina o Plano, o qual se encontra defasado e ultrapassado em diversos aspectos.

Foram firmados alguns convênios de reciprocidade médico-assistencial com outros Estados. Assim sendo, o Instituto passou a manter convênios de assistência médica, em casos de urgência, com a maioria dos Estados brasileiros para atender beneficiários em trânsito.

Atualmente o Instituto conta com mais de 1.600 dentistas cadastrados, visando propiciar a concessão de financiamentos odontológicos aos beneficiários.

A Diretoria de Assistência Médica também procurou centralizar suas atividades, durante o exercício, na tarefa de manter a credibilidade do Instituto junto às entidades representativas dos prestadores de serviços.

## C - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

### a - Recursos Humanos

Continua em fase de desenvolvimento e implantação o Sistema de Recursos Humanos do [PERGS - RH], integrado ao Banco de Dados da Autarquia. Tal projeto, uma vez desenvolvido, proporcionará melhores condições para a implementação de uma política de recursos humanos mais eficaz, com registros e assentamentos mais eficientes.

Merece destaque a área de treinamento que retomou suas atividades neste exercício; seminários e cursos foram ministrados por técnicos da FDRH com coordenação e supervisão internas. Foram proporcionados cursos às chefias da Casa, assim como treinamento operacional aos Agentes e Delegados para propiciar aos servidores maiores conhecimentos sobre o Instituto e melhor desempenho perante a comunidade.

### b - Bens Patrimoniais

No exercício foi iniciada uma auditoria no patrimônio imobiliário da Autarquia, o trabalho de cadastramento e atualização, aos valores de mercado, dos aluguéis de imóveis de renda do Instituto, tanto os locados para fins comerciais quanto os residenciais.

De igual importância foram as atividades de controle do patrimônio através do Sistema de Controle Patrimonial - SCP, o qual possibilita a identificação, com o respectivo tombamento, de todos os bens existentes na Autarquia.

**c - Alterações de "Lay-out"**

Foram efetuadas inúmeras alterações físico-burocráticas nos espaços do Edifício Sede. O objetivo foi alocar nos andares inferiores os setores de maior atendimento ao público, facilitando o atendimento, diminuindo a circulação nos andares superiores, levando ao menor uso de telefones e elevadores, e ao menor tempo de permanência de usuários no prédio, com a conseqüente economia de tempo às pessoas e de energia ao Instituto.

**d - Central de Atendimento e Informações**

Merece destaque o fortalecimento da Central de Atendimento e Informações - CAI. Este setor visa propiciar um rápido e perfeito atendimento aos beneficiários na Autarquia com a conseqüente diminuição da circulação de pessoas nos andares. Os seus servidores estão aptos a fornecer, rapidamente, por telefone ou na Sede, as informações gerais sobre a Autarquia ou sobre a tramitação de processos.

**D - DIRETORIA FINANCEIRA**

No presente exercício foram colocados em dia todos os pagamentos que estavam em atraso no final da gestão anterior. Desta área cabe ressaltar:

**a - Convênios**

Em 1991 foram assinados 32 convênios com Prefeituras e Câmaras Municipais para a prestação de benefícios e serviços. Cada convênio estabelece o tipo de assistência prestada e o percentual da contribuição a ser recolhida. Atualmente o Instituto mantém convênio com 108 Prefeituras e Câmaras Municipais.

**b - Habitacional**

A Carteira Habitacional administrou os contratos existentes, sendo que o número de financiamentos em vigor é de 12.437 contratos habitacionais. Destes, 30% estão com situação de atraso de mais de 90 dias. Não foram operados novos financiamentos de aquisição de moradia.

**c - Empréstimos e Fianças de Aluguel**

Está em funcionamento a modalidade de concessão de empréstimos complementares cuja finalidade é custear despesas com funerais, gastos com matrículas e mensalidades escolares, aquisição de aparelho ou instrumentos de correção, serviços médicos não enquadrados no Plano de Assistência Médica da Autarquia e financiamentos odontológicos.

O Instituto possui um setor especializado na concessão de fianças locatícias, para fins residenciais, aos segurados e pensionistas da Autarquia.

No exercício foram concedidos 1.051 empréstimos complementares e 530 fianças locatícias.

### 11.3 FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS (FDRH)

A Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH), criada pela Lei Nº 6.464, de 15/12/1972, é uma entidade de direito privado, vinculada, originalmente, à Secretaria de Recursos Humanos e Modernização Administrativa.

Com a modificação de estrutura, proposta e implantada pela Reforma Administrativa do Estado, passou a vincular-se à Secretaria do Planejamento e da Administração.

A Instituição tem como finalidade desenvolver e valorizar o trabalho público, e também otimizar e racionalizar o desempenho e aproveitamento do trabalho e do servidor público, através de treinamento, consultoria e utilização de soluções gerenciais inovadoras.

O ano de 1991 pode ser caracterizado como de grande mobilidade institucional em que mudanças da ordem política alteraram o ritmo das atividades levando o corpo técnico da FDRH a absorver e internalizar novas diretrizes e incorporar estratégias de ação e atuação. A proposta de gestão fundamentou-se:

Na consciência da importância da Instituição para a realização das metas governamentais subsidiando seus programas de ação e apoiando tecnicamente o serviço público da Administração Direta e Indireta, além de promover as diretrizes do Governo junto à comunidade em que atua;

- Na idéia básica de que o investimento em recursos humanos promove a consciência e a criatividade profissional de uma sociedade, favorecendo seu desenvolvimento político-social;

- Na importância de que a Administração Pública do Estado adquira dinamismo suficiente para que suas unidades atuem sinergicamente;

Na ênfase ao aspecto gerencial e ao desempenho funcional da administração estadual de forma a permitir mudança de comportamento e cultura favorável ao bem comum de todo trabalhador público.

Com base nesses pressupostos, a programação desenvolvida passou a ter compromisso com a alavancagem do processo de conscientização do trabalhador público através de sua valorização, visando a otimização do serviço público.

Ao exercer essa função, a Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos tornou-se peça indispensável no desencadeamento do processo da Reforma Administrativa do Estado.

Como um dos agentes deste processo, a Instituição passou também a incorporar mudanças que estão redimensionando seu papel.

Compõem a estrutura da FDRB um Conselho de Planejamento e um Conselho Curador. A Administração é realizada pelo Diretor Presidente, Diretor Técnico, Diretor Administrativo e Diretor da Escola Superior de Administração Pública do Estado do Rio Grande do Sul (ESAPERGS); a Presidência é assessorada pelo Gabinete de Planejamento e pelas Assessorias de Comunicação Social e Jurídica.

As atividades-fim são desenvolvidas através da ESAPERGS, do Centro de Preparação de Recursos Humanos para a Educação (CENPRHE), da Divisão de Consultoria e Pesquisa (DCP) e da Divisão de Treinamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos (DTRH). Esses órgãos orientam-se para quatro áreas básicas: treinamento e desenvolvimento de recursos humanos, consultoria, pesquisa e desenvolvimento de produtos.

As atividades de apoio são realizadas pela Diretoria Administrativa e Divisão de Administração de Recursos Humanos.

O conjunto de atividades técnicas voltadas para o treinamento e desenvolvimento de recursos humanos apresentou, em 1991, uma carga em treinamento de 4.334 horas em 33 cursos e seminários, através dos seguintes programas:

#### **A - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO GOVERNAMENTAL**

Realizou um curso avançado de Marketing e um de Gestão de Políticas Públicas.

#### **B - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL PARA A ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL**

Realizou um curso de Atualização Gerencial e um em Formação de Consultores Internos e Gestão de Treinamento.

#### **C - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SETORIAL DE RECURSOS HUMANOS**

Realizou 7 seminários de capacitação à municipalidade na operacionalização do Estatuto da Criança e do Adolescente, um curso de capacitação de educadores e técnicos que atuam com crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco pessoal ou social, um seminário de instrumentalização dos recursos humanos que atuam nas escolas municipais da Sapucaia do Sul, e um de diagnóstico e planejamento organizacional com o objetivo de definir linhas de ações gerenciais do Órgão.

**D - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS PARA A ADMINISTRAÇÃO**

Realizou um curso de técnicas de atendimento ao público.

**E - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

Elaborou os Projetos de Reestruturação Organizada da Fundação, e de Reforma Administrativa da Prefeitura Municipal de Santana da Boa Vista.

**F - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS ABERTO AO PÚBLICO**

Realizou 2 cursos de formação de instrutores de treinamento, 2 de licitação e contrato administrativo, 2 "Quarta às Quatorze - Soluções Gerenciais", 2 cursos de atualização em Português e Redação, e o curso de especialização em Administração de Recursos Humanos.

**G - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS PARA A EDUCAÇÃO**

Realizou 25 cursos de atualização em Português, Matemática, Informática, Didática e Estudos Sociais, alguns em duas etapas, e elaborou um relatório com base em seminários regionais sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Os cursos realizados serão relatados a seguir.

- Atualização em Português: Aspectos Gramaticais
- Redação de Relatórios
- Leitura Textual
- Uso do Jornal em Sala de Aula
- Escrita, Expressão e Correção
- Como Utilizar Material Instrucional no Ensino de Adição e de Subtração
- O Ensino dos Números Racionais - Frações
- "Logo" Avançado
- Introdução ao Computador
- MS - Word 5.0
- Introdução ao "Quick Basic"

- Introdução à Informática
- Lotus 1-2-3
- Operação do Profissional "Publisher"
- Introdução à Informática na Linha MSX
- Filosofia e Linguagem "Logo"
- Sistema Operacional DOS
- Fazendo Arte na Escola
- Alfabetização em Turmas Repetentes
- Alfabetização: Construção do Conhecimento do Código Escrito
- A Construção do Conhecimento Científico no Currículo por Atividade
- Encontro Estadual do Profissional do Ensino Supletivo
- Carrossel II
- Estudos Sociais: Relação Tempo x Espaço
- Descobrimo e Construindo a História
- Relatório de 7 Seminários Regionais Sobre a Implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente

Na área de administração de estágios a FDRH, a fim de atender a sua política de integração entre o Setor Público Estadual e os Estabelecimentos de Ensino, selecionou e supervisionou, no último ano, um total de 4.300 estagiários atuando em 51 órgãos da administração pública, com uma média de 30 estudantes de 3º Grau e 50 de 2º Grau cadastrados diariamente pela Instituição.

A média mensal das entrevistas de seleção de encaminhamento de estagiários foi de 160 estudantes.

A FDRH prestou, em 1991, serviços de seleção ao ingresso no Setor Público, realizando os seguintes concursos:

- Prefeitura Municipal de Viamão: médico clínico, fiscal, vigilante, eletricitista de iluminação pública, operário não especializado, servente escolar, auxiliar de secretaria, professor leigo, professor de ensino de 1º Grau;
- TRENSURB: operador de trem;
- Administração Pública Estadual: para a Secretaria da Cultura - telefonista, agente administrativo, agente administrativo auxiliar, técnico em arquivo, técnico em contabilidade, assistente em atividades culturais, desenhista, técnico em assuntos culturais, tradutor-intérprete; para o Quadro dos

Técnicos-Científicos no preenchimento de vagas nos cargos de administrador, arquiteto, assessor administrativo, bibliotecário, historiógrafo, jornalista, relações públicas e sociólogo;

Prefeitura Municipal de Crissiumal: a FDRH realizou serviços para ingresso na administração pública municipal para preenchimento de vagas em 43 áreas;

Prefeitura Municipal de Porto Alegre: procurador, contador, área médica (em andamento);

Câmara Municipal de Porto Alegre: auxiliar de serviços gerais I, ajudante legislativo I, assistente legislativo I e taquígrafo I.

**12 - SECRETARIA DA FAZENDA (SF)**

**12.1 - Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL)**

**12.2 - Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul (CEE-RS)**

**12.3 - Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS)**



A Secretaria da Fazenda, ao longo do ano de 1991, a par de suas atividades normais relacionadas com a tributação, administração financeira, orçamentação, contabilidade, auditoria e compras, centrou sua atuação no combate à sonegação, na cobrança de devedores, nas auditorias de órgãos e entidades e no equacionamento da dívida pública. Com tais empreendimentos, materializou sua decisiva colaboração para o êxito da gestão governamental, logrando amenizar o quadro de graves dificuldades financeiras em que o Estado vivia desde o final de 1990. Também buscou, internamente, atingir maiores níveis de eficiência e racionalização das atividades, bem como visou à redução de gastos, tudo em consonância com as diretrizes estabelecidas na Reforma do Estado.

O quadro a seguir sintetiza os principais resultados numéricos alcançados relativamente às prioridades mensuráveis antes mencionadas.

AÇÃO	VALORES (preços de dez/91)	% REAL s/1990
Fiscalização	Cr\$ 416,8 bilhões	+ 92,5%
Cobrança	Cr\$ 92,8 bilhões	+ 200,0%

Expressivos resultados foram alcançados com a modernização do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais (TARF), introduzindo-se o uso de súmulas que agilizaram o julgamento dos processos e iniciando-se a progressiva informatização do órgão.

Aprofundou-se a integração da Secretaria da Fazenda com a Procuradoria-Geral do Estado e com a Procuradoria-Geral da Justiça, tendo sido encaminhados para cobrança judicial Cr\$ 91,8 bilhões e denunciando pelo crime de sonegação fiscal mais de uma centena de empresas.

A implantação do Sistema Integrado de Administração de Caixa (Caixa Único), o mais aperfeiçoado do País, com o objetivo de centralizar em conta bancária as disponibilidades dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado, constituiu outra importante realização, cujos resultados já são expressivos.

No capítulo da redução de custos, os esforços da Secretaria da Fazenda orientaram-se, principalmente, para o item de maior expressão e que mais profundamente pressionava o erário: a dívida pública. Nesse sentido, desde a posse do novo Governo foram adotadas medidas objetivas de curto prazo (a troca de títulos estaduais por títulos federais, com custos de carregamento mais reduzidos) e de médio prazo (a federalização e globalização da dívida, proposta pelo Governo, que obteve apoio e final aprovação ao apagar das luzes de 1991).

Com o objetivo de melhor disciplinar a aplicação dos escassos recursos públicos, cuidou a Secretaria da Fazenda de

instituir os setorialistas no âmbito do Gabinete de Orçamento e Finanças, de sorte a mais adequadamente acompanhar com assiduidade e rigor a execução orçamentária por todas as unidades integrantes da Administração Direta e Indireta. No mesmo sentido, foram realizadas várias reuniões para orientação dos demais órgãos, versando sobre a ordenação de despesas e o prévio empenho dos gastos. Essa ação preventiva empreendida simultaneamente com as várias verificações realizadas pela Contadoria e Auditoria Geral do Estado, marcando especial destaque as auditorias operacionais, importante inovação introduzida pelo atual Governo, já efetuadas junto a diversas entidades da Administração Pública Estadual.

Com o fito de assegurar adequado tratamento ao Rio Grande do Sul na partilha dos recursos oriundos do Orçamento Geral da União, foi deslocada para junto do Escritório de Representação do Estado, em Brasília, uma equipe de trabalho que, com estreita coordenação com o Gabinete de Orçamento e Finanças, encaminhou mais de 600 emendas, logrando significativo êxito e revertendo a situação inicial, que se apresentava francamente desfavorável ao Estado. Essa equipe deverá permanecer em Brasília, acompanhando diuturnamente os assuntos de interesse do Estado e prestando apoio técnico direto aos parlamentares gaúchos.

Com visão ampla das questões sociais e regionais, buscou a Secretaria da Fazenda desenvolver um conjunto de propostas de política tributária em nível nacional, algumas das quais lograram sucesso. Assim, houve a redução da carga tributária incidente sobre vários produtos e insumos essenciais. Há que se registrar, entretanto, a recusa, pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), da proposta de desoneração integral do ICMS relativo a máquinas e equipamentos industriais, instrumento fundamental no esforço de amenizar a grave crise recessiva enfrentada pelo País.

Há que destacar, ainda, a decisiva participação da Secretaria da Fazenda nos esforços voltados à reativação do Banco Regional do Desenvolvimento Econômico (BRDE), providência necessária e inadiável para que o Estado possa contar novamente com valioso e decisivo instrumento de política econômica desenvolvimentista.

A Secretaria da Fazenda desenvolveu suas ações através dos seguintes setores:

## A - SUPERINTENDÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

### a - Produção Fiscal

- Número de autuações: 59.905 (acréscimo de 60% sobre 1990).
- Valor das autuações: Cr\$ 416,8 bilhões (a preços de dezembro de 1991; acréscimo real de 92,5% sobre 1990).

- b - Julgamento de Processos Fiscais (impugnações):**  
**Primeira Instância:**  
 - Valor total julgado (a preços correntes) Cr\$ 72,9 bilhões  
 - Julgados procedentes (a favor do Estado) Cr\$ 71,1 bilhões  
 - Julgados improcedentes (contra o Estado) Cr\$ 1,8 bilhões  
**Segunda instância (TARF):**  
 - Julgamento de mais de 700 processos.  
 - Aprovação de cinco súmulas para agilizar o julgamento de processos.  
 - Instalação de um microcomputador para modernizar os trabalhos do Tribunal
- c - Encaminhamentos ao Ministério Público de Denúncias por Crime de Sonegação Fiscal**  
 - Processos encaminhados ..... 114 empresas  
 - Denunciados ..... 160 sócios  
 - Prisões decretadas ..... 30  
 - Prisões efetuadas ..... 10  
 - Condenação (pena aplicada de 4 anos) ..... 01
- d - Informações, Consultas e Elaboração de Legislação**  
 - Consultas e informações respondidas ..... 483  
 - Leis, Decretos e Instruções Normativas elaboradas ..... 250
- e - Política Tributária**  
**Isenção do ICMS para:**  
 - Importação de aparelhos médico-hospitalares;  
 - Importação de remédios pela APAE;  
 - Veículos para deficientes físicos;  
 - Táxis;  
 - Energia elétrica rural;  
 - Importação de máquinas para selecionar frutas;  
 - Importação de máquinas e equipamentos por empresa jornalística;  
 - Mudas de plantas;  
 - Bulbos de cebola;  
 - Obras de arte.  
**Redução da carga tributária de 17% para 12%:**  
 - Máquinas e equipamentos industriais;  
 - Máquinas agrícolas.  
**Diferimento do ICMS dos seguintes insumos agropecuários:**  
 - Adubos, fertilizantes e seus insumos;  
 - Rações, suplementos e concentrados;  
 - Sementes;  
 - Milho, sorgo e outros produtos para alimentação animal;  
 - Produtos veterinários.  
**Criação do Fundo de Apoio ao Setor da Carne.**

## B SUPERINTENDENCIA DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA

### a - Cobrança de Devedores

- Autos de lançamento ..... Cr\$ 35,7 bilhões
- Dívida ativa ..... Cr\$ 8,7 bilhões
- Total de cobrança administrativa .Cr\$ 44,4 bilhões
- Valores encaminhados para cobrança Judicial ..... Cr\$ 91,8 bilhões

### b - Diretrizes Adotadas na Cobrança

- Fixação de critérios mais rigorosos na concessão de parcelamentos de créditos tributários, reduzindo-os significativamente;
- Implantação da sistemática de controle dos credores e devedores do Estado, objetivando evitar pagamentos de valores a fornecedores que não estejam em dia com suas obrigações tributárias;
- Planejamento e desenvolvimento do Sistema de Arrecadação das Receitas Estaduais via ECT (Correios);
- Instituição do Comitê Especial para decidir sobre parcelamento dos créditos tributários.

### c - Administração Financeira

- Implementação do Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC (caixa único), objetivando centralizar em conta bancária única, nas instituições financeiras estaduais, as disponibilidades dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado, de forma a maximizar a utilização de recursos;
- Implantação do Projeto "Repasse Trimestral de Verbas de Manutenção das Escolas Estaduais", através das pagadorias instaladas nas dezoito Coordenadorias Regionais da Administração Financeira em todo o Estado.

### d - Patrimônio Imobiliário

- Levantamento e avaliação de oitenta e dois imóveis inservíveis à Administração Pública, com a elaboração de vinte e três Projetos de Lei visando à alienação;
- Levantamento das áreas rurais superiores a 100 ha, com vistas à solução do problema de reassentamento de colonos;
- Levantamento geral, para fins de revisão, das Autorizações de Uso, de Bens Enfitéuticos e de outras rendas do Estado, derivados do patrimônio imobiliário.

### e - Outras Ações Administrativas

- Reativação do Projeto DUT/IPVA, com a emissão de Guia de Arrecadação do IPVA acoplada ao Documento Único de Trânsito - DUT e ao Bilhete de Seguro, já previamente expedidos pela autoridade de trânsito, no caso de inexistência de multas;

- Assessoramento administrativo/financeiro ao Projeto CIATA (Convênio de Incentivo ao Aperfeiçoamento Técnico Municipal), com 30 Prefeituras contratadas;
- Início da implantação de "Balcões Únicos", em conjunto com a Superintendência da Administração Tributária, visando facilitar e racionalizar o atendimento ao público; projeto-piloto nos Municípios de Gravataí, Alvorada, Viamão e Cachoeirinha.

## **C - GABINETE DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**

### **a - Lei de Diretrizes Orçamentárias**

- Elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 1992, em consonância com o Plano Plurianual de Investimentos e as prioridades definidas pelo Governo;
- Participação em reuniões dos Conselhos Regionais de desenvolvimento, com vistas a orientá-los sobre a elaboração das diretrizes orçamentárias regionais.

### **b - Orçamento Anual**

- Elaboração da Proposta Orçamentária de 1992 dos Órgãos da Administração Direta, das Autarquias, Fundações e Empresas de Economia Mista, em harmonia com a Lei das Diretrizes Orçamentárias e com o Plano Plurianual de Investimentos, considerados juntamente com o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do atual Governo;
- Acompanhamento dos debates na Assembléia Legislativa, emissão de parecer técnico sobre as 273 emendas propostas e elaboração da Mensagem retificativa à Proposta original, com vistas a adequá-la à Reforma do Estado;
- Elaboração e acompanhamento do Orçamento e do Programa de Investimentos das Empresas Estatais, em nível individual e consolidados.

### **c - Programação Orçamentária Financeira**

- Programação Orçamentária Financeira, que teve a sua sistemática de execução profundamente alterada através da instituição das Setoriais de Orçamento e Programação Orçamentária;
- Implantação de sistemática de programação orçamentária financeira visando a acompanhar o gasto público não apenas sob aspectos quantitativos, mas inclusive quanto à sua definição, corrigindo distorções e introduzindo modificações adequadas;
- Acompanhamento da execução do orçamento das empresas de economia mista.

**d - Orçamento da União**

- Acompanhamento da elaboração da Lei das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento da União, em defesa dos interesses do Estado, tanto na Fase Executiva quanto na Fase Legislativa, com a elaboração de mais de 600 emendas.

**e - Demais Realizações**

- Assessoria aos Municípios em assuntos orçamentários;
- Elaboração de estudos para o aperfeiçoamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual;
- Divulgação dos Orçamentos da Administração Direta, das Fundações, das Autarquias e das Empresas de Economia Mista;
- Divulgação do volume XXXIV da série anual das Finanças do Estado, com séries históricas de dados sobre a receita, despesa, dívida e estudos pertinentes às finanças públicas.

**D - CONTADORIA E AUDITORIA-GERAL DO ESTADO****a - Auditorias**

- Realização de Auditorias Operacionais nos seguintes órgãos: DAER, CRM, CORLAC, EXPOINTER-92, CESA, FENUVA e VINOSUL;
- Realização de Auditorias de Compras, de Licitações e de Balanço nas entidades da Administração Indireta;
- Realização de Auditorias de Pessoal nas Secretarias.

**b - Dívida Pública**

- Participação no processo de federalização da dívida do Estado, proposta pelo Governo do Rio Grande do Sul;
- Encaminhamento do processo de rolagem da dívida mobiliária do Estado;
- Tratativas da rolagem da dívida externa Junto ao Banco do Brasil, em Nassau;
- Troca de US\$ 415 milhões de LFT-RS por LBCs, objetivando reduzir os custos financeiros de carregamento da dívida mobiliária.

**c - Demais Atividades**

- Implantação do sistema AFE nas seguintes Fundações e Autarquias: Fundação Zoobotânica, FEBEM, FEPAM, TVE, IGTF e DAER, e treinamento para as outras entidades;
- Organização da prestação de contas do Chefe do Poder Executivo, contendo os demonstrativos legalmente exigidos, o Balanço Consolidado do Setor Governamental e o Balanço Agregado do Setor Empresarial;

- Desenvolvimento do módulo Encerramento do Exercício e emissão dos Anexos Legais previstos na Lei nº 4320/64 para a Administração Indireta; Estudos e definições para a implantação do Sistema Estadual de Contratos;
- Implantação do Orçamento e controle interno do Sistema Único de Saúde (SUS);
- Elaboração de anteprojetos de decretos sobre licitações e de leis de concessão de obras públicas.

## 12.1 - BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (BANRISUL)

A atuação do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL), em 1991, foi marcada pela necessidade de adaptação às profundas transformações havidas no mercado financeiro, como resultado dos Planos de Estabilização Econômica que determinaram o reexame das estratégias operacionais, mercadológica e de investimentos do Banco, com vistas a recuperar a rentabilidade dos negócios.

A partir de fevereiro, o BANRISUL passou à condição de Administrador do Fundo de Liquidez da Dívida Mobiliária do Estado, substituindo a DIVERGS e assumindo a gestão do financiamento dos papéis do Governo do Estado (LFTEs) em mercado.

A exemplo do que ocorrera no segundo semestre de 1990, o financiamento da Dívida Mobiliária do Estado, no ano de 1991, foi dificultado em virtude do aperto de liquidez imposto pela política econômica do Governo Federal, que implicou em custo adicional para o Tesouro do Estado.

Não obstante essa dificuldade, o BANRISUL obteve êxito no processo de rolagem da dívida, fruto de sua credibilidade junto ao mercado, o que tem permitido captar o volume de recursos necessários ao financiamento do Estado.

Adotando como objetivo fundamental de sua estratégia ampliar a participação do Banco no mercado financeiro, como forma de superar as limitações da conjuntura, a Diretoria implantou uma política mercadológica voltada ao aumento das captações de recursos e à expansão das operações de financiamento para a atividade econômica.

Dessa forma, colocou-se ao lado dos objetivos do Plano de Governo, direcionando recursos para o financiamento da atividade produtiva, promovendo o desenvolvimento econômico e social do Estado e minimizando os efeitos da recessão.

Alinhado, ainda, com a filosofia do Governo Estadual, desenvolveu e implantou o "Projeto Querência" que pretende concretizar a proposta de interiorização da ação governamental, promovendo o fortalecimento dos Municípios, mediante a melhor alocação dos recursos disponíveis no atendimento das necessidades das comunidades. Dentro do cronograma de implantação do Projeto

Já foram atendidos os Municípios de Piratini, Bagé e Caçapava do Sul.

As dificuldades mercadológicas registradas desde o início do ano, materializadas no estreitamento do mercado financeiro, na extinção do overnight, na queda nominal dos juros (inflação) e na recessão econômica, foram os fatores responsáveis pela reduzida rentabilidade operacional do Banco nos primeiros meses do ano.

Diante disso, a Diretoria Executiva, desde sua posse, concentrou esforços no sentido de reestabelecer a lucratividade do Banco, para o que foi importante a definição da Política de Negócios e o Plano de Racionalização e Redução de Custos desenvolvido a partir do primeiro semestre.

Na área de captação de recursos, o Banco buscou adaptar seus produtos e serviços às exigências e modificações do mercado financeiro, cabendo destacar a criação dos seguintes produtos:

- Fundo de Aplicação Financeira;
- Poupança Data-Múltipla;
- Débito Automatizado de Encargos;
- Cobrança Seriada;
- Tele-Executivo;
- Banrifax, entre outros.

No segmento de crédito, a política adotada objetivou expandir os empréstimos a pessoas físicas e jurídicas, colocando à disposição do público novas linhas de financiamento.

Nesse sentido, foram expandidos os empréstimos de capital de giro e, também, instituída linha de crédito especial para financiar o recolhimento do ICMS, que elevaram o saldo de empréstimos empresariais a Cr\$ 74,8 bilhões em novembro/91. Os empréstimos a pessoas físicas, na mesma data, alcançaram saldo de Cr\$. 11,8 bilhões.

Através do convênio operacional entre o BANRISUL e o BADESUL foi criada linha de crédito da ordem de Cr\$ 10,0 bilhões com recursos repassados do BNDES, destinada a financiar o investimento industrial.

Os financiamentos ao custeio agrícola foram expandidos a níveis 45% superiores à exigibilidade fixada pelo Banco Central, com saldo de empréstimos da ordem de Cr\$ 35,7 bilhões, o que permitiu ao Banco atender a mais de 10.000 pequenos e médios produtores rurais. Para financiar o investimento agropecuário foi instituída linha de crédito com repasses do FINAME RURAL, em condições beneficiadas na aquisição de máquinas e equipamentos produzidos no próprio Estado.



Cabe destacar o incremento das operações de Crédito Imobiliário e de Arrendamento Mercantil, iniciadas em 1991, e que já atingem saldos de Cr\$ 10,4 bilhões e Cr\$ 1,2 bilhão, respectivamente, ao final de novembro. Além disso, foi colocada à disposição das Prefeituras Municipais linha de crédito destinada a financiar as Antecipações de Receitas Orçamentárias.

## A - MEDIDAS DE RACIONALIZAÇÃO E REDUÇÃO DE CUSTOS

Com o objetivo de ajustar o BANRISUL às reais potencialidades do mercado foram adotadas medidas nas seguintes áreas:

### a - Recursos Humanos

- Programa de incentivo à aposentadoria que reduzirá 456 funcionários, representando uma economia de Cr\$ 1,3 bilhão/mês a partir de janeiro de 1992. Juntamente com as demissões promovidas, o efetivo de pessoal será diminuído em 560 empregados ou 5% do quadro de pessoal e 11% das respectivas despesas;
- Redução da contratação de horas-extras, equivalente a 1.750 homens/horas, ou uma economia mensal de Cr\$ 880,0 milhões;
- Eliminação dos benefícios de Abono Assiduidade e Férias Antiguidade que equivale a uma redução de custos da ordem de Cr\$ 223,0 milhões mensais;
- Extinção do benefício de Salário Retorno de Férias, que representa uma receita adicional de Cr\$ 113,2 bilhões, se for considerada uma taxa de aplicação de 50% ao mês;
- Não concessão da antecipação salarial de 20%, recomendada pela FEBRABAN, no mês de dezembro.

### b - Operacionais

- Maior rigor e seletividade na concessão de empréstimos devido à recessão;
- Programa de recuperação de créditos em liquidação.

### c - Estrutura de Atendimento

- Fechamento de 11 agências que se sobreponham às da CEE-RS;
- Redução de 5 Gerências Regionais;
- Instalação de 3 novas agências em localidades de elevado potencial.

### d - Relação com Estatais

Cobrança de tarifas pela prestação de serviços às Concessionárias de Serviços Públicos (CEEE, CRT e CORSAN) que passam a representar importante fonte de receitas para o resultado do Banco.

## B - MEDIDAS ESTRUTURAIS EM ANDAMENTO

Está em andamento um conjunto de medidas de caráter estrutural, que objetivam criar as condições de produtividade e competitividade indispensáveis para o BANRISUL enfrentar a forte concorrência que se instalou no mercado financeiro. Entre elas destacam-se:

- Plano abrangente de investimentos, com ênfase na automação de agências, estando programada a automação de 170 até Junho de 1992, que representa 85% do volume de negócios do Banco. Estão orçados para o PAB/91 (Plano de Automação Bancária) recursos da ordem de Cr\$ 9,6 bilhões. O Plano está sendo financiado basicamente com a redução das despesas de publicidade, que em 1991 representam apenas 34% do que foi despendido em 1990. Nos primeiros 240 dias da atual gestão foram automatizadas 31 agências e concluídos os trabalhos em outras 40;
- Fixação de critérios de equilíbrio econômico para os pontos de venda, ou seja, as agências devem orientar sua atuação pela busca de resultados, dentro do novo Sistema de Avaliação de Desempenho Mercadológico, que proporcionará avaliação completa de cada elemento da equipe de mercado;
- Reorganização da Direção Geral, objetivando racionalizar processos de trabalho e eliminar sobreposições de funções e departamentos;
- Integração do Sistema Financeiro BANRISUL, através da centralização de comando das Empresas Subsidiárias na Diretoria do Banco;
- Instalação de novas agências em praças de efetivo potencial;
- Diminuição/eliminação do volume de serviços não financeiros das agências, através da racionalização da cobrança de contas das Concessionárias de Serviços Públicos, estabelecimento de convênios com supermercados, Correios e outros.

### 12.2 - CAIXA ECONÔMICA ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL (CEE-RS)

A Caixa Econômica Estadual caracteriza-se, desde a sua fundação, como instituição financeira voltada à capacitação da poupança e dos depósitos dos pequenos poupadores e depositantes, não discriminando a clientela pela sua capacidade imediata de proporcionar-lhe retorno econômico. Do lado da aplicação, a Caixa, desde de 1967, especializou-se no financiamento da moradia própria. No conjunto a Caixa sempre preservou, de algum modo, uma parcela dos seus recursos aplicados em atividades de grande interesse social. Por esta razão muitos a designam como um Banco Social.

Atuando em 121 Municípios, através de 188 unidades operacionais entre Agências, Postos de Atendimento Bancário e

Lojas de Poupança, oferece seus serviços à comunidade contando com 1.606.989 contas ativas e um saldo estimado de Cr\$ 500 bilhões de depósitos na data de 31.12.91.

Em 1991, inobstante as dificuldades experimentadas pelo mercado financeiro em decorrência da recessão econômica, a Caixa Econômica Estadual lançou novos produtos, destacando-se:

*Fundo Gaúcho de Aplicação Financeira* que se constitui num importante instrumento de captação a curtíssimo prazo;

· Sistema de Contas Integradas, uma diversificação da tradicional Caderneta de Poupança, que vem encontrando grande aceitação junto aos depositantes e a

· Rede Fácil que é mais uma modalidade de Serviço oferecido pela Instituição aos seus clientes.

A Carteira de Crédito Habitacional com saldo estimado de Cr\$ 415 bilhões, em 31.12.91, corresponde a financiamentos de aquisição e construção da casa própria de 24.349 mutuários.

Em 1991, as aplicações do Sistema Financeiro da Habitação, em virtude da política econômica do Governo Federal e devido à inexistência de recursos, estiveram praticamente paralisadas, concentrando-se a atividade no estímulo da cobrança, na redução da inadimplência e no incremento das liquidações antecipadas, inclusive com o aproveitamento de cruzados novos retidos pelo Banco Central do Brasil.

Em virtude do novo regramento da economia, que contingenciou o crédito para as pessoas físicas em nível das aplicações em 15 de maio de 1990, a Carteira de Crédito Geral igualmente sofreu retração no fluxo de recursos em 1991, mantendo-se ajustada aos parâmetros impostos pela normatização.

O corpo funcional é composto por 4.138 servidores e 664 estagiários, tendo sido reduzido em 125 funcionários no ano de 1991.

A Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos realizou 138 eventos de capacitação e desenvolvimento de pessoal, com uma carga horária de 2.041 horas de aprendizado e participação de 3.229 funcionários.

A nova Direção da Caixa Estadual procedeu um diagnóstico da situação econômico-financeira da Instituição. Este estudo serviu para identificar o potencial econômico de todas as agências e estabelecer uma estratégia de reformulação ampla da Caixa.

O referido processo de reforma e racionalização administrativa foi iniciado através do fechamento de 13 agências.

A Caixa, procurando adequar-se a um conceito de modernização, implementou, no final do 1º semestre, o Protocolo de Gestão, que passou a ser instrumento utilizado para coordenar

e orientar as ações daqueles que possuem a responsabilidade de gerir as unidades da Instituição.

No âmbito da informatização, a Caixa Econômica Estadual, que sempre se caracterizou pela moderna tecnologia aplicada em seus serviços, expandiu a rede de agências automatizadas, implantando 30 agências localizadas nos principais Municípios do Estado que, somando-se às 54 unidades já implantadas, representou um passo importante na complementação da implantação do Projeto de Automação de Agências.

Assim, a Caixa Estadual possui hoje uma rede automatizada de 84 agências com equipamento próprio, possibilitando operação "on line", atualização em tempo real, transações interagências, cartão magnético e auto-serviço.

A automação, além de ser uma solução moderna para os usuários da Caixa, permite maior agilização na computação das informações e no compartilhamento com os equipamentos de PROCERGS.

O Projeto de Automação atinge as principais unidades da Instituição, o que corresponde a aproximadamente 80% do volume econômico.

Mantém-se o êxito da participação da Caixa no "Banco 24 Horas", que permite ao cliente movimentar sua conta corrente dentro e fora do Estado, a qualquer hora do dia, em todos os dias da semana. A Caixa, entre as entidades integrantes do Sistema no Rio Grande do Sul, participa, significativamente, das operações.

O "Sistema Telecaixa", que permite aos clientes consultas telefônicas quanto a depósitos e aplicações financeiras, continuou apresentando excelente desempenho, com mais de 340.000 atendimentos em 1991.

A Loteria Estadual conta com 182 Agentes Lotéricos, sendo 46 na Capital e 136 no interior do Estado. Com modernos controles automatizados, o Departamento da Loteria Estadual realizou 51 extrações durante o ano de 1991, sendo a grande maioria através da Unidade Móvel da Loteria.

O ano de 1991 caracterizou-se pelo aprofundamento da recessão e achatamento salarial, consequência do Plano Collor II, acompanhados do incremento na espiral inflacionária, o que estimulou o saque de depósitos bancários e quedas significativas nos níveis de depósitos, abalando, principalmente, instituições captadoras de poupança popular.

Os agentes financeiros do SFH tiveram de suportar o acentuado volume de saques, sem poder realizar a curto prazo os seus ativos, constituídos quase absolutamente por financiamentos habitacionais de longo prazo.

Cabe destacar que a Caixa Estadual encerrou o exercício de 1991 com o Patrimônio Líquido de Cr\$ 100 bilhões (estimativa realizada no mês de novembro).

### 12.3 - COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (PROCERGS)

A PROCERGS teve sua constituição autorizada pela Lei Nº 6.318, de 30 de novembro de 1971, tendo por objetivo a prestação de serviços de processamento de dados, tratamento de informações e assessoramento técnico para os órgãos da Administração Direta e Indireta do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. A PROCERGS vem sendo orientada por uma forte cultura empresarial, com ênfase na qualificação dos seus recursos humanos e na constante atualização tecnológica, visando a busca permanente de maior produtividade e a melhoria dos serviços prestados à administração pública estadual.

O ano de 1991 teve como principal característica, na área estadual, a orientação do governo na busca da eficiência e redução dos custos na área estatal. Dentro desta realidade e face às limitações de recursos do Estado, a PROCERGS, embora já tivesse uma estrutura bastante "enxuta", engajou-se no processo de reforma do Estado, restringindo os seus investimentos ao mínimo indispensável, cortando custos e tendo o seu quadro de pessoal reduzido pela não reposição das demissões ocorridas no período.

Entretanto, essas medidas não significaram queda na qualidade dos serviços prestados, pois foram compensadas pelo aumento de produtividade e pela concentração dos recursos nas áreas de maior relevância para o Estado, conforme as prioridades de Governo.

No aspecto organizacional, a empresa está sendo reavaliada, visando à racionalização da estrutura e a eliminação de um nível hierárquico. Também, dentro do espírito da reforma, estão sendo definidos indicadores de desempenho por área que vão viabilizar a adoção da filosofia dos contratos de gestão na Companhia em nível interno (com os diversos setores) e externo (com o Governo do Estado).

Na área de Pessoal, o quadro funcional da PROCERGS foi reduzido de 969 (em março/91) para 945 funcionários (em dezembro/91) devido a não reposição das demissões ocorridas no período. Para reduzir o impacto dessas perdas, foram mantidos os investimentos em treinamento, no desenvolvimento gerencial e na utilização de tecnologias que resultaram em aumento da produtividade. Entretanto, vale ressaltar que o aumento na demanda de serviços de informática, decorrente do próprio processo de reforma e modernização administrativa, vai requerer um redimensionamento do quadro de pessoal para o ano de 1992.

Na área de Tecnologia e Equipamentos, os investimentos foram reduzidos ao mínimo indispensável e concentrados em tecnologias que representassem o retorno do investimento a curto prazo. Entre essas destacam-se a compra de novas impressoras a laser, a utilização de Modems TDM, que racionalizam a utilização de canais de comunicação de dados com redução nos custos de locação de linhas, e os estudos para a utilização de tecnologias

de Leitura Ótica/Código de Barras que vão proporcionar redução significativa da digitação de dados.

Estão sendo desenvolvidos estudos em conjunto com a CRT, CEEE e BANRISUL, visando a implantação da Rede Estadual de Informações via Satélite que, embora requeira um alto investimento inicial, representa uma redução significativa nos custos de telecomunicações, além de viabilizar e agilizar a interiorização dos sistemas, levando os benefícios da informática às comunidades do interior do Estado.

Também nesta área, a política de restrição de investimentos deve ser revista em 1992, sendo necessária, principalmente, a aquisição de terminais e microcomputadores para suportar a expansão do processo de informatização do Estado nas áreas consideradas prioritárias pelo Governo.

Na área Econômico Financeira, a Empresa realizou diversos ajustes, visando agilizar os seus recebimentos e renegociar melhores condições junto aos seus fornecedores. Os ganhos em termos de custos foram repassados aos clientes (Órgãos do Estado) na forma de descontos, visando manter preços competitivos em relação aos praticados pelo mercado. Graças aos ajustes praticados, a PROCERGS chega ao final de 1991 com uma situação econômica equilibrada, devendo apresentar um pequeno resultado positivo, o que é plenamente justificável, considerando o quadro de recessão econômica e a situação financeira do Estado. Entretanto, vale ressaltar que, em termos financeiros, a situação ainda é de desequilíbrio no fluxo de caixa.

No que diz respeito à relação da PROCERGS com os Órgãos da administração estadual, duas ações importantes merecem destaque: a atuação junto à Comissão Estadual de Informática do Estado do Rio Grande do Sul (CEIRGS) na definição de uma política de informática para o Estado e, a partir desta política, a proposta de um modelo de informatização para a Administração Pública Estadual.

O modelo proposto contempla os Órgãos da administração sob o ponto de vista dos seus sistemas de informações. Foi estabelecido que apenas os dados de uso comum a vários Órgãos e/ou aqueles importantes para a obtenção de um sistema estadual de informações, seriam tratados através dos computadores centrais da PROCERGS; aqueles de uso local das organizações seriam tratados através de microcomputadores e CPDs de pequeno porte, instalados nos clientes.

A base de todo este processo se situa na elaboração de Planos Diretores de Informática (PDI) para os clientes, onde ficam bem determinados os dados que serão tratados pela PROCERGS, de forma centralizada, e os que serão tratados localmente.

A PROCERGS, dentro deste modelo, passou a trabalhar em parceria com os Órgãos da administração estadual, apoiando-os na implantação de CPDs próprios de pequeno/médio porte para o processamento de sistemas de uso local e desligando-se do desenvolvimento de sistemas de grande porte, em áreas relevantes

para o Estado, onde os investimentos em informática tenham um retorno compensador em termos de custo x benefício.

Para viabilizar esta política, foi disparado um amplo programa de Seminários de Avaliação da Informatização com os principais órgãos do Estado, que tem como objetivos avaliar o nível dos serviços prestados, verificar os principais problemas enfrentados no processo de informatização e identificar as áreas que devem ser informatizadas prioritariamente com a discussão conjunta de alternativas de solução dentro da filosofia de parceria adotada.

A seguir estão relacionados os principais serviços prestados pela PROCERGS aos órgãos da administração estadual e aos Poderes Legislativo e Judiciário no ano de 1991, considerando-se a sua relevância para o Governo do Estado.

Na área do Poder Legislativo a prioridade foi para o desenvolvimento de sistemas que pudessem conferir maior agilidade ao processo legislativo estadual, com destaque para as seguintes realizações:

- Implantação do Sistema de Sessões, com o objetivo de fornecer informações sobre as sessões, com a obtenção dos projetos da *Ordem do Dia* e sua votação, além de possibilitar obter informações sobre o ocorrido durante as Comunicações, Grande Expediente, Apresentação de Proposições e Explicações Pessoais;
- Implantação do Sistema de Pronunciamentos, com informações sobre os pronunciamentos realizados na Assembléia Legislativa, permitindo consulta imediata àqueles que dizem respeito a um assunto específico e aos pronunciamentos de cada parlamentar;
- Implantação do Sistema de Proposições, onde se obtêm informações daquelas que tramitam ou tramitaram na Assembléia Legislativa, identificando os projetos que compõem a pauta e a *Ordem do Dia*, dando a posição dos mesmos em cada Comissão e informando sobre a sua tramitação.

Também merece destaque o projeto de informatização do Gabinete da Presidência da Assembléia Legislativa, iniciado em 8 novembro e com implantação prevista para o primeiro semestre de 1992.

Para o Tribunal de Contas foi iniciada a implantação do Sistema de Informações de Auditoria Externa, composto de diversos módulos e com informações sobre ordenadores de despesas, órgãos públicos, tomadas e prestações de contas, inspeções e outras com o objetivo de agilizar as atividades de controle externo, mantendo à disposição dos auditores públicos todas as informações necessárias ao desempenho de suas atividades.

Na área do Poder Judiciário, que já conta com um alto grau de informatização nos órgãos da Capital, o destaque fica para o Sistema JUS em micro, que vai possibilitar a informatização das Comarcas do interior do Estado. Já foram implantadas as Comarcas de Dom Pedrito, Guaíba e Lajeado, estando

prevista para 1992 a implantação de diversas Comarcas, agilizando a tramitação de processos.

Também foi elaborada a nova versão do Sistema de Acompanhamento de Processos para automatizar o funcionamento dos Juizados Especiais de Pequenas Causas, agilizando ainda mais a sua atuação.

No Gabinete do Governador, foram desenvolvidos sistemas com o objetivo de apoiar as ações de governo e permitir um maior controle das mesmas pelo Governo do Estado. Entre as diversas realizações nesta área, incluem-se:

- Acesso ao sistema de informações sócio econômicas da Fundação de Economia e Estatística - FEE;
- Acesso ao Sistema de Informações Gerenciais Fazendárias e ao Fluxo de Caixa do Estado;
- Implantação do Sistema de Informações Municipais, com dados sobre o perfil dos Municípios.

Também foram desenvolvidos sistemas de apoio aos programas:

- "Disque-Mercosul" com informações sobre o Mercado Comum do Sul, em conjunto com a Secretaria Especial para Assuntos Internacionais;
- "Disque-Moralização", para o registro e acompanhamento de possíveis denúncias de corrupção na Administração Pública Estadual, através do telefone 151.

Para a Secretaria do Planejamento e da Administração, foi elaborado o projeto Acompanhamento das Ações Governamentais, com informações sobre Plano Plurianual, Programação do Setor Público, Acompanhamento de Projetos e Atividades, Vistorias e Controle de Auxílios e Transferências, que fornecem subsídios à tomada de decisões sobre investimentos pelo Governo do Estado.

Na área da Fazenda, foi implantado o módulo de Execução Orçamentária da Despesa, que permite efetuar, além da programação financeira, os empenhos, liquidações e pagamentos das Fundações e Autarquia, possibilitando àqueles órgãos um controle mais efetivo sobre sua execução orçamentária e a padronização de procedimentos com a Administração Direta. Também foram desenvolvidas rotinas de suporte ao esforço da Secretaria da Fazenda no sentido de combater a sonegação de tributos e aumentar a arrecadação do Estado.

Para a Caixa Econômica Estadual, que conta com um moderno sistema de automação bancária, a PROCERGS desenvolveu diversas rotinas visando suportar o lançamento de novos produtos da Caixa Estadual, tais como:

- Fundo Gaúcho de Aplicação Financeira, em substituição ao "Overnight";
- Recebimento de receitas federais na rede de agências;



- Conta corrente remunerada:
- Caixa Único do Estado;
- Rede Fácil, convênio Carrefour.

Além disso, foi expandida a rede de agências automatizadas e estão sendo criados novos postos de serviços em agências do litoral, para a "Operação Verão 92".

Na área da Educação, está sendo desenvolvido o Sistema de Informações Educacionais para suporte ao planejamento, execução e controle do ensino público, utilizando terminais e microcomputadores a serem instalados diretamente nas Delegacias de Educação.

Na área de Saúde, os esforços foram concentrados no Sistema de Atendimento Ambulatorial - SIA/SUS, que contém as informações necessárias ao acompanhamento e controle da remuneração por atendimento de saúde prestado pela rede pública.

O sistema, que será implantado em 1992, é fundamental para a SSMA, como gestor estadual do Sistema Único de Saúde, administrar os recursos destinados à saúde pública, além de gerar informações quantitativas sobre os tipos de procedimentos realizados.

Para a Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Social, foram instalados 4 (quatro) microcomputadores e 2 (duas) impressoras para utilização em trabalhos relacionados à implantação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento.

Na área de Planejamento Territorial e Obras, quanto à informatização as principais realizações foram:

Na CORSAN, a consolidação do Sistema de Administração do Faturamento, propiciando maior controle sobre a receitas da Companhia;

Na COHAB, o suporte ao programa "Arrumando a Casa", que contemplou, basicamente, duas situações: parcelamento de dívidas passadas e protelação de dívidas para o final do contrato, ambas com o intuito de diminuir a inadimplência. Além destas, foi desenvolvido um plano de controle, visando a retomada dos imóveis de mutuários que não regularizaram a sua dívida.

Na área de Agricultura e Abastecimento, o foco principal foi o Sistema de Automação da EXPOINTER, desenvolvido para controlar as atividades de: admissão e pesagem, comercialização, julgamentos, leilões e controle sanitário, além de prestar informações ao público, imprensa, expositores e associações na Exposição Internacional de Animals.

V — ANEXO ESTADÍSTICO

Tabela n.º 5 -  
BRIGADA MILITAR  
Ocorrências Registradas  
1981 - 91

ESPECIFICAÇÃO	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
<b>POLICAMENTO OSTENSIVO</b>											
<b>Eventos Críticos</b>											
De Trânsito	71.282	210.479	351.806	356.806	467.836	470.163	260.654	430.230	416.787	452.911	429.821
Contra os Costumes	85.173	52.897	78.135	87.367	93.756	105.339	70.079	61.862	64.026	69.675	65.660
Contra o Patrimônio	13.636	14.850	18.627	22.780	29.020	31.152	27.372	35.947	30.773	31.467	27.504
Contra a Pessoa	33.347	23.745	39.607	43.036	47.481	50.421	40.129	40.787	45.760	49.164	43.729
Contra a Vida	7.900	26.556	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Injúrias ou Evento	-	-	51.918	69.976	80.277	56.096	13.166	9.806	6.064	4.559	4.663
Serviços Prestados	182.931	275.111	498.980	552.241	532.324	480.156	348.964	316.692	313.997	282.133	233.340
Providências	335.401	503.174	835.239	858.701	928.593	934.968	569.838	723.515	715.751	773.837	713.625
<b>BOMBEIRO MILITAR</b>											
Incêndios	5.176	5.738	5.277	6.995	9.761	8.116	6.919	9.049	7.466	6.976	8.350
Serviços Prestados	4.861	5.127	11.321	16.925	25.610	17.829	17.197	8.802	17.054	23.660	24.933
Providências	150	194	179	170	100	20	36	-	-	-	18

Fonte: EMBM-PMS

Notas: Dados a partir de 1988, acrescidos com as Oc. do BPRV

Dados atualizados até out/91.

Tabela n. 02

## POLICIA CIVIL

Atividades de Policia Judiciaria no Rio Grande do Sul

1982 - 91

ESPECIFICAÇÃO	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
Inquetos e Processos Instaurados	55.741	49.384	68.582	71.863	71.213	64.706	67.124	65.016	69.983	75.267
Inquetos e Processos Remetidos a Justica	47.496	50.204	70.083	72.791	67.060	59.951	60.498	56.664	64.072	66.920
Inquetos e Processos em andamento	47.392	45.132	37.843	32.516	29.090	30.111	36.096	45.055	58.049	58.023
Flagrantes Elaborados	2.997	3.523	4.071	4.482	5.332	4.543	4.867	4.884	4.256	4.192
Veiculos Recuperados	6.129	6.919	5.063	4.882	5.113	6.780	6.546	7.268	7.570	6.009
Prisoes Preventivas Solicitadas	1.359	1.564	1.927	3.036	1.330	1.429	1.468	1.924	1.983	2.123
Prisoes Preventivas Decretadas	1.019	1.329	1.831	1.033	844	927	967	1.483	1.778	1.710
Cartas Precatorias Recebidas	-	-	-	4.639	4.788	4.195	4.018	4.656	5.744	5.159
Cartas Precatorias Atendidas	-	-	-	4.507	4.322	3.999	3.956	4.563	4.724	5.115
Cartas Precatorias em Andamento	-	-	-	724	825	1.894	1.023	1.116	1.584	1.234
Armas Apreendidas	12.891	12.815	11.410	10.210	12.152	9.972	9.652	8.276	8.212	8.231

FONTE: POLICIA CIVIL

Tabela n. 03

ENSINO REGULAR DE 1o. GRAU

MATRICULA TOTAL DE EVADIDOS, POR ANO, SEGUNDO A DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA E A LOCALIZAÇÃO

RIO GRANDE DO SUL - 1973 - 90

ESPECIFICAÇÕES	TOTAL		DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA													
	GERAL	TOTAL		FEDERAL			ESTADUAL			MUNICIPAL			PARTICULAR			
		URBANO	RURAL	TOTAL	URBANO	RURAL	TOTAL	URBANO	RURAL	TOTAL	URBANO	RURAL	TOTAL	URBANO	RURAL	TOTAL
1973 - MATRICULA TOTAL	1.570.426	529.105	209	137	72	734.817	634.791	100.026	588.924	176.273	412.651	246.476	230.120	16.356		
EVADIDOS	78.106	21.952	2	...	2	39.133	35.329	3.804	29.171	11.544	17.627	9.800	9.281	519		
1974 - MATRICULA TOTAL	1.555.213	500.238	263	...	283	747.245	638.943	108.302	588.635	179.822	378.813	249.090	236.210	12.880		
EVADIDOS	80.806	19.844	20	...	20	43.321	38.929	4.392	27.573	12.546	15.025	9.892	9.485	407		
1975 - MATRICULA TOTAL	1.518.369	472.480	1.161	778	383	754.305	649.070	105.235	529.142	173.613	355.529	233.761	222.428	11.333		
EVADIDOS	92.606	20.541	16	...	16	54.053	49.234	4.819	28.089	12.795	15.294	10.448	10.036	412		
1976 - MATRICULA TOTAL	1.511.338	447.141	1.033	607	426	766.852	670.162	96.690	520.510	183.019	339.491	222.943	212.409	10.534		
EVADIDOS	102.928	21.109	22	...	22	62.497	57.660	4.837	30.718	14.828	15.890	9.691	9.331	360		
1977 - MATRICULA TOTAL	1.519.309	437.310	1.121	622	499	776.969	684.300	92.669	521.093	186.868	334.225	220.126	210.209	9.917		
EVADIDOS	110.464	22.466	161	104	57	66.426	61.701	4.725	33.353	15.980	17.373	10.524	10.213	311		
1978 - MATRICULA TOTAL	1.494.199	411.666	503	...	503	776.226	686.413	89.813	502.505	190.271	312.234	214.965	205.849	9.116		
EVADIDOS	108.364	20.833	69	...	69	66.219	61.715	4.504	31.930	15.975	15.955	10.166	9.861	305		
1979 - MATRICULA TOTAL	1.466.888	391.964	423	...	423	763.439	678.778	84.661	493.132	195.001	298.131	209.894	201.145	8.749		
EVADIDOS	108.692	20.686	35	...	35	66.663	62.391	4.272	32.591	16.486	16.105	9.403	9.129	274		
1980 - MATRICULA TOTAL	1.455.538	374.195	1.013	649	364	761.576	680.016	81.560	485.504	201.610	283.894	207.445	199.068	8.377		
EVADIDOS	117.097	21.601	53	...	53	72.142	67.524	4.618	34.783	18.146	16.637	10.119	9.826	293		
1981 - MATRICULA TOTAL	1.434.751	357.651	1.049	703	346	754.214	676.289	77.925	476.229	204.774	271.455	203.259	195.334	7.925		
EVADIDOS	113.883	20.853	62	...	62	69.985	65.608	4.377	33.991	17.863	16.128	9.845	9.559	286		

CONTINUA ...

CONTINUAÇÃO

ESPECIFICAÇÕES	TOTAL		DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA															
	TOTAL		FEDERAL				ESTADUAL				MUNICIPAL				PARTICULAR			
	GERAL	RURAL	URBANO		RURAL		URBANO		RURAL		URBANO		RURAL		URBANO		RURAL	
			TOTAL	RURAL	URBANO	RURAL	TOTAL	RURAL	URBANO	RURAL	TOTAL	RURAL	URBANO	RURAL	TOTAL	URBANO	RURAL	
183 MATRÍCULA TOTAL	1.434.587	345.178	1.260	769	491	154.231	680.875	73.356	481.505	217.703	263.802	197.591	190.062	7.529				
EVADIDOS	110.980	23.286	83	---	83	70.317	65.946	4.371	37.013	18.584	18.429	8.572	8.267	303				
184 MATRÍCULA TOTAL	1.445.333	333.862	1.279	776	503	159.982	688.571	71.411	481.062	226.493	254.569	203.010	195.631	7.379				
EVADIDOS	117.065	25.593	92	---	91	69.698	65.454	4.244	38.900	19.957	18.943	8.375	8.063	515				
185 MATRÍCULA TOTAL	1.458.836	319.346	1.242	782	460	179.088	707.476	71.612	474.403	233.767	240.636	204.123	197.485	6.638				
EVADIDOS	123.453	22.537	103	---	103	75.460	70.806	4.654	39.700	22.157	17.543	8.230	7.993	237				
186 MATRÍCULA TOTAL	1.463.536	308.131	1.256	761	495	177.492	706.899	70.593	472.230	241.361	230.869	212.578	206.404	6.174				
EVADIDOS	129.443	22.492	112	---	112	82.082	76.871	5.211	39.008	22.006	16.999	8.241	8.072	191				
187 MATRÍCULA TOTAL	1.485.415	306.141	1.092	681	411	176.632	704.783	71.849	483.058	255.115	227.940	224.633	218.692	5.941				
EVADIDOS	119.702	20.974	69	---	69	73.149	68.545	4.604	38.862	22.726	16.136	7.622	7.457	155				
188 MATRÍCULA TOTAL	1.494.341	297.994	1.021	564	457	167.016	696.610	70.406	490.985	269.556	271.429	235.719	230.017	5.707				
EVADIDOS	145.341	22.197	100	---	100	96.285	90.346	5.939	40.554	24.648	15.936	8.372	8.150	272				
189 MATRÍCULA TOTAL	1.552.982	301.900	1.362	734	608	193.004	717.578	75.426	529.563	309.519	220.044	228.173	212.351	5.822				
EVADIDOS	129.943	22.045	144	---	144	80.852	75.335	5.519	42.142	25.962	16.189	6.805	6.603	202				
190 MATRÍCULA TOTAL	1.605.562	301.678	1.464	798	646	226.264	749.384	76.880	556.192	337.578	218.614	221.642	216.104	5.538				
EVADIDOS	134.341	21.675	256	78	228	84.209	78.646	5.563	45.052	29.112	15.640	4.824	4.580	244				
191 MATRÍCULA TOTAL	1.647.394	293.263	1.565	861	704	246.640	773.427	73.213	576.390	362.573	213.607	222.809	217.279	5.539				
EVADIDOS	131.186	18.480	200	15	185	76.394	71.754	4.640	40.140	26.689	13.451	4.450	4.245	204				

LEVANTAMENTO DE DADOS INE-SE-1973-1980

NOTAS

1 - COM OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO FEDERAL DINARAM DE PRECENCHEIRO O LEVANTAMENTO DE DADOS SENDO DOIS DE 1.º GRAU E UM DE 2.º GR

2 - COM OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO FEDERAL DE EXCI DE PRECENCHEIRO O LEVANTAMENTO DE DADOS

## MATRÍCULA TOTAL DE EVADIDOS, POR ANO, SEGUNDO A DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA E A LOCALIZAÇÃO

RIO GRANDE DO SUL - 1973 - 90

SÉRIE DE MATRÍCULAS	TOTAL		DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA											
	TOTAL		FEDERAL			ESTADUAL			MUNICIPAL			PARTICULAR		
	GERAL	TOTAL	URBANO	RURAL	TOTAL	URBANO	RURAL	TOTAL	URBANO	RURAL	TOTAL	URBANO	RURAL	
1973 - MATRÍCULA TOTAL	118.263	116.242	2.021	720	59.180	58.833	347	2.968	2.988	---	50.931	49.956	974	
EVADIDOS	11.157	11.622	135	10	7.134	7.085	49	406	406	---	3.821	3.745	76	
1974 - MATRÍCULA TOTAL	124.790	122.306	2.484	965	63.738	62.913	825	2.644	2.526	118	54.153	53.577	576	
EVADIDOS	11.655	11.516	139	24	6.786	6.733	53	317	317	---	4.339	4.277	62	
1975 - MATRÍCULA TOTAL	195.089	192.508	2.581	1.253	95.066	94.037	1.029	3.549	3.549	---	90.512	90.213	299	
EVADIDOS	20.152	20.025	127	27	11.592	11.502	90	432	432	---	7.880	7.870	10	
1976 - MATRÍCULA TOTAL	218.974	215.977	2.997	1.488	109.464	108.385	1.079	3.403	3.503	---	99.177	98.747	430	
EVADIDOS	26.121	25.920	201	35	15.742	15.602	140	602	602	---	9.431	9.405	26	
1977 - MATRÍCULA TOTAL	245.500	242.081	3.419	1.509	127.831	126.450	1.381	3.722	3.722	---	107.191	106.662	529	
EVADIDOS	31.429	31.198	231	58	19.841	19.693	148	602	602	---	10.535	10.530	25	
1978 - MATRÍCULA TOTAL	259.174	256.039	3.135	1.495	132.219	131.011	1.208	3.690	3.690	---	96.897	96.465	432	
EVADIDOS	34.791	34.679	112	21	23.250	23.171	79	484	484	---	10.537	10.535	12	
1979 - MATRÍCULA TOTAL	238.129	235.312	2.817	1.361	136.805	135.742	1.063	3.679	3.679	---	90.974	90.581	393	
EVADIDOS	36.979	36.803	176	52	25.674	25.572	102	560	560	---	10.302	10.280	22	
1980 - MATRÍCULA TOTAL	257.268	254.583	2.685	1.411	139.120	138.166	954	3.739	3.739	---	86.903	86.583	320	
EVADIDOS	39.350	39.187	163	73	27.992	27.910	82	681	681	---	10.082	10.074	8	
1981 - MATRÍCULA TOTAL	255.340	252.537	2.803	1.556	141.978	141.010	968	3.443	3.443	---	82.014	81.735	279	
EVADIDOS	38.944	38.771	173	92	29.198	29.129	69	539	539	---	8.675	8.663	12	

CONTINUA...

## CONTINUAÇÃO

ESPECIFICAÇÕES	DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA															
	TOTAL		FEDERAL				ESTADUAL				MUNICIPAL				PARTICULAR	
	GERAL	TOTAL	URBANO		RURAL		TOTAL	URBANO		RURAL		TOTAL	URBANO		RURAL	
			URBANO	RURAL	URBANO	RURAL		URBANO	RURAL	URBANO	RURAL		URBANO	RURAL		
1982 - MATRICULA TOTAL	231.584	228.971	2.613	5.854	1.515	142.950	142.135	815	3.455	3.455	---	77.810	77.527	283		
EVADIDOS	40.396	40.236	160	462	92	30.920	30.867	53	640	640	---	8.282	8.267	15		
1983 - MATRICULA TOTAL	223.114	220.446	2.668	5.453	1.567	140.096	139.518	778	3.905	3.905	---	72.093	71.770	323		
EVADIDOS	39.866	39.663	203	708	132	30.562	30.521	41	783	783	---	7.681	7.651	30		
1984 - MATRICULA TOTAL	221.737	218.995	2.742	5.286	1.572	141.701	140.730	971	3.292	3.292	---	69.886	69.687	199		
EVADIDOS	41.721	41.492	229	720	122	32.366	32.266	100	621	621	---	7.892	7.885	7		
1985 - MATRICULA TOTAL	217.126	213.888	3.238	5.572	1.572	136.728	135.638	1.090	3.663	3.663	380	69.591	69.395	196		
EVADIDOS	41.707	41.346	361	748	120	32.242	32.112	130	714	605	109	7.883	7.881	2		
1986 - MATRICULA TOTAL	214.890	211.759	3.131	5.698	1.570	135.658	134.297	1.361	3.284	3.284	---	68.680	68.480	200		
EVADIDOS	40.692	40.343	349	834	133	30.960	30.752	208	846	846	---	7.919	7.911	8		
1987 - MATRICULA TOTAL	210.820	207.641	3.179	5.855	1.631	130.198	128.824	1.374	3.340	3.340	---	69.796	69.622	174		
EVADIDOS	41.298	40.839	459	706	213	31.908	31.672	236	897	897	---	7.574	7.564	10		
1988 - MATRICULA TOTAL	221.373	217.283	4.090	6.578	2.128	140.335	138.643	1.692	3.601	3.601	77	68.731	68.538	193		
EVADIDOS	37.486	37.074	412	736	148	29.611	29.373	238	785	780	5	6.206	6.185	21		
1989 - MATRICULA TOTAL	227.639	223.315	4.324	6.637	2.161	149.046	147.298	1.748	4.047	3.935	112	65.748	65.445	303		
EVADIDOS	42.817	42.360	457	811	115	34.867	34.573	294	696	679	17	6.328	6.297	31		
1990 - MATRICULA TOTAL	230.725	226.776	3.949	6.823	1.739	153.302	151.503	1.799	4.179	4.005	174	64.682	64.482	237		
EVADIDOS	41.034	40.687	347	776	68	33.754	33.526	228	942	927	15	5.494	5.458	36		

FONTE: LEVANTAMENTO DE DADOS INF/SE 1973-1990

NOTAS: - EM 1979, TRES ESTABELECIMENTOS DE ENSINO FEDERAL DEIXARAM DE PREENCHER O LEVANTAMENTO DE DADOS, SENDO DOIS DE 1º GRAU E UM DE 1º E 2º GRAUS.



Tabela n. 05

ATIVIDADES DA SECRETARIA DA CULTURA

1983 - 91

ATIVIDADES	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
Didatico-culturais	102	4.280	16.915	15.985	10.109	486	436	342	3.321
Artístico-culturais	949	2.081	2.070	2.602	2.808	1.193	2.128	2.357	2.668
Total de Atividades	1.051	6.361	18.985	18.587	12.917	1.679	2.564	2.699	5.984
Publico Atingido	796.302	1.469.009	1.440.030	976.630	964.329	756.871	1.156.288	2.301.629	4.359.985

FONTE: SEDAC/RS

Tabela n. 06

## SECRETARIA DA SAUDE E DO MEIO AMBIENTE

Cobertura Vacinal em Crianças com Menos de um Ano de Idade, Vacinadas com Três Doses de Vacina Antipolio, Três Doses de Vacina Triplice (DPT), uma Dose de Vacina Anti-Sarampo e uma Dose de Vacina B.C.G.

ANO	Populacao alvo menores de 1 ano	3as. Doses Antipolio		3as. Doses D P T		Dose Unica Anti-Sarampo		Dose Unica B C G (**)	
		No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
1980	186.113	177.000	95,1	148.466	79,8	157.141	84,4	-	-
1981	188.175	139.312	74,0	150.746	80,1	164.195	87,3	-	-
1982	190.225	168.616	88,6	171.639	90,2	186.108	97,8	-	-
1983	192.283	170.217	88,5	170.456	88,6	136.283	70,9	-	-
1984	194.345	160.292	82,5	161.609	83,2	166.291	85,6	-	-
1985	196.407	161.814	82,4	162.162	82,6	160.843	81,9	-	-
1986	198.465	169.860	85,6	169.938	85,6	169.776	85,5	-	-
1987	200.519	159.098	79,3	159.091	79,3	155.395	77,5	-	-
1988	202.583	165.306	81,6	163.863	80,9	160.636	79,3	-	-
1989	219.742	144.147	65,6	143.996	65,5	144.120	65,6	91.367	41,6
1990	224.023	154.366	68,9	153.317	68,4	162.712	72,6	142.913	63,8
1991(*)	220.959	122.200	83,0	122.069	82,9	127.252	86,4	129.634	88,0

FONTE: SSMA

(\*) Dados parciais ate agosto.

(\*\*) A vacina BCG comecou a fazer parte do esquema basico do 1o. ano de vida a partir de junho de 1989 no RS. Anteriormente era aplicada aos 7 anos de idade.

## FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO

Atividades Desenvolvidas - 1987 - 91

ESPECIFICAÇÃO	1987		1988		1989		1990		1991	
	ACOES	PESSOAS	ACOES	PESSOAS	ACOES	PESSOAS	ACOES	PESSOAS	ACOES	PESSOAS
FORMAÇÃO PROFISSIONAL										
- Cursos Qualificação Setor Primário, Secundário Terciário, Doméstico e Artesanato	735	10.536	1.067	15.821	942	15.750	108	1.781	157	1.811
RELACIONES DO TRABALHO										
- Segurança de Trabalho - CIPAs	164	2.518	150	2.363	111	1.605	101	1.337	186	2.538
- Sindicalismo			6	135	31	2.553	16	1.812	2	105
- Sistema Nac. Empregos - SINE (Progr. Est. Empregos - PROESE)										
- Vagas									58.441	
- Inactivos		209.164		227.861		193.923		164.679		175.503
- Encaminhados		99.747		117.120		117.560		90.589		89.224
- Colocados		45.487		52.754		52.123		38.084		29.478
- Atendimento Seguro Desemprego										
- Uníssima Carteira Profissional										
GERAÇÃO DE OCUPAÇÃO E RENDA										
- Apoio Prestadores Serviços Temporários										
- Autônomos - PRESTATIVA (a partir NOV/91)	8	64	3.023	2.632	692	1.775				
- Serviços Solicitados										
- Pessoas Cadastradas										969
- Serviços Prestados										6.391
- Microunidades de Produção										
- Urbana	10	2.353	48	224	24	61				
- Rural	48	3.940	117	12.436	28	282	203	812		2.753
- Microempresas (*)	42	150	56	186						
PROGR. DESENV. COM. RURAIS - PRODFOR	2.044	27.560	356	4.999	62	523				
PRORENDA										
PROJETO PRIORITÁRIO										
- Reforma M. Coloniais										2.069
- Reforma Atambique										
DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO										
- Comercialização artesanal (Feiras/Exposições)	73	2.301	39	2.315	12	2.003	36	10.900	38	2.526
DESENVOLV. DE RECURSOS HUMANOS										
- Treinamento Gerentes Regionais										
TOTAL	3.124	403.820	4.890	441.287	1.921	389.562	499	312.837	331.319	662.986

FONTE: F.G.T.

(\*) Em 1989 Microempresas computadas em Micros Urbanas

Tabela n. 08  
**BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO RS**  
 Evolução do Saldo de Operações Ativas e Passivas  
 1987 - 91

- Valores em BTN x 1.000

DISCRIMINAÇÃO	1987		1988		1989		1990		1991
	JUNHO	DEZEMBRO	JUNHO	DEZEMBRO	JUNHO	DEZEMBRO	JUNHO	DEZEMBRO	JUNHO
(Fontes)									
Depositos a prazo	64.948	43.404	52.344	61.357	60.076	7.076	5.377	2.510	4.148
BACEN/STN	9.548	12.226	14.678	15.268	9.741	14.852	10.048	7.553	6.098
BNDES	91.965	87.295	95.223	121.095	116.926	195.457	201.671	189.077	158.058
BNH/CEF	9.318	10.452	9.758	9.863	9.587	13.098	28.228	26.252	22.849
Interfinanceiras	19.020	13.801	12.293	11.077	7.356	7.456	4.861	4.083	2.592
FINAME	38.373	35.470	39.180	36.946	35.325	60.574	77.773	87.537	59.083
FINEP	578	487	478	735	631	643	605	447	310
Outras instituicoes	1.646	895	983	1.530	1.705	2.749	2.381	2.105	1.788
<b>SUBTOTAL I</b>									
(Captacoes internas)	234.797	204.030	224.937	257.871	241.370	301.905	330.944	319.564	254.926
Captacoes externas	7.909	6.701	7.496	8.754	8.318	10.049	7.670	7.752	5.844
<b>SUBTOTAL II</b>									
(Saldo oper. passivas)	242.786	210.731	232.433	266.625	249.688	311.954	338.611	327.316	260.770
Recursos propios	16.101	15.231	18.558	9.053	21.290	47.255	40.872	43.258	30.868
<b>TOTAL</b>									
(Saldo oper. ativas)	258.807	225.965	250.991	275.678	270.978	359.209	379.486	370.574	291.838

  

DISCRIMINAÇÃO	1987		1988		1989		1990		1991
	JUNHO	DEZEMBRO	JUNHO	DEZEMBRO	JUNHO	DEZEMBRO	JUNHO	DEZEMBRO	JUNHO
(Usos)									
Setor Privado	137.194	124.852	136.890	151.786	141.292	238.342	254.082	255.504	195.622
Setor Publico	112.521	91.911	105.042	112.546	119.404	100.045	100.135	98.999	75.360
Setor Rural	4.349	6.467	7.205	9.860	9.331	18.782	23.638	19.648	18.958
Garantias Prestadas	4.580	2.688	1.854	1.486	951	2.040	1.631	1.608	1.099
Direitos Creditórios	163	47	-	-	-	-	-	2.815	-
<b>TOTAL</b>	258.807	225.965	250.991	275.678	270.978	359.209	379.486	370.574	291.038

Fonte: BADESUL.

Obs: Indexador: BTN de fevereiro, corrigida a partir daí pelo INPC.

Tabela n. 09

**PREÇOS DOS LOTES NOS DISTRITOS INDUSTRIAIS**

Valores Normais e Beneficiados - 1991

DISTRITOS	Cr\$/ha em nov/91	
	PREÇO CFE. RES. SEADAP No.19/90 DE 20/12/90 E CEDIC No. 17 DE 15/08/90	PREÇO CFE. RES. SEADAP No. 11/91 DE 19/09/91 (COM REDUÇÃO)
Alvorada-Viamao	49.141.220,65	34.398.854,46
Bage	8.897.146,54	4.448.573,27
Cachoeirinha	73.271.546,81	58.617.237,45
Gravatá	65.786.354,76	52.629.083,81
Santa Maria	18.986.135,67	9.493.067,84
Rio Grande		
- Empresa Industrial	36.279.240,77	18.139.620,39
- Empresa de Serviços	73.271.546,81	36.635.773,41

FONTE: CEDIC

Tabela n 010  
 COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE TURISMO  
 Entrada de Turistas Estrangeiros  
 no Rio Grande do Sul  
 1980-91

PERIODO	No. DE TURISTAS
1980	604.897
1981	455.577
1982	343.845
1983	345.737
1984	412.704
1985	455.146
1986	606.688
1987	523.467
1988	407.582
1989	384.242
1990	225.247
1991	279.773 (1)

FONTE: Embratur

(1) Dado sujeito a retificacao pela fonte, periodo (JANEIRO/SETEMBRO).

## COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE TURISMO

Turistas que Consultaram os Centros de Informações Turísticas

1980 - 91

CENINTUR'S	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
Aeroporto	9.921	11.546	13.370	14.474	8.950	7.742	8.269	6.922	13.064	8.261	6.041	5.619
Rodoviária	18.845	14.933	11.987	8.251	23.635	13.635	12.508	20.032	16.662	11.899	7.259	5.398
Borges de Medeiros	16.917	14.933	5.131	2.205	-	-	-	-	-	-	-	-
Bage	1.260	955	1.410	900	1.181	1.718	1.135	2.379	2.326	2.787	2.657	3.838
Chui	14.936	12.626	7.199	6.074	7.763	6.998	5.003	1.240	6.900	5.381	-	-
Guarita	5.006	6.563	5.801	6.117	-	816	207	-	-	-	-	-
Jaguarao	5.800	3.519	7.451	7.573	3.909	4.661	7.129	6.418	6.475	6.553	3.309	1.845
Santana do Livramen	8.468	7.994	4.150	3.264	5.087	4.983	3.744	4.615	4.703	7.220	4.183	6.555
Porto Maua	1.475	1.789	1.981	743	713	1.596	2.494	860	-	-	-	-
Porto Vera Cruz	-	2.002	4.098	4.549	4.998	4.937	6.625	8.236	13.606	12.486	4.747	8.294
Porto Xavier	6.940	6.814	6.273	3.434	4.231	3.773	4.457	1.137	-	-	-	-
Sao Borja	2.739	9.610	12.058	8.278	17.620	17.744	18.543	14.293	4.696	5.266	2.750	4.141
Santa Rosa	403	1.070	530	46	-	-	-	-	-	-	-	-
Torres	9.567	7.002	3.100	1.807	10.832	8.059	9.327	2.115	-	8.222	24.773	34.328
Uruguaiana	19.985	14.005	4.978	5.712	27.063	28.431	28.008	26.408	17.167	44.800	13.281	25.715
Vacaria	7.331	7.668	7.527	4.759	6.420	4.853	5.972	2.251	-	-	-	-
Castelo Branco	13.773	6.026	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ilha Marinheiros	378	2.400	-	-	-	-	1.433	-	-	4.373	-	-
BR (Guaiba)	3.776	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C.C.M.Q (1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25	332
Cristal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.301	924
<b>TOTAL</b>	<b>148.026</b>	<b>131.505</b>	<b>97.944</b>	<b>78.186</b>	<b>122.401</b>	<b>109.946</b>	<b>114.854</b>	<b>96.916</b>	<b>85.604</b>	<b>118.270</b>	<b>76.326</b>	<b>96.989</b>

FONTE: CRTUR

Notas: Os dados do período de 1991 são parciais, totalizando o período de janeiro a outubro.

(1) Casa de Cultura Mario Quintana

Tabela n. 012

COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE ARTES GRAFICAS

Produção em Quantidades Físicas

1982 - 91

DISCRIMINAÇÃO	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991*
Diário Oficial do Estado	2.203.342	2.168.000	2.204.630	2.353.020	2.307.515	2.152.455	2.000.315	2.307.166	2.514.110	3.050.706
Diário Assembleia Legislativa	245.449	277.500	255.590	166.500	126.050	57.750	56.000	75.000	59.000	129.750
Informativos Diversos	1.486.591	1.536.000	3.904.440	7.275.878	1.216.798	393.690	3.144.114	1.616.000	3.051.616	829.650
Separatas de Deputados	476.579	331.000	418.705	659.286	680.886	163.599	1.273.114	250.898	194.872	46.583
Revistas	400.886	342.200	208.800	149.796	181.658	159.850	89.700	269.830	3.051.616	163.254
Livros	122.737	200.500	148.924	262.835	191.361	715.565	73.895	16.400	194.872	119.632
Cadernos escolares	-	-	100.000	801.658	500.000	-	-	1.177.030	114.200	-
Impressos em geral	55.841.252	41.964.000	56.812.403	96.354.611	44.611.869	32.319.978	50.432.991	55.714.110	49.716.599	52.163.623
CM/coluna publicados(DOE)	3.458.456	4.010.904	3.439.428	7.748.882	4.292.318	3.901.395	4.659.045	4.874.453	5.386.902	4.306.665

\* Dados de dezembro estimados.

FONTE: CORAG



Tabela n. 013

## DEPARTAMENTO AUTONOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Principais Servicos Executados no Estado do Rio Grande do Sul

1982-91

SERVICOS	1982	1983	1984	1985	1986
Cons. de Rodov./extensao da rede(km)	10.540	10.524	10.560	11.075	9.116
Patrolagem(m <sup>2</sup> ) (x1000)	978.356	904.555	1.024.226	922.474	853.620
Rocada Manual e Mec.(m <sup>2</sup> ) (x1000)	36.382	35.577	3.055	34.433	30.882
Revest. Primario(m <sup>3</sup> )	1.308.008	1.344.530	1.260.748	1.422.753	1.042.000
Capa Selante(m <sup>2</sup> )	990.724	466.745	625.622	577.320	538.000
Implant. de Rodov.(km)	315	284	395	508	322
Vol. Terrap./Empreit.(m <sup>3</sup> )	5.067.072	6.621.562	7.802.276	37.178.928	5.027.055
Vol. Terrap./Adm. Direta(m <sup>3</sup> )	3.497.936	2.807.200	3.814.518	3.084.274	1.471.200
Const. Obr. de Arte Especial(m)	417	669	1.077	610	619
Arborizacao de Rodov.(unidade)	173.779	84.400	39.193	77.014	35.155
Pav. de Rodovias(km)	250	88	254	259	269
Proj. de Obras Especiais(m)	906	1.004	1.326	1.998	774
Proj. Acessos e Trevos(un)	22	47	44	24	14
Levantamento Cadastral(km)	-	-	9.957	4.904	3.063
Projetos de Sinalizacao(km)	-	-	-	-	-
Lev. Aerofotogrametrico(un)	-	-	-	-	-
Mapas Rodov. Municipais(un)	-	-	-	-	-
Lev. Rodov. Municipais(km)	-	-	-	-	-
Proj. Geom. Rodoviaris(km)	-	-	-	-	-
SERVICOS	1987	1988	1989	1990	1991
Cons. de Rodov./extensao da rede(km)	9.116	9.116	9.189	9.817	10.620
Patrolagem(m <sup>2</sup> ) (x1000)	768.310	517.871	1.064.050	640.794	520.010
Rocada Manual e Mec.(m <sup>2</sup> ) (x1000)	25.380	15.030	27.310	17.262	18.230
Revest. Primario(m <sup>3</sup> )	1.022.000	249.486	1.052.526	358.424	504.200
Capa Selante(m <sup>2</sup> )	172.718	243.315	462.828	328.902	480.310
Implant. de Rodov.(km)	50	146	312	625	-
Vol. Terrap./Empreit.(m <sup>3</sup> )	780.598	3.128.807	7.814.246	15.150.370	1.366.456
Vol. Terrap./Adm. Direta(m <sup>3</sup> )	1.072.000	1.796.397	1.374.149	181.862	620.220
Const. Obr. de Arte Especial(m)	166	296	553	690	324
Arborizacao de Rodov.(unidade)	7.738	13.246	14.090	14.316	30.020
Pav. de Rodovias(km)	43	232	752	765	139
Proj. de Obras Especiais(m)	817	404	396	2.300	1.130
Proj. Acessos e Trevos(un)	18	43	23	203	190
Levantamento Cadastral(km)	350	3.920	1.184	-	-
Projetos de Sinalizacao(km)	-	230	383	559	340
Lev. Aerofotogrametrico(un)	-	5	5	3	4
Mapas Rodov. Municipais(un)	-	18	15	11	17
Lev. Rodov. Municipais(km)	-	6.945	5.450	4.654	4.437
Proj. Geom. Rodoviaris(km)	-	459	254	1.128	37

FONTE: DAER

Nota: Na rede conservada nao estao incluídas as rodovias federais e as rodovias em obra por empreitada

Tabela n. 014

COMPANHIA INTERMUNICIPAL DE ESTRADAS ALIMENTADORAS

Producao por Atividade - Fim do Decenio  
1982-91

ATIVIDADE	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
Construcao de Estradas(km)	534	429	392	376	302	181	159	46	37	62
Reconstrucao de Estradas(km)	1.332	1.474	1.561	1.566	1.325	1.439	1.448	1.347	907	810
Aterros e Terrapl. Diversas(m3)	902.428	983.690	630.481	842.155	925.997	442.515	602.450	175.920	171.778	106.251
Const. de Obras de Arte Esp.(m)	2.232	2.298	2.426	2.866	2.410	376	275	165	-	-
Constr. Pontes Pre-Moldadas(m)	-	-	-	-	-	-	67	712	1.063	263

FONTE: CINTEA

Tabela n. 015

## DEPARTAMENTO DE PORTOS, RIOS E CANAIS

Movimentação Geral de Mercadorias

1982-91

ANO	MOVIMENTAÇÃO (1)				Total
	Rio Grande	Porto Alegre (2)	Pelotas	Total	
1982	10.834.772	7.578.165	386.371	18.799.308	
1983	10.682.135	8.616.188	231.389	19.529.712	
1984	11.015.365	8.987.552	323.671	20.326.588	
1985	11.225.399	9.102.284	422.241	20.749.924	
1986	10.563.727	9.266.849	298.213	20.128.789	
1987	11.951.405	9.982.519	602.864	22.393.924	
1988	11.569.909	10.378.960	456.966	22.405.835	
1989	10.737.461	12.268.764	449.930	23.456.155	
1990	11.641.582	11.763.053	443.558	23.848.193	
1991(1)	8.900.000	11.140.533	514.249	20.554.782	

FONTE: DEPRC

(1) Estimulado.

(2) inclui TEDUT, em Tramandai.

Tabela n. 016  
 DEPARTAMENTO AEROVIARIO DO ESTADO  
 Atividades Desenvolvidas  
 1986 - 91

ATIVIDADES	1986	1987	1988	1989	1990	1991
Terraplenagem(m3)	127.259	28.859	19.490	179.000	126.837	482.000
Conservação de Aerodromos (abrangendo cercamento, ceifamento e outras melhorias (m2)	-	206.000	903.000	1.869.000	736.800	449.100
Drenagem	16.638	900	2.400	3.000	7.250	16
Sinalização diurna(m2)	2.270	140.000	700	4.000	7.500	3.515
Sinalização luminosa(m)	-	-	2.900	5.400	9.440	1.000
Pavimentação asfáltica(m2)	75.000	-	-	-	67.268	38.455
Terminal de Passageiros(m2)	105	50	550	1.940	-	-
Edificação p/apoio a prot. ao voo(m2)	-	-	200	100	30	-
Instalação de Radio-Farol	-	-	01	-	-	-
Estação de Telecomunicações(unid)	-	-	01	-	-	-
Estação Meteorológica(unid)	-	-	01	-	-	-
Enleivamento(m2)	139.328	-	-	-	18.300	56.900
Pátio para aviação agrícola(unid)	-	-	-	-	03	01

FONTE: DAE/RS

ASSOCIAÇÃO RIO-GRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL.  
FORÇA DE TRABALHO PÚBLICO BENEFICIÁRIO E INDICADORES DO  
CUSTO/BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO DO RIO GRANDE DO SUL  
1982 - 91

DISCRIMINAÇÃO	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
N. de esbentores municipais	177	177	177	188	188	191	202	210	258	273
Total de extensionistas de campo	1.065	1.017	930	929	909	854	826	817	1.104	1.057
Nível superior	370	343	314	315	304	280	275	265	382	376
Nível médio	695	674	616	614	605	574	551	552	722	681
Total de agricultores beneficiados	188.928	192.512	188.335	164.681	148.949	139.868	126.062	133.272	133.556	155.733
Agricultores assistidos	82.490	91.181	85.518	74.777	67.623	63.500	56.324	59.546	59.566	70.080
Agricultores orientados	106.438	101.351	102.817	89.904	81.326	76.368	69.738	73.726	73.990	85.653
Pequenos	158.700	161.727	163.851	143.272	129.755	121.964	109.674	115.946	116.327	135.488
Médios	26.450	26.954	19.587	17.127	15.565	14.826	13.363	14.127	14.157	16.508
Grandes	3.778	3.851	4.897	4.282	3.649	3.078	3.025	3.199	3.072	3.737
Total de mulheres rurais beneficiárias	81.407	104.633	108.322	106.493	107.248	109.152	112.701	110.668	103.898	112.114
Mulheres rurais assistidas	36.939	47.633	49.557	48.720	49.066	49.992	51.617	50.675	47.390	51.124
Mulheres rurais orientadas	44.468	57.000	58.765	57.773	58.182	59.160	61.084	59.993	56.508	60.990
Total de jovens assistidos	25.920	36.567	39.240	37.494	36.326	36.349	33.938	27.957	23.098	26.707
Total de agentes colaboradores	8.760	10.654	11.013	10.240	9.667	8.650	7.484	7.350	7.097	6.600
Líderes	8.360	8.938	9.207	8.374	7.841	7.182	6.856	6.994	6.674	6.271
Multiplicadores	400	1.716	1.806	1.866	1.826	1.468	628	356	423	329
Total de grupos e clubes assistidos	6.072	7.397	7.397	6.878	6.397	5.939	5.332	5.144	4.811	4.933
Participantes	116.596	137.558	132.684	124.019	115.296	111.616	105.634	102.113	96.556	97.913
Grupos de agricultores										
Número	3.600	3.991	3.906	3.619	3.172	2.744	2.517	2.395	2.331	2.335
Participantes	57.411	63.549	60.394	55.683	47.290	42.070	38.580	39.694	40.753	37.490
Grupos e clubes de mulheres rurais										
Número	1.621	2.293	2.391	2.280	2.343	2.358	2.292	2.202	2.014	2.305
Participantes	36.411	46.705	46.042	45.309	47.496	49.251	49.605	48.883	44.475	50.590
Grupos e clubes de jovens rurais										
Número	851	1.113	1.100	979	882	837	723	547	466	355
Participantes	22.774	27.304	26.248	23.027	20.510	20.295	17.449	13.536	11.328	10.683
Cooperativas										
Número	-	92	129	152	156	112	155	93	93	125
Participantes	-	72.651	112.238	134.874	120.344	110.509	100.551	68.021	73.706	60.953
Sindicatos										
Número	-	71	111	89	120	139	118	121	160	165
Participantes	-	63.051	123.168	71.200	145.021	142.925	104.320	102.010	127.368	128.377
Integração com instituições de ensino										
Professores	4.889	7.512	7.779	8.911	8.927	8.722	8.840	8.837	8.606	8.424
Escolas	2.629	3.868	3.947	4.574	4.653	5.404	5.216	5.009	4.081	4.110
Alunos	56.984	105.243	116.017	134.047	139.753	175.462	170.023	165.078	133.019	132.680
Valor da produção/Custos de ATER (1) - Cr\$	7,32	10,77	21,09	14,98	10,16	11,29	11,10	11,15	4,89	4,4(2)
Valor da produção/Recursos Estaduais	16,86	20,41	52,61	35,80	31,71	25,08	36,41	27,13	7,81	7,50(2)
ICM/Recursos Estaduais (1) - Cr\$	1,07	1,28	3,27	2,35	2,15	1,83	2,26	2,15	0,52	0,50(2)

Fonte: EMATER/RS

(1) Cr\$ adicionados por unidade Cr\$ aplicado considerando a produtividade dos produtores assistidos e 400 hectares. A queda as milhões verificada do período 1982 para 1990 e 1991.

devido a mudança de metodologias de cálculo em 1990, a partir de 1990, de 100 de valores corrigidos.

(2) Estimativa Preliminar. A partir de informações incompletas, superficiais e corrigidas.

Tabela n. 018

ASSOCIAÇÃO RIO-GRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL

Evolução do Trabalho Realizado Junto as Famílias do Meio Rural, na Area de Bem Estar Social

1982 - 91

DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	1981/82	1982/83	1983/84	1984/85	1985/86	1986/87	1987/88	1988/89	1989/90	1990/91
Organização de horta domestica	familia	15.696	24.485	27.316	20.771	18.477	18.917	17.592	19.221	19.728	20.223
Organização de horta escolar	escola	1.316	1.413	1.654	3.541	3.223	3.029	2.847	2.583	2.507	2.747
Organização de pomar domestico	familia	9.043	14.618	19.490	14.684	13.493	15.205	14.870	15.525	15.775	9.977
Preparo correto de alimentos	familia	16.897	26.540	16.600	20.283	20.354	22.375	21.480	22.804	20.442	30.254
Industria caseira de alimentos	familia	3.272	14.340	21.381	21.157	20.864	21.966	20.648	22.507	21.248	16.312
Armazenamento correto de alimentos	familia	6.514	9.574	16.224	17.851	17.075	17.866	17.687	14.324	13.044	12.464
Melhoria da merenda escolar	aluno	21.659	52.223	42.506	62.695	57.688	64.783	59.603	49.925	49.923	43.026
Abastecimento d'agua	familia	10.665	11.289	15.801	13.185	13.485	22.833	21.463	23.108	20.039	14.180
Saneamento ambiental	familia	6.971	10.772	11.465	14.415	13.047	15.436	14.509	14.742	14.907	17.400
Saude oral	pessoas	2.408	11.224	21.398	48.129	66.370	117.958	88.003	92.757	100.045	90.134

FONTE: EMATER/RS

## ASSOCIAÇÃO RIO-GRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL

Comparativo entre Produtividade dos Produtores Asistidos pela EMATER/RS

PRODUTOS	UNIDADE DE MEDIDA	81/82		82/83		83/84		84/85		85/86	
		Estado (1)	Assistidos (2)	Estado (1)	Assistidos (2)	Estado (1)	Assistidos (2)	Estado (1)	Assistidos (2)	Estado (1)	Assistidos (2)
Arroz irrigado	Kg/ha	4.364	4.857	3.617	4.504	4.440	4.808	4.597	4.801	4.247	4.163
Feijao	Kg/ha	688	887	493	508	677	721	676	816	269	309
Mandioca	Kg/ha	12.338	20.668	12.207	20.551	12.207	17.848	11.879	17.190	12.000	15.168
Milho	Kg/ha	1.700	2.589	1.785	2.830	1.894	2.870	1.894	2.873	1.270	2.008
Soja	Kg/ha	1.192	1.354	1.548	1.774	1.487	1.734	1.570	1.854	1.008	1.274
Sorgo granifero	Kg/ha	2.095	2.530	2.047	2.655	2.072	3.000	1.891	2.520	1.692	1.800
Trigo	Kg/ha	1.187	1.249	395	491	1.155	1.270	949	1.042	1.032	1.434
Banana	Kg/ha	8.217	10.663	8.849	9.039	8.849	9.318	9.831	9.936	9.867	11.113
Citros	Kg/ha	16.511	21.995	17.288	31.083	17.288	27.591	17.195	17.837	15.019	16.303
Maca	Kg/ha	5.439	7.988	4.821	7.794	5.031	7.744	8.333	10.234	11.000	15.578
Morango	Kg/ha	3.250	14.585	3.622	16.438	5.077	22.435	6.032	19.159	3.220	23.833
Pessego	Kg/ha	5.500	7.208	3.393	5.889	3.239	6.521	3.400	4.473	3.476	4.582
Uva	Kg/ha	11.116	15.965	8.765	10.215	10.102	13.622	12.812	20.919	9.863	12.501
Alho	Kg/ha	2.683	3.598	2.767	2.859	2.778	3.090	2.805	3.433	2.901	2.986
Batata-inglesa	Kg/ha	5.376	8.468	5.664	8.433	6.636	9.953	6.359	10.739	4.497	8.149
Cebola	Kg/ha	8.555	12.128	8.434	12.013	6.746	9.181	9.512	12.975	6.250	9.054
Tomate	Kg/ha	13.259	29.971	13.069	40.261	13.069	41.623	18.317	44.450	17.383	31.804
Bovinos de corte(3)	Kg/cabeça/ano	40,0	57,0	39,5	59,0	39,6	61,0	42,6	60,0	45,3	62,4
Bovinos de leite	l/vaca/ano	1.034	1.734	1.018	1.788	970	1.838	891	1.793	891	1.839
Ovinos(4)	g la/cabeça/ano	2.687	3.181	2.618	3.165	2.785	3.121	2.921	3.169	2.922	3.134
Suinos(5)	leitões/porca/ano	9,0	13,0	9,0	13,0	9,0	13,4	9,0	14,0	9,0	14,4

PRODUTOS	UNIDADE DE MEDIDA	86/87		87/88		88/89		89/90		90/91	
		Estado (1)	Assistidos (2)	Estado (1)	Assistidos (2)	Estado (1)	Assistidos (2)	Estado (1)	Assistidos (2)	Estado (1)	Assistidos (2)
Arroz irrigado	Kg/ha	4.564	4.656	4.935	5.236	5.103	5.423	4.705	5.085	4.828	5.357
Feijao	Kg/ha	500	503	714	839	752	964	656	927	456	598
Mandioca	Kg/ha	12.786	16.131	12.860	17.095	14.059	16.128	14.191	15.583	13.414(6)	16.501
Milho	Kg/ha	1.981	2.751	1.567	2.316	2.279	3.143	2.404	3.174	1.136	1.683
Soja	Kg/ha	1.582	1.798	1.057	1.238	1.716	1.970	1.796	1.962	712	968
Sorgo granifero	Kg/ha	1.988	2.700	1.596	2.900	1.650	1.500	1.964	-	1.467	-
Trigo	Kg/ha	1.660	1.728	1.660	1.836	1.527	1.566	1.808	1.983	1.182	1.478
Banana	Kg/ha	10.458	10.780	10.518	10.799	9.180	9.207	9.090	9.175	9.063(6)	11.113
Citros	Kg/ha	17.878	21.477	14.958	17.836	14.908	15.500	15.767	17.015	14.800(6)	14.323
Maca	Kg/ha	10.396	13.357	16.272	16.770	16.268	17.188	16.425	17.374	14.442	15.412
Morango	Kg/ha	4.130	32.833	4.287	26.382	5.061	25.905	5.061	32.617	5.061	28.792
Pessego	Kg/ha	3.744	5.783	3.138	7.688	3.381	5.896	3.421	7.659	3.421	6.397
Uva	Kg/ha	8.817	11.981	13.599	18.891	11.663	14.542	13.459	16.294	9.901	12.356
Alho	Kg/ha	3.106	3.611	3.113	3.946	2.844	4.357	3.005	4.632	3.310	4.879
Batala-inglesa	Kg/ha	6.963	10.395	7.443	10.820	7.615	11.311	8.277	11.621	7.112	10.495
Cebola	Kg/ha	8.534	11.536	7.745	14.372	7.630	14.019	7.622	13.338	6.465	11.933
Tomate	Kg/ha	23.248	48.304	21.476	44.496	20.089	46.349	20.096	46.367	17.735	42.945
Bovinos de corte(3)	Kg/cabeca/ano	46,2	63,4	44,0	62,2	45,0	66,0	45,0	66,0	45,0	69,0
Bovinos de leite	l/vaca/ano	1.073	1.904	1.074	1.982	1.078	1.846	1.080	1.905	1.237	1.830
Ovinos(4)	g la/cabeca/ano	2.972	3.232	2.892	3.302	2.920	3.260	2.800	3.354	2.974	3.312
Suinos(5)	leitoes/porca/ano	9,0	14,8	9,0	14,9	9,1	15,1	9,2	15,5	9,2	15,8

FONTES: (1) Instituto de Geografia e Estatística - IBGE

(2) EMATER/RS

(3) Delegacia Federal de Agricultura/Serviço de Produção Animal/RS-Dados referentes ao Estado

(4) Federação das Cooperativas de la-FECOLA (la cooperativa) e assistente técnico estadual Adair Coimbra Filho - estimativa estadual

(5) Departamento de Planejamento Agrícola - DEPA/RS e assistente técnico da EMATER/RS

(6) Estimativa IBGE



Tabela n. 020

COMPANHIA ESTADUAL DE SILOS E ARMAZENS

Ingressos na Rede de Armazenagem da CESA, Segundo as Principais Especies de Produtos.

1981 - 91

ANOS	TRIGO	MILHO	SOJA GRAO	SOJA FARELO	ARROZ	CEVADA	SORGO	MOURISCO	AVEIA	OUTROS PRODUTOS	TOTAL
1981	578.273	407.891	679.194	445.646	35.749	170.684	31.068	9.053	8.628	14.009	2.380.195
1982	624.133	400.134	644.608	258.391	38.097	85.663	25.126	9.056	5.129	9.975	2.100.312
1983	686.932	230.466	417.073	279.066	33.956	137.736	11.460	4.483	11.100	9.119	1.821.391
1984	809.422	120.112	507.918	218.471	35.894	70.918	28.146	1.713	5.234	8.014	1.805.842
1985	788.657	255.497	584.277	44.309	39.887	115.423	10.554	810	3.109	1.555	1.844.078
1986	471.532	1.279.420	264.613	38.332	71.982	193.362	16.410	485	2.148	7.418	2.345.702
1987	877.345	477.489	349.051	8.487	57.870	160.770	32.558	103	3.114	47.301	2.014.088
1988	736.812	162.443	218.693	21.965	49.935	222.830	10.984	6	1.933	10.697	1.436.298
1989	672.793	203.874	220.610	129.889	34.489	136.962	5.836	-	4.203	7.053	1.415.709
1990	513.194	286.807	244.802	86.062	92.009	90.990	6.397	-	569	6.167	1.326.997
1991	677.752	402.267	189.059	7.895	188.815	146.526	5.333	-	577	6.185	1.624.409

FONTE: CESA

NOTA: Dados em toneladas.

Tabela n. 021

## COMPANHIA ESTADUAL DE SILOS E ARMAZENS

Evolução dos Recebimentos na Rede de Armazens da CESA em Relação a sua Capacidade Instalada no Estado e Índice de Rotação

1981 - 91

ANOS	RECEBIMENTO (t)	CAPACIDADE ESTÁTICA (t)	ÍNDICE DE ROTAÇÃO
1981	1.763.045	642.500	2,74
1982	1.423.053	646.900	2,20
1983	1.348.383	646.900	2,08
1984	1.308.432	646.900	2,02
1985	1.530.504	646.900	2,36
1986	1.588.317	664.300	2,39
1987	1.672.572	664.300	2,52
1988	1.267.981	664.300	1,91
1989	1.180.377	735.700(*)	1,60
1990	1.138.940	735.200	1,55
1991(**)	1.143.987	718.200	1,59

FONTE: CESA

(\*) Na capacidade estática estão incluídas 22.500t de Unidades em arrendamento de terceiros.

(\*\*) Os recebimentos referentes a Out/Nov/Dez-91 foram estimados

Tabela n. 022

## COMPANHIA ESTADUAL DE SILOS E ARMAZENS

Movimentação Física, por Serviço, nas Unidades da CESA

1981 - 91

SERVIÇOS	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991(1)
Recebimento	1.763.045	1.423.053	1.348.383	1.308.432	1.530.504	1.588.317	1.672.572	1.267.981	1.180.377	1.138.940	1.143.987
Estocagem	9.111.505	8.794.677	6.499.654	7.163.158	10.179.643	10.191.034	11.530.233	11.773.381	11.231.323	10.934.841	7.000.147
Expedição	1.859.204	1.433.064	1.411.242	1.205.227	1.368.168	1.493.888	1.584.207	1.263.549	1.223.788	1.256.280	1.230.337
Limpeza	636.592	472.790	570.514	567.097	724.854	653.825	619.923	537.922	494.279	433.427	328.126
Secagem	419.836	295.741	501.052	455.395	595.218	583.458	525.782	411.861	397.409	367.335	265.992
Expurgo	1.068.382	1.214.328	678.436	516.969	737.159	929.966	1.427.165	1.375.584	1.136.084	992.789	589.460
Transbordo	617.150	677.259	473.008	497.410	313.574	757.385	341.516	168.317	235.332	188.057	480.422
<b>TOTAL</b>	<b>15.475.714</b>	<b>14.310.912</b>	<b>11.482.289</b>	<b>11.713.688</b>	<b>15.449.120</b>	<b>16.197.873</b>	<b>17.701.398</b>	<b>16.798.595</b>	<b>15.898.592</b>	<b>15.311.669</b>	<b>11.038.471</b>

Fonte: CESA

Notas: Dados em toneladas.

(1) A movimentação referente Outubro, Novembro, Dezembro/91 foi estimada.

Tabela n. 023

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO RIO GRANDE DO SUL

Principais Atividades Desenvolvidas pelo Jardim Botânico

1962 - 91

ESPECIFICACOES	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
Visitação de público em geral (pessoas)	116.193	212.288	114.259	83.686	105.146	82.159	78.032	97.447	92.525	88.000
Atendimento a escolares (pessoas)		3.175	5.849	6.332	6.554	7.601	11.235	16.039	14.722	14.200
Excursões para exploração e pesquisa botânica (unid.)		-	32	42	55	23	28	26	13	15
Procuração de mudas (unid.)	55.438	65.664	50.062	62.958	57.675	54.622	39.324	54.230	40.403	34.464
Comercialização de mudas (unid.)	50.616	8.133	5.673	8.180	8.138	10.070	21.469	25.709	22.322	13.500
Plano de mudas de coleta e ajardinamento (unid.)	4.416	34.230	2.346	16.385	12.324	31.059	23.992	9.433	6.066	2.497
Ampliação do acervo (unid.)	5	3	31	3	13	14	48	30	114	154
Especies catalogadas no Index Seminum (unid.)	-		584	959	991	293	313	348	376	282
Retiradas de amostras científicas	-	-		23	404	309	251	695	253	302
Atividade do Banco de Sementes (unid.)										
Atendimento a Consultas Técnicas Científicas (unid.)							371		368	680
Publicações e apresentação de trabalhos Técnico-Científicos (unid.)	2	-	5	-	4	-	5	3	3	1
Participação em Congressos, Seminários, Encontros e Cursos (unid.)	3	2	5		2	2	2	8	5	6
Postações de Serviços e Auxílios de pesquisa recebidas (unid.)	1	1	1	1	3	2	1	2		3
Realizações de Cursos, Treinamentos e Exposições (num.)			4		1	3		4	4	4

FONTE: FZB

## FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO RIO GRANDE DO SUL

Principais Atividades Desenvolvidas pelo Museu de Ciências Naturais

1985 - 91

ESPECIFICAÇÕES	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
Projetos de Pesquisa em andamento	39	42	88	108	105	122	122
Trabalhos Técnicos e de Pesquisa Científica concluídos	5	5	38	15	20	43	20
Acervo de Coleções Científicas do MCN (numero de lotes)	128.469	139.771	142.771	150.532	209.982	216.968	237.191
Dias trabalho/campo, diferentes equipes de pesquisadores (com ou sem acampamento)	539	214	455	305	139	225	202
Bolsas e Auxílios de Pesquisa (CNPq, CAPES, FINEP, FAPERGS e Outros)	27	72	91	76	64	71	64
Visitação da Exposição do MCN (pessoas)	-	-	2.348	22.710	23.387	19.554	30.252
Edição do Periódico IHERINGIA	2	3	1	5	3	3	3
Edição do Periódico PAULA-COUTIANA	-	-	-	-	-	-	1
Treinamento de Acadêmicos (numero)	26	44	51	24	23	12	8
- Estágio de Iniciação Científica não remunerados	-	-	-	-	-	-	-
- Estágios remunerados - FDRH	-	-	-	-	-	-	4
Captação de Recursos, Convênios e Prestação de Serviço (Cr\$)	-	-	-	-	134.693	14.851.226	36.920.600

FONTE: FZB

Tabela n. 025

**FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO RIO GRANDE DO SUL**  
Principais Atividades Desenvolvidas pelo Parque Zoológico  
1982 - 91

ESPECIFICAÇÕES	Unidade	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
Visitantes registrados	Medida	664.888	559.758	483.278	495.427	621.524	706.465	565.350	485.733	408.424	475.324
Veiculos registrados	unidade	71.581	61.505	53.255	64.161	80.773	64.681	64.215	62.766	51.133	52.287
Acervo animal	unidade	2.737	2.778	2.683	2.747	2.512	2.440	2.379	2.192	2.231	2.275
Atendimento Hosp. Veterinario	unidade	3.000	2.535	3.491	3.053	3.148	2.500	2.186	3.797	2.502	1.877
Producao:											
- mudas	unidade	125.705	229.770	127.693	80.606	72.759	76.608	63.642	54.507	62.238	69.389
- madeira	peça	3.071	3.616	4.288	3.221	3.228	2.205	1.795	521	2.844	2.943
- carvao	kg	-	500	4.800	3.392	4.410	7.344	900	2.450	1.738	910
- tela	m2	1.005	1.798	1.146	234	409	390	1.644	769	599	101
- peixes	kg	-	-	-	-	-	595	633	400	-	-
- leite	litro	-	-	-	1.833	4.400	8.634	7.700	5.795	11.200	11.900
- iogurte	kg	-	-	-	-	150	1.406	2.400	2.200	2.800	2.500
- ovos	dz	-	-	-	-	-	207	303	496	-	1.151
- mel	kg	-	-	-	400	450	635	265	520	725	757
- tenebrios	unidade	-	-	-	-	-	10.150	1.400	-	500	4.000
- cobaias	unidade	-	-	-	-	-	476	344	125	495	-
- ratos	unidade	-	-	-	-	-	-	-	-	1.795	7.744
- coelhos	unidade	-	-	-	-	-	-	-	-	25	309
- marrecos	unidade	-	-	-	-	-	-	-	-	5	592
- forrageiras	kg	91.750	215.836	221.132	267.232	341.658	237.120	251.801	331.940	394.650	280.350
- hortigranjeiros	molho	-	8.681	6.341	18.720	26.928	31.910	30.410	22.840	26.000	23.100

FONTE: FZB

Tabela n. 026

## COMPANHIA RIOGRANDENSE DE LATICÍNIOS E CORRELATOS

Produtos Processados

1982 - 91

ESPECIFICAÇÕES	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
Entrada de Leite (milhões litros/ano)	116	107	97	109	97	95	107	111	108	100
Leite Pasteurizado (milhões litros/ano)	94	101	101	97	108	91	87	96	92	83
Leite em Po (milhões litros/ano)	6,7	7,6	8,3	6,3	6,2	7,8	7,4	3,7	2,3	2,1
Iogurtes (mil litros/ano)	757	531	457	1098	1761	662	772	653	440	900
Manteiga (mil quilos/ano)	1160	936	819	1097	1031	927	908	968	850	498
Queijos (mil quilos/ano)	962	392	198	159	244	192	544	101	260	700
Creme de Leite (mil quilos/ano)	412	337	599	730	517	788	1143	607	644	750
Doce de Leite (mil quilos/ano)	59	41	33	40	99	97	141	125	145	190
Requeijão (mil quilos/ano)	111	93	89	110	154	92	104	148	134	148

FONTE: CORLAC

Nota: Dezembro/91 com dados estimados.

## COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELETRICA

Evolução da Venda de Energia Elétrica no Rio Grande do Sul

1982 - 91

Unidade: MW

ANO	CONSUMO POR CLASSES					Outros(2)
	Total	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	
1982	6.781.365	1.673.162	2.835.420	1.013.145	479.838	779.800
1983	7.513.057	1.857.649	3.129.658	1.074.596	629.064	822.090
1984	8.378.166	2.036.196	3.517.903	1.157.950	737.449	928.588
1985	9.607.696	2.190.560	3.905.781	1.231.317	930.684	1.349.354
1986	9.875.995	2.258.277	4.007.950	1.398.072	879.575	1.332.121
1987	10.077.193	2.490.398	4.211.152	1.293.925	1.038.374	1.043.344
1988	10.326.824	2.655.368	4.194.088	1.308.188	1.074.052	1.095.128
1989	10.995.625	2.921.561	4.507.805	1.345.560	1.087.585	1.133.114
1990	11.458.876	3.234.460	4.459.401	1.449.681	1.093.003	1.222.331
1991(1)	12.355.300	3.481.976	4.558.426	1.562.051	1.347.546	1.485.301

Fonte: CEEE

(1) Dados realizados para outubro/91 - Realizado + NOV. e DEZ. estimados.

(2) Outros inclui Ilumin. Publ., Pod.Publ., Serv. Publ. e Consumo Proprio.



Tabela n. 028

## COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELETRICA

Evolução do Número de Consumidores de Energia Elétrica no rio Grande do Sul

1982 - 91

ANO	CLASSES DE CONSUMIDORES						Outros(2)
	Total	Residencial	Industrial	Comercial	Rural		
1982	1.543.530	1.256.421	23.150	135.568	114.459		13.932
1983	1.639.484	1.333.506	23.575	140.648	127.298		14.457
1984	1.729.115	1.404.275	24.031	145.111	140.769		14.929
1985	1.813.940	1.468.046	24.955	150.219	155.142		15.578
1986	1.921.591	1.548.981	28.939	159.659	167.409		16.603
1987	2.003.992	1.614.276	30.643	163.861	177.826		17.386
1988	2.098.626	1.695.409	31.788	167.514	185.625		18.290
1989	2.200.531	1.778.314	34.602	175.636	193.644		18.935
1990	2.263.392	1.830.196	36.552	179.518	197.497		19.629
1991(1)	2.335.250	1.881.900	39.600	187.800	205.700		20.250

FONTE: CEEE

(1) Dados estimados para dezembro de 1991.

(2) Outros inclui Iluminação Pública, Pod. Publ., Serv. Públ.e Cons. Próprio.

Tabela n. 029

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES

Indicadores Físicos da CRT

1982-91

ESPECIFICAÇÕES	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
Terminais instalados	365.236	384.356	393.930	402.874	447.260	459.372	471.821	509.163	547.486	579.000
Terminais em serviço	286.558	335.034	361.681	377.543	414.898	436.149	448.439	464.095	490.578	513.413
Telefones instalados	496.528	585.664	635.980	661.485	701.775	712.054	712.018	725.948	718.056	734.834
Chamadas IU (DDD+MAN)x1.000	60.575	72.193	82.207	96.260	117.308	127.527	137.928	156.988	175.482	199.774
Localidades com DDD/DDI	114	122	130	142	151	157	192	208	221	236
Empregados	7.491	7.203	7.077	7.042	6.911	6.653	6.431	6.265	6.142	6.063
Postos de Telef. Rural Social	-	-	13	155	338	427	461	470	457	474
Telefones Públicos	4.098	4.781	5.036	5.542	6.237	6.451	6.681	7.044	7.255	7.551
Terminais Videotexto	-	-	-	56	162	207	139	169	169	164
Ramais CTC instalados	-	-	-	-	1.277	1.386	2.317	2.418	2.550	2.554

Fonte: CRT

Notas: Número de terminais correspondentes a planta instalada automática e manual

Tabela n. 030

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL E OBRAS

Fundo de Investimentos Urbanos - FUNDURBANO/RS

Financiamentos Concedidos

1987 - 91

Em Cr\$:1.000,00

ANOS (*)	1987		1988		1989		1990		1991	
	Nº de Contr.	Valor	Nº de Contr.	Valor	Nº de Contr.	Valor	Nº de Contr.	Valor	Nº de Contr.	Valor
1 - Infra-estrutura Urbana	100	453.469	246	1.232.261	243	2.027.605	272	2.214.668	41	327.612
2 - Usinas de Reciclagem e Compostagem de lixo domiciliar urbano	-	-	3	92.651	2	4.176	1	5.923	-	-
3 - Drenagem Urbana	-	-	23	144.446	-	-	15	45.301	-	-
4 - Cinturao Verde	-	-	7	46.622	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>453.469</b>	<b>279</b>	<b>1.515.980</b>	<b>245</b>	<b>2.031.781</b>	<b>288</b>	<b>2.265.892</b>	<b>41</b>	<b>327.612</b>

FONTE: FUNDURBANO/RS

(\*) Indexador BTN/TR (Novembro/91)

Tabela n. 031

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL E OBRAS  
Fundo de Investimentos Urbano - FUNDURBANO/RS

Realizações Físicas

1987 - 91

	PERIODO					Total em
	1987	1988	1989	1990	1991	
<b>VALOR CONTRATADO (Cr\$ Atualizado) (*)</b>	453.469,03	1.515.982,64	2.031.781,92	2.265.893,18	327.612,83	6.594.739,60
<b>NUMERO DE CONTRATOS</b>	100	279	264	201	41	885
<b>META FISICA</b>						
- Esgoto Pluvial	3.552m	11.949m	33.653m	25.622m	2.072m	76.838m
- Pavimentação	336.172m2	1.130.761m2	941.819m2	717.060m2	73.288m2	3.199.100m2
- Iluminação Publica	1.001pt	3.367pt	1.393pt	1.060pt	326pt	7.147pt
- Quadras Esporte (constr. e Amp.)	5.291m2	17.800m2	12.662m2	9.640m2	600m2	45.993m2
- Abastecimento de Agua	603m	2.030m	1.090m	829m	1.130m	5.682m
- Pontilhoes e Boeiros	65m	220m	0	0	36m	321m
- Pontes (recuperação)	196m2	660m2	90m2	68m2	0	1.014m2
- Predios Publicos	0	0	5.813m2	4.425m2	2.831m2	13.069m2
- Pontes (construção)	69m2	232m2	693m2	527m2	0	1.521m2
- Levantamento Aritmetico	0	0	1.120ha	853ha	0	1.973ha
- Passeios Publicos	0	0	2.829m2	2.154m2	726m2	5.709m2
- Reservatorios de Agua	0	0	3.000L	2.284L	0	5.284L
- Ramais Prediais de Agua	0	0	45ptos	34ptos	0	79ptos

FONTE: FUNDURBANO/RS

(\*) Indexador BTN/TR (Novembro/91)

## SECRETARIA DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL E OBRAS

## Fundo de Investimentos Urbanos - FUNDURBANO/RS

## Ingresso de Recursos - 1987-91

RECURSOS	1987			1988			1991
	Empenhado		Recebido	Empenhado		Recebido	
	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	BTN	
FPE	92.423.525,81	92.423.525,81	982.910,47	573.022.429,47	573.022.429,47	1.120.760,21	
IULCL/RS	18.000.000,00	18.000.000,00	228.723,73	317.565.029,92	317.565.029,92	784.375,24	(**)
RO	12.000.000,00	6.323.525,61	29.179,23	436.031.698,00	436.031.698,00	1.056.751,75	
TOTAL	122.423.525,81	116.747.051,42	1.240.813,43	1.326.619.157,39	1.326.619.157,39	2.961.887,20	
				1990			
RECURSOS	Empenhado		Recebido	Empenhado		Recebido	
	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	BTN	
FPE	10.933.321,38	10.933.321,38	3.959.579,72	(*)453.420.809,76	67.690.009,37	1.473.601,17	
IULCL/RS	904.510,11	904.510,11	747.172,28	-	-	-	
RO	1.000.000,00	1.000.000,00	259.600,10	-	-	-	
TOTAL	12.837.831,49	12.837.831,49	4.966.352,10	453.420.809,76	67.690.009,37	1.473.601,17	

## FONTE: FUNDURBANO/RS

(\*) Empenhado 1990..... Cr\$:378.357.005,33

Ingresso Dez/90..... Cr\$:75.063.804,43

TOTAL..... Cr\$:453.420.809,76

(\*\*)Em 1991 nao houve empenho e, conseqüentemente, pagamento.

Tabela n. 033  
 SECRETARIA DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL E OBRAS  
 Fundo de Investimentos Urbanos - FUNDURBANO/RS  
 Patrimonio Liquido  
 1986 - 91

ANO	1986	1987	1988	1989	1990	1991
QUANTITATIVOS						
Cr\$ (*) Atualizados	240.997.676,67	304.869.935,27	1.087.345.352,00	3.307.889.643,67	2.785.617.629,79	1.666.325.979,15

FONTE: FUNDURBANO/RS

(\*) Indexador BTN/TR(novembro/1991)

Tabela n. 034

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO  
 Abastecimento de Água - Coleta e Tratamento de Esgotos  
 1982 - 91

DISCRIMINAÇÃO	SERVIÇO	UNIDADE	1982	1983	1984	1985	1986
População atendida	ÁGUA	hab.	3.236.638	3.461.104	3.565.668	3.729.214	3.876.068
População atendida	ESGOTO	hab.	255.355	272.827	278.761	283.489	314.950
Localidades atendidas	ÁGUA	unid.	241	252	253	261	267
Localidades atendidas	ESGOTO	unid.	18	18	18	18	19
Economias atendidas	ÁGUA	unid.	899.068	969.497	1.007.251	1.062.454	1.120.829
Economias atendidas	ESGOTO	unid.	70.932	76.422	78.746	80.766	91.026
Rede cadastrada	ÁGUA	km	11.028	11.627	12.098	12.429	13.347
Rede cadastrada	ESGOTO	km	432	455	516	566	600
Capacidade de reservação	ÁGUA	m <sup>3</sup>	265.376	276.156	281.976	284.646	285.455
Produção de água	ÁGUA	1000 m <sup>3</sup>	226.881	245.899	267.539	284.358	284.588
Hidrometros instalados	ÁGUA	unid.	597.118	631.906	624.955	665.990	657.601

DISCRIMINAÇÃO	SERVIÇO	UNIDADE	1987	1988	1989	1990	1991
População atendida	ÁGUA	hab.	4.024.526	4.175.009	4.328.894	4.483.000	4.651.000
População atendida	ESGOTO	hab.	388.085	394.557	407.772	419.000	463.000
Localidades atendidas	ÁGUA	unid.	271	273	275	281	290
Localidades atendidas	ESGOTO	unid.	20	20	20	20	20
Economias atendidas	ÁGUA	unid.	1.176.762	1.224.343	1.273.204	1.314.541	1.363.000
Economias atendidas	ESGOTO	unid.	113.475	115.706	119.933	124.750	138.000
Rede cadastrada	ÁGUA	km	13.851	14.342	15.270	15.767	16.157
Rede cadastrada	ESGOTO	km	839	917	931	978	986
Capacidade de reservação	ÁGUA	m <sup>3</sup>	288.955	290.955	294.555	300.405	318.080
Produção de água	ÁGUA	1000 m <sup>3</sup>	309.300	328.070	335.100	338.314	350.000
Hidrometros instalados	ÁGUA	unid.	658.622	633.700	648.000	688.000	713.000

FONTE: CORSAN

NOTA: A partir de 1982 foi corrigida a população atendida, em função de nova relação hab/economia, definida pelo censo de 1980.

Os valores de 1991 são reais até outubro. A partir daí são projetados.

Tabela n. 035

## INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Pensos em Manutenção

1982 - 91

ANO	Nº. DE PENSOES	Nº. DE PENSIONISTAS	VALORES
1982	18.375	31.949	Cr\$ 3.845.378.595,09
1983	19.600	33.839	Cr\$ 10.215.075.336,22
1984	20.973	35.931	Cr\$ 27.309.641.756,00
1985	22.197	37.823	Cr\$ 111.670.854.782,00
1986	23.393	39.520	Cr\$ 376.595.922,53
1987	24.603	41.287	Cr\$ 1.049.531.124,00
1988	25.730	42.757	Cr\$ 7.833.049.551,09
1989	25.922	43.107	NCz\$ 121.338.943,84
1990	26.564	43.594	Cr\$ 6.787.681.217,43
1991	27.633	45.202	Cr\$ 28.158.338.782,30

FONTE: IPERGS

Nota: Dezembro/91 - Projetado



Tabela n. 036

## INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Assistencia Medica

1982 - 91

ESPECIFICACAO	1982	1983	1984	1985	1986
Consultas Medicas.....	1.633.879	1.719.104	1.943.559	1.979.552	1.787.706
Servicos Complementares e Proc. em Consultas	1.035.709	1.206.341	1.299.100	1.333.928	1.301.216
Emergencias.....	95.398	106.581	137.905	154.086	190.301
Tratamento Hospitalar e Ambulatorial	115.891	126.356	164.900	149.845	136.608
Totais	2.880.877	3.158.382	3.545.464	3.617.411	3.415.831
ESPECIFICACAO	1987	1988	1989	1990	1991
Consultas Medicas.....	1.534.593	1.805.623	1.902.009	1.974.612	2.192.186
Servicos Complementares e Proc. em Consultas	1.052.970	1.123.461	1.479.137	1.532.539	1.754.656
Emergencias.....	171.994	162.503	178.292	173.206	200.733
Tratamento Hospitalar e Ambulatorial	103.606	116.836	122.242	113.899	126.106
Totais	2.863.163	3.208.423	3.681.680	3.794.256	4.273.681

FONTE: IPERGS

Nota: Dezembro/91 - projetado.

Tabela n. 037

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Massa Protegida do Instituto

1982 - 91

ANO	SEGURADOS	DEPENDENTES	PENSIONISTAS	TOTAL
1982	221.991	332.987	31.949	586.927
1983	234.573	351.860	33.839	620.272
1984	237.700	356.550	35.931	630.181
1985	240.050	429.689	37.823	707.562
1986	245.779	439.946	39.520	725.245
1987	243.813	435.673	41.287	720.773
1988	234.399	406.917	42.757	684.073
1989	238.182	414.167	43.107	695.456
1990	254.151	428.202	43.594	725.947
1991	264.893	443.619	45.202	753.714

FONTE: IPERGS

Nota: Dezembro/91 - Projetado